Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br | SÁBADO A SEGUNDA-FEIRA, 19, 20 E 21 DE MARÇO DE 2022 | Nª 25.118 | Preço banca: R$ 3,50

Brasil já recebeu 894 ucranianos desde a invasão russa, diz PF

O Brasil já recebeu 894 ucranianos desde o início de guerra do país com a Rússia, no dia 24 de fevereiro. Dados divulgados pela Polícia Federal na sexta-feira (18) apontam que há 21 pedidos para visto temporário, cinco solicitações para residente e dois pedidos para visto provisório. As informações consideram as entradas de ucranianos entre os dias 24 de fevereiro e 17 de março.

O presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou que o Brasil fará uma portaria para garantir o acesso de ucranianos ao passaporte humanitário brasileiro. A informação, divulgada no fim de fevereiro, é de que medida vai regulamentar a entrada dos cidadãos ucranianos.

Segundo a Agência da ONU para Refugiados (Acnur) 3,1 milhões de pessoas conseguiram fugir e agora estão refugiadas da Ucrânia. Ao todo, 13 milhões de pessoas que estão naquele país têm sido afetadas nas áreas mais atingidas pela guerra.

O Acnur tem apoiado centros de recepção para deslocados e entregando itens essenciais na Ucrânia e nas fronteiras, como alimentos, materiais de higiene e assistência em dinheiro. De acordo com a agência, também enviou especialistas em proteção de abuso e exploração sexual para Polônia, Moldávia, Hungria e Romênia. (Agencia Brasil)

Ministro da Saúde diz que não vai decretar fim da pandemia "sozinho"

Página 4

Rendimento do trabalhador cai 9,7% em um ano, diz IBGE

Página 3

Fiocruz quer que suas vacinas contra covid-19 cheguem a outros países

Página 18

SP anuncia investimento de R$ 100 mi para Prospera Família

O Governador João Doria anunciou, na sexta-feira (18), a nova edição do Programa Prospera Família da Secretaria de Desenvolvimento Social, que atende famílias monoparentais – mães e pais solo, que vivem em situação de extrema pobreza. No total, serão 20 mil famílias contempladas em 57 municípios do estado. Página 2

ONU critica Rússia por espalhar "absurdos" sobre armas biológicas

Os Estados Unidos e aliados ocidentais criticaram a Rússia, nesta sexta-feira, no Conselho de Segurança da ONU, por espalhar propaganda, desinformação e "absurdos" ao alegar que partes de armas biológicas estavam sendo feitas na Ucrânia.

O embaixador russo na ONU, Vassily Nebenzia, enviou um longo documento, visto pela Reuters, ao conselho e ao secretário-geral da ONU, António Guterres, na sexta-feira, sobre a acusação de Moscou de que há "programas militares biológicos" na Ucrânia. Página 3

Em show, presidente russo diz que país nunca esteve tão forte

Página 3

Ministro do Supremo Tribunal Federal determina bloqueio do Telegram no Brasil

Foto/Marcello Casal Jr/ABr

Página 4

Previsão do Tempo

Sábado: Sol com aumento de nuvens e pancadas de chuva à tarde. Noite chuvosa. 32º C / 21º C

Manhã | Tarde | Noite

Domingo: Chuvoso durante o dia e à noite. 23º C / 18º C

Manhã | Tarde | Noite

Segunda: Céu nublado com possibilidade de garoa de dia e à noite. 22º C / 17º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,01
Venda: 5,01

Turismo
Compra: 4,97
Venda: 5,16

EURO
Compra: 5,54
Venda: 5,54

Esporte

Funvic Educacoin Natal encerra participação na fase classificatória na Superliga

Sétimo colocado na tabela de classificação, o Funvic Educacoin Natal encerra sua participação na primeira fase da Superliga 21/22 no sábado (19). A equipe terá pela frente o Montes Claros América Vôlei, a partir das 19h, no ginásio Tancredo Neves, na cidade mineira. Apesar de já classificado para os playoffs, a equipe potiguar pensa somente neste confronto, mesmo porque ainda não sabe quem terá pela frente a partir do dia 24. O jogo contra o Montes Claros América Vôlei terá transmissão ao vivo pelo Canal SporTV.

"Nosso foco, neste momento, é para essa partida em Montes Claros. Mesmo com a vaga assegurada, queremos mais um resultado positivo para terminar bem o returno e chegar ainda mais embalado na próxima fase. Isso também acontece porque nem sabemos quem será o adversário no playoff. Um passo de cada vez", destaca o técnico interino do Funvic Educacoin Natal Adalberto Fragoso.

Sobre a próxima fase, Adalberto ressalta que o objetivo do grupo é ter um bom desempenho. "A vaga nos playoffs era nossa meta no início da temporada e estamos muito felizes em colocar uma equipe do Norte/Nordeste entre as oito melhores do maior torneio de vôlei da América Latina. Assim que soubermos qual time teremos pela frente, vamos pensar na melhor estratégia, uma vez que nem teremos tempo para treinar. De qualquer forma, queremos apresentar um voleibol competitivo e ir o mais longe possível", completa.

Foto/Divulgação

Funvic *Educacoin Natal*

O entusiamo da equipe tem motivo de ser. Afinal, vem sendo um dos destaques no returno, tendo vencido oito dos 10 jogos disputados. O Funvic inclusive quebrou a invencibilidade do líder Fiat/Gerdau/Minas, na casa do adversário. Mais do que isso, a equipe evoluiu muito seu jogo e, como consequência, ganhou ritmo para enfrentar qualquer adversário em igualdade de condições. O fato de o Funvic Educacoin Natal contar com vários atletas entre os melhores da competição em diferentes fundamentos só confirma isso.

O Funvic Educacoin Natal deverá começar a partida com Índio, Elian, Pat, Brito, Fábio, Gabriel, além do líbero Thales.

Stock Car

Histórico positivo em "traçados externos" anima Rafael Suzuki para etapa em Goiânia

Foto/ Duda Bairros

Na *1ª etapa, em Interlagos, ele conquistou dois top-10*

Pouco mais de um mês após a abertura da temporada, a Stock Car volta a se reunir neste fim de semana (18 a 20 de março) para a 2ª etapa do campeonato, em Goiânia, com uma novidade interessante. A categoria vai utilizar o traçado externo da pista, que, em outubro de 2021, proporcionou a chegada mais acirrada da história da categoria, com diferença de 0.010s entre o vencedor e o 2º colocado. Para Rafael Suzuki, a notícia foi vista com bons olhos, já que o piloto da equipe Full Time Sports teve ótima performance nas disputas em circuitos com essas características no ano passado, e, por isso acredita que pode ter mais um fim de semana positivo para seguir com um início de temporada forte.

Em Interlagos, dividindo o carro com o holandês Jeroen Bleekemolen, eles conquistaram um 9º e um 6º lugar, o que o deixou na 7ª posição na classificação geral, entre 32 pilotos. Então, o objetivo é manter a boa fase em Goiânia.

Em 2021, foram duas etapas realizadas em "traçados externos", em dois circuitos diferentes. Em Curitiba, em agosto, Suzuki teve seu melhor fim de semana na categoria até agora. Conquistou a pole position, venceu a corrida 1, e com o top-5 na corrida 2, foi o maior pontuador da etapa. Já em outubro, Goiânia recebeu uma etapa dupla, com uma prova no traçado misto tradicional, e, no dia seguinte, realizou as disputas no anel externo, quando o piloto da Full Time passou ao Q3 e largou em 4º lugar.

Por ser um traçado mais curto - com 2.695m de extensão, três curvas e altas médias de velocidade -, os tempos entre os pilotos ficam ainda mais próximos, e uma boa posição de largada é ainda mais importante, mas Suzuki destacou o fato de já contarem com bons dados para buscar o melhor resultado possível, e se aproximar cada vez mais do topa da tabela.

Os treinos da etapa começam na sexta-feira (18). No sábado, os pilotos contam com mais uma sessão, e a classificação que define o grid de largada, a partir das 13h30, ao vivo no Sportv2, e, no domingo, as duas corridas começam às 15h10 - após o início da temporada da Formula 1 -, com transmissão ao vivo na Band e Sportv2, além do youtube.com/stockcarchannel e motorsport.tv.

autojornal
o dia a dia motorizado

SP anuncia investimento de R$ 100 mi para Prospera Família

O Governador João Doria anunciou, na sexta-feira (18), a nova edição do Programa Prospera Família da Secretaria de Desenvolvimento Social, que atende famílias monoparentais – mães e pais solo, que vivem em situação de extrema pobreza. No total, serão 20 mil famílias contempladas em 57 municípios do estado.

"São 57 municípios que passam a ter direito a este programa. São R$ 100 milhões, não R$ 100 mil. Esse é um Governo que não só acredita na redução das diferenças sociais, na desigualdade, como trabalha e investe para isso", disse Doria.

Na edição 2022/23, as inscrições começam no mês de maio e devem ser feitas nos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) das cidades participantes. As aulas e atividades terão início em agosto de 2022.

O programa tem três etapas, com duração de 12 meses. Entre elas, está a criação de projeto de vida, capacitação e gestão para o empreendedorismo e inclusão no mercado de trabalho. Todo o processo é acompanhado por tutoras, que são profissionais da assistência social e fazem toda criação de vínculo com a beneficiária.

As mulheres e homens participantes recebem uma renda mensal de R$130; e duas parcelas que somam R$ 2 mil após o término do programa. O objetivo do benefício é investir em materiais de trabalho e criar uma parcela na poupança para futuras emergências.

O projeto piloto foi lançado em março de 2021 com 12 mil vagas e 23 cidades participantes. Para esta edição, foram incluídas outras 34 cidades.

O investimento total para o programa é de R$ 100 milhões: sendo 71,2 milhões para a transferência de renda. Esse montante é 58% maior quando comparado com o total investido na edição de 2021 (R$ 63 milhões).

"O programa Prospera se consolidou como o melhor programa de mobilidade social já desenhado neste país. Contempla a transferência de renda por um ano com uma solução de autonomia, empreendedorismo e emancipação. Esta tem sido a lógica do Governo, que enxerga potencial de redução de desigualdade efetivamente. Mobilidade social tem sido o mote de todos os programas estaduais", afirmou a Secretária de Desenvolvimento Social, Célia Parnes.

Prospera Família

O Prospera Família vai muito além da transferência de renda e tem como essência principal a capacitação, independência financeira e empreendedorismo. No projeto de vida, os participantes passam por oficinas semanais e, ao longo de dois meses, saem com projeto de vida concreto dos próximos passos, suas aspirações pessoais, familiares, econômicas.

Na fase da capacitação, com duração em média de cinco meses, são realizados diversos cursos como recepção, confeitaria, auxiliar de cabeleireiro, corte e costura, manicure, panificação, entre outros.

Já na terceira etapa, a participante será preparada para abrir o seu negócio ou para a inclusão produtiva no mercado de trabalho. Após todas as etapas ela vai receber R$ 2 mil, parcelado em duas vezes, para investir na sua carreira.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Quem tá tendo a oportunidade de exercer o cargo de vereador - no lugar da agora mamãe Sonaira (Republicanos) é o jovem Jorge Wilson Filho, cujo pai é o deputado (ALESP) Jorge Wilson (Republicanos), o 'xerife do consumidor' na Record (tv)

.

PREFEITURA (São Paulo)

Quem segue comemorando o acordo com o presidente Bolsonaro (PL) é o Ricardo Nunes (MDB do ex-presidente Temer), livrando a Pauliceia de uma dívida de 250 milhões por mês, em troca da área aonde está o Campo de Marte (Zona Norte)

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Histórias de cassações na ALESP : por ter se envolvido no caso da 'Máfia dos Fiscais' da prefeitura paulistana, quando era vereador, o deputado Hanna Gharib foi cassado em 1999, sem ter cometido nenhum crime nos poucos meses do mandato

.

GOVERNO (São Paulo)

Em plena campanha à Presidência, João Doria (PSDB) passou a apostar tudo numa 2ª dose dos reforços das vacinações (Covid 19) pros idosos e também no fim da obrigatoriedade do uso das máscaras, em locais abertos e até em alguns fechados

.

CONGRESSO (Brasil)

O comunicador (tv) Datena já começou a dizer que "se me encherem muito o saco, eu posso até aceitar um dos convites dos outros candidatos, que não fazem as ironias como o João Doria (PSDB)". Diz também que "desta vez eu não vou desistir"

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Bolsonaro (PL) segue observando comportamentos de alguns pastores que se apresentam como cristãos (evangélicos), achando que vão mandar num possível 2º governo. Assim como o Cristo Jesus, vai dizer "se afastem. Não os conheço"

.

PARTIDOS (Brasil)

Filiação do Alckmin ao PSB - dominado pela família do patriarca Arraes - dá ao ex-governador (SP) e ex-tucano a condição de 'explicar' porque vai se deixar usar como vice do Lula (dono do PT), sendo que em 2006 consegui perder votos paulistas ?

.

JUSTIÇAS (Brasil)

Perguntas da hora : o fato do ministro (Supremo) Alexandre de Moraes ter determinado o bloqueio do Telegram em todo o Brasil, por conta do pedido feito pela Polícia Federal - sobre crimes de usuários - pode impedir a reeleição do Bolsonaro ?

.

ANO 30

Cesar Neto é jornalista e colunista de política na imprensa (Brasil) desde 1992. A coluna diária - **cesarneto.com** - se tornou referência da liberdade possível. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara paulistana) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP)

.

Email cesar@cesarneto.com - Twitter @cesarnetoreal

cesar@cesarneto.com

Oito bolivianos são libertados de trabalho análogo ao escravo em SP

Uma operação deflagrada na sexta-feira, (18) em São Paulo libertou oito imigrantes bolivianos vítimas de trabalho análogo à escravidão em uma confecção no Bom Retiro, no centro da capital paulista. Durante a operação, que foi chamada de Andrápodon, duas pessoas responsáveis pela confecção foram presas por tráfico de pessoas e organização criminosa.

Segundo as investigações, as vítimas chegavam a trabalhar 14 horas por dia e depois dormiam no mesmo local, ao lado da máquina de costura.

A operação foi realizada pela Secretaria de Justiça e Cidadania, por meio do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de São Paulo (NETP), e pela Polícia Civil, com agentes do Departamento de Operações Policiais Estratégicas (Dope) e da 1ª Delegacia Seccional da capital.

"Há um trabalho repressivo de prender esses traficantes, que acabam enganando essas pessoas com falsa promessa de oportunidades e de melhor vida", disse Fernando José da Costa, secretário de Justiça e Cidadania.

"Há também um trabalho humanitário, feito pela Secretaria de Justiça e Cidadania do estado de São Paulo. São três etapas: a primeira inicia hoje, que é a etapa do acolhimento: essas pessoas serão direcionadas a um lugar melhor. A segunda é um trabalho já relacionado à capacitação: essas pessoas farão cursos de português, profissionalizantes, que é um trabalho de inclusão social e profissional. E vem junto o trabalho de regularização através do Centro de Integração da Cidadania do Imigrante (CIC) e do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas", acrescentou o secretário.

Desde 2019, o NETP já recebeu 37 denúncias de casos de tráfico de pessoas, trabalho análogo à escravidão, adoção ilegal, exploração laboral da prostituição e exploração sexual e de desaparecimento. Desse total, 12 denúncias resultaram em força-tarefa e contribuíram para o resgate de 206 vítimas. (Agência Brasil)

Acordo com Ecovias é aprovado pelo Ministério Público de São Paulo

O Conselho Superior do Ministério Público de São Paulo homologou nesta semana acordo de colaboração estabelecido entre a Promotoria do Patrimônio Público e a concessionária de rodovias Ecovias, que administra o Sistema Anchieta/Imigrantes, que liga a capital ao litoral paulista.

Pelo acordo, assinado em 2020 e homologado somente na última terça-feira (15), a concessionária compromete-se a investir R$ 638 milhões em obras e devolução ao erário, como forma de reparação pelo seu envolvimento com atividades ilegais.

O Conselho Superior do Ministério Público homologou também acordo entre o Ministério Público e um ex-presidente da Ecovias, que prevê pagamento de R$ 12 milhões ao erário.

Para que os dois acordos de não persecução cível possam ser válidos, ainda é necessária a aprovação do Judiciário. Caso sejam homologados também pela Justiça, nenhuma empresa do grupo nem o ex-presidente da concessionária poderão sofrer sanções judiciais pelas irregularidades nos contratos.

As irregularidades foram praticadas em licitações para concessão rodoviária. Segundo a investigação, a Ecovias financiou candidaturas eleitorais de forma ilegal, com pagamento de propinas e participou da formação de cartel. Há suspeitas de que a Ecovias não seja a única concessionária com irregularidades: contratos assinados pelo governo paulista entre os anos de 1998 e 2014 com mais 11 concessionárias também podem ser alvo de investigação.

Pelo acordo de não persecução cível, a Ecovias comprometeu-se a pagar R$ 638 milhões, dos quais R$ 400 milhões serão para obras de um *boulevard* (via urbana, geralmente larga e arborizada) em uma das entradas da Rodovia Anchieta e R$ 50 milhões, para melhoria e segurança da Via Anchieta. O restante será repassado ao estado, de forma parcelada: uma parte – R$ 150 milhões – será dividida em oito parcelas anuais e a outra – R$ 36 milhões – em seis parcelas semestrais. Paralelamente, R$ 2 milhões serão destinados ao Fundo de Interesses Difusos.

Diferentemente do que previa o acordo assinado em 2020 entre o Ministério Público e a Ecovias, o que foi homologado nesta semana não prevê mais redução no valor do pedágio cobrado dos usuários.

Procurada pela **Agência Brasil**, a Ecovias informou que não se manifestaria sobre o assunto. Já o governo de São Paulo informou que "apenas foi consultado pelo Ministério Público sobre a forma de ressarcimento e respondeu que pode ser realizado por meio de obras". (Agência Brasil)

Prefeitura assina contratos para ampliar malha cicloviária

Começam nesta semana as obras de ampliação da malha cicloviária da capital paulista. Serão mais 48 quilômetros (km) de ciclovias, sendo as primeiras implantações, com cerca de 7 km, nas avenidas República do Líbano e Indianópolis, e na Rua Sena Madureira, na zona sul da cidade. Serão conectadas as estruturas da Nossa Senhora do Sabará e Alberto de Zagottis à ciclovia da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), na altura da estação Jurubatuba. A da Radial Leste, com 3 km de extensão, conecta a ciclovia Caminho Verde às estruturas do centro da cidade.

A obra será executada pela empresa Habitem Incorporação e Construção, com que a prefeitura assinou contrato. A implantação das novas conexões custará R$ 17 milhões. Segundo a Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito e a Companhia de Engenharia Tráfego, as vias que receberão as novas ciclovias foram apresentadas e debatidas com a sociedade, por meio da realização de oficinas e audiências públicas. (Agência Brasil)

Sala São Paulo recebe 3ª edição dos Encontros Históricos

Em 2022, a Sala São Paulo, instituição da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, traz para seu palco mais uma temporada dos **Encontros Históricos**. Depois de receber grandes nomes da música popular brasileira acompanhados pela Brasil Jazz Sinfônica, corpo estável do Governo do Estado, entre 2020 e 2021, a nova edição dará as boas-vindas a Paulinho da Viola & Família, Fafá de Belém & Otto, Daniela Mercury & Maria Gadú, Teresa Cristina & Dudu Nobre, Arnaldo Antunes & Lenine e Gal Costa & Silva, entre outras estrelas da MPB.

No primeiro ano dos *Encontros Históricos na Sala São Paulo*, foram realizados encontro entre artistas como Erasmo Carlos & Roberta Sá, Ivan Lins & MP4 e João Donato & Marcos Valle. Na segunda edição, subiram ao palco nomes como Gilberto Gil, Alcione, Martinho da Vila, Elba Ramalho e Carlinhos Brown realizando performances inesquecíveis, sempre com o acompanhamento da Brasil Jazz Sinfônica, orquestra parceira do projeto.

O primeiro concerto desta nova temporada está marcado para o dia 2/abr, quando o cantor e compositor carioca **Paulinho da Viola** estará junto com os filhos Beatriz Rabello e João Rabello. As apresentações acontecem sempre aos sábados, às 22h, e os ingressos já podem ser adquiridos **neste link**.

"Os *Encontros Históricos*, que agora chegam à terceira temporada, vão além de um encontro entre dois artistas. Eles são também o encontro de dois artistas com a orquestra, e extraem da Brasil Jazz Sinfônica o que ela tem de melhor para oferecer, que é a excelência na produção de música popular orquestral. A constância com que presenciamos encontros inusitados ou improváveis neste projeto torna tudo ainda mais instigante, e isso nos dá a chance de mostrar a veia criativa da orquestra", afirma Ruriá Duprat, Diretor Musical da Brasil Jazz Sinfônica.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Rendimento do trabalhador cai 9,7% em um ano, diz IBGE

O rendimento real habitual do trabalhador brasileiro ficou em R$ 2.489 no trimestre findo em janeiro deste ano. Isso representa quedas de 1,1% em relação ao trimestre encerrado em outubro e de 9,7% frente ao trimestre finalizado em janeiro de 2021.

Os dados, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), foram divulgados na sexta-feira (18) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Já a massa de rendimento real habitual (R$ 232,6 bilhões) ficou estável em ambas as comparações.

A pesquisa divulgada hoje também mostra que a taxa de desemprego ficou em 11,2% em janeiro deste ano, abaixo das taxas de outubro (12,1%) e de janeiro de 2021 (14,5%).

Subutilização

A população subutilizada, ou seja, os que estão desempregados, aqueles que trabalham menos do que poderiam e as pessoas que poderiam trabalhar mas não procuram emprego, chegou a 27,8 milhões de pessoas, quedas de 7,2% (menos 2,2 milhões) frente ao trimestre anterior e de 15,5% (menos 5,1 milhões) na comparação anual.

A taxa composta de subutilização (23,9%) caiu 1,9 ponto percentual em relação ao trimestre de agosto a outubro (25,7%) e 5,1 pontos percentuais na comparação com o trimestre encerrado em janeiro de 2021 (29%).

A população fora da força de trabalho (64,9 milhões de pessoas) permaneceu estável quando comparada com o trimestre anterior e caiu (menos 3,9 milhões de pessoas) na comparação anual.

A população desalentada, isto é, ou seja, aqueles que desistiram de procurar emprego, ficou em 4,8 milhões de pessoas, reduções de 6,3% (menos 322 mil pessoas) em relação ao trimestre anterior e de 18,7% (menos 1,1 milhão de pessoas) na comparação anual.

Empregos com carteira

O número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado (excluindo-se trabalhadores domésticos) foi 34,6 milhões de pessoas, 2% a mais (681 mil pessoas) que outubro e 9,3% acima (2,9 milhões de pessoas) que janeiro de 2021.

O número de empregados sem carteira assinada no setor privado (12,4 milhões de pessoas) cresceu 3,6% (427 mil pessoas) em relação a outubro e 19,8% (2 milhões de pessoas) no ano.

O número de trabalhadores por conta própria (25,6 milhões de pessoas) ficou estável na comparação com o trimestre anterior, mas subiu 10,3% (mais 2,4 milhões de pessoas) no ano.

Os trabalhadores domésticos (5,6 milhões de pessoas) apresentaram estabilidade no confronto com o trimestre anterior, mas subiu 19,9% (mais 931 mil pessoas) no ano. (Agencia Brasil)

Taxa de desemprego recua para 11,2% em janeiro, diz IBGE

A taxa de desemprego no país ficou em 11,2% no trimestre encerrado em janeiro deste ano. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o resultado é o menor para o período, desde 2016 (9,6%).

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) foram divulgados na sexta-feira (18).

No trimestre encerrado em janeiro de 2021, a taxa era de 14,5%. Ainda de acordo com o IBGE, a taxa observada no trimestre encerrado em janeiro deste ano ficou abaixo da observada no trimestre finalizado em outubro de 2021 (12,1%).

A população desocupada ficou em 12 milhões de pessoas, 6,6% abaixo do trimestre anterior (menos 858 mil pessoas) e 18,3% abaixo do trimestre encerrado em janeiro de 2021 (menos 2,7 milhões de pessoas).

A população ocupada no país chegou a 95,4 milhões, altas de 1,6% em relação a outubro (mais 1,5 milhão de pessoas) e de 9,4% ante janeiro de 2021 (mais 8,2 milhões).

O nível da ocupação, que é o percentual de pessoas ocupadas na população com idade para trabalhar, ficou estimado em 55,3%. O resultado é 0,7 ponto percentual acima do registrado no trimestre anterior (54,6%) e 4,3 pontos percentuais acima que no mesmo período de 2021 (51,1%). (Agencia Brasil)

Caixa começa a pagar parcela de março do Auxílio Brasil

A Caixa começou a pagar na sexta-feira (18) a parcela de março do Auxílio Brasil. Receberam na sexta-feira os beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) final 1. O valor mínimo do benefício é R$ 400. As datas seguirão o modelo do Bolsa Família, que pagava nos dez últimos dias úteis do mês.

O beneficiário pode consultar informações sobre datas de pagamento, valor do benefício e composição das parcelas em dois aplicativos: Auxílio Brasil, desenvolvido para o programa social, e Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Atualmente, 17,5 milhões de famílias são atendidas pelo programa. No início do ano, 3 milhões foram incluídas.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também foi pago na sexta-feira às famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 1. O benefício segue o calendário regular de pagamentos do Auxílio Brasil.

Com duração prevista de cinco anos, o programa beneficiará 5,5 milhões de famílias, até o fim de 2026, com o pagamento de 50% do preço médio do botijão de 13 quilos, conforme valor calculado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Pago a cada dois meses, o Auxílio Gás tem orçamento de R$ 1,9 bilhão para este ano.

Só pode participar do programa quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Benefícios básicos

O Auxílio Brasil tem três benefícios básicos e seis suplementares, que podem ser adicionados caso o beneficiário consiga emprego ou tenha filho que se destaque em competições esportivas, científicas e acadêmicas.

Podem receber o benefício as famílias com renda per capita de até R$ 100, consideradas em situação de extrema pobreza, e até R$ 200, em condição de pobreza. (Agencia Brasil)

Petrobras defende reajustes de preços para evitar desabastecimento

A Petrobras divulgou na sexta-feira (18) uma nota à imprensa em que defende o reajuste de preços de combustíveis de acordo com o mercado internacional de petróleo. A estatal brasileira informou que esse movimento é necessário para evitar riscos de desabastecimento.

De acordo com a empresa, ajustes de preços são importantes para que o mercado brasileiro continue sendo suprido por distribuidores, importadores e produtores.

A Petrobras informou que os reajustes anunciados no dia 10 de março, que incluíram aumentos de 18% na gasolina e de 24,9% no óleo diesel, foram uma resposta à disparada dos preços internacionais, resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia, em 24 de fevereiro.

Segundo a nota, a Petrobras só fez o reajuste no dia 11 de março, ou seja, duas semanas depois. Ainda assim, a empresa diz que os aumentos só refletiam parte da elevação dos preços internacionais do petróleo, "que foram fortemente impactados pela oferta limitada frente a demanda mundial por energia".

A empresa destacou ainda que "tem sensibilidade quanto aos impactos dos preços na sociedade e mantém monitoramento diário do mercado nesse momento desafiador e de alta volatilidade, não podendo antecipar decisões sobre manutenção ou ajustes de preços". (Agencia Brasil)

Publicada medida provisória que autoriza saque extraordinário do FGTS

Foi publicada na sexta-feira (18) no Diário Oficial da União a Medida Provisória (MP) 1105/2022 autorizando o saque extraordinário das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no valor de até R$ 1 mil, independentemente do número de contas que tenha. Os pagamentos serão feitos pela Caixa Econômica Federal.

O calendário de saques começa em 20 de abril e vai até 15 de junho. O dinheiro ficará disponível até 15 de dezembro, quando voltará para a conta vinculada do FGTS. A MP, entretanto, destaca que os valores que estiverem bloqueados na conta vinculada do FGTS não ficarão disponíveis para saque extraordinário.

O dinheiro vai ser disponibilizado automaticamente na conta do trabalhador pelo aplicativo Caixa Tem. A medida também autoriza a criação de poupança social digital na Caixa para os trabalhadores que não possuem conta bancária na instituição.

Segundo o governo, poderão efetuar o saque cerca de 42 milhões de pessoas. A estimativa é que sejam injetados R$ 30 bilhões na economia caso todos os trabalhadores retirem o dinheiro. A liberação do saque tem como objetivo diminuir o comprometimento de renda e o endividamento das famílias por conta da crise sanitária provocada pela pandemia de covid-19 e pela inflação.

O Ministério do Trabalho e Previdência informou que as demais possibilidades legais de movimentação dos recursos do FGTS continuam válidas. O fundo pode ser sacado nos seguintes casos: despensa sem justa causa, extinção da empresa, aposentadoria, falecimento do trabalhador, pagamento de prestações do financiamento habitacional concedido pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) a pessoas com idade igual ou superior a 70 anos, além de doenças graves definidas em lei. (Agencia Brasil)

Fies divulga lista de pré-selecionados para o programa

Estudantes que se inscreveram no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) 2022 já podem consultar o resultado da seleção, que abriu 66.555 vagas para financiamento de curso superior em instituições particulares.

A lista de candidatos pré-selecionados está disponível no portal Acesso Único. Após conferir o resultado, é preciso fazer a complementação de informações.

Pelo edital do programa, o prazo para validar as informações da inscrição é de até cinco dias úteis na Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA), contados a partir do dia imediatamente subsequente ao da complementação da inscrição. Os selecionados terão de entregar físicamente ou de forma digital/eletrônica a documentação exigida.

Outra exigência aos selecionados é a validação das informações prestadas a um agente financeiro em até dez dias, contados a partir do terceiro dia útil imediatamente subsequente à data de validação da inscrição pela CPSA. Nesse caso, também é necessária a entrega física ou digital/eletrônica da documentação exigida e especificada nas normas vigentes para contratação.

Uma vez aprovada pelo agente financeiro, o candidato deve formalizar a contratação do financiamento. Esse procedimento será feito de 21 a 23 de março e é importante que os estudantes não percam o prazo, sob pena de perder a vaga.

Pelo cronograma do Fies, a convocação dos selecionados na lista de espera deve sair no dia 24 próximo. (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

ONU critica Rússia por espalhar "absurdos" sobre armas biológicas

Os Estados Unidos e aliados ocidentais criticaram a Rússia, nesta sexta-feira, no Conselho de Segurança da ONU, por espalhar propaganda, desinformação e "absurdos" ao alegar que partes de armas biológicas estavam sendo feitas na Ucrânia.

O embaixador russo na ONU, Vassily Nebenzia, enviou um longo documento, visto pela Reuters, ao conselho e ao secretário-geral da ONU, António Guterres, na sexta-feira, sobre a acusação de Moscou de que há "programas militares biológicos" na Ucrânia.

"O Ministério da Defesa está recebendo mais e mais materiais e analisando. Vamos continuar mantendo a comunidade internacional informada sobre as atividades ilícitas conduzidas pelo Pentágono no território ucraniano", disse Nebenzia ao conselho.

Foi a segunda vez em duas semanas que o conselho de 15 membros se reuniu sobre o assunto a pedido da Rússia. A embaixadora britânica da ONU, Barbara Woodward, descreveu a atitude da Rússia como "desinformação de desesperados".

Tivemos uma reintrodução de desinformações amadoras, que discutimos e desmentimos na última sexta-feira. Era um absurdo então, e é um absurdo agora", disse ela ao conselho nesta sexta-feira.

A ONU disse que não está ciente de qualquer programa de armas biológicas na Ucrânia, e a diretora de Assuntos de Desarmamento, Izumi Nakamitsu, disse ao conselho na sexta-feira que a entidade mundial não tem "autoridade ou a capacidade operacional" para investigar a informação trazida pela Rússia.

A embaixadora norte-americana na ONU, Linda Thomas-Greenfield, acusou na sexta-feira seu equivalente russo de realizar "uma tirada de teorias bizarras da conspiração" na semana passada. 9Agencia Brasil)

Em show, presidente russo diz que país nunca esteve tão forte

O presidente russo, Vladimir Putin, fez um discurso na sexta-feira(18), em um estádio lotado de apoiadores, para comemorar os oito anos da anexação da Crimeia.

No evento, Putin defendeu a "operação especial", como ele se refere à guerra na Ucrânia, e disse que a Rússia nunca teve tanta força. Ele elogiou o que chamou de "ação heroica" dos militares nessa operação.

"Nossos soldados estão atuando nesse conflito, tentando ajudar um ao outro, como irmãos de verdade. Protegendo seu irmão contra bala. Defendendo seu irmão com o seu próprio corpo. Nós nunca tivemos tamanha força", afirmou.

O presidente russo também parabenizou os soldados que lutaram na anexação da Crimeia e disse que, nos últimos oito anos, a Rússia fez todo o possível para levantar a Crimeia, "fornecendo coisas básicas como gás, energia, todo tipo de serviço, redes, criando novas vias de transporte para trânsito de pessoas e de cargas".

Putin disse ainda que as cidades da Crimeia e de Sebastopol criaram uma barreira contra neonazistas e extremistas nacionalistas, assim como a região pró-Moscou de Donbass.

"Eles também criaram uma barreira, um bloqueio, atuavam se defendendo de bombas aéreas. Tudo isso foi feito contra o genocídio que estava acontecendo. Tentando fazer com que as pessoas se livrassem desse sofrimento. E esse foi o principal motivo da operação que está acontecendo hoje na Ucrânia".

O mandatário russo sustenta a tese de que o governo ucraniano é composto por neonazistas e comete genocídio contra o próprio povo. Nessa semana, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) refutou essa tese e ordenou que a Rússia retire as tropas da Ucrânia. (Agencia Brasil)

Comissão Europeia anuncia programa de apoio a refugiados ucranianos

A presidente da Comissão Europeia (CE), Ursula von der Leyen, anunciou na sexta-feira (18) o programa Care - Cohesion Action for Refugees in Europe (Ação de Coesão para Refugiados, em tradução livre).

O pacote de medidas inclui recursos para a construção de centros de acolhimento, hospitais de campanha, escolas e creches, além de cursos de idioma para os refugiados da Ucrânia e formação e apoio ao emprego.

Milhões de ucranianos estão buscando abrigo na União Europeia. A Comissão Europeia, em sua página no Twitter, afirma que "até que as pessoas possam voltar para casa em segurança e reconstruir seu país independente e democrático, nós as acolheremos e as apoiaremos".

A CE afirmou ainda que prestará apoio inabalável à Ucrânia. "Desembolsamos a segunda parcela de cerca de € 300 milhões de nossa Assistência Macrofinanceira de emergência para apoiar a Ucrânia. Este é o segundo pagamento de um pacote de € 1,2 bilhão de euros. Mais virão".

Ucrânia na UE

O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky disse que, em conversas com a presidente da CE, ela prometeu fazer todo o possível para viabilizar a entrada da Ucrânia na UE. Em sua conta pessoal no Twitter, Ursula afirmou que "o caminho europeu da Ucrânia já começou".

"Tempos como esses exigem visão, firmeza e resistência para dar um passo difícil após o outro. A Comissão Europeia seguirá adiante neste caminho. A política de coesão tem sido a força silenciosa da nossa União. Ajudando-nos a crescer mais juntos. E hoje, a política de coesão pode ajudar os países da UE a acolher os refugiados ucranianos de forma rápida e humana", escreveu Ursula von der Leyen.

Zelensky também sugeriu que pode até desistir de entrar na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), mas que mantém firme a intenção de ingressar na União Europeia. (Agencia Brasil)

Ministro da Saúde diz que não vai decretar fim da pandemia "sozinho"

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, disse na sexta-feira (18) que não vai tomar sozinho a decisão de editar ato para determinar o fim da emergência sanitária por covid-19, e que ouvirá secretários de Saúde e outros ministérios antes de tomar qualquer atitude.

"Nós rumamos para pôr fim a essa emergência sanitária. É uma prerrogativa do ministro da Saúde, por meio de um ato, porque assim a lei determina. Mas o ministro não vai tomar essa decisão sozinho, vai tomar essa decisão ouvindo as Secretarias Estaduais de Saúde, outros ministérios, outros Poderes, para que transmitamos segurança a nossa população", disse Queiroga.

Na quinta-feira (17), Queiroga se reuniu com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, para tratar do tema, depois de já ter se encontrado com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para discutir o mesmo assunto.

O ministro vem buscando esclarecer a intenção do governo de iniciar a transição da categoria de pandemia para a de endemia, tipo mais brando de emergência sanitária. A medida está em estudo e foi anunciada no início do mês pelo presidente Jair Bolsonaro.

Na sexta-feira (18), Queiroga voltou a avaliar que "a pandemia está sob controle" em muitas partes do país. "Tanto assim que em mais de 16 estados já se flexibilizou o uso da máscara e, dos maiores, inclusive em ambientes fechados. As máscaras são um símbolo da pandemia", disse.

Ele atribuiu a desaceleração da disseminação do novo coronavírus ao aumento da aplicação de vacinas, que disse terem sido "fundamentais" no controle da doença. "Se não fossem elas, nós não estaríamos na situação que estamos hoje. Estamos com a pandemia em desaceleração franca", afirmou.

As declarações de Queiroga foram dadas durante uma agenda em Belo Horizonte, onde participou de uma oficina sobre a liberação de recursos do Programa Previne Brasil, que repassa a estados e municípios recursos para a atenção básica à saúde, tendo como base critérios populacionais e também de desempenho.

Ele aproveitou a ocasião para também defender a criação de uma espécie de open health, sistema similar ao open banking criado pelo Banco Central, que permite um compartilhamento mais amplo de dados sobre clientes entre as instituições financeiras.

Na visão de Queiroga, a aplicação da mesma lógica ao setor de Saúde permitirá um maior conhecimento sobre o uso do sistema complementar, podendo acarretar em redução de gastos públicos e fraudes.

"Fazer uma plataforma como o Open Finance, como o Open Banking e o Open Insurance, na Saúde Suplementar pode criar um novo ciclo virtuoso de desenvolvimento. Isso não tem nada a ver com privatização do SUS. Nada. Pelo contrário, vamos conhecer melhor o que acontece com os beneficiários do setor privado que usam o setor público. Quem são aqueles que não fazem ressarcimento ao SUS?", indagou o ministro. (Agencia Brasil)

Ministro do STF determina bloqueio do Telegram no Brasil

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou na sexta-feira (18) o bloqueio do aplicativo de mensagens Telegram. Na decisão, o ministro determinou que as operadoras de telefonia realizem o corte no funcionamento da plataforma. Em caso de descumprimento será aplicada multa diária de R$ 100 mil.

Em fevereiro, Moraes havia determinado que o aplicativo de mensagens fizesse o bloqueio de perfis acusados de disseminar desinformação, no entanto, o STF não conseguiu intimar a representação no Brasil da empresa responsável pelo aplicativo.

Em outra frente, no início do mês, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também tenta localizar os representantes da empresa, por meio do escritório de advocacia no Brasil. Um ofício foi endereçado ao diretor-executivo do serviço de mensagens, Pavel Durov.

As autoridades temem que o Telegram seja palco para a desinformação no país por não buscar implementar meios de barrar a disseminação de informações sabidamente inverídicas. No aplicativo, por exemplo, é possível formar grupos com centenas de milhares de pessoas, que recebem mensagens simultaneamente. O principal concorrente, o WhatsApp, por exemplo, permite grupos de apenas 300 pessoas.

O bloqueio do Telegram foi solicitado pela Polícia Federal (PF) no âmbito de uma investigação que está em andamento na Corte envolvendo o jornalista Allan dos Santos.

Segundo a PF, o aplicativo é "notoriamente conhecido por sua postura de não cooperar com autoridades judiciais e policiais de diversos países".

Moraes ressaltou que o Telegram vem descumprindo as decisões que determinam a suspensão de perfis, em uma atitude de "total omissão em fazer cessar a divulgação de notícias fraudulentas e a prática de infrações penais".

"O desprezo à Justiça e a falta total de cooperação da plataforma Telegram com os órgãos judiciais é fato que desrespeita a soberania de diversos países, não sendo circunstância que se verifica exclusivamente no Brasil e vem permitindo que essa plataforma venha sendo reiteradamente utilizada para a prática de inúmeras infrações penais", afirmou. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Cyrela Paraná Empreendimentos Imobiliários Ltda

CNPJ 07.965.232/0001-23 - NIRE 35220627991

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora, Local: 08.03.2022, na sede social, Rua do Rócio, 109, 3º Andar - Sala 01 - Parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Rafaella Nogueira De Carvalho Corti**, Secretária: **Sigrid Amantino Barcelos**. **Deliberações Aprovadas:** 1. Redução do capital social em R$ 1.800.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto social, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, com o cancelamento de 1.800.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada, todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações**, a qual receberá em moeda corrente do país o valor das quotas canceladas a título de capital excessivo. Passa o Capital Social **de** R$ 27.730.627,00 **para** R$ 25.930.627,00. 2. Autorizar os administradores da Sociedade a assinar e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 08.03.2022. **Mesa: Rafaella Nogueira De Carvalho Corti -** Presidente; **Sigrid Amantino Barcelos -** Secretária. Sócia: **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações** - Rafaella Nogueira De Carvalho Corti - Sigrid Amantino Barcelos.

Cyrela Violeta Empreendimentos Imobiliários Ltda

CNPJ 14.131.955/0001-92 - NIRE 35225706660

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora, Local: 08.03.2022, na sede social, Rua do Rócio, 109, 3º Andar - Sala 01 - Parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital. **Mesa:** Presidente: **Rafaella Nogueira De Carvalho Corti**, Secretária: **Sigrid Amantino Barcelos**. **Deliberações Aprovadas:** 1. Redução do capital social em R$ 1.200.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto social, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, com o cancelamento de 1.200.000 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada, todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações**, a qual receberá em moeda corrente do país o valor das quotas canceladas a título de capital excessivo. Passa o Capital Social **de** R$ 1.518.874,00 **para** R$ 318.874,00. 2. Autorizar os administradores da Sociedade a assinar e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 08.03.2022. **Mesa: Rafaella Nogueira De Carvalho Corti -** Presidente; **Sigrid Amantino Barcelos -** Secretária. Sócia: **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações** - Rafaella Nogueira De Carvalho Corti - Sigrid Amantino Barcelos

Cyrela Jasmim Empreendimentos Imobiliários Ltda

CNPJ 14.476.008/0001-33 - NIRE 35225984813

Extrato da Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora, Local: 08.03.2022, na sede social, Rua do Rócio, 109, 3º Andar - Sala 01 - Parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Rafaella Nogueira De Carvalho Corti**, Secretária: **Sigrid Amantino Barcelos**. **Deliberações Aprovadas:** 1. Redução do capital social em R$ 1.000.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto social, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, com o cancelamento de 1.000.000 de quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada, todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações**, a qual receberá em moeda corrente do país o valor das quotas canceladas a título de capital excessivo. Passa o Capital Social **de** R$ 5.184.276,00 **para** R$ 4.184.276,00. 2. Autorizar os administradores da Sociedade a assinar e firmar todos os documentos necessários. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 08.03.2022. **Mesa: Rafaella Nogueira De Carvalho Corti -** Presidente; **Sigrid Amantino Barcelos -** Secretária. Sócia: **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações** - Rafaella Nogueira De Carvalho Corti - Sigrid Amantino Barcelos.

FRAZÃO Leilões — LEILÃO Presencial e Online — Encerramento: 22/03/2022 3ª feira – às 11h00 — Santander

O leilão já está aberto na internet para receber lances.

Débitos de Condomínio e IPTU quitados pelo banco até o dia do leilão.

05 IMÓVEIS

CASAS E APARTAMENTOS

SC: JOINVILLE; **SP:** SÃO PAULO, PEDREIRA; **RJ:** RESENDE; **MG:** GOVERNADOR VALADARES.

À vista ou a prazo conforme o edital do leilão. Lance vencedor condicionado à aprovação do Banco.

Leia o Edital no site da leiloeira. Cadastre-se para participar do leilão online.

Rua Hipódromo, 1141 - sala 66 – Mooca - São Paulo/SP.

Ana Claudia Campos Frazão – leiloeira oficial – JUCESP 836.

Tel. 11- 11 3550-4066 / (11) 97179-0728 | www.FrazaoLeiloes.com.br

ASSET - Associação Educar para Transformar

CNPJ nº 58.106.972/0001-45

Demonstrações Financeiras Período: 01/01/2020 a 31/12/2020 - Consolidado

Balanço Patrimonial	Janeiro a Dezembro/2020
Ativo	**2.354.967,04**
Ativo Circulante	**1.841.527,90**
Disponivel	**834.822,35**
Caixa Geral	9.062,42
Caixa	9.062,42
Banco com Movimento	598.272,43
Banco do Brasil SA	598.272,43
Aplicacoes Financeiras	227.487,50
Conta Poupança	227.487,50
Creditos	**1.006.705,55**
Adiantamentos	1.006.705,55
Adiantamento de Ferias	435.147,11
Emprestimos a Filiais Ligadas	571.558,44
Ativo Não Circulante	**513.439,14**
Imobilizado	**513.439,14**
Imoveis	**248.624,28**
Instalações	248.624,28
Maquinas e Equipamentos	**5.326,99**
Maquinas	2.088,90
Equipamentos, Ferramentas	329,90
Equipamentos de Comunicação	2.908,19
Moveis e Utensilios	**315.847,24**
Moveis, Cadeiras, Outros	284.545,21
Utensilios, Freezer, Outros	31.302,03
Informatica	**92.733,98**
Computadores	67.494,11
Perifericos	25.239,87
Depreciações e Amortizações	**(149.093,35)**
(-) Moveis e Utensilios Depreciação	(48.920,31)
(-) Instalaçoes Depreciação	(100.173,04)

Balanço Patrimonial	Janeiro a Dezembro/2020
Passivo	**2.354.967,04**
Passivo Circulante	**852.025,16**
Obrigações a Pagar	**851.978,60**
Salarios e Ordenados a Pagar	**225.545,92**
Encargos Trabalhistas-Sociais	**54.874,24**
I.R. Fonte a Recolher	(75,21)
I.N.S.S. a Recolher	34.239,86
F.G.T.S. a Recolher	19.708,90
Contribuição Sindical a Recolher	382,65
PIS sobre Folha de Salarios a Pagar	383,21
I.R.R.F. sobre Aluguel	234,83
Emprestimos e Financiamentos	**571.558,44**
Emprestimos de Filiais ligadas	571.558,44
Provisões	**46,56**
Impostos a Pagar	**46,56**
I.S.S a Pagar	46,56
Patrimonio Liquido-Social	**1.502.941,88**
Patrimonio Social	**681.134,79**
Fundo Patrimonial	681.134,79
Resultados Sociais	**(70.040,24)**
Deficits Acumulados	(70.040,24)
Resultados Sociais	**891.847,33**
Superávit do Exercício	891.847,33

Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Valor
Receitas Brutas	7.986.503,99
Doações e Subvençoes	7.986.503,99
= Receita Líquida	7.986.503,99
Custos	(946.155,35)
Aluguel de Imovel	(946.155,35)
= Superávit Bruto	7.040.348,64
Despesas Administrativas	(4.324.447,15)
Salarios e Ordenados	(3.089.966,91)
13º Salario	(386.491,13)
Ferias	(363.326,45)
Indenizações Trabalhistas	1.833,05
Aviso Previo	(25.091,55)
Alimentação	(150.701,55)
Vale Transporte	(13.277,33)
Salario Familia/Maternidade	4.989,20
FGTS	(302.414,48)
Despesas Financeiras	(1.443,99)
Juros de Mora/Variações Monetarias	(342,70)
Multas de Mora	(235,04)
Baancarias	(866,25)
Despesas Gerais	(1.798.220,91)
Manutenção de Maquinas Equipamentos	(42.494,29)
Manutenção Conserto de Instalações, Imoveis	(664.171,62)
Serviços Profissionais PJ	(21.758,97)
Material de Limpeza - Higiene	(182.655,94)
Material de Escritorio, Impressos Geral	(111.295,67)
Material de Uso e Consumo	(5.769,25)
Serviços e Honorarios	(139.500,00)
Energia Eletrica	(26.664,92)
Agua e Esgotos	(39.210,56)
Telefonia/Comunicações	(19.664,56)
Despesas Pedagogicas	(409.055,14)
Bens Natureza Permanente Pequeno Valor	(135.976,11)
Legais, Taxas e Emolumentos	(3,88)
Despesas Tributárias	(24.391,78)
I.P.T.U	(24.391,78)
Receitas Financeiras	2,52
Receita sobre Aplicações Financeiras	2,52
= Superávit Operacional	891.847,33
= Superávit Contábil Líquido antes da Contribuição Social	891.847,33
= Superávit Contábil Líquido antes do Imposto de Renda	891.847,33
= Superávit	891.847,33
= Superávit Líquido do Período	891.847,33

A Diretoria

COMUNICADO DE EXTRAVIO

Comunicamos a perda das impressoras fiscais, conforme boletim de ocorrência nº 540331/2022, tipo ECF-IF da empresa **FIXDEL COM. DE MEIAS UNDERWARE EIRELI EPP**, CNPJ 07.005.668/0001-70: **a)** marca Bemathec, modelo ECF-IF MP-20 FI II ECF-IF, versão VER03.26, fabricação 4708031174443; **b)** marca Bemathec, modelo ECF-IF MP-2100 TH FI, versão 01.01.01, fabricação BE051175610000108764; e **c)** marca Bemathec, modelo ECF-IF MP-2100 TH FI, versão 01.01.01, fabricação BE051472900000080278.

COMUNICADO DE EXTRAVIO

Comunicamos a perda da impressora fiscal tipo ECF-IF, marca Bemathec, modelo ECF-IF MP-2100 TH FI, versão 01.01.01, fabricação BE051072900000029634 conforme boletim de ocorrência nº 540073/2022. **MKTPL COMÉRCIO DE MEIAS E UNDERWARE LTDA.**, CNPJ 13.073.806/0001-51.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1128374-86.2015.8.26.0100. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito. Requerente: Portoseg S/A Crédito Financiamento e Investimento. Requerido: Valdete Maria de Sena. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1128374-86.2015.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Airton Pinheiro de Castro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Valdete Maria de Sena, CPF: 901.896.048-91, que lhe foi proposta Procedimento Comum Cível por parte de Portoseg S/A Crédito Financiamento e Investimento, CNPJ: 04.862.600/0001-10, objetivando a quantia de R$ 80.617,65 (dezembro de 2015), decorrente da dívida consubstanciada na utilização de Cartão de Crédito contratado junto ao requerente Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de março de 2022. 19 e 22 / 03 / 2022

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1000714-75.2016.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 18ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Caramuru Afonso Francisco, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LANCHONETE SÃO PAULO I WEST LTDA. - EPP., CNPJ 71.764.047/0001-70, representada por RONALDO DE MAGALHAES CASTRO, CPF/MF sob o n.º 004.665.957-94, que lhe foi proposta uma ação de Monitória por parte de BANCO DO BRASIL S/A, objetivando a cobrança da quantia de R$ 113.461,55 (cento e treze mil e quatrocentos e sessenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), referente ao contrato bancário. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, paguem o "quantum" reclamado ou ofereçam embargos, sob pena de não o fazendo, constituir-se em título executivo judicial a inicial pretendida. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de fevereiro de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 01 MÊS. PROCESSO Nº 0116560-35.2008.8.26.0005 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). Fábio Henrique Falcone Garcia, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) LEANDRO LIMA SALES, Brasileiro, Casado, Desempregado, RG 341429909, CPF 321.388.388-38, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - Cdhu, objetivando a Rescisão de Contrato Cumulada com Reintegração de Posse do imóvel situado à Rua Manoel Rodrigues Santiago, nº 100, bloco 04A, E: A, apartamento 12A, Conjunto Habitacional Jardim Laura (São Miguel Paulista P6), São Paulo-SP, CEP 08142-235, alegando que os réus descumpriram o contrato entabulado entre as partes, caracterizando inadimplência financeira e ocupação irregular do imóvel. A autora requereu a rescisão do contrato e a consequente reintegração de posse. Encontrando-se o corréu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o corréu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de dezembro de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1021297-13.2018.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). CLAUDIA FELIX DE LIMA, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a JOÃO RAUCCI JÚNIOR (que também assina João Raul Cilas Júnior), RG 14.656.855, CPF 230.542.938-07, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda., objetivando a cobrança de R$ 5.225,31 (agosto/2017), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2014. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constitui-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de janeiro de 2022. 18 e 19.03

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1023181-43.2019.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional III – Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana Cristina Paganini Dias Sarti, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Eraldo Patrocínio dos Santos, RG 37.138.746, CPF 857.000.964-04, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Di Gênio e Patti – Curso Objetivo Ltda, objetivando a cobrança de R$ 1.653,49 (outubro/2019), referente às notas promissórias, vencidas, não pagas e protestadas, em anexo aos autos. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para em 03 dias efetuar o pagamento integral da dívida atualizada ou oferecer bens (suficientes) à penhora, sob pena de penhora de bens e sua avaliação; podendo, no prazo de 15 dias, oferecer embar -gos, ambos a fluir após o prazo de 20 dias deste edital. No prazo para embargos, poderá o executado requerer seja admitido o parcelamento do débito, nos termos do art. 916 e §§, do CPC. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 02 de fevereiro de 2022. 18 e 19.03

Jornal ODIASP

3258-0273

COMUNICADO DE EXTRAVIO

Comunicamos a perda das impressoras fiscais, conforme boletim de ocorrência nº 539810/2022, tipo ECF-IF da empresa **DLFX COM DE MEIAS E UNDERWARE EIRELI EPP,** CNPJ 07.084.761/0001-18: **a)** marca Bemathec, modelo ECF-IF MP-2100 TH FI, versão 01.01.01, fabricação BE050869200100028911; e **b)** marca Bemathec, modelo ECF-IF MP-2100 TH FI, versão 01.01.01, fabricação BE050969200100033729.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1001944-13.2021.8.26.0704. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: Maike Christina Jones. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1001944-13.2021.8.26.0704. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dr(a). Mônica de Cassia Thomaz Perez Reis Lobo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MAIKE CHRISTINA JONES, CPF 23539235850, a Maike Christina Jones (CPF. 235.392.358-50), que Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 16.484,63 (março de 2021), decorrente das Notas Fiscais de Serviços nºs 03179850 e 09145995. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, a requerida será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de fevereiro de 2022. 19 e 22 / 03 / 2022

COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL - 18ª VARA CÍVEL - Praça João Mendes s/nº - 8º andar - sala nº 821 - Centro - CEP 01501-900 - Fone: (11) 3538-9389 - E-mail: upj16a20@tjsp.jus.br - **EDITAL de CITAÇÃO**. Prazo: **20 dias**. Proc. nº **1014055-37.2017.8.26.0100**. A Dra. **EDNA KYOKO KANO,** MMª Juíza de Direito da 18ª Vara Cível do Foro Central da Capital, Estado de São Paulo, na forma da lei. **FAZ SABER** a **PM AUTOS COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA**. - "**Plaza Megastore**" (CNPJ 18.009.582/0001-87), que **NÉCTAR INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PAPEL EIRELI** lhe move e a **OUTROS**, ação de **PROCEDIMENTO COMUM** visando ser declarada nula a venda do veículo Hyundai/Santa Fé 2.7, MPFIGLS 7 lugares, V6, 24V, gasolina, automático, placa EIT 4157, Renavam 00133979067, cor prata, ano 2008/2009, chassi KMHSH81DP9U400866, com sua devolução ou valor equivalente; condenação em danos morais, além de custas e honorários e demaiscominações alegando que há vício de consentimento no ajuste, diante da ocultação intencional de fatos. Estando a ré em lugar ignorado, foi deferida a **CITAÇÃO** por **EDITAL** para que, no prazo de **15 dias,** a fluir após os **20 dias** supra, **CONTESTE** o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados e ciente de que no silêncio lhe será nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 03 de março de 2022.

19 e 22/03

SATO Leilões — EDITAL DE 1º e 2º LEILÕES PÚBLICOS EXTRAJUDICIAIS E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES – ONLINE E PRESENCIAL - Local do leilão - Travessa Comandante Salgado, 75 – Fundação – São Caetano do Sul – SP e online no site www.satoleiloes.com.br. 1º leilão público – 04/04/2022 às 14h00 - VALOR: R$ 726.354,92 e 2º leilão público – 06/04/2022 às 14h00 - VALOR: R$ 511.959,45. **TATIANA HISA SATO**, leiloeira oficial, Jucesp 817, autorizada pelo credor fiduciário **RITA DE CÁSSIA PELARINE CUNHA CPF 149.708.288-90 E RODOLFO ARAÚJO CUNHA JUNIOR CPF 110.521.168-17**, realizará os leilões para a venda do imóvel abaixo descrito, por meio de alienação fiduciária, nos termos da Lei 9.514/97 – Sistema de Financiamento Imobiliário – SFI alterada pelas Leis Federais nº 10.931/04 e nº 13.043/14 e demais disposições aplicáveis pelas condições estabelecidas neste Edital: **IMÓVEL:** Apartamento nº 81, localizado no 8º andar do Bloco A do Edifício Palm Beach, sito à Avenida Dr. Altino Arantes nº 742, na Saúde/SP, com a área total construída de $111,62m^2$, sendo $82,14m^2$ de área útil e $29,48m^2$ de área comum. Consta em Av.13 e Av.15 a Existência de Ação decorrente da alienação fiduciária, sendo que fica a cargo do arrematante o levantamento das averbações, bem como os custos decorrentes. MATRÍCULA: 43.788 – 14º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Vaga na garagem sob nº 42, localizada no 1º subsolo do Edifício Palm Beach, sito à Avenida Dr. Altino Arantes nº 742, na Saúde/SP, com a área total de $27,00m^2$, sendo $10,97m^2$ de área útil e $16,03m^2$ de área comum. MATRÍCULA: 43.789 – 14º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Vaga na garagem sob nº 43, localizada no 1º subsolo do Edifício Palm Beach, sito à Avenida Dr. Altino Arantes nº 742, na Saúde/SP, com a área total de $27,00m^2$, sendo $10,97m^2$ de área útil e $16,03m^2$ de área comum. **MATRÍCULA: 43.790 – 14º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. FIDUCIANTE:** CHRISTIAN TARDIVO RUGGI CPF 355.530.198-50. CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE: 30/09/2020. O arrematante pagará no ato, o valor da arrematação e 5% de comissão da leiloeira e arcará com todas as despesas cartorárias, escritura pública, imposto de transmissão, foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações e todas as despesas que vencerem a partir da data da arrematação. A desocupação / reintegração na posse ficará a cargo exclusivo do arrematante se no caso houver. Venda em caráter ad corpus, vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características, estado de conservação ou eventual diferença nas medidas da unidade não dará direito a qualquer reivindicação. Ficam intimados dos leilões os fiduciantes. **Maiores informações no escritório da leiloeira telefone (11) 4223-4343, através do edital completo disponível no site da leiloeira ou pelo e-mail contato@satoleiloes.com.br.**

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(ATUAL DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A) - CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 6ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (ATUAL DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A)

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("Titulares dos CRA") da 1ª Série 6ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (ATUAL DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A),** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, convidados a se reunirem, em **primeira convocação**, em Assembleia Geral dos Titulares dos CRA ("Assembleia"), **a ser realizada em 07 de abril de 2022 às 14h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Instrução da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 14.2 do Termo de Securitização de Créditos do Agronegócio da Emissão celebrado em 07 de outubro de 2019, conforme aditado ("Termo de Securitização"), deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia, nos termos do comunicado emitido pela Broto Legal Alimentos S.A. ("Devedora") à Emissora em 15 de fevereiro de 2022, anexa ao presente Edital de Convocação ("Comunicado Devedora"): **a)** Não decretação do Vencimento Antecipado das Debêntures e consequentemente, a não realização do Resgate Antecipado dos CRA, nos termos da cláusula 6.2.2. do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Colocação Privada, da Broto Legal Alimentos S.A. ("Escritura de Emissão de Debêntures"), em razão do não atingimento do Índice Financeiro referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, conforme obrigação disposta na cláusula 6.2.1., item (m), subitem (2) da Escritura de Emissão de Debêntures. **b)** Caso não decretado o Vencimento Antecipado das Debêntures e consequentemente dos CRA, aprovar a alteração para elevação do Índice Financeiro descrito na cláusula 6.2.1., (m), (3), da Escritura de Emissão de Debêntures, de 3,5 para 6,0 pontos, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; **c)** Aprovar a liberação da Alienação Fiduciária que recai sobre os seguintes imóveis dados como garantia na operação, sendo certo que não haverá constituição de alienação fiduciária de novos imóveis para compor as garantias prestadas no âmbito da Emissão:

IMÓVEIS PARA GARANTIA AO CRA

Proprietário	Fazenda/ Terreno	Local	CCIR	Matrícula	Área (hac)	Valor Mercado LAUDO	Valor Vend. Forçada LAUDO	Hipoteca ou Alienação fiduciária	Área Total da Matrícula
Elah Agrobusinessa GR Ltda	Mancha Verde	Uruguaiana - RS	864.129.007.064-8	16.196 - R 59,61,64 Santa Clara	600,00	9.913.602,00	6.901.317,52	Hipoteca - 2º Grau	1361
WUC	Mancha Verde	Uruguaiana - RS	864.129.007.064-8	16.196 - R 55 Santa Clara	149,18	2.426.890,39	1.693.143,91	Hipoteca	1361
Elah Agrobusinessa GR Ltda	Mancha Verde	Uruguaiana - RS	951.064.448.354-2	41.590	44,46	1.203.119,00	854.032,33	Alienação Fiduciária	88,93
Elah Agrobusinessa GR Ltda	Mancha Verde	Uruguaiana - RS	864.129.014.575-3	41.592	356,9253	5.805.385,00	4.120.944,40	Alienação Fiduciária	342,47
Elah Agrobusinessa GR Ltda	Mancha Verde	Uruguaiana - RS	864.129.014.575-3	41.591	468,71	8.274.488,00	5.873.633,70	Alienação Fiduciária	470,72
Elah Agrobusinessa GR Ltda	Mancha Verde	Uruguaiana - RS	950.092.509.817-0	41.594	88,95	11.868.675,00	8.260.477,60	Alienação Fiduciária	88,94
Elah Agrobusinessa GR Ltda	Mancha Verde	Uruguaiana - RS	950.122.094.137-1	41.593	88,9202	1.350.761,00	958.835,80	Alienação Fiduciária	88,92
WUC	S. Virgem	Alegrete-RS	950.130.560.413-7	1.618	238,00	4.034.481,00	2.893.870,68	Hipoteca	238
WUC	Mancha Verde	Uruguaiana - RS	950.130.560.359-9	41.598	90,00	1.452.039,00	1.030.727,85	Alienação Fiduciária	90
WUC	Mancha Verde	Uruguaiana - RS	950.114.824.879-8	41.597	90,92	1.273.669,00	904.112,15	Alienação Fiduciária	90,92

d) Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementação das deliberações acima. O material necessário para embasar a deliberação dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br A Assembleia instalar-se á, em primeira convocação, com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRA em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, conforme previsto na cláusula 14.6 do Termo de Securitização. O Quórum para deliberação das matérias previstas nos itens "(a)", "(c)" e "(d)" da Ordem do Dia será de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares de CRA em Circulação, em primeira convocação, ou a maioria simples dos Titulares de CRA em Circulação em segunda convocação, desde que os Titulares de CRA presentes nas Assembleias Gerais em segunda convocação representem no mínimo 30% (trinta por cento) dos CRA em Circulação, nos termos da cláusula 14.9 do Termo de Securitização. O Quórum para deliberação das matérias previstas no item "(b)" da Ordem do Dia será de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos votos favoráveis de Titulares de CRA em Circulação presentes na Assembleia em primeira ou em segunda convocação, nos termos da cláusula 14.9.1 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet, sem possibilidade de participação de forma presencial, com a possibilidade de envio de Manifestação de Voto previamente, por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para juridico@virgo.inc e ao Agente Fiduciário para assembleias@pentagonotrustee.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; e (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. O Titular do CRA ("Titular de CRA") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente **manifestação de voto a distância** à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://www.virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRA na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRA ou por seu representante legal, de forma eletrônica ou não, e se for de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil, (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRA ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes; Conforme art. 7º da ICVM 625, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo à eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 18 de março de 2022.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO *(ATUAL DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A)*

CCR

Infra SP Participações e Concessões S.A.

CNPJ/MF nº 29.209.677/0001-16

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da Infra SP Participações e Concessões S.A , elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 18 de março de 2022. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	8	7.511
Aplicações financeiras	6	42.164	26.991
Contas a receber - partes relacionadas	10	-	1.411
Tributos a recuperar	7	9.022	7.038
Dividendos e JCP a receber	10	11.875	-
Despesas antecipadas e outras		-	24
Total do ativo circulante		63.069	42.975
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	7	-	1.959
Investimentos	12	2.342.296	2.424.173
Software em desenvolvimento	13	604	105
Total do ativo não circulante		2.342.900	2.426.237
Total do ativo		2.405.969	2.469.212

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores		6	473
Obrigações sociais e trabalhistas	11	4	5.054
Impostos e contribuições a recolher	9	2.765	3.379
Contas a pagar - partes relacionadas	10	1.657	563
Outras contas a pagar		5	-
Total do passivo circulante		4.437	9.469
Não circulante			
Obrigações sociais e trabalhistas	11	-	380
Total do passivo não circulante		-	380
Patrimônio líquido			
Capital social	14a	1.627.444	1.627.444
Transação de capital entre acionistas	14b	(26.409)	(26.409)
Reserva de capital	14c	486.435	486.435
Reserva de lucros	14d	314.062	46.337
Dividendos adicionais propostos	14e	-	325.556
Total do patrimônio líquido		2.401.532	2.459.363
Total do passivo e patrimônio líquido		2.405.969	2.469.212

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Despesas operacionais	Nota	2021	2020
Despesas gerais e administrativas			
Serviços		(3.649)	(10.562)
Despesas com pessoal		(3.908)	(11.219)
Materiais, equipamentos e veículos		(97)	(40)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		-	(10)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(10)	(88)
Gastos com viagens e estadias		(1)	(60)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(1)	(1)
Editais e publicações		(98)	(99)
Despesas legais e judiciais		(37)	(35)
Outros		(151)	(429)
		(7.952)	(22.543)
Resultado de equivalência patrimonial	12b	972.164	1.254.413
Resultado antes do resultado financeiro		964.212	1.231.870
Resultado financeiro	15	(3.247)	(3.028)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		960.965	1.228.842
Imposto de renda e contribuição social - corrente	8	(395)	-
Lucro líquido do exercício		960.570	1.228.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	960.570	1.228.842
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	960.570	1.228.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**960.570**	**1.228.842**
Ajustes por:		
Equivalência patrimonial	(972.164)	(1.254.413)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(1)	-
Reclassificação do ativo intangível para o resultado	11	-
Rendimento de aplicação financeira	856	-
	(10.728)	**(25.571)**
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber - partes relacionadas	1.411	(1.411)
Tributos a recuperar	(25)	(1.243)
Despesas antecipadas e outras	24	42
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	1.042.167	1.262.488
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(467)	262
Fornecedores - partes relacionadas	1.094	543
Obrigações sociais e trabalhistas	(5.430)	(2.073)
Impostos e contribuições a recolher	(514)	(3.538)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(100)	-
Outras contas a pagar	5	(2)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**1.027.437**	**1.229.497**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao ativo intangível	(510)	(105)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(16.029)	(6.674)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(16.539)**	**(6.779)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(1.018.401)	(1.217.337)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**(1.018.401)**	**(1.217.337)**
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	**(7.503)**	**5.381**
Demonstração (da redução) do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	7.511	2.130
No final do exercício	8	7.511
	(7.503)	**5.381**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital Social	Transação de capital entre acionistas	Reserva da Capital: Ágio na subscrição de ações	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2020		1.627.444	(26.409)	486.435	1.798	-	360.968	-	2.450.236
Distribuição de dividendos em 28 de abril de 2020		-	-	-	-	-	(341.864)	-	(341.864)
Distribuição de dividendos em 24 de novembro de 2020		-	-	-	-	-	(19.104)	-	(19.104)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	1.228.842	1.228.842
Destinações:									
Distribuição de dividendos intermediários em 26 de novembro de 2020		-	-	-	-	-	-	(830.897)	(830.897)
Distribuição de dividendos intermediários em 23 de dezembro de 2020		-	-	-	-	-	-	(12.000)	(12.000)
Juros sobre capital próprio (líquido)		-	-	-	-	-	-	(13.473)	(13.473)
Juros sobre capital próprio (IRRF)		-	-	-	-	-	-	(2.377)	(2.377)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	325.556	(325.556)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	44.539	-	(44.539)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.627.444	(26.409)	486.435	1.798	44.539	325.556	-	2.459.363
Distribuição de dividendos em 29 de abril de 2021	14e	-	-	-	-	(39.920)	(325.556)	-	(365.476)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	960.570	960.570
Destinações:									
Distribuição de dividendos intermediarios de 30 de novembro de 2021	14e	-	-	-	-	-	-	(595.466)	(595.466)
Distribuição de dividendos intermediarios em 16 de dezembro de 2021	14e	-	-	-	-	-	-	(18.703)	(18.703)
Juros sobre capital próprio em 25 novembro 2021 (Líquido)	14f	-	-	-	-	-	-	(12.354)	(12.354)
Juros sobre capital próprio em 25 de novembro 2021 (IRRF)	14f	-	-	-	-	-	-	(2.180)	(2.180)
Juros sobre capital próprio em 20 dezembro 2021 (Líquido)	14f	-	-	-	-	-	-	(20.589)	(20.589)
Juros sobre capital próprio em 20 de dezembro 2021 (IRRF)	14f	-	-	-	-	-	-	(3.633)	(3.633)
Reserva de retenção de lucros	14d	-	-	-	-	307.645	-	(307.645)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.627.444	(26.409)	486.435	1.798	312.264	-	-	2.401.532

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto Operacional: A Companhia Infra SP Participações e Concessões S.A foi constituída em 21 de novembro de 2017, como uma sociedade por ações de capital fechado, tendo como objetivo a prestação de serviços de administração em geral às demais empresas do Grupo CCR, de acordo com seu objeto social, além de participar em outras sociedades. A Companhia está domiciliada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4° andar, sala 1, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo. A controladora CCR S.A. propõe em seu edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária à ser realizada em 19 de abril de 2022 a incorporação da Companhia Infra SP Participações e Concessões S.A.. A Companhia é acionista das seguintes empresas: **CCR AutoBAn (AutoBAn)**: Sistema Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 316,8 quilômetros, e manutenção e conservação de outros 5,9 quilômetros. O prazo do contrato de concessão vai até 17 de abril de 2027. Em 29 de junho de 2021, foi assinado o Termo Aditivo Preliminar Coletivo nº 1 ao contrato de concessão da AutoBAn com o Estado de São Paulo, para os seguintes objetos: • Pagamento do valor de R$ 352.000, decorrente de recálculo do Termo Aditivo de 2006, reconhecendo, de forma irrevogável e irretratável, a ocorrência de eventos de desequilíbrio econômico-financeiro em favor do Poder Concedente. O pagamento, considerado condição de eficácia para celebração do referido acordo, foi realizado em 14 de julho de 2021; e • Foi preservado o prazo de vigência do contrato de concessão estabelecido no TAM de 2006 e subsequentes. O acordo implica no encerramento das ações judiciais por parte do Poder Concedente e da concessionária, descritas na nota explicativa 12e item b, relativamente às demandas de anulação do TAM do ano de 2006 e dos reajustes tarifários de 2013 e 2014. Além disso, ficou estabelecido o IPCA como índice de reajuste da tarifa a partir de 1º de julho de 2022. Está definido o prazo de nove meses, contados da data de assinatura do acordo, para a ARTESP confirmar os cálculos dos desequilíbrios econômico-financeiros favoráveis tanto ao Poder Concedente quanto à concessionária, observando as premissas, diretrizes e metodologias de cálculo previstas no instrumento, e a partir de crédito regulatório que lhe é favorável, ter confirmado o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, por meio da extensão de prazo, estimada até janeiro de 2037. **CCR ViaOeste (ViaOeste):** Rodovias Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador Jose Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091), ligando a capital paulista ao Oeste do Estado. A concessionária é responsável pela administração de 168,62 quilômetros e pela manutenção e conservação de outros 4,4 quilômetros. O contrato de concessão vai até 31 de dezembro de 2022. Em 29 de junho de 2021, foi assinado o Termo Aditivo Preliminar Coletivo nº 1 ao contrato de concessão da ViaOeste com o Estado de São Paulo, para os seguintes objetos: • Pagamento do valor de R$ 585.000, decorrente de recálculo do Termo Aditivo de 2006, reconhecendo, de forma irrevogável e irretratável, a ocorrência de eventos de desequilíbrio econômico-financeiro em favor do Poder Concedente. O pagamento, considerado condição de eficácia para celebração do referido acordo, foi realizado em 14 de julho de 2021; • Reconhecimento, pela ViaOeste, de responsabilidade de custeio e execução de obras entre os kms 23 e 32 da Rodovia Castello Branco e de obras de duplicação da Rodovia Lívio Tagliassachi, entre o município de São Roque e a Rodovia Castello Branco; • Foi preservado o prazo de vigência do contrato de concessão estabelecido no TAM de 2006 e subsequentes; e • Comprometimento por parte do Poder Concedente de avaliar tecnicamente a inclusão de obras adicionais ao contrato da ViaOeste, passíveis de reequilíbrio com extensão do prazo de concessão, parcialmente cumpridos através dos Termos aditivos abaixo descritos: O acordo preliminar implica no encerramento das ações judiciais por parte do Poder Concedente e da concessionária, descritas na nota explicativa 12e item d, relativamente às demandas de anulação do TAM do ano de 2006 e dos reajustes tarifários de 2013 e 2014. Além disso, ficou estabelecido o IPCA como índice de reajuste da tarifa a partir de 1º de julho de 2022. Está definido o prazo de nove meses, contados da data de assinatura do acordo, para a ARTESP confirmar os cálculos dos desequilíbrios econômico-financeiros favoráveis tanto ao Poder Concedente quanto à concessionária, observando as premissas, diretrizes e metodologias de cálculo previstas no instrumento. Em 22 de dezembro de 2021, foi assinado o Termo Aditivo e Modificativo nº 23/2021, por meio do qual foi assumida a execução de investimentos estimados em R$ 34 milhões, para melhorias dispositivo do Sertanejo - km 65+250 da rodovia SP-270, em Mairinque, mediante a extensão de 19 dias no prazo do contrato de concessão. Em 29 de dezembro de 2021, foi assinado o Termo Aditivo e Modificativo nº 24/2021, por meio do qual foi assumida a execução de investimentos estimados em R$ 17 milhões, referentes ao acesso ao Hospital Regional de Sorocaba, mediante a extensão de 11 dias no prazo do contrato de concessão. **CCR RodoAnel Oeste (RodoAnel Oeste):** Trecho oeste do Rodoanel Mário Covas, numa extensão total de 32 quilômetros, interligando os corredores de acesso à cidade de São Paulo (SP-348, SP-330, SP-280, SP-270 e BR-116) e os conectando ao trecho sul em direção ao Porto de Santos. O prazo do contrato de concessão vai até 31 de maio de 2038. A Companhia detém, atualmente, 99,5867% do capital social da concessionária. Em 1º de outubro de 2021, foi celebrado acordo junto ao Poder Concedente para reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O acordo previu (i) aumento da tarifa básica de pedágio em R$ 0,10 para compensação das perdas das receitas tarifárias, provenientes da revogação da cobrança dos eixos suspensos; e (ii) retorno da alíquota da outorga variável ao percentual contratual de 3%. A vigência do acordo iniciou-se em 3 de outubro de 2021. **CCR SPVias (SPVias):** Rodovias Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Francisco da Silva Pontes e Antonio Romano Schincariol (ambas SP-127), Francisco Alves Negrão (SP-258) e João Mellão (SP-255), num total de 515,68 quilômetros de extensão. O prazo da concessão vai até 18 de setembro de 2028. Em 29 de junho de 2021, foi assinado o Termo Aditivo Preliminar Coletivo nº 1 ao contrato de concessão da SPVias com o Estado de São Paulo, para os seguintes objetos: • Pagamento do valor de R$ 263.000, decorrente de recálculo do Termo Aditivo de 2006, reconhecendo, de forma irrevogável e irretratável, a ocorrência de eventos de desequilíbrio econômico-financeiro em favor do Poder Concedente. O pagamento, considerado condição de eficácia para celebração do referido acordo, foi realizado em 14 de julho de 2021; e • Foi preservado o prazo de vigência do contrato de concessão estabelecido no TAM de 2006 e subsequentes. O acordo implica no encerramento das ações judiciais por parte do Poder Concedente e da concessionária, descritas na nota explicativa 12e item c, relativamente às demandas de anulação dos TAM do ano de 2006 e dos reajustes tarifários de 2013 e 2014. Além disso, ficou estabelecido o IPCA como índice de reajuste da tarifa a partir de 1º de julho de 2022. Está definido o prazo de nove meses, contados da data de assinatura do acordo, para a ARTESP confirmar os cálculos dos desequilíbrios econômico-financeiros favoráveis tanto ao Poder Concedente quanto à concessionária, observando as premissas, diretrizes e metodologias de cálculo previstas no instrumento. **Renovias:** Rodovias SP-215, SP-340, SP-342, SP-344 e SP-350, entre Campinas e o sul de Minas Gerais, com extensão de 345,6 quilômetros. O prazo de concessão vigora até 14 de junho de 2022. A Companhia detém 40% do capital social da concessionária. **Inovap 5:** Têm por objetivo a prestação de serviços relacionados à operação de rodovias. Atualmente, a Sociedade não tem operações. **1.1. Processo de investigação:** Em 29 de novembro de 2018, a Controladora CCR S.A. celebrou Termo de Autocomposição, do qual determinadas controladas da Companhia são partes integrantes, com o Ministério Público do Estado de São Paulo, para posterior homologação judicial, pelo qual, a Controladora CCR S.A. se comprometeu a pagar, a quantia de R$ 81.530, dos quais R$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores foram integralmente provisionados, pela Controladora, no exercício de 2018, com vencimento em duas parcelas, a primeira no valor de R$ 49.265 e a segunda de R$ 32.265, ambas pagas nos vencimentos, que ocorreram em março de 2019 e março de 2020. Tais valores foram corrigidos pela Selic, a partir da data de assinatura do Termo. Em 15 de julho de 2019, o Estado de São Paulo interpôs recurso contra a homologação do Termo de Autocomposição, ocorrida em 09 de maio de 2019, sustentando a impossibilidade de celebração de acordo em matéria de improbidade e com a finalidade de que toda contraprestação imposta à Controladora CCR S.A por força do Termo reverta exclusivamente em favor do Estado de São Paulo. A Controladora CCR S.A reitera que o Termo de Autocomposição foi celebrado seguindo os parâmetros estipulados com o Ministério Público do Estado de São Paulo. Em 04 de fevereiro de 2020, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo negou o recurso interposto pelo Estado de São Paulo, mantendo integralmente a sentença de primeira instância. Em 4 de junho de 2020, o Estado de São Paulo interpôs recursos aos tribunais superiores questionando unicamente a destinação de valores a título de doação à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com o objetivo de destinar para os cofres do Estado tais quantias, sendo este o único tema pendente de definição nos recursos que aguardam julgamento definitivo pelo STJ e STF. Em 3 de agosto de 2021 foi realizado o julgamento na 2ª Turma do STJ, tendo o mérito do recurso interposto pelo Estado de São Paulo sido desprovido para manter a destinação original dos valores doados, conforme definido no Termo de Autocomposição. Aguarda-se a publicação do acórdão. As investigações das autoridades públicas não foram concluídas e, dessa forma, novas informações podem ser reveladas no futuro, sendo certo que tais investigações correm em segredo de justiça. No momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventuais novas provisões passivas sobre este assunto nestas demonstrações financeiras. A Companhia, determinadas controladas e sua Controladora CCR S.A continuarão contribuindo com as autoridades públicas e manterão os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados. **1.2. Efeitos da pandemia do COVID-19:** A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que pudessem afetar a continuidade operacional da Companhia. A Companhia possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido a incerteza quanto a duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações.

2. Principais práticas contábeis: As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. ***a) Investimentos:*** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas e empreendimentos controlados em conjunto *(joint ventures)*. • Controladas: A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. • Controladas em conjunto: Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que o controle conjunto deixa de existir. ***b) Combinação de negócios:*** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o grupo. A Companhia mensura o ágio como sendo o valor justo da contraprestação transferida (incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na Companhia adquirida), deduzido do valor justo dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Se o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente no resultado do exercício. No caso de aquisições de controle em negócios relacionados às atividades de concessão com prazos definidos, os ágios ou valores residuais são geralmente alocados ao direito de exploração da concessão e amortizados com base na expectativa de benefícios econômicos de cada negócio adquirido. Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, incorridos em uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que incorridos. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, são registrados os valores justos provisórios conhecidos até então. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (1 ano), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. ***c) Instrumentos financeiros:*** Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia e sua Controladora CCR a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:*** • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. • Aplicações financeiras: Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. ***e) Ativos intangíveis:*** A Companhia possui o seguinte ativo intangível: • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. ***f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):*** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***g) Receitas e despesas financeiras:*** Receitas e despesas financeiras compreendem, basicamente, os juros provenientes de aplicações financeiras e juros sobre capital próprio. ***h) Benefícios a empregados:*** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. ***i) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. ***j) Adoção inicial de normas novas e alterações:*** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2021, as seguintes novas normas: As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 08, CPC 40 e CPC 11:** As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*. **Arrendamentos - Alterações ao CPC 06 (R2):** Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 como se fosse uma modificação de arrendamento. Este expediente é aplicável apenas à concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas: a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança; b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. ***k) Novas normas ainda não efetivas:*** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06); • Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25); • Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15; e • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26; • CPC 50 - Contratos de seguros; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32).

3. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC). As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4A desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora direta CCR S.A. já apresenta demonstrações consolidadas. Em 18 de março de 2022, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão dessas demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, está incluída na nota explicativa nº 16 - Instrumentos financeiros.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia e suas investidas gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano
Contas a pagar - partes relacionadas	1.657
Fornecedores e outras contas a pagar	11

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	2021	2020
Caixa e bancos	2	9
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	6	7.502
Total - Caixa e equivalentes de caixa	8	7.511

	2021	2020
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	42.164	26.991
Total - Aplicações financeiras	42.164	26.991

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,41% do CDI, equivalente a 4,37% a.a. (96,50% do CDI, equivalente a 2,67% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2020).

7. Tributos a recuperar

	2021	2020
Circulante		
IRPJ	1.010	631
IRRF	8.012	6.407
Total circulante	9.022	7.038
Não circulante		
IRPJ	-	1.959
Total não circulante	-	1.959

8. Imposto de renda e contribuição social: Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	960.965	1.228.842
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(326.728)	(417.806)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	330.536	426.500
Despesas indedutíveis	(1)	(128)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(38)	(625)
Juros sobre capital próprio	(4.497)	(8.816)
Incentivos relativos ao imposto de renda	7	-
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (a)	56	875
Outros ajustes tributários	270	-

	2021	2020
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(395)	-
Impostos correntes	(395)	-
	(395)	-
Alíquota efetiva de impostos	0,04%	0,00%

(a) Diferenças temporárias não constituídas por não haver expectativa de geração de lucro tributável no longo prazo.

9. Impostos e contribuições a recolher

	2021	2020
ISS	1	1
COFINS	2.088	2.682
PIS, COFINS e CSLL Retidos	-	88
PIS	454	582
IRPJ e CSLL	222	-
IRRF	-	26
Total circulante	2.765	3.379

10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, controladora, controladas, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Saldos 2021 - Ativo: Dividendos/JCP a receber	Saldos 2021 - Passivo: Fornecedores e contas a pagar	Transações 2021: Despesas gerais e administrativas
Controladas			
ViaOeste	11.875	-	-
RodoAnel Oeste	-	1.657 (b)	-
Outras partes relacionadas			
CPC	-	-	280 (a)
Total	11.875	1.657	280

	Saldos 2020 - Ativo: Contas a receber	Saldos 2020 - Passivo: Contas a pagar
Controladora		
CCR S.A.	690 (a)	65 (a)
Controladas		
AutoBAn	38 (a)	189 (a)
ViaOeste	12 (a)	9 (a)
Outras partes relacionadas		
ViaQuatro	38 (a)	5 (a)
CPC	125 (a)	38 (a)
CIIS	10 (a)	143 (a)
Lam Vias	392 (a)	114 (a)
CCR Mobilidade	106 (a)	-
Total	1.411	563

Despesas com profissionais chave da administração

	2021	2020
Remuneração: (c)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.808	2.641
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	1.509	282
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	122	2.178
Previdência privada	87	124
Seguro de vida	3	6
	3.529	5.231

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 20 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia no montante de R$ 5.000, incluindo salários, benefícios, remuneração variável paga no ano e contribuição para seguridade social. Todos os colaboradores da Companhia foram transferidos para a CCR em 01 de outubro de 2021. (a) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento; (b) Refere-se a reversão de dividendos intermediários, cujo pagamento foi realizado a maior; e (c) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021	2020
Circulante		
INSS sobre folha de pagamento	-	186
IRRF de empregados	4	256
FGTS	-	273
Salários a pagar	-	466
Provisão para participação nos resultados	-	2.928
Provisão para férias	-	663
Outras obrigações trabalhistas	-	282
	4	5.054
Não circulante		
Programa de gratificação de longo prazo	-	380
	-	380

12. Investimentos: ***a) Investimentos em controladas:***

Controladas	Atividade principal	Local de constituição e operação	Percentual de participação 2021	Percentual de participação 2020
AutoBAn	Concessão rodoviária	Brasil (SP)	100,00%	100,00%
ViaOeste	Concessão rodoviária	Brasil (SP)	100,00%	100,00%
RodoAnel Oeste	Concessão rodoviária	Brasil (SP)	99,5867%	99,5867%
SPVias	Concessão rodoviária	Brasil (SP)	100,00%	100,00%
Inovap	Serviços	Brasil (SP)	99,9999%	99,9999%
Renovias	Concessão rodoviária	Brasil (SP)	40,00%	40,00%

b) Composição dos investimentos em controladas

	Patrimônio líquido 2021	Patrimônio líquido 2020	Investimentos 2021	Investimentos 2020	Resultado líquido do exercício das investidas 2021	Resultado líquido do exercício das investidas 2020	Resultado de equivalência patrimonial 2021	Resultado de equivalência patrimonial 2020
AutoBAn	494.845	500.221	494.845	500.222	709.340	729.850	709.340	729.849
Inovap	723	641	723	642	81	(39)	81	(39)
Renovias	135.935	128.486	49.624	37.277	173.110	141.769	78.609	65.570
Renovias (Ágio)	-	-	8.522	29.272	-	-	(20.750)	(19.789)
RodoAnel Oeste	1.306.735	1.312.491	1.301.312	1.307.066	31.290	18.691	31.139	18.613
SPVias	261.830	279.740	261.490	279.358	128.893	191.175	128.936	190.795
SPVias (Ágio)	-	-	20.984	23.678	-	-	(2.694)	(2.569)
ViaOeste	204.814	246.680	204.796	246.658	47.499	272.007	47.503	271.983
Total de investimento	2.404.882	2.468.259	2.342.296	2.424.173	1.090.213	1.353.453	972.164	1.254.413

c) Movimentação dos investimentos

	Saldo inicial 2020	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Saldo final 2021
AutoBAn	500.222	709.340	(714.717)	494.845
Inovap	642	81	-	723
Renovias	37.277	78.609	(66.262)	49.624
Renovias (Ágio)	29.272	(20.750)	-	8.522
RodoAnel Oeste	1.307.066	31.139	(36.893)	1.301.312
SPVias	279.358	128.936	(146.804)	261.490
SPVias (Ágio)	23.678	(2.694)	-	20.984
ViaOeste	246.658	47.503	(89.365)	204.796
Total	2.424.173	972.164	(1.054.041)	2.342.296

d) Informações financeiras resumidas das controladas

	2021 Total do ativo	2021 Total do passivo circulante e não circulante	2021 Total das receitas brutas do exercício	2021 Lucro líquido do exercício	2020 Total do ativo	2020 Total do passivo circulante e não circulante	2020 Total das receitas brutas do exercício	2020 Lucro (prejuízo) líquido do exercício
AutoBAn	2.830.490	2.335.646	2.477.182	709.340	3.098.277	2.598.056	2.149.935	729.848
Inovap5	811	89	-	81	811	170	-	(39)
Renovias	203.551	67.616	488.879	173.110	150.303	57.100	423.018	163.925
RodoAnel Oeste	2.177.415	870.680	353.393	31.290	2.250.532	938.041	265.399	18.690
SPVias	1.705.699	1.443.869	738.731	128.893	1.692.181	1.412.441	689.223	191.176
ViaOeste	749.403	544.589	1.194.443	47.499	683.925	437.245	981.566	272.005
	7.667.369	5.262.489	5.252.628	1.090.213	7.876.029	5.443.053	4.509.141	1.375.605

e) Outras informações relevantes: A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles, principalmente: **a) RodoAnel Oeste: i. Ação Popular - Lei Estadual nº 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo:** Trata-se de Ação Popular proposta por único autor, Cesar Augusto Coelho Nogueira Machado, em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas do RodoAnel Oeste, CCR e Encalso Construções Ltda. (Encalso), com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008. Em 8 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo o RodoAnel Oeste recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 9 de janeiro de 2009, em virtude de suspensão de liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo. Após tramitação judicial, o processo foi anulado desde a citação a fim de que o autor emende a petição inicial. Em 16 de setembro de 2021, o autor popular foi intimado a emendar a inicial para incluir no polo passivo agentes públicos e demais pessoas físicas que, no entender do autor popular, seriam responsáveis pelos atos considerados inválidos. Aguarda-se a manifestação do autor. **ii. Reajuste Tarifário de 2013:** O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta. Ocorre que, as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro que as concessionárias suportaram pelo não repasse, aos usuários, do reajuste tarifário definido em 2013. Por essa razão, o RodoAnel Oeste, em 18 de maio de 2017, propôs ação de procedimento ordinário nº 1019383-89.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em razão da ausência de reajuste da tarifa de pedágio em 2013 e parcial em 2014. Em 25 de abril de 2019, finalizada a fase de instrução processual, foi proferida sentença julgando procedente o pedido do RodoAnel a condenar o Estado de São Paulo e a ARTESP ao reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão, em razão da ausência do reajuste contratual nos anos de 2013 e 2014. Nesse momento, aguarda-se a eventual interposição dos recursos cabíveis pelo Estado de São Paulo e ARTESP. Em 8 de maio de 2019, o RodoAnel Oeste opôs embargos de declaração contra a parte da sentença que dispôs sobre os honorários advocatícios. Em 14 de maio de 2019, o Estado de São Paulo e a ARTESP também opuseram embargos de declaração. Em 3 de junho de 2019, foi publicada decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pelo Estado e a ARTESP e deu provimento aos embargos de declaração opostos pelo RodoAnel Oeste. Em 23 de julho de 2019, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recurso de apelação. Em 29 de julho de 2019, foi publicado despacho intimando o RodoAnel Oeste a apresentar contrarrazões. Aguarda-se julgamento dos recursos desde então. **b) AutoBAn: i. Termo Aditivo Modificativo nº 16/06:** O Estado de São Paulo e a concessionária discutem, em diferentes ações judiciais, a validade, ou não, do Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 (TAM), tendo em vista a manifestação administrativa no sentido da invalidade do referido TAM no que este adotou dados relativos às projeções financeiras da época da celebração do contrato de concessão para implementar reequilíbrio econômico-financeiro. Em 14 de julho de 2021, devido ao acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, a AutoBAn requereu a desistência da totalidade dos recursos vinculados à ação. Em 25 de agosto de 2021, foi homologada a desistência dos recursos. Aguarda-se a execução dos honorários devidos ao Estado de São Paulo e ARTESP. **ii. Reajuste Tarifário de 2013:** Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela concessionária, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da concessionária. Em face do acordo, a AutoBAn requereu, em 20 de julho de 2021, a suspensão da ação. Em 16 de março de 2022, foi deferido o pedido de suspensão da ação pelo prazo de 06 (seis) meses. **iii. Reajuste Tarifário de 2014:** Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2014, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela concessionária, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da concessionária. Em face do acordo, a AutoBAn requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação. Em 19 de agosto de 2021, foi deferido o pedido de suspensão pelo prazo de 6 meses, com término em 19 de fevereiro de 2022. Em razão dos trâmites finais da assinatura do termo definitivo do acordo firmado entre o Estado de São Paulo e a AutoBan, neste momento, encontra-se em análise a necessidade de protocolo de novo pedido de suspensão do processo. **iv. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio:** Em face da alteração dos índices de reajuste das tarifas de pedágio implementadas em 29 de junho de 2015, no qual foi (i) adotado como índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecido procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração, caracterizou-se a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor das concessionárias, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pelas concessionárias e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M. Ante a demora da ARTESP na instauração do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a concessionária ajuizou a ação de Procedimento Ordinário nº 1014628-22.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da concessionária. Em face do acordo, a AutoBAn requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação. Em 17 de julho de 2021, foi deferido o pedido de suspensão pelo prazo de 6 meses, com término em 13 de janeiro de 2022. Em razão dos trâmites finais da assinatura do termo definitivo do acordo firmado entre o Estado de São Paulo e a concessionária, neste momento, encontra-se em análise a necessidade de protocolo de novo pedido de suspensão do processo. **v. Ação de Improbidade Administrativa - Processo nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo 053.02.022800-0)]:** Em 28 de agosto de 2002, foi ajuizada a ação civil pública de Improbidade Administrativa nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo nº 053.02.022800-0) pelo Ministério Público do Estado de São Paulo visando à declaração de nulidade da concorrência 007/CIC/97 e do correspondente contrato de concessão. Após a apresentação de defesa prévia, em abril de 2011, foi proferido despacho rejeitando a manifestação da AutoBAn, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a AutoBAn foi incluída posteriormente no polo passivo da ação após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo nº 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). Após a apresentação das contestações, em 25 de agosto de 2017, foi proferida sentença julgando improcedente a ação, reconhecendo a prescrição intercorrente. Em 20 de março de 2018, o MP/SP interpôs o recurso de apelação ao qual foi dado provimento em 12 de junho de 2019 para afastar a prescrição intercorrente e determinar o retorno dos autos à 1ª instância para que seja apreciada a necessidade de eventual produção de provas e para a apreciação do mérito da ação. Em 26 de julho de 2019, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo e o DER opuseram recurso de embargos de declaração, que tiveram provimento negado, tendo o acórdão transitado em julgado em 4 de fevereiro de 2020. Os autos foram remetidos ao Juízo de origem, sendo em que 2 de agosto de 2021, foi aberto prazo às empresas rés para se manifestarem acerca de petições do Ministério Público do Estado de São Paulo o qual, em síntese, apresentou seu interesse na produção de prova pericial e testemunhal bem como entendeu necessário que as partes se manifestassem sobre a abertura de procedimento de resolução consensual do processo, ao que as empresas rés se manifestaram no sentido de inexistir interesse em tal resolução consensual do processo. Em 5 de novembro de 2021, o juiz da causa proferiu despacho abrindo prazo para o Ministério Público se manifestar acerca da aplicabilidade de recente alteração promovida na Lei de Improbidade Administrativa, especificamente acerca da eventual aplicabilidade da prescrição intercorrente para o caso. Aguarda-se a intimação do Ministério Público para se manifestar. **c) SPVias: i. Termo Aditivo Modificativo nº 14/06:** O Estado de São Paulo e a concessionária discutem, em diferentes ações judiciais, a validade, ou não, do Termo Aditivo Modificativo nº 14/06 (TAM), tendo em vista a manifestação administrativa no sentido da invalidade do referido TAM no que este adotou dados relativos às projeções financeiras da época da celebração do contrato de concessão para implementar reequilíbrio econômico-financeiro. Em 14 de julho de 2021, devido ao acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, a SPVias requereu a desistência da totalidade dos recursos vinculados à ação. Em 17 de agosto de 2021, foi homologada a desistência dos recursos. Aguarda-se a execução dos honorários devidos ao Estado de São Paulo e ARTESP. **ii. Reajuste Tarifário de 2013:** Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela concessionária, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da concessionária. Em face do acordo, a SPVias requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação. Em 15 de outubro de 2021, foi deferido o pedido de suspensão do feito por 6 meses. **iii. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio:** Em face da alteração dos índices de reajuste das tarifas de pedágio implementadas em 29 de junho de 2015, no qual foi (i) adotado como índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, aquele que,

continua

continuação

Infra SP Participações e Concessões S.A.

entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecido procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração, caracterizou-se a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor das concessionárias, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pelas concessionárias e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M. Ante a demora da ARTESP na instauração do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a concessionária ajuizou a ação de Procedimento Ordinário nº 1016435-77.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da concessionária. Em face do acordo, a SPVias requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação. Em 19 de julho de 2021, foi deferido o pedido de suspensão pelo prazo de 6 meses. **d) ViaOeste: i. Termo Aditivo Modificativo nº 12/06:** O Estado de São Paulo e a concessionária discutem, em diferentes ações judiciais, a validade, ou não, do Termo Aditivo Modificativo nº 14/06 (TAM), tendo em vista a manifestação administrativa no sentido da invalidade do referido TAM no que este adotou dados relativos às projeções financeiras da época da celebração do contrato de concessão para implementar reequilíbrio econômico-financeiro. Em 14 de julho de 2021, devido ao acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, a ViaOeste requereu a desistência da totalidade dos recursos vinculados à ação. Em 18 de agosto de 2021, foi homologada a desistência dos recursos apresentados pela ViaOeste. Aguarda-se a execução dos honorários devidos ao Estado de São Paulo e ARTESP. **ii. Reajuste Tarifário de 2013:** Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela concessionária, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da concessionária. Em face do acordo, a ViaOeste requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação. Em 18 de agosto de 2021, foi deferido o pedido de suspensão do feito pelo prazo de 6 meses, com término em 13 de fevereiro de 2022. Em razão dos trâmites finais da assinatura do termo definitivo do acordo firmado entre o Estado de São Paulo e a ViaOeste, neste momento, encontra-se em análise a necessidade de protocolo de novo pedido de suspensão do processo. **iii. Reajuste Tarifário de 2014:** Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos em 2014, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela concessionária, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da concessionária. Em face do acordo, a ViaOeste requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação. Aguarda-se apreciação do pedido de suspensão do feito. **iv. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio:** Em face da alteração dos índices de reajuste das tarifas de pedágio implementadas em 29 de junho de 2015, no qual foi (i) adotado como índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecido procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração, caracterizou-se a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor das concessionárias, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pelas concessionárias e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M. Ante a demora da ARTESP na instauração do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a concessionária ajuizou a ação de Procedimento Ordinário nº 1016978-80.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período. Referido processo judicial foi incluído no acordo preliminar celebrado entre as partes, divulgado no Fato Relevante da Companhia em 29 de junho de 2021, considerando o reconhecimento do pleito em favor da concessionária. Em face do acordo, a ViaOeste requereu, em 14 de julho de 2021, a suspensão da ação, o que foi deferido em 15 de setembro de 2021, pelo prazo de 6 meses, com término em 15 de março de 2022. Em razão dos trâmites finais da assinatura do termo definitivo do acordo firmado entre o Estado de São Paulo e a ViaOeste, neste momento, encontra-se em análise a necessidade de protocolo de novo pedido de suspensão do processo. **e) Renovias: i. Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio:** Em face da alteração dos índices de reajuste das tarifas de pedágio implementadas em 29 de junho de 2015, no qual foi (i) adotado como índice de reajuste das tarifas de pedágio do contrato de concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecido procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração, caracterizou-se a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão a favor das concessionárias, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pelas concessionárias e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M. Ante a demora da ARTESP na instauração e implementação do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a Renovias, em 12 de maio de 2017, ajuizou ação de Procedimento Ordinário nº 1018929-12.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período. Em 25 de junho de 2018, foi proferida sentença de extinção do processo sem julgamento de mérito. Contra essa sentença, a Renovias apresentou recurso de apelação em 26 de setembro de 2018, que aguarda julgamento. Em 19 de fevereiro de 2019, foi publicado acórdão que deu provimento ao recurso de apelação da Renovias para determinar a anulação da sentença e o retorno dos autos à 1ª instância. Em 5 de abril de 2019, foi certificado o trânsito em julgado do acórdão e os autos foram remetidos à 1ª instância. Em 26 de agosto de 2019, após o recebimento dos autos em 1ª instância, foi proferido o despacho que deferiu a produção de prova pericial e determinou apresentação de determinados documentos por parte do Estado de São Paulo e da ARTESP. Em 25 de março de 2020, as partes requereram a suspensão do feito por 180 dias, tendo a tramitação do processo sido retomada em 20 de maio de 2021. Processo encontra-se na fase de instrução. A Renovias está no prazo para apresentar manifestação aos esclarecimentos periciais até o dia 21 de março de 2022. **ii. Reajuste Tarifário de 2013:** Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela concessionária, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão (processo nº 1060269-33.2017.8.26.0053). Em 23 de setembro de 2020, o juiz determinou a intimação das partes acerca do laudo pericial. Em 15 de outubro de 2020, a Renovias apresentou sua manifestação, em atendimento à notificação. Em 4 de fevereiro de 2021, foi proferido despacho intimando o perito a se manifestar sobre as impugnações ao laudo pericial. Em 14 de julho de 2021, o perito apresentou seus esclarecimentos. A Renovias está no prazo para apresentar manifestação aos esclarecimentos periciais até o dia 21 de março de 2022. **iii. Termo Aditivo Modificativo nº 13/06:** Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Renovias solicitação da ARTESP para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo n° 13/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a Renovias foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso, por decisão da ARTESP, até que, com a retomada da fluência do prazo, a Renovias, em 13 de maio de 2013, apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 9 de janeiro de 2014, a Renovias apresentou suas alegações finais. Em 19 de fevereiro de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia, que tramitam sob segredo de justiça. O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1007766-40.2014.8.26.0053 contra a Renovias pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 13/06. A Renovias ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1008352-77.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 13/06. Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Tendo sido deferida a realização de perícia econômica para dirimir a controvérsia de ambas as ações, o perito designado pelo juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo apresentou, em 27 de setembro de 2016, laudo pericial favorável às alegações da concessionária. Em 14 de março de 2017, a Renovias apresentou alegações finais. Em 18 de julho de 2017, foi proferida sentença julgando procedente a ação proposta pelo Estado de São Paulo e a ARTESP e improcedente a ação proposta pela Renovias. Em 2 de agosto de 2017, a Renovias opôs embargos de declaração, que foram rejeitados em 29 de agosto de 2017. O Estado de São Paulo e a ARTESP também apresentaram embargos de declaração, em 10 de agosto de 2017, os quais foram acolhidos, em 29 de agosto de 2017, para corrigir pequeno erro material. Em 18 de setembro de 2017, a Renovias apresentou recurso de apelação. Em 21 de maio de 2018, o Estado de São Paulo e a ARTESP requereram a concessão de tutela provisória de urgência para que seja permitida a realização dos atos necessários para a preparação e conclusão de certame licitatório para a exploração de serviço público da malha rodoviária atualmente explorada pela Renovias. Em 8 de junho de 2018, a Renovias apresentou seus argumentos contra o referido pedido de tutela de urgência pleiteado pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP. Em 29 de novembro de 2018, foi proferida decisão que indeferiu a tutela de urgência requerida pelo Estado e pela ARTESP. Aguarda-se o julgamento do recurso de apelação. A Renovias propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019867-63.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 30 de outubro de 2014, foi proferida sentença julgando a ação parcialmente procedente. Em 26 de janeiro de 2015, a concessionária interpôs recurso de apelação. O Estado de São Paulo e a ARTESP, em 29 de abril de 2015, também interpuseram recurso de apelação. Em 26 de junho de 2018, na sessão de julgamento, foi negado provimento à apelação da Renovias. Em 17 de setembro de 2018, a Renovias opôs embargos de declaração, cujo julgamento foi iniciado na sessão de 10 de setembro de 2019, não tendo sido concluído até o momento. Em 2 de outubro de 2019, o Estado de São Paulo e ARTESP também opuseram recurso de embargos de declaração, que aguarda julgamento. Em 4 de dezembro de 2019, foi publicado o acórdão do julgamento que rejeitou os embargos de declaração da Renovias e deu parcial acolhimento aos embargos de declaração da ARTESP. Em 11 de dezembro de 2019, a Renovias opôs novos embargos de declaração, que aguardam julgamento. A Companhia e a administração das investidas reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão. As demonstrações financeiras das investidas e da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles, exceto pelos tópicos relacionados a alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio, Reajuste Tarifário de 2013 e Termo Aditivo Modificativo nas controladas ViaOeste, AutoBAn e SPVias.

13. Software em desenvolvimento

	2020	2021		
	Saldo inicial	Adições	Outros (a)	Saldo final
Valor de custo				
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	105	510	(11)	604
Total do custo	105	510	(11)	604

(a) Reclassificação para o resultado.

14. Patrimônio Líquido: a. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 1.627.444, compostos por 1.627.444 ações ordinárias e sem valor nominal. **b. Transação de capital entre acionistas:** Em 29 de outubro de 2018 a Companhia recebeu via transferência o ágio em transação de capital no valor de R$ 26.409 relativo ao ágio do RodoAnel. **c. Reserva de capital: Ágio na subscrição de ações:** Em 29 de outubro de 2018, foi constituída reserva de capital no valor de R$ 486.435 em percentual equivalente a 30% do aumento de capital realizado, conforme previsão legal contida no parágrafo único do art. nº 14 e na alínea "a" do parágrafo 1º do art. nº 182, da Lei 6.404/76 (Lei das S/A). **d. Reserva de retenção de lucros: Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei n° 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Contudo a Lei permite deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. **Retenção de lucros:** Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, no montante de R$ 307.645, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A destinação dos lucros retidos será determinada na próxima Assembleia Geral Ordinária. **e. Dividendos:** Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Em 20 de abril de 2021, foi aprovado através da Assembleia Geral Ordinária (AGO) o pagamento de dividendos à conta de dividendos adicionais propostos do exercício de 2020 no montante de R$ 325.556 e de R$ 39.920 adicionais propostos, referente a parte do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, destinados inicialmente a conta da Reserva de Retenção de Lucros. Ambos os pagamentos foram realizados em 29 de abril de 2021. Em 25 de novembro de 2021, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA) o pagamento de dividendos intermediários à totalidade dos lucros apurados entre 1° de janeiro e 30 de setembro de 2021 no montante de R$ 614.169. O pagamento de R$ 595.466 foi realizado em 30 de novembro de 2021 e de R$ 18.703 em 16 de dezembro de 2021. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2021, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2021
Lucro líquido do exercício	960.570
(-) Constituição de reserva legal	-
Lucro ajustado	960.570
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro ajustado	240.143
Juros sobre capital próprio pagos (líquido de IRRF)	32.943
Dividendos pagos	614.169
Total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos	647.112
Dividendos pagos excedente ao mínimo obrigatório	406.970

f. Juros sobre capital próprio: Em 25 de novembro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no valor bruto de R$ 14.534, correspondente ao montante líquido de R$ 12.354, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R$ 2.180, pagos em 30 de novembro de 2021. Em 20 de dezembro de 2021, foi aprovado através da Ata de Reunião do Conselho de Administração (ARCA), o destaque pela Companhia de juros sobre capital próprio, no valor bruto de R$ 24.222, correspondente ao montante líquido de R$ 20.589, deduzidos de 15% de imposto de renda retido na fonte (IRRF) correspondente a R$ 3.633, pagos em 23 de dezembro de 2021.

15. Resultado financeiro	2021	2020
Despesas financeiras		
Tributos sobre receita financeira e juros sobre capital próprio	(4.911)	(3.914)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(547)	(142)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(2)	-
	(5.460)	(4.056)
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.920	773
Juros sobre impostos a recuperar	292	254
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	1	1
	2.213	1.028
Resultado financeiro líquido	(3.247)	(3.028)

16. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuados aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como, análise de risco, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações e investimentos. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2021			2020		
Ativos	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Caixa e bancos	2	-	-	9	-	-
Aplicações financeiras	42.170	-	-	34.493	-	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	-	-	-	1.411	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	11.875	-	-	-	-
Passivos						
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(11)	-	-	(473)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(1.657)	-	-	(563)
	42.172	11.875	(1.668)	34.502	1.411	(1.036)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). • **Contas a receber - partes relacionadas, dividendos e juros sobre capital próprio, fornecedores e outras contas a pagar, contas a pagar - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações (nível 2). **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	2021	2020
Nível 2:		
Aplicações financeiras	42.170	34.493

Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros. Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro:

			Efeito em R$ no resultado		
Operação	**Risco**	**Exposição em R$ (4)**	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
Aplicação financeira (Menkar II) (3)	CDI (2)	42.170	3.796	2.847	1.899
Total do efeito de ganho ou (perda)			3.796	2.847	1.899
Efeito sobre as aplicações financeiras			3.796	2.847	1.899
Total do efeito de ganho ou (perda)			3.796	2.847	1.899
A taxas de juros considerada foi (1):					
	CDI (2)		9,15%	6,86%	4,58%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo; No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3; (3) O conceito aplicado para as aplicações financeiras consiste em se o CDI cair, há uma redução da receita financeira; e (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

17. Demonstrações dos fluxos de caixa:

a. Reconciliação das atividades de financiamento:	**Dividendos e JCP a pagar**	**Total**
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Dividendos e JCP pagos	1.018.401	1.018.401
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	1.018.401	1.018.401
Outras variações		
Outras variações que não afetam caixa	(1.018.401)	(1.018.401)
Total das outras variações	(1.018.401)	(1.018.401)
Saldo Final	-	-

Composição do Conselho de Administração
Waldo Edwin Pérez Leskovar - Conselheiro
Marco Antonio Souza Cauduro - Conselheiro
Marcio Yassuhiro Iha - Conselheiro

Composição da Diretoria
Fábio Russo Corrêa - Diretor-Presidente
Roberto Penna Chaves Neto - Diretor

Contadora
Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Infra SP Participações e Concessões S.A.** - São Paulo - SP **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Infra SP Participações e Concessões S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Infra SP Participações e Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a controladora CCR S.A. propõe em seu edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 19 de abril de 2022 a incorporação da Companhia Infra SP Participações e Concessões S.A.. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino
Contador CRC 1SP196907/O-7

Baldan Implementos Agrícolas S.A.

CNPJ/MF N.º 52.311.347/0001-59 - NIRE 35.300.028.252

Aviso aos Acionistas

Baldan Implementos Agrícolas S/A, comunica que se acham à disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Baldan, nº 1500 - Matão/SP - CEP: 15.993.000, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2021. Matão, 18 de março de 20222.

Walter Baldan Filho
Presidente do Conselho de Administração (19,22,23)

Transbia Transportes Baldan S/A

CNPJ/MF N.º 55.539.555/0001-06 - NIRE 35.300.111.095

Aviso aos Acionistas

Transbia Transportes Baldan S/A, comunica que se acham à disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Tiradentes - 848 - Centro - Matão/SP - CEP: 15.990.185, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2021. Matão, 18 de março de 2022.

Walter Baldan Filho
Diretor (19,22,23)

Agro Reunidas S/A

CNPJ/MF n.º 28.539.255/0001-46 - NIRE 35.300.508.114

Aviso aos Acionistas

Agro Reunidas S/A, comunica que se acham à disposição dos Acionistas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Tiradentes - 858 - Centro - Matão/SP - CEP: 15.990.185, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2021. Matão, 18 de março de 2022.

Cleber Baldan
Presidente do Conselho de Administração (19,22,23)

INPET

Inpet Brasil Embalagens Plásticas S.A

CNPJ 06.539.526/0001-20

Demonstrações Financeiras em 31/12/2020 e 31/12/2021

www.inpet.com.br

Balanço Patrimonial	**2020**	**2021**
Ativo Circulante	**29.000.194,63**	**41.846.593,67**
Caixa / Bancos Conta Movimento	1.234.802,64	693.409,76
Aplicações Financeiras Curto Prazo	589.765,20	223.081,77
Duplicatas a Receber	16.346.749,83	24.903.559,77
Estoques	9.156.434,13	14.020.725,68
Adiantamentos Funcionarios	-	44.157,88
Adiantamentos a Fornecedores	558.025,52	-
Adiantamento para Despesas	-	176.854,14
Impostos a Recuperar	999.114,67	1.512.845,05
Despesas Exercicios Seguintes	115.302,64	271.959,62
Ativo Não Circulante	**28.336.497,52**	**35.776.496,67**
Imobilizado	35.077.568,26	43.267.871,61
Depreciação	(6.741.070,74)	(7.491.374,94)
Total do Ativo	**57.336.692,15**	**77.623.090,34**

Balanço Patrimonial	**2020**	**2021**
Passivo Circulante	**32.500.522,60**	**49.091.424,50**
Fornecedores Nacionais	1.070.517,96	1.011.693,02
Fornecedores Estrangeiros	11.358.609,50	24.114.034,18
Empréstimos e Financiamentos	17.123.233,57	16.783.864,19
Adiantamentos de Cliente	217.849,80	678.468,47
Contas a Pagar	830.030,16	721.070,12
Obrigações com Pessoal	439.519,70	739.253,13
Obrigações Sociais a Recolher	190.153,00	293.382,19
Obrigações Tributárias a Recolher	1.064.375,77	798.421,92
Estoque a Industrializar	122.764,66	126.796,73
Estoque Bem em Comodato	15.000,00	15.000,00
Fornecedor Estrangeiro de Investimento	-	3.766.496,49
Contas a Pagar Investimentos	68.468,48	42.944,06
Passivo Não Circulante	**4.190.335,39**	**2.874.318,58**
Empréstimos e Financiamentos	4.163.270,60	2.855.317,62
Juros s/ Empréstimos	27.064,79	19.000,96
Patrimonio Liquido	**20.645.834,16**	**25.657.347,26**
Capital Social Nacional	1.725.000,00	1.725.000,00
Capital Social Estrangeiro	15.525.000,00	15.525.000,00
Lucros / Prejuízos Acumuladas	3.395.834,16	8.407.347,26
Total do Passivo	**57.336.692,15**	**77.623.090,34**

Demostração de Resultado	**2020**	**2021**
Receita Operacional	136.561.660,27	183.883.412,19
(-) Impostos Incidentes s/Vendas	(28.364.243,33)	(35.291.165,54)
(-) Impostos Credito Presumido		
Receita Operacional Líquida	**108.197.416,94**	**148.592.246,65**
Custos dos Produtos Vendidos	(93.390.276,31)	(130.642.660,65)
Lucro Operacional Bruto	**14.807.140,63**	**17.949.586,00**
Despesas Gerais:		
(-) Despesas Administrativas	(5.388.218,91)	(6.540.757,74)
(-) Despesas Comerciais	(132.481,86)	(110.059,35)
(-) Despesas de Produção	(546.749,40)	(702.727,70)
(-) Despesas Com Filial SP	(673.415,45)	(866.707,74)
(-) Despesas Com Filial PR	(47.325,25)	(51.570,99)
(-) Desp com Filial - Sorocaba	(194.597,89)	(131.029,92)
(-) Despesas Financeiras	(6.554.215,51)	(5.696.149,45)
(+) Receitas Financeiras	1.308.149,71	2.703.625,96
Resultado antes do I.R. e C.S.	**2.578.286,07**	**6.554.209,07**
Imposto de Renda:		
(-) Provisão p/Imp. de Renda P.J.	(433.325,98)	(1.127.982,33)
(-) Provisão para CS sobre Lucro	(164.637,35)	(414.713,64)
Lucro / (Prejuízo) do Exercício	**1.980.322,74**	**5.011.513,10**

Notas Explicativas

Contexto operacional - A sociedade foi constituída em 03.06.2004 e tem por objeto predominante a comercialização e distribuição de embalagens plásticas, importadas ou produzidas localmente, a industrialização de resinas plásticas para confecção de embalagens plásticas com destinação múltipla, assim como o desenvolvimento de projetos e produtos correlatos. **Apresentação das demonstrações financeiras** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das SA e suas alterações posteriores, em especial aquelas decorrentes da Lei 11.638/07."

Wagner Muraro - Diretor Executivo
Juliana Mascarenhas Cabriada - C.R.C. 1SP 258452/O-2

CIA. AGRÍCOLA FORTI

CNPJ - 07.967.609/0001-83

Relatório da Diretoria

Senhores Acionista: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e fluxo de caixa relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Capivari, 14 de março de 2022.

A Diretoria

Balanços Patrimoniais Encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

Ativo	**Nota**	**2021**	**2020**
Circulante			
Disponibilidades			
Caixa e Bancos		40.533	48.947
Aplicações Financeiras	2	19.867.272	13.038.818
Valores a Receber		42.315	51.305
		19.950.119	13.139.070
Não Circulante			
Realizavel a Longo Prazo			
Valores a Receber		35.723	35.723
Valores a Receber - Copersucar	3	3.753.724	2.552.776
Depositos Judiciais	3	10.432.866	9.958.979
		14.222.314	12.547.478
Permanente			
Imobilizado			
Custo Corrigido	4	32.767.725	32.767.725
Depreciação Acumulada	4	(508.487)	(507.027)
		32.259.238	32.260.698
Total do Ativo		**66.431.671**	**57.947.245**

Passivo	**Nota**	**2021**	**2020**
Circulante			
Fornecedores		25.318	35.028
Obrigações Trabalhistas/Sociais		52.477	49.515
Obrigações Fiscais		68.902	53.106
Provisão IR/CS		361.775	213.247
		508.473	350.896
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Mútuo - Copersucar	5	6.249.250	6.249.250
Valores a Distribuir	3	3.753.724	2.552.776
Provisão IR/CS	7	14.845.025	9.956.840
		24.847.999	18.758.866
Patrimônio Líquido			
Capital Social	6	34.510.000	34.510.000
Lucros Acumulados		2.679.569	1.185.618
Reserva Legal		3.885.630	3.141.865
		41.075.199	38.837.483
Total do Passivo		**66.431.671**	**57.947.245**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	Capital Social	Lucros Acumulados	Reserva Legal	Total
Saldo em 31/12/2018	**34.510.000**	**1.299.808**	**2.126.847**	**37.936.655**
Lucro líquido do exercício	-	5.855.117	-	5.855.117
Destinação do lucro líquido: Lucros Distribuidos	-	(5.799.807)	-	(5.799.807)
Constituição da reserva legal	-	(292.756)	292.756	-
Saldo em 31/12/2019	**34.510.000**	**1.062.361**	**2.419.603**	**37.991.965**
Lucro líquido do exercício	-	14.445.232	-	14.445.232
Destinação do lucro líquido: Lucros Distribuidos	-	(13.599.713)	-	(13.599.713)
Constituição da reserva legal	-	(722.262)	722.262	-
Saldo em 31/12/2020	**34.510.000**	**1.185.618**	**3.141.865**	**38.837.483**
Lucro líquido do exercício	-	14.875.278	-	14.875.278
Destinação do lucro líquido: Lucros Distribuidos	-	(12.637.563)	-	(12.637.563)
Constituição da reserva legal	-	(743.764)	743.764	-
Saldo em 31/12/2021	**34.510.000**	**2.679.569**	**3.885.630**	**41.075.199**

Demonstração do Fluxo de Caixa Exercício Findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	22.493.746	26.657.508
Pagamentos de fornecedores	(385.157)	(640.335)
Pagamentos de obrigações trabalhistas e socias	(809.231)	(761.896)
Pagamentos de obrigações fiscais	(903.115)	(752.888)
Caixa gerado das atividades operacionais	**20.396.243**	**24.502.389**
Juros pagos	(1.981)	(1.229)
Depositos judiciais	(473.888)	(8.619.757)
Imposto de renda e CSLL. pagos	(1.147.831)	(1.187.830)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**18.772.541**	**14.693.573**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aumento do Ativo Permanente	-	(5.149)
Caixa gerado das atividades de investimentos	**-**	**(5.149)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Aplicações financeiras	(12.177.267)	(25.544.306)
Resgate de aplicações financeiras	6.033.871	24.513.894
Dividendos Pagos	(12.637.563)	(13.616.381)
Caixa líquido usado nas atividades financeiras	**(18.780.959)**	**(14.646.793)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(8.418)**	**41.631**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	48.947	7.316
Caixa e equivalente de caixa no final do período	**40.533**	**48.947**

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	Nota	2021	2020
Receita Operacional Bruta		**25.030.504**	**30.880.060**
Deduções de Vendas		(2.114.563)	(3.244.858)
Receita Operacional Líquida		**22.915.941**	**27.635.202**
Custo dos Produtos Vendidos		-	-
Lucro Bruto		**22.915.941**	**27.635.202**
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas		(2.521.504)	(3.828.314)
Despesas Tributárias		(487.545)	(437.240)
Receitas Financeiras Líquidas		694.214	375.271
Lucro (Prejuízo) Operacional		**20.601.107**	**23.744.919**
Resultado não Operacional		-	-
Lucro Líquido Antes IR e C.S.L.		**20.601.107**	**23.744.919**
IR e CS	7	(5.725.830)	(9.299.687)
Lucro (Prejuízo) Líquido Exercício		**14.875.278**	**14.445.231**
Quantidade de Ações do Capital Social		**87.500.000**	**87.500.000**
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações		**170,00**	**165,09**

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

1. Contexto operacional As operações da Empresa compreendem, basicamente, a locação ou arrendamento de imóveis próprios, cultivo da cana-de-açúcar. **2. Apresentação das demonstrações financeiras** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária. ***Resumo das principais práticas contábeis*** **a. Apuração do resultado** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **b. Ativo Circulante e não circulante** ▪ **Aplicações financeiras** *Registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço que, não supera o valor de mercado* **c. Permanente** ▪ **Imobilizado** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 3 e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens **d. Passivo circulante e não circulante** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e juros incorridos até a data do balanço. ▪ **Imposto de renda e contribuição social** As alíquotas aplicáveis conforme legislação do lucro presumido, são de aproximadamente 8% da receita bruta para o imposto de renda e 3% para contribuição social. **3. Ativo contingente** O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Cooperativa), por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de Açúcar e Etanos realizadas na década de 1980, resultando na emissão de precatórios. A Usina Açucareira Bom Retiro S/A como cooperada e com direito de parte da referida indenização, mediante cisão parcial realizada em 23/04/2006, caracterizou um direito à Cia. Agrícola Forti da indenização de 40% da parte da Usina Açucareira Bom Retiro S/A. Em outubro de 2021, a Cooperativa realizou o levantamento da parcela do precatório expedido, sendo atribuído a esta Companhia, o montante bruto de R$ 12.983.227, transferidos para a Companhia via PN66, deduzidos os custos de manutenção de processo, honorários advocatícios e retenção de PIS e COFINS sobre este montante. A Cooperativa, propôs medida judicial objetivando afastar as exigências de PIS e COFINS sobre a verba indenizatória em questão, por entender não caracterizar receita tributável em nome daquela entidade. Sobre a receita acima mencionada, recebida pela Companhia da Cooperativa por se tratar de verba indenizatória, a administração da Companhia deliberou propor ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IR. e CS sobre este valor, garantindo esta discussão mediante a depósito judicial. **4. Imobilizado**

	Taxa de Depreciação % a.a.	Custo	Depreciação	2021 Líquido	2020 Líquido
Benfeitorias	4%	135.870	135.870	-	-
Casas e Vila Residenciais	4%	318.970	318.970	-	-
Veículos	20%	37.175	37.175	-	-
Outras imobilizações	10 a 20%	110.147	16.472	93.675	95.135
Terrenos		32.165.563	-	32.165.563	32.165.563
		32.767.725	508.487	32.259.238	32.260.698

5. Mútuo - Copersucar Correspondem a operações de mútuo, a prazo e condições usuais de mercado, com a COPERSUCAR – Cooperativa de Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. **6. Patrimônio líquido a. Capital social** O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 87.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **7. Imposto de renda e contribuição social** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2021	2020
Receita bruta de vendas e arrendamento de terras	25.030.503	30.880.060
Alíquota fiscal combinada	22,88%	30,11%
Imposto de renda e contribuição social	5.725.830	9.299.687

8. Impactos da Covid - 19 A pandemia do Coronavírus (Covid-19) impactou com relevância as economias em todos os países, trazendo alterações aos mercados nacional e internacional e, desencadeou importantes ações de governos e entidades, que impactaram na saúde da população e sistemas de saúde mundial, resultando em mudanças significativas no dia a dia das pessoas e das empresas. No segmento de atuação da Companhia, foram seguidas as determinações das legislações Estaduais e Federais e até a data da divulgação destas demonstrações financeiras, não houve alterações significativas em suas operações, sem impacto negativo nos resultados, não havendo a necessidade de reconhecimento de perdas ou necessidades de provisionamentos. A administração da Companhia adotou todas medidas necessárias ao equilíbrio dos seus negócios e continua acompanhando a volatilidade e incertezas, especialmente em relação ao período de duração e impactos da Pandemia inclusive, avaliação os possíveis impactos nas futuras demonstrações financeiras da Companhia.

A Diretoria
Joseli Forti - Diretor Presidente
Wanderley Forti - Diretor Vice-Presidente

Contador
Marco Antonio Pompermayer - CRC-SP 101.666/O-6

Plajo S.A. Indústria e Comércio de Plásticos

CNPJ nº 61.160.180/0001-63

Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem no dia **29 de abril de 2022 às 16h00** na sua sede social, na Rua Capitão José Gallo, 2.040 - Bairro Aliança - Ribeirão Pires/SP, afim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Elevação do aumento do capital; b) Outros assuntos. Ribeirão Pires, 17 de março de 2022. **Vicente Baptista Bijarra** - Diretor Presidente.

Fupresa S/A

CNPJ 62.576.327/0001-63

Aviso aos Acionistas e Convocação de AGO/AGE

Encontra-se à disposição dos Acionistas na sede da empresa, os documentos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404/76. Ficam convocados os Srs. Acionistas para AGO/AGE a realizar-se no dia 29 de abril de 2022 às 09:00h em 1ª convocação e às 10:00h em 2ª convocação na sede da empresa à Rodovia Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado, Km 47,6, Bairro Caldeira, Indaiatuba/SP para deliberar s/as seguintes ordens do dia: a) Exame e aprovação das Demonstrações Financeiras e Relatório da Diretoria; b) Outros assuntos de interesse da Sociedade. Indaiatuba, 18 de março de 2022. **Antônio Carlos Alves Bevilacqua** - Diretor de Operações.

Arfrio S/A Armazéns Gerais Frigoríficos

CNPJ 61.024.295/0001-20 - NIRE: 35.300.101.99-5

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Arfrio S/A Armazéns Gerais Frigoríficos** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 28 de março de 2022, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Jussara, nº 1001, sala 3, na cidade de Barueri, São Paulo, CEP 06465-070, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Eleição do novo representante perante a Receita Federal do Brasil e demais órgãos públicos; (ii) Eleição da Diretoria da Sociedade. São Paulo, 18 de março de 2022. **Eduardo Américo de Athayde Vasone** - Diretor Presidente

Madeira Energia S.A. - Mesa

CNPJ/MF nº 09.068.805/0001-41 - NIRE 35.300.346.866

Edital de Convocação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de Forma Semipresencial

Ficam os Senhores Acionistas da Madeira Energia S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas, **em primeira convocação,** no dia **19 de abril de 2022, às 10:00 horas**, **de forma semipresencial,** nos termos do artigo 124, parágrafo 2º - A, da Lei Federal nº 6.40476 e da Instrução Normativa n° 81, de 10 de junho de 2020, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração - DREI ("IN DREI nº 81"), podendo o acionista comparecer no Hotel Pullman Vila Olímpia, localizado na Rua Olimpíadas, 205 - Vila Olímpia, São Paulo - SP, 04551-000, ou participar e votar a distância através do *link* disponível no *website* www.santoantonioenergia.com.br/agoe2022-madeiraenergia, a fim de deliberar sobre a seguinte **ordem do dia**: em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do Parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) fixar o número de membros titulares e suplentes do Conselho de Administração da Companhia; (iii) eleger os membros titulares e suplentes do Conselho de Administração da Companhia, bem como indicar o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração; (iv) fixar o número de membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; (v) eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; e, em Assembleia Geral Extraordinária: (vi) fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2022; (vii) fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2022;(viii) instruir o voto da Companhia, na condição de acionista única da Santo Antônio Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.391.823/0001-60, para tomar todas as providências cabíveis no sentido de deliberar a respeito das mesmas matérias constantes dos itens acima no âmbito de sua subsidiária integral. Os documentos que suportarão as deliberações estão disponibilizados a todos os acionistas no website www.santoantonioenergia.com.br/agoe2022-madeiraenergia, onde também estão disponíveis os boletins de voto a distância para estas Assembleias Gerais. A Companhia remeterá cópia desses documentos aos acionistas que assim solicitarem por escrito, por meio do endereço eletrônico abaixo indicado. De qualquer forma, os documentos relacionados à matéria (i) da Assembleia Geral Ordinária já foram publicados no Jornal O Dia SP e no portal da internet do mesmo jornal no dia 24 de fevereiro de 2022, nos termos do artigo 133, da Lei Federal nº 6.404/76. **Instruções Gerais:** Os acionistas que optarem pelo voto a distância por meio do uso do boletim de voto a distância indicado acima, deverão devolvê-lo à Companhia, por meio de *e-mail* encaminhado ao endereço eletrônico indicado abaixo, no mínimo 5 (cinco) dias antes da data da realização das Assembleias Gerais. Os acionistas poderão participar pessoalmente ou por meio de representante no sistema eletrônico de participação e voto a distância disponibilizado pela Companhia. Os acionistas que não participarem presencialmente deverão enviar eletronicamente à Companhia os documentos societários de comprovação de poderes de seu(s) representante(s) legal(is), acompanhados de documento de identidade com foto deste(s), e, se desejarem ser representados por procurador, deverão enviar os respectivos instrumentos de mandato, validamente outorgados, à Companhia. Em todos os casos, tais documentos deverão ser encaminhados por via eletrônica, sob a referência "Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária", com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral, sendo admitido o protocolo por meio eletrônico, no endereço eletrônico lucianavasconcellos@santoantonioenergia.com.br, respeitada, em qualquer caso, as disposições de que trata a Seção VIII do Anexo V da IN DREI nº 81 a respeito das sociedades anônimas. São Paulo, 18 de abril de 2022. **Madeira Energia S.A. - Mesa:** Solange Mendes Geraldo Ragazi David - Presidente do Conselho de Administração.

CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços

CNPJ/MF 05.410.674/0001-88

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia: 1.1. Aos acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 18 de março de 2022. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.988	13.423
Aplicações financeiras	6	1.271	5.741
Contas a receber - partes relacionadas	9	4.104	4.344
Tributos a recuperar	7	1.095	1.592
Dividendos e juros sobre o capital próprio		-	526
Despesas antecipadas e outros créditos		11	31
Total do ativo circulante		13.469	25.657
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Mútuos - partes relacionadas	9	147.270	135.684
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	9	2.446	-
Tributos a recuperar	7	8.699	8.127
		158.415	143.811
Investimentos	11	463.420	337.842
Intangível em andamento	12	-	11
Total do ativo não circulante		621.835	481.664
Total do ativo		635.304	507.321

Passivo	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores		175	742
Imposto de renda e contribuição social		327	87
Obrigações fiscais		4	2
Obrigações sociais e trabalhistas	10	3.554	4.224
Contas a pagar - partes relacionadas	9	8	440
Juros sobre o capital próprio mínimo obrigatório		-	2.536
Total do passivo circulante		4.068	8.031
Não circulante			
Adiantamento para futuro aumento de capital - partes relacionadas	9	-	13.731
Obrigações sociais e trabalhistas	10	1.001	93
Impostos diferidos	8b	33.664	30.388
Total do passivo não circulante		34.665	44.212
Patrimônio líquido			
Capital social	13a	568.253	425.201
Reservas de capital		39.908	32.875
Prejuízos acumulados		(22.361)	(20.514)
Juros sobre o capital próprio adicional proposto		-	7.889
Ajuste de avaliação patrimonial	13c	10.771	9.627
		596.571	455.078
Total do passivo e patrimônio líquido		635.304	507.321

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social: Subscrito	Capital social: A integralizar	Reserva de capital: Transação com sócios	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Juros sobre o capital próprio (adicional proposto)	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020		382.461	(42.974)	12.070	1.319	10.917	7.889	5.248	-	376.930
Ágio/Deságio na aquisição de participação do VLT 2020 (líquido de IR/CS)		-	-	20.805	-	-	-	-	-	20.805
Integralização de capital social em 31 de janeiro de 2020		-	6.000	-	-	-	-	-	-	6.000
Integralização de capital social em 29 de fevereiro de 2020		-	6.000	-	-	-	-	-	-	6.000
Integralização de capital social em 29 de fevereiro de 2020		-	6.240	-	-	-	-	-	-	6.240
Integralização de capital social em 31 de março de 2020		-	24.734	-	-	-	-	-	-	24.734
Aumento de capital em 30 de junho de 2020		6.240	-	-	-	-	-	-	-	6.240
Aumento de capital em 11 de agosto de 2020		81.155	(81.155)	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital social em 31 de agosto de 2020		-	16.500	-	-	-	-	-	-	16.500
Integralização de capital social em 30 de novembro de 2020		-	20.000	-	-	-	-	-	-	20.000
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(32.750)	(32.750)
Destinações										
Absorção de prejuízos com reservas		-	-	-	(1.319)	(10.917)	-	-	12.236	-
Resultados abrangentes										
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	4.379	-	4.379
Saldos em 31 de dezembro de 2020		469.856	(44.655)	32.875	-	-	7.889	9.627	(20.514)	455.078
Ágio/Deságio na aquisição de participação do VLT 2021 (líquido de IR/CS)		-	-	7.033	-	-	-	-	-	7.033
Aumento de capital em 17 de fevereiro de 2021	13a	10.425	-	-	-	-	(7.889)	-	-	2.536
Integralização de capital social em 04 de março de 2021	13a	-	11.000	-	-	-	-	-	-	11.000
Integralização de capital social em 11 de março de 2021	13a	-	25.811	-	-	-	-	-	-	25.811
Aumento de capital em 30 de abril de 2021	13a	21.628	(21.628)	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital social em 31 de maio de 2021	13a	-	14.000	-	-	-	-	-	-	14.000
Aumento de capital em 25 de junho de 2021	13a	35.250	(35.250)	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital social em 30 de junho de 2021	13a	-	7.628	-	-	-	-	-	-	7.628
Aumento de capital em 07 de julho de 2021	13a	9.120	(9.120)	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital social em 31 de julho de 2021	13a	-	35.120	-	-	-	-	-	-	35.120
Aumento de capital em 24 de agosto de 2021	13a	18.385	-	-	-	-	-	-	-	18.385
Integralização de capital social em 28 de setembro de 2021	13a	-	1.358	-	-	-	-	-	-	1.358
Aumento de capital em 30 de setembro de 2021	13a	30.671	(30.671)	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital social em 21 de outubro de 2021	13a	-	12.765	-	-	-	-	-	-	12.765
Aumento de capital em 29 de outubro de 2021	13a	6.560	(6.560)	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital social em 1º de novembro de 2021	13a	-	6.560	-	-	-	-	-	-	6.560
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(1.847)	(1.847)
Resultados abrangentes										
Ajustes de avaliação patrimonial	13c	-	-	-	-	-	-	1.144	-	1.144
Saldos em 31 de dezembro de 2021		601.895	(33.642)	39.908	-	-	-	10.771	(22.361)	596.571

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021	2020
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesa com pessoal		(7.083)	(1.648)
Serviços		(6.051)	(7.645)
Materiais, equipamentos e veículos		(23)	(16)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(1)	(383)
Editais e publicações		(81)	(74)
Despesas legais e judiciais		(81)	(72)
Outros		(1.099)	(275)
		(14.419)	(10.113)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(628)	(32.899)
Resultado antes do resultado financeiro		(15.047)	(43.012)
Resultado financeiro	14	13.028	10.156
Prejuízo operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.019)	(32.856)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8b	172	106
Prejuízo líquido do exercício		(1.847)	(32.750)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021	2020
Prejuízo líquido do exercício		(1.847)	(32.750)
Outros resultados abrangentes			
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado			
Ajuste patrimonial - plano de pensão	13c	(3)	1
		(3)	1
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado			
Ajuste na conversão de demonstrações contábeis das investidas	13c	1.148	4.379
		1.148	4.379
Total do resultado abrangente do exercício		(702)	(28.370)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício		(1.847)	(32.750)
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(353)	(106)
Baixa do ativo imobilizado		11	-
Equivalência patrimonial		628	32.899
Juros e variação monetária sobre mútuos - partes relacionadas		(12.993)	(10.384)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros		33	21
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber - partes relacionadas		3.685	(2.984)
Tributos a recuperar		1.969	799
Despesas antecipadas e outros		20	67
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(600)	715
Fornecedores - partes relacionadas		(432)	268
Impostos e contribuições a recolher e provisão imposto de renda e contribuição social		242	11
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		-	(50)
Obrigações sociais e trabalhistas		238	(6.483)
Caixa líquido (usado nas) atividades operacionais		(9.939)	(17.977)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aumento de capital em investidas		(99.419)	(65.882)
Redução de capital em investidas		-	6.243
Adições ao ativo intangível		-	(11)
Aplicações financeiras		4.470	(2.426)
AFAC - partes relacionadas		(16.329)	-
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimentos		(111.278)	(62.076)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
AFAC - partes relacionadas		-	7.755
Integralização de capital		114.242	85.714
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		114.242	93.469
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		(6.435)	13.416
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		13.423	7
No final do exercício		6.988	13.423
		(6.435)	13.416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços (“Companhia” ou “ Grupo”) foi constituída em 11 de novembro de 2002, como sociedade limitada, tendo como objetivo a prestação de serviços de administração em geral às demais empresas do Grupo CCR, de acordo com seu objeto social, além de participar em outras sociedades. Em 2010, sua natureza jurídica foi alterada para sociedade anônima de capital fechado domiciliada à Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B Andar 4 Sala 6, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo. A controladora CCR S.A. propõe em seu edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária à ser realizada em 19 de abril de 2022 a incorporação da Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços. A Companhia é acionista direta das seguintes empresas: **CCR ViaLagos (ViaLagos):** Ligação viária entre os municípios de Rio Bonito, Araruama e São Pedro da Aldeia, abrangendo as rodovias RJ-124 e RJ-106, totalizando 56 quilômetros. O prazo de 12 de janeiro de 2037, foi estendido por 10 anos em decorrência da assinatura do 10º TAM, celebrado em 10 de dezembro de 2016, em decorrência da inclusão, pelo Poder Concedente, de investimentos não previstos originalmente no contrato de concessão. **VLT Carioca:** Em 14 de junho de 2013, a concessionária VLT Carioca assinou o contrato de concessão em regime de Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão patrocinada dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos (“VLT”), na região portuária e central do Rio de Janeiro. A concessão tem prazo de 25 anos, até 11 de dezembro de 2038, contados a partir da emissão da ordem de início e contará com 42 estações e cerca de 28 quilômetros de vias quando a infraestrutura estiver completamente construída. Ao longo de 2021, a CIIS adquiriu, pela diluição, participação adicional no VLT Carioca, correspondente a 6,32% do capital social, passando a deter 80,8227% do capital social da investida. Em 29 de junho de 2021, foi assinado o Termo Aditivo nº 4 ao contrato de concessão, para os seguintes objetos: (i) Redefinir as etapas de implantação do VLT (veículos leves sobre trilhos), com consequente ajustes nos percentuais de liberação da garantia de execução, assegurada, ainda, a obrigação de realizar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão; (ii) Formalizar a exclusão do primeiro trecho da Etapa 3B; (iii) Substituir o responsável técnico; (iv) Formalizar a possibilidade de contratação de mais de uma empresa para desempenhar as atividades de entidade de arrecadação e repartição tarifária; (v) Autorizar que outras empresas desempenhem atividades adicionais de arrecadação e repartição tarifária; e (vi) Corrigir a fórmula do cálculo do fator de equivalência, tendo em vista erro material no anexo 3 do Edital de Licitação. **CPC:** Tem por objetivo avaliar as oportunidades de novos negócios, em processos de licitação, bem como realizar a administração direta de novos negócios. A CCR e a CIIS detêm 99% e 1% do capital da CPC, respectivamente. As divisões Engelog e EngelogTec, que atualmente fazem parte do GBS (*Global Business Services*) foram transferidas para a CCR. **Samm:** Tem como objeto social a exploração e prestação, por conta própria ou de terceiros, de serviços de telecomunicações, seja por meio de concessão, permissão ou autorização, bem como atividades correlatas e participação no capital social de outras sociedades. A empresa tem como negócio prestar serviços de transmissão de dados em alta capacidade por meio de fibras óticas instaladas ao longo de rodovias e metrôs (ViaQuatro, ViaMobilidade e Metrô Bahia). **SPC (antiga SPCP):** Tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades. Em 1º de outubro de 2021, houve a transformação do tipo jurídico da investida para Sociedade Limitada, sob a denominação de Sociedade de Participações em Concessões Ltda. **PRN (antiga Ponte):** Empresa em fase de liquidação. Em 1º de outubro de 2021, houve a transformação do tipo societário da investida para Sociedade Limitada sob a razão social de PRN Concessões e Participações Ltda.. **Inovap 5:** Tem por objetivo a prestação de serviços às empresas controladas da CCR, de acordo com os respectivos objetos sociais. **Quicko:** Constituída em 10 de agosto de 2018, tem como objeto social a prestação, por conta própria ou de terceiros, de serviços de desenvolvimento, gerenciamento e exploração de programas de fidelização de clientes, licenciamento, manutenção e suporte técnico de softwares, bem como atividades correlatas e participação no capital social de outras sociedades. O aplicativo foi lançado em 1º de julho de 2019 e em 15 de outubro de 2019 iniciou-se campanha para divulgação. **CCR Lam Vias (Lam Vias):** Constituída em 21 de novembro de 2017, tem o objetivo de atuar como *holding* de concessões rodoviárias no Brasil (exceto Estado de São Paulo) e América Latina. **CCR Mobilidade:** Constituída em 21 de novembro de 2017, tem o objetivo de atuar como *holding* de Mobilidade Urbana no Brasil e no exterior. Em 3 de novembro de 2021, ocorreu sua extinção. **CCR Infra SP:** Constituída em 21 de novembro de 2017, tem o objetivo de atuar como *holding* de concessão de rodovias no estado de São Paulo. **Outras informações:** As concessões do Grupo consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e receitas provenientes da exploração dos bens concedidos, tais como as das faixas de domínio e de áreas comerciais. As concessionárias são responsáveis por construir, reparar, ampliar, conservar, manter e operar a infraestrutura concedida, na forma dos respectivos contratos de concessão. Os poderes concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder na assinatura dos contratos de concessão, sendo responsabilidade destas zelar pela integridade dos bens que lhes foram concedidos, além de fazer novos investimentos na construção ou melhorias da infraestrutura. Apesar de os contratos de concessão não incluírem cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes. Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas, que em geral são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos. **Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato:** No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão em alguns contratos de concessão rodoviária de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. Apesar de os contratos de concessão não incluírem cláusulas de renovação, com exceção da ViaLagos, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 01. Os direitos dos Poderes Concedentes de rescindir os contratos de concessão do Grupo incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato. Os contratos de concessão do Grupo poderão ser rescindidos por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pelas concessionárias do Grupo não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. **1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19:** A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que possam afetar a continuidade operacional da Companhia. A Companhia é uma *holding* e substancialmente seu resultado é originado da equivalência patrimonial da controlada VLT. **2. Principais práticas contábeis:** As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. ***a) Investimentos:*** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. • Coligadas: As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não tenha controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. • Controladas: A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem, direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resulte em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e quaisquer participações de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. ***b) Combinação de negócios:*** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo CCR. A Companhia mensura o ágio como sendo o valor justo da contraprestação transferida (incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na companhia adquirida), deduzido do valor justo dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Se o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente no resultado do exercício. No caso de aquisições de controle em negócios relacionados às atividades de concessão com prazos definidos, os ágios ou valores residuais são geralmente alocados ao direito de exploração da concessão e amortizados com base na expectativa de benefícios econômicos de cada negócio adquirido. Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, incorridos em uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que incorridos. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, são registrados os valores justos provisórios conhecidos até então. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (1 ano), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. ***c) Instrumentos financeiros:*** Reconhecimento e mensuração inicial: O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativo financeiro a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo os ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:*** • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. • Aplicações financeiras: Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. ***e) Ativos intangíveis:*** A Companhia possui o seguinte ativo intangível. • Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados: São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável. ***f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment):*** • Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia; ou - O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias. As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos á Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado. • Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão das investidas, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrios. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***g) Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. ***h) Receitas e despesas financeiras:*** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. ***i) Benefícios a empregados:*** • Planos de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. • Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. ***j) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. ***k) Adoção inicial de normas novas e alterações:*** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2021, as seguintes novas normas: As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. **Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 08, CPC 40 e CPC 11:** As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*. **Arrendamentos - Alterações ao CPC 06 (R2):** Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos. O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 aplicando o CPC 06 (R2) como se fosse uma modificação de arrendamento. Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança; b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento. ***l) Novas normas ainda não efetivas:*** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06); • Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25); • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27; • Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15; • Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26; • CPC 50 - Contratos de seguros; • Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26; • Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23; e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32). **3. Apresentação das demonstrações financeiras:** Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4(a) (iv) desse Pronunciamento. Além disso, sua Controladora Indireta CCR S.A. já apresenta demonstrações consolidadas. Em 18 de março de 2022, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: 8b Impostos diferidos; 15 Instrumentos financeiros. **4. Determinação dos valores justos:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). **5. Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia apresenta exposição ao seguinte risco advindo do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) Certificado de Depósito Interbancário - (CDI) relativos as aplicações financeiras e aos mútuos. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 9 e 14. **c) Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. A Companhia e suas investidas avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Administração avalia que a Companhia e suas investidas gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros derivativos e não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano
Contas a pagar - partes relacionadas	8
Fornecedores	175

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou prejuízo no exercício, fluxo de caixa operacional negativo e contou com aportes/aumento de capital do acionista controlador. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua controladora CCR S.A..

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2021	2020
Caixas e bancos	13	18
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	6.975	13.405
Total - Caixa e equivalentes de caixa	6.988	13.423

Aplicações financeiras	2021	2020
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	1.271	5.741
Total - Aplicações financeiras	1.271	5.741

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,41% do CDI, equivalente a 4,37% a.a. (97,11% do CDI, equivalente a 2,69% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2020).

7. Tributos a recuperar

	2021	2020
Circulante		
IRPJ e CSLL	1.004	1.551
IRRF	91	41
Total circulante	1.095	1.592
Não circulante		
IRPJ e CSLL	6	1.479
PIS e COFINS	263	263
IRRF sobre mútuo	8.430	6.385
Total não circulante	8.699	8.127

8. Imposto de renda e contribuição social: a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(2.019)	(32.856)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	686	11.171
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Equivalência patrimonial	(5)	(10.989)
Despesas indedutíveis	(312)	(73)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(224)	(151)
Incentivos relativos ao imposto de renda	4	-
Outros ajustes tributários	23	148
Despesa de imposto de renda e contribuição social	172	106
Impostos correntes	(181)	-
Impostos diferidos	353	106
	172	106
Alíquota efetiva de impostos	8,52%	0,32%

b. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

2021	2020	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	2.330	(89)	-	2.241	2.241	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	157	199	-	356	356	-
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação - VLT	(28.551)	-	(3.629)	(32.180)	-	(32.180)
Ganho/Remensuração participação anterior VLT, a valor justo	(4.650)	207	-	(4.443)	451	(4.894)
Outros	326	36	-	362	362	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(30.388)	353	(3.629)	(33.664)	3.410	(37.074)
Compensação de imposto	-	-	-	-	(3.410)	3.410
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(30.388)	353	(3.629)	(33.664)	-	(33.664)

2020	2019	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	-	2.330	-	2.330	2.330	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	2.765	(2.608)	-	157	157	-
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação - VLT	(22.681)	-	(10.717)	(33.398)	-	(33.398)
Ganho/Remensuração participação anterior VLT, a valor justo	-	197	-	197	197	-
Outros	139	187	-	326	326	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(19.777)	106	(10.717)	(30.388)	3.010	(33.398)
Compensação de imposto	-	-	-	-	(3.010)	3.010
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(19.777)	106	(10.717)	(30.388)	-	(30.388)

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, controladas, controlada em conjunto e profissionais chave da administração.

	Transações 2021: Receitas financeiras	Transações 2021: Despesas/custos com serviços prestados	Saldos 2021 – Ativo: Contas a receber	Saldos 2021 – Ativo: AFAC	Saldos 2021 – Ativo: Mútuos	Saldos 2021 – Passivo: Fornecedores
Controlada						
VLT Carioca	13.630 (a)	-	23 (b)	-	147.270 (a)	5 (b)
Coligadas			-	-	-	-
CPC	-	-	4.081 (f)	2.446 (d)	-	-
Outras partes relacionadas						
ViaQuatro	-	445 (b)	-	-	-	-
ViaMobilidade	-	117 (b)	-	-	-	-
Metrô Bahia	-	-	-	-	-	3 (b)
Total	13.630	562	4.104	2.446	147.270	8

	Transações 2020: Receitas financeiras	Transações 2020: Despesas/custos com serviços prestados	Saldos 2020 – Ativo: Contas a receber	Saldos 2020 – Ativo: Mútuos	Saldos 2020 – Ativo: Juros sobre capital próprio	Saldos 2020 – Passivo: AFAC	Saldos 2020 – Passivo: Fornecedores
Controladora							
CCR	-	-	1.108 (b)	-	-	13.731 (d)	32 (b)
Controlada							
VLT Carioca	10.384 (a)	-	-	135.684 (a)	-	-	-
Coligadas							
CPC	-	-	18 (b)	-	526 (c)	-	31 (b)
Infra SP	-	-	143 (b)	-	-	-	10 (b)
Infra. Latinoamericana S.A.	-	-	61 (b)	-	-	-	-
Mobilidade	-	1.539 (b)	2.218 (b)	-	-	-	125 (b)
Outras partes relacionadas							
Via Oeste	-	-	17 (b)	-	-	-	13 (b)
Via Quatro	-	170 (b)	676 (b)	-	-	-	203 (b)
Conces. ViaRio S.A.	-	-	78 (b)	-	-	-	-
ViaMobilidade	-	21 (b)	25 (b)	-	-	-	26 (b)
Total	10.384	1.730	4.344	135.684	526	13.731	440

Despesas com profissionais chave da administração	2021	2020
Remuneração (e):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	2.294	4.241
Outros benefícios:		
Provisão para remuneração variável		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	1.740	277
Complemento de PPR do ano anteiror pago no ano	(55)	2.740
Previdência privada	122	117
Seguro de vida	4	8
	4.105	7.383

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração	2021	2020
Remuneração dos administradores (e)	1.983	719

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 27 de abril de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria estatutária e não estatutária da Companhia no montante de R$ 4.300, incluindo salários, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social. (a) Contratos de mútuo feito pela CIIS ao VLT Carioca, sendo 11 contratos remunerados à variação acumulada do CDI + 5% a.a. dos quais: 4 contratos com vencimento em 31 de dezembro de 2021, cujo prazo foi prorrogado para 31 de dezembro de 2022, 2 contratos com vencimento em 31 de dezembro de 2020, cujo prazo foi prorrogado para 31 de dezembro de 2022, 3 contratos com vencimento em 15 de dezembro de 2024, 1 contrato com vencimento em 30 de dezembro de 2024 e 1 contrato com vencimento em 30 de dezembro de 2027; (b) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento; (c) Juros sobre capital próprio que foram recebidos em 13 de abril de 2021; (d) Adiantamento para futuro aumento de capital; (e) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da diretoria, compreendendo no total 2 pessoas; e (f) Valores a receber relativos a redução de capital da investida aprovado em AGE de 30 de dezembro de 2021.

10. Obrigações sociais e trabalhistas	2021	2020
Circulante		
Salários e remunerações a pagar	217	1.273
Benefícios, gratificações e participações a pagar	2.486	1.424
Encargos sociais e previdenciários	222	454
Provisão para férias e 13º salário	629	1.073
	3.554	4.224
Não circulante		
Salários e remunerações a pagar	1.001	93
	1.001	93

11. Investimentos: ***a. Investimentos em controladas em conjunto, controladas e coligadas***

Empreendimentos controlados em conjunto, controlados e coligadas	Atividade principal	Local de Constituição e operação	Percentual de participação 2021	2020
PRN (a)	Concessão rodoviária	Brasil (RJ)	0,0000566%	0,0000566%
ViaLagos (a)	Concessão rodoviária	Brasil (RJ)	0,0000114%	0,0000114%
CPC (a)	Holding	Brasil (SP)	1,00%	1,00%
Samm (a)	Serviços	Brasil (SP/RJ/MG)	0,10%	0,10%
SPC (a)	Holding	Brasil (SP)	0,0656%	0,06556%
Inovap 5 (a)	Serviços	Brasil (SP)	0,0001%	0,0001%
VLT Carioca (b)	Concessão metroviária	Brasil (RJ)	80,82%	74,50%
Infra SP (a)	Holding	Brasil (SP)	0,00000039%	0,00000039%
Lam Vias (a)	Holding	Brasil (SP)	0,01%	0,01%
CCR Mobilidade (a)	Holding	Brasil (SP)	-	0,01%
Quicko (b)	Serviços	Brasil (SP)	80,00%	80,00%

(a) Coligadas; (b) Controlada.

b. Composição dos investimentos em controladas em conjunto, controladas e coligadas	Patrimônio líquido das investidas 2021	2020	Investimentos 2021	2020	Resultado líquido do exercício das investidas 2021	2020	Resultado de equivalência patrimonial 2021	2020
PRN	2.707	3.289	-	-	(582)	(1.298)	-	-
ViaLagos	24.476	22.741	-	-	46.304	(36.486)	-	-
CPC	4.993.979	4.135.952	49.940	41.349	(264.896)	805.407	(2.651)	(8.055)
Samm	71.393	69.970	70	69	1.423	(7.579)	1	6
SPC	403.399	405.285	267	268	(1.886)	90	(1)	-
Inovap 5	722	641	-	-	81	39	-	-
VLT Carioca	492.265	376.197	397.849	280.277	41.710	15.720	32.453	(9.838)
VLT Carioca (Ágio)	-	-	120	120	-	-	-	4
VLT Carioca (Dir. concessão gerado na aquisição)	-	-	13.061	13.676	-	-	(615)	(580)
Infra SP	2.401.532	2.459.363	-	-	960.570	(1.228.842)	-	-
Lam Vias	5.512	3.054	-	-	(27.542)	22.434	(3)	(2)
Quicko	2.641	2.603	2.113	2.083	(37.265)	18.042	(29.812)	(14.434)
Total de investimento	8.398.626	7.479.095	463.420	337.842	717.917	(412.473)	(628)	(32.899)

c. *Movimentação dos investimentos*	Saldo inicial 2020	Resultado de equivalência patrimonial	Aquisição de participação	Aumento/(Redução) de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Outras movimentações	Saldo final 2021
VLT Carioca	280.273	32.453	10.671	74.452	-	-	397.849
VLT Carioca (Ágio)	120	-	-	-	-	-	120
VLT Carioca (Dir. concessão gerado na aquisição)	13.676	(615)	-	-	-	-	13.061
CPC	41.353	(2.651)	(9)	1.831	1.148	8.268 (a)	49.940
Samm	69	1	-	-	-	-	70

continua

continuação

CIIS - COMPANHIA DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

c. *Movimentação dos investimentos*	Saldo inicial 2020	Resultado de equivalência patrimonial	Aquisição de participação	Aumento/(Redução) de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Outras movimentações	Saldo final 2021
SPC	268	(1)	-	-	-	-	267
Lam Vias	-	(3)	-	3	-	-	-
Quicko	2.083	(29.812)	-	29.842	-	-	2.113
Total	337.842	(628)	10.662	106.128	1.148	8.268	463.420

(a) Refere-se a redução de capital para absorção de prejuízos fiscais conforme aprovada em AGE realizada em 30 de dezembro de 2021.

d. Informações financeiras resumidas das controladas em conjunto, controladas e coligadas

	2021				2020			
	Total do ativo	Total passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Total do ativo	Total passivo circulante e não circulante	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
PRN	4.677	1.970	-	(582)	5.646	2.357	-	1.298
ViaLagos	271.782	247.306	154.610	46.304	269.578	246.837	124.843	36.486
CPC	5.558.640	564.661	176.413	(264.896)	4.631.471	495.519	174.356	(805.407)
Samm	231.623	160.230	101.476	1.423	256.573	186.603	109.389	7.579
SPC	403.967	568	-	(1.886)	405.299	14	-	(90)
Inovap 5	811	89	-	81	811	170	-	(39)
VLT Carioca	2.201.613	1.709.348	251.897	41.710	1.969.243	1.593.046	203.790	(15.720)
Infra SP	2.405.969	4.437	-	960.570	2.469.212	9.849	-	1.228.842
Lam Vias	5.515	3	-	(27.542)	11.179	8.125	-	(22.434)
Quicko	6.419	3.778	122	(37.265)	6.800	4.197	6	(18.042)
Total	11.091.016	2.692.390	684.518	717.917	10.025.812	2.546.717	612.384	412.473

e. Outras informações relevantes: A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles: **a) VLT Carioca: i. Rescisão de Contrato de Concessão:** Em 03 de julho de 2019, o VLT Carioca ajuizou ação de rescisão do contrato de concessão (com pedido de tutela de urgência), processo nº 0159841-62.2019.8.19.0001, em face do município do Rio de Janeiro e da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP), pleiteando a rescisão do Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão patrocinada (CVL nº 010008/2013) firmado entre as partes, devido a inadimplementos contratuais por parte do Poder Concedente e do município do Rio de Janeiro, bem como a condenação da municipalidade ao pagamento de indenização por perdas e danos e lucros cessantes, a serem apurados por ocasião de liquidação de sentença. O VLT Carioca ainda pleiteia, em sede de liminar, que o Poder Concedente seja instado a cumprir de imediato determinadas obrigações legais e contratuais em atraso, bem como seja implementada a garantia subsidiária do contrato de concessão, viabilizando a continuidade da prestação do serviço público até o trânsito em julgado da ação. Em 10 de julho de 2019, foi indeferida a liminar requerida pelo VLT Carioca. Em 26 de setembro de 2019, após a apresentação das defesas dos réus, o processo foi remetido à conclusão. Em 09 de outubro de 2019, o VLT Carioca assinou com o Poder Concedente um Memorando de Entendimentos (MOU), posteriormente ratificado pelos acionistas do VLT em 19 de dezembro de 2019, e que, entre outras disposições, permitiu que a Etapa 3B fosse inaugurada em 26 de outubro de 2019, e permitiu a suspensão da ação, oportunamente, e de acordo com a conveniência do VLT Carioca. Em 10 de outubro de 2019, foi proferida decisão que concedeu a tutela provisória de urgência para determinar aos réus que implementem e providenciem a operacionalização da garantia subsidiária do contrato de concessão, de modo a dar cumprimento às obrigações legais e contratuais assumidas, sob pena de multa diária. Contra a tutela provisória foram opostos embargos pelos réus, os quais foram rejeitados em 07 de janeiro de 2020. Em razão da rejeição dos embargos, a CDURP e a Prefeitura interpuseram agravos de instrumento, respectivamente em 07 de fevereiro e 09 de março de 2020. Em 22 de maio de 2020, foi concedida a liminar, objeto de pedido apresentado pelo VLT, para liberação parcial da importância a ser segurada pelo seguro garantia. Em 03 de julho de 2020, foi publicada a decisão do agravo de instrumento interposto pela CDURP, suspendendo os efeitos da decisão proferida em 10 de outubro de 2019. Contra essa decisão, em 09 de julho de 2020, o VLT interpôs agravo interno com pedido de reconsideração e, em 24 e 29 de julho de 2020, o VLT apresentou contrarrazões aos agravos de instrumento interpostos pela CDURP e pelo Município, respectivamente. O Ministério Público apresentou pareceres favoráveis ao VLT, pelo não provimento dos agravos, ambos em outubro de 2020. O agravo de instrumento do Município foi desprovido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em sessão de julgamento ocorrida em 12 de fevereiro de 2021. Já o recurso de agravo de instrumento da CDURP, está com julgamento suspenso, devido ao pedido de vista por um dos julgadores. Em 7 de maio de 2021, foi deferido, pelo Presidente do STJ, o pedido formulado pelo Município no âmbito da Suspensão de Liminar nº 2927, suspendendo o acórdão do TJRJ que confirmou a liminar deferida na origem. Em 31 de maio de 2021, o VLT Carioca interpôs agravo interno, em face dessa decisão, que aguarda julgamento. Na origem, em 04 de novembro de 2020, foi determinada a manifestação das partes em provas. A CDURP, em 19 de novembro de 2020, informou que não tem mais provas a produzir e o Município não se manifestou em provas, o que foi certificado no dia 07 de dezembro 2020. O VLT requereu, em 30 de novembro de 2020, a produção de prova pericial de engenharia e de prova pericial contábil, bem como de prova documental superveniente. O Ministério Público, em 09 de dezembro de 2020, não se opôs aos pedidos de prova do VLT Carioca. Em 12 de janeiro de 2021, foi proferida decisão deferindo o pedido do VLT de produção de prova documental superveniente no prazo de 10 dias e requerendo a sua manifestação para esclarecer o pedido de prova pericial contábil e de engenharia, o que foi feito pelo VLT no prazo estabelecido. Em 14 de janeiro de 2021, o Ministério Público manifestou ciência da decisão. Em 18 de fevereiro de 2021, foi proferida decisão saneadora que deferiu a produção da prova pericial e determinou a juntada diretamente aos autos eletrônicos da prova documental. Os quesitos e assistentes técnicos foram apresentados pela CDURP em 13 de maio de 2021, pela Companhia em 24 de maio de 2021 e pelo Município em 11 de junho 2021. Em 25 de junho de 2021, os autos foram remetidos ao perito. Aguarda-se a manifestação do perito face à oposição, por parte do Ministério Público, CDURP e da Companhia, às propostas de honorários apresentadas em 21 de outubro de 2021 para a realização de perícia contábil e de engenharia. **ii. Procedimento Arbitral CCBC nº 87/2019/SEC3:** Em 22 de novembro de 2019, foi instaurado procedimento arbitral instaurado em 22 de novembro de 2019, por Odebrecht Mobilidade S.A. (OM) e Odebrecht Transport S.A (OTP) em face da CIIS - Companhia de investimento em infraestrutura e serviços (CIIS) e da Concessionária do VLT Carioca S.A (VLT Carioca), relativamente à interpretação e alcance de determinadas disposições previstas em acordo de acionistas e demais atos e contratos relativos à governança do VLT Carioca. O Tribunal Arbitral foi constituído, tendo sido apresentadas as alegações iniciais pelas requerentes em 13 de outubro de 2020, em face dos quais foram apresentados pedidos contrapostos pelas requeridas. A arbitragem segue em fase de instrução, e não foi proferida decisão de mérito. Após a constituição do Tribunal Arbitral, em 13 de outubro de 2020 as Requerentes apresentaram suas alegações iniciais, requerendo a declaração de nulidade de ato societário que ratificou o memorando de entendimentos celebrado com o Município do Rio de Janeiro em 09 de outubro de 2019 (MOU), e/ou tornando o mesmo sem efeito, determinando ao VLT que adote as medidas necessárias ao prosseguimento da ação de rescisão, bem como para condenar as Requeridas em todos os prejuízos, perdas e danos sofridos pelas Requerentes em virtude da celebração do MOU, declarando a extinção do acordo de acionistas em relação às Requerentes ou, subsidiariamente, que reconheça determinados aspectos acerca de seus direitos políticos, e, ainda, que determine à CIIS assumir obrigações financeiras de garantia na proporção da participação acionária detida pela CIIS em decorrência da diluição da Requerente OM, entre outros pedidos associados. Em 26 de novembro de 2020, a CIIS apresentou sua resposta às alegações iniciais postulando pelo reconhecimento da improcedência do pleito formulado pelas Requerentes bem como formulou pedidos contrapostos, entre os quais o reconhecimento de que o MOU foi validamente celebrado pela administração do VLT e ratificado pelos seus acionistas e a declaração de validade de determinadas interpretações acerca do acordo de acionistas. Na mesma data, o VLT Carioca apresentou sua resposta às alegações iniciais salientando que as Requerentes agem em manifesto abuso de minoria, de forma contraditória e em contrariedade ao interesse social atinente à continuidade do serviço público, requerendo sejam os pedidos julgados improcedentes e também formulou pedido contraposto no sentido de que a Requerente seja condenada ao pagamento de multa especificamente prevista no acordo de acionistas decorrente do não acompanhamento de todos os aportes de capital aprovados. Em 13 de outubro de 2021, no que se refere a perícia, o Tribunal Arbitral determinou o início do prazo de 60 dias para apresentação do parecer pelas partes. Em 13 de dezembro de 2021, as partes pleitearam a suspensão do procedimento arbitral pelos próximos 120 dias. Na mesma data, o Tribunal Arbitral deferiu o pedido de suspensão. Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão. As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

12. Intangível em andamento

	2020 Saldo inicial	2021 Adições	Baixas	Saldo final
Valor de custo				
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento	11	-	(11)	-
Total do custo	11	-	(11)	-

13. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social é de R$ 568.253 sendo R$ 601.896 subscrito e R$ 33.642, à integralizar em moeda corrente nacional, dividido em 601.895.575 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Durante o exercício de 2021, ocorreram as seguintes integralizações de capital aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária: Em 17 de fevereiro de 2021, no montante de R$ 10.425, mediante a integralização de 10.425.250 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor de R$ 7.889 foi capitalizado mediante JCP que estava no patrimônio líquido e o valor de R$ 2.536 que estava no passivo. Em 04 de março de 2021, no montante de R$ 11.000, mediante a integralização de 11.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 11 de março de 2021, no montante de R$ 25.811, mediante a integralização de 25.811.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 30 de abril de 2021, foi aprovado o aumento de capital de R$ 21.628, mediante a emissão de 21.627.773 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 31 de maio de 2021, no montante de R$ 14.000, mediante a integralização de 14.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 25 de junho de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital de R$ 35.250, mediante a subscrição de 35.250.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 30 de junho de 2021, no montante de R$ 7.628, mediante a integralização de 7.628.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 07 de julho de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital de R$ 9.120 mediante a subscrição de 9.120.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 31 de julho de 2021, no montante de R$ 35.120, mediante a integralização de 35.120.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 24 de agosto de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital de R$ 18.385 mediante a subscrição de 18.385.525 ações ordinárias, mediante a capitalização dos créditos contabilizados como adiantamento para futuro aumento de capital. Em 28 de setembro de 2021, no montante de R$ 1.358, mediante a integralização de 1.358.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal Em 30 de setembro de 2021, de R$ 30.671, mediante a subscrição de 30.671.579 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 21 de outubro de 2021, no montante de R$ 12.765, mediante a integralização de 12.765.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 29 de outubro de 2021, de R$ 6.560, mediante a subscrição de 6.560.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 1º de novembro de 2021, no montante de R$ 6.560, mediante a integralização de 6.560.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O capital da Companhia está assim dividido:

		2021			2020		
Acionistas	Participação acionária	Ações Integralizadas	Capital Social Integralizado	Capital Social à Integralizar	Ações Integralizadas	Capital Social Integralizado	Capital Social à Integralizar
CCR S.A.	100%	601.895.575	568.253	33.642	469.855.448	425.201	44.655

b. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia absorveu parte do prejuízo do exercício com o saldo da reserva legal. **c. Ajuste de avaliação patrimonial:** Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de: • Variações cambiais sobre os investimentos no exterior. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. • Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefício definido de investida.

14. Resultado financeiro	**2021**	**2020**
Despesas Financeiras		
Variação cambial sobre fornecedor estrangeiro	(37)	(21)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(390)	(536)
	(427)	(557)
Receitas Financeiras		
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	12.993	10.384
Rendimento sobre aplicações financeiras	394	192
Juros e outras receitas financeiras	64	137
Variação cambial sobre fornecedor estrangeiro	4	-
	13.455	10.713
Resultado financeiro líquido	13.028	10.156

15. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos. A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados. Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria	2021			2020		
Ativos	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Caixa e bancos	13	-	-	18	-	-
Aplicações financeiras	8.246	-	-	19.146	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	4.104	-	-	4.344	-
Mútuos - partes relacionadas	-	147.270	-	-	135.684	-
Partes relacionadas - AFAC	-	2.446	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	526	-
Passivos						
Fornecedores	-	-	(175)	-	-	(742)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(8)	-	-	(440)
Partes relacionadas - AFAC	-	-	-	-	-	(13.731)
Dividendos e juros sobre o capital próprio mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(2.536)
	8.259	153.820	(183)	19.164	140.554	(17.449)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2). As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil. • **Contas a receber - partes relacionadas, mútuos - partes relacionadas, partes relacionadas - AFAC, dividendos e juros sobre capital próprio mínimo obrigatório, fornecedores e fornecedores - partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações, exceto: (i) mútuos - partes relacionadas os quais se tratam de instrumentos financeiros intragrupo, com características exclusivas. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	2021	2020
Nível 2:		
Aplicações financeiras	8.246	19.146

Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs,* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **Análise de sensibilidade:** As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Apresentamos abaixo, a análise de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

			Efeito em R$ no resultado		
Operação	Risco	Exposição em R$ (4)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicação financeira (Menkar II) (3)	CDI (2)	8.246	742	557	371
Total do efeito de ganho ou (perda)			742	557	371
As taxas de juros consideradas foram (1):					
	CDI (2)		9,15%	6,86%	4,58%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo: No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3; (3) O conceito aplicado para aplicações financeiras consiste em se o CDI cair, há uma redução da receita financeira; e (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI). **16. Demonstrações dos fluxos de caixa: a.** Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixas abaixo:

	2021	2020
Variação dos fluxos de caixa operacional		
Tributos a recuperar	2.044	(1.445)
Contas a receber - partes relacionadas	(4.081)	-
Total da variação nos fluxos de caixa operacional	(2.037)	(1.445)
Variações dos fluxos de caixa de investimento		
Mútuos - partes relacionadas	(2.044)	1.445
AFAC - Partes relacionadas	13.883	16.962
Aumento de capital em investidas	(18.537)	(16.962)
Redução de capital em investidas	4.081	-
Total das variações nos fluxos de caixa de investimento	(2.617)	1.445
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Integralização de capital social	28.810	-
AFAC - Partes relacionadas	(13.731)	-
Dividendos pagos a acionistas controladores	(10.425)	-
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	4.654	-

b. Reconciliação das atividades de financiamento	**Capital social**	**Total**
Saldo inicial	(425.201)	(425.201)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Integralização de capital	(114.242)	(114.242)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(114.242)	(114.242)
Outras variações		
Outras variações que não afetam caixa	(28.810)	(28.810)
Total das outras variações	(28.810)	(28.810)
Saldo final	(568.253)	(568.253)

17. Eventos subsequentes: • Aumento de capital - Quicko: Em 27 de janeiro de 2022, foi deliberado pela Ata de Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital de sua controlada Quicko, no montante de R$ 4.879, nas proporções de suas participações acionárias. • **Aumento de capital - VLT Carioca:** Em 10 de fevereiro de 2022, houve a integralização nos montantes de R$ 2.450 e R$ 3.162 referente a adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) pela acionista CIIS no VLT Carioca. Em 10 de março de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital na investida em até R$ 40.000, mediante a emissão de até 227.790.433 ações ordinárias. O prazo para subscrição das ações conforme direito de preferência dos acionistas é de 30 dias corridos da data da reunião. O efetivo aumento de capital será homologado em Assembleia Geral Extraordinária a ser marcada. Entretanto, a CIIS já manifestou o interesse de aportar o valor de R$ 32.329 correspondente a parcela que cabe a ela. • **Aumento de capital:** Em 24 de fevereiro de 2022 foi deliberado através da Ata de Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia, no montante de R$ 39.415, mediante a capitalização de créditos oriundos de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), no montante de R$ 7.086 e o aporte em moeda corrente no montante de R$ 32.329 mediante a emissão de 39.414.620 ações ordinárias. • **Integralização de capital - Quicko:** Em 08 de fevereiro de 2022, a Companhia integralizou o montante de R$ 4.879, referente a aumento de capital aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 27 de janeiro de 2022. • **Integralização de capital:** Em 10 de fevereiro de 2022, foi integralizado pela acionista CCR o montante de R$ 15.672, referente a aumento de capital aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 30 de setembro de 2021. Em 03 de março de 2022, foi integralizado pela acionista CCR o montante de R$ 43.300, referente aos aumentos de capital aprovados em Assembleia Geral Extraordinária em 24 de fevereiro de 2022.

Composição da Diretoria

Waldo Edwin Pérez Leskovar - Diretor-Presidente **Marcio Yassuhiro Iha** - Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti - CRC 1SP190868/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a controladora CCR S.A. propõe em seu edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária à ser realizada em 19 de abril de 2022 a incorporação da CIIS - Companhia de Investimentos em Infraestrutura e Serviços. **Ênfase - Ação de rescisão do contrato de concessão da controlada VLT:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, que descreve que em função dos inadimplementos contratuais por parte do Poder concedente e do Município do Rio de Janeiro junto à controlada Concessionária do VLT Carioca S. A. ("VLT Carioca" ou "Controlada") : i) as parcelas do financiamento do BNDES têm sido liquidadas com a utilização da conta reserva, a qual está sendo suportada pelos acionistas da Controlada; ii) a Controlada ajuizou ação de rescisão do Contrato de Concessão, com pedido de tutela de urgência para determinar a implementação e operacionalização da garantia subsidiária, de forma a permitir que os serviços continuem a ser prestados pela Controlada até o trânsito em julgado da ação. Adicionalmente, as partes assinaram um memorando de entendimento com o intuito de regularizar os compromissos assumidos pelo Poder Concedente no Contrato de Concessão, na esfera administrativa. Entretanto, em função dos reiterados descumprimentos do acordo por parte do poder concedente, principalmente, pela não regularização dos pagamentos mensais pela Prefeitura, o acordo perdeu seus efeitos. A ação de rescisão do Contrato de Concessão permanece em curso. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esses assuntos. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Fernanda A. Tessari da Silva
CRC SP014428/O-6 Contadora CRC 1SP-252905/O-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIAON LINE

O Sindicato dos Servidores da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Município de São Paulo – SINDILEX, representado pelo seu Presidente, Daniel dos Santos, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca toda a sua categoria para *Assembleia Geral Ordinária – OnLine*, nos termos do artigo 6º, alínea "d" e artigo 7º, alínea "a" do Estatuto, a realizar-se dia 28 de março de 2022, através do link da plataforma Zoom, https://us06web.zoom.us/j/84683440948,às 19h00min horas, em primeira convocação, e às 19h30 min, em segunda convocação, para deliberar sobre a seguinte **ordem do dia: 1–** Aprovação de contas do exercício de 2021. São Paulo, 21 de março de 2022. Daniel dos Santos

---

INTERESSADA: RITA ROSELI GIMENEZ LOPES. **PROCEDIMENTO DE USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL** PRENOTAÇÃO Nº 590.908. **IMÓVEL**: Apartamento 44, localizado no 4º Andar do Bloco A, Edifício Residencial Nova América, com acesso pela Rua Pelópia, nº 32 e Avenida do Anastácio, nº 2.360, Parque São domingos, no 31º Subdistrito – Pirituba, contribuinte nº 078.482.0019-1, matriculado sob nº 125.318. **Vanda Maria de Oliveira Penna Antunes da Cruz,** 16º Oficial de Registro de Imóveis desta Capital, com fulcro no art. 216-A, § 4º da Lei nº 6.015/73 FAZ SABER que perante a sua Serventia encontra-se prenotado o procedimento de **USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL**, na modalidade Extraordinária, requerido por Rita Roseli Gimenez Gomes, divorciada, professora de educação física, portadora do RG nº 6.779.084-SSP-SP, inscrita no CPF nº 763.698.898-49, residente e domiciliada nesta Capital, à Rua Pelópia, nº 32, Bloco A, apartamento nº 44, Residencial Nova América, a qual solicitou o reconhecimento do direito de propriedade sobre o imóvel acima identificado, de propriedade de Alpha Engenharia Ltda, alegando posse mansa e pacífica, pelo período de mais de 33 anos. Sendo assim, o presente edital tem por finalidade **DAR CIÊNCIA ALPHA ENGENHARIA LTDA e TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADO**S, para que, não concordando com a usucapião pretendida, apresentem, no **prazo de 15 dias corridos, a contar da publicação deste edital,** impugnação fundamentada, dirigida ao 16º Oficial de Registro de Imóveis, na Rua Pamplona nº 1.593, Jardim Paulista, no horário de expediente das 9 às 16 horas. **INFORMA** que se não houver manifestação expressa no prazo informado será presumido como verdadeiros os fatos alegados pelos Requerentes, sendo reconhecida a usucapião extrajudicial, com o competente registro conforme determina a Lei. 21/03 e 06/04

EXTRAVIO DE DOCUMENTO

"CTC Nº 052211, datada em 27/08/2015, homologada em 13/11/2015, com período de 16/02/2001 a 27/04/2014. De titularidade de Rosa Maria Stabile, CPF: 006.574.248-62 foi extraviado em 10 de junho de 2016 na agência São Sebastião do INSS"

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS 'Processo 1012487-50.2021.8.26.0001 - Interdição/Curatela - Nomeação - A.M.C. - Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado na exordial, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para decretar a interdição de Maria Adelaide Oliveira dos Santos, declarando-a relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, nos termos do artigo 4º, inciso III e artigo 1.767, inciso I, ambos do Código Civil, de acordo com a nova redação fornecida pela Lei nº 13.146/2015, e nomeio-lhe curadora a filha, Angela Maria Camera. Expeça-se certidão. A situação patrimonial da requerida autoriza, nos termos da manifestação ministerial, a dispensa de caução e de prestação de contas, tendo em vista que os benefícios previdenciários auferidos pela demandada (fls. 30/31) certamente se destinarão às suas despesas ordinárias e aos encargos da curatela, e o bem imóvel, sobre o qual a demandada possui usufruto vitalício (fls. 32/35), para ser eventualmente alienado dependerá de alvará judicial. Arcará a requerente com as custas processuais (já recolhidas). Publiquem-se os editais de praxe pelo órgão oficial, por três vezes, inclusive uma vez na imprensa local (incumbência da parte), com intervalo de dez dias, e com observância do disposto no art. 755 § 3º, do C.P.C. Em obediência ao disposto no artigo 755,§ 3º do Código de Processo Civil, inscreva-se a presente decisão, expedindo-se o competente mandado ao cartório de Registro de Pessoas Naturais onde estão assentados os registros civis da interditada. Após o trânsito em julgado, feitas as devidas anotações e comunicações e cumpridas integralmente as determinações contidas acima, arquivem-se os autos. Ciência ao Ministério Público. P.R.I.C. 11 e 21/03

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS.PROCESSO Nº 1012716-15.2020.8.26.0625O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível, do Foro de Taubaté, Estado de São Paulo, Dr(a).Maria de Fátima Guimarães Pimentel de Lima, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a **PAMELA CRISTINY CONFECÇÕES LTDA ME**,CNPJ28.430.778/0001-50, na pessoa do seu representante legal, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de 3MI SECURITIZADORA S/A, CNPJ 33.389.855/0001-05, objetivando a cobrança de R$ 13.224,02 (treze mil duzentos e vinte e quatro reais e dois centavos), referente as duplicatas 240/3; 240/4; 240/5; 240/6 240/7, vencidas e não pagas. Estando a executada em lugar incerto e não sabido, o presente CITA-A para querendo, no prazo legal de 03 dias, a contar do decurso de 30 dias da publicação, efetue o pagamento integral do débito atualizado, sendo certo que, em caso de pagamento os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, ou seja, 5% (art. 827, § 1º, do CPC), ou querendo, ofereça os embargos no prazo de 15 dias úteis, sob pena de serem tomados por aceito como verdadeiros os fatos narrados na inicial, prosseguindo-se a execução em seus ulteriores termos. CIENTIFICA ainda a executada de que, nesse prazo para embargos, reconhecendo o mesmo a dívida exequenda, e comprovando o pagamento de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários de advogado, poderá o mesmo requerer que seja admitido o pagamento do restante em até 06 parcelas mensais, corrigidas pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça e acrescidas de juros de 1% ao mês (art. 916do CPC). E, para que surtam seus efeitos de direito, será o presente publicado e afixado na formada Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Taubaté, aos 11 de março de 2022. 19 e 22/03

BNT S.A.

CNPJ/ME nº 60.780.038/0001-56 – NIRE 35.300.021.436

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam os Acionistas da BNT S.A. (a "Companhia") convocados a se reunirem presencialmente em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 27 de abril de 2022, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, situada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Estados Unidos, nº 445, sala 1, Jardim América, CEP 01427-000, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) análise, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2021; (ii) destinação do resultado do exercício, e (iii) eleição da Diretoria e fixação de seus honorários. **Documentos à disposição:** Acham-se à disposição dos Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6404/76, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. São Paulo, 16 de março de 2022.

***Rodrigo Jabra** – Diretor Presidente*

(18, 19 e 22/03/2022)

Brasilwood Terras Florestais S.A.

CNPJ/ME nº 29.197.194/0001-49 – NIRE 35.300.510.925

Anúncio de Convocação – Assembléia Geral Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da **Brasilwood Terras Florestais S.A.** ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se na sede da Companhia, na Alameda Santos, 2300, 4º andar, sala 04, CEP 01418-200, São Paulo-SP, em 25/03/2022, às 10:00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **a) aprovar** o aumento de capital social da Companhia no valor total de R$ 4.641,00, mediante a emissão de 910 ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal, pelo preço total de emissão de R$ 70.958.370,21, sendo que, do preço por ação, R$ 5,10 será destinado ao capital social e o remanescente, no valor de R$ R$77.971,13 será destinado à reserva de capital da Companhia; **b) consignar** que foi dispensado o prazo de 30 dias para o exercício do direito de preferência previsto em lei, passando-se imediatamente à subscrição; **c) aprovar** o boletim de subscrição e declarar formalmente concretizado o aumento de capital mediante a criação das referidas novas ações preferenciais; **d) aprovar** a alteração do *caput* do artigo 5º referente ao capital social da Companhia; **e) consolidar**, em virtude das deliberações acima tomadas, o novo Estatuto Social da Companhia; e **f) autorizar** os administradores e/ou procuradores da Companhia a assinarem todos os documentos e praticarem todos os atos que venham a ser necessários para a implementação dos atos aprovados. **Instruções Gerais**: Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano e a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja advogado ou, acionista ou administrador da Companhia (artigo 126, § 1º da Lei das S.A. e artigo 654, § 1º e § 2º do Código Civil). Nos termos do artigo 135, § 3º da Lei da S.A., os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia. São Paulo, 15/03/2022. **Alessandro Pellegrini** e **Valentim Augusto Colombo** – Diretores. (17, 18 e 19/03/2022)

Zanettini, Barossi S/A Indústria e Comércio

CNPJ 61.357.406/0001-10

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021, permanecendo à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. A DIRETORIA

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2021 (Em R$)

Ativo	2021	2020
Circulante		
Caixa e Equivalente de Caixa	13.437.753,39	14.387.368,96
Duplicatas a Receber	13.324.032,26	16.434.578,16
Estoques de Produtos	20.412.198,53	11.909.431,95
Estoques de Ferramentais	464.271,30	19.733.451,54
Outros Créditos	4.483.234,49	3.819.212,73
Despesas do Exercício Seguinte	16.065,11	25.403,21
Total do Circulante	**52.137.555,08**	**66.309.446,55**
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	648.630,30	596.582,31
Investimentos	95.721,45	95.721,45
Imobilizado	15.405.624,42	14.527.497,37
Intangível	309.352,64	227.162,79
Total do Não Circulante	**16.459.328,81**	**15.446.963,92**
Total do Ativo	**68.596.883,89**	**81.756.410,47**

Passivo	2021	2020
Circulante		
Fornecedores	11.667.703,37	8.916.025,90
Obrigações Tributárias	4.554.272,75	5.048.454,22
Obrigações Tributárias - Parceladas	6.947.040,72	7.629.907,22
Salários a Pagar	992.351,09	2.513.845,59
Provisão de Férias/Encargos	5.274.225,63	4.084.300,34
Provisão para PLR	633.666,76	-
Juros sobre Capital Próprio a Pagar	600.000,00	-
Adiantamento de Clientes	1.124.080,53	20.595.199,32
Despesas a Pagar	191.213,92	159.137,70
Empréstimos/Financiamentos	2.512.536,46	6.017.217,46
Total do Circulante	**34.497.091,23**	**54.964.087,75**
Não Circulante		
Obrigações Tributárias - Parceladas	5.973.843,19	8.671.037,14
Empréstimos/Financiamentos	500.000,00	3.012.536,46
Total do Não Circulante	**6.473.843,19**	**11.683.573,60**
Patrimônio Líquido		
Capital Social	15.000.000,00	15.000.000,00
Reserva de Lucros	12.625.949,47	108.749,12
Total do Patrimônio Líquido	**27.625.949,47**	**15.108.749,12**
Total do Passivo	**68.596.883,89**	**81.756.410,47**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em R$)

	Capital Social	Reserva de Lucros: Retenção de Lucros	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	**15.000.000,00**	**3.333.262,29**	**2.095.983,02**	**-**	**20.429.245,31**
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(5.320.496,19)	(5.320.496,19)
Reserva Legal	-	-	(1.987.233,90)	1.987.233,90	-
Retenção de Lucros	-	(3.333.262,29)	-	3.333.262,29	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**15.000.000,00**	**-**	**108.749,12**	**-**	**15.108.749,12**
Lucro do Exercício	-	-	-	12.517.200,35	12.517.200,35
Reserva Legal	-	-	625.860,02	(625.860,02)	-
Retenção de Lucros	-	11.891.340,33	-	(11.891.340,33)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**15.000.000,00**	**11.891.340,33**	**734.609,14**	**-**	**27.625.949,47**

Demonstração do Resultado do Exercício Findo 31/12/2021 - (Em R$)

	2021	2020
Receita Bruta	270.336.457,87	157.647.049,75
Deduções de Vendas	(65.631.720,92)	(38.543.961,31)
Receita Líquida	204.704.736,95	119.103.088,44
Custos do Produtos/Serviços Vendidos	(181.006.961,41)	(109.899.427,10)
Lucro Bruto	23.697.775,54	9.203.661,34
Despesas com Vendas	(506.339,82)	(343.640,31)
Despesas Administrativas	(19.463.029,09)	(15.807.946,42)
Despesas Financeiras	(4.112.924,34)	(2.327.249,05)
Receitas Financeiras	7.118.842,63	1.286.959,68
Outras Receitas	9.829.767,14	2.667.718,57
Lucro do Exercício antes da CSLL/IRPJ	16.564.092,06	(5.320.496,19)
Contribuição Social	(1.100.135,70)	-
Imposto de Renda	(2.946.756,01)	-
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	12.517.200,35	(5.320.496,19)
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício lote mil ações	35,76	(15,20)

Demonstrativo dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 - (Em R$)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	**2021**	**2020**
Lucro/Prejuízo Líquido	12.517.200,35	(5.320.496,19)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	2.235.765,30	2.265.516,97
Prejuízo (Lucro) na venda de imobilizado	(1.184.940,61)	(127.443,29)
Variações nas contas do ativo:		
Redução (Aumento) de duplicatas a receber	3.110.545,90	(5.495.878,94)
Redução (Aumento) dos estoques	10.766.413,66	(7.212.642,66)
Redução (Aumento) de outros créditos curto e longo prazo	(664.021,76)	6.730.801,67
Redução (Aumento) de depósitos judiciais	(52.047,99)	(45.373,93)
Redução (Aumento) de despesas do exercício seguinte	9.338,10	(9.519,04)
Variações nas contas do passivo:		
Aumento (Redução) de fornecedores	2.751.677,47	(2.814.382,92)
Aumento (Redução) de obrigações tributárias a curto e longo prazo	(3.874.241,92)	935.145,99
Aumento (Redução) de salários a pagar	(1.521.494,50)	1.489.669,59
Aumento (Redução) de juros sobre o capital próprio a pagar	600.000,00	(977.500,00)
Aumento (Redução) de provisões	1.823.592,05	(1.070.694,71)
Aumento (Redução) de outras obrigações a pagar	(19.439.042,57)	10.253.332,57
Caixa Líquido das atividades operacionais	**7.078.743,48**	**(1.399.464,89)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(3.201.891,59)	(306.056,74)
Recebimento por venda de bens do ativo imobilizado	1.190.750,00	129.655,20
Caixa Líquido das atividades de investimentos	**(2.011.141,59)**	**(176.401,54)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Empréstimos e financiamentos obtidos	-	3.650.313,84
Pagamento de empréstimos obtidos	(6.017.217,46)	(3.747.638,80)
Caixa Líquido das atividades de financiamentos	**(6.017.217,46)**	**(97.324,96)**
Fluxos de Caixa Gerado no Exercício	**(949.615,57)**	**(1.673.191,39)**
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período:	14.387.368,96	16.060.560,35
Caixa e equivalentes de caixa no final do período:	13.437.753,39	14.387.368,96
Aumento (Redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	(949.615,57)	(1.673.191,39)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021

Nota 1 - Contexto Operacional: A Zanettini, Barossi S/A Indústria e Comércio, com sede na cidade de São Paulo - Capital, tem como principal atividade a fabricação de peças e acessórios para veículos, atendendo principalmente montadoras e sistemistas do segmento, atuando também na linha de injetados para eletroeletrônicos. **Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras**: **a) Declaração da Administração**: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC), e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações; **b) Base de Mensuração**: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico; **c) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), moeda funcional e de apresentação, exceto quando indicado de outra forma. **Nota 3 - Principais Práticas Contábeis**: **a) Caixa e Equivalentes de Caixa**: Abrangem os saldos de caixa, contas bancárias e aplicações financeiras, e são representados por valores de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor. São apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço; **b) Apuração do Resultado**: O resultado contábil é apurado pelo regime de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço; **c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo**: São demonstrados pelos valores de realização e/ ou exigibilidade, incluso quando aplicáveis, os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ ou incorridos até a data do balanço; **d) Duplicatas a Receber**: São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos. O ajuste a valor presente do saldo de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização; **e) Estoques**: São demonstrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método de média ponderada móvel. Os custos dos produtos acabados e em elaboração compreendem matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de fabricação. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de vendas; **f) Imobilizado e Intangível**: O ativo Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidas das depreciações ou amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil/econômica dos bens; **g) Provisão de Férias**: As férias vencidas e proporcionais, bem como os encargos sociais incidentes são apropriados até a data do balanço; **h) Destinação do Resultado do Exercício**: O lucro líquido do exercício foi transferido para o subgrupo Reserva de Lucros na conta "Retenção de Lucros", após a constituição de "Reserva Legal", cuja destinação ficará a cargo da administração da sociedade.**Nota 4 - Capital Social**: Composto de 350.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e inteiramente integralizadas, sem valor nominal, de propriedade de pessoas físicas domiciliadas no país.

Diretoria

WAGNER POFO - Diretor Superintendente | **ANTONIO CARLOS BAROSSI** - Diretor Administrativo | **NAOTO ONODERA** - Contador - CRC 1SP096396/O-1

"As Demonstrações Financeiras aqui apresentadas, também estão sendo veiculadas no Jornal O Dia - SP na versão digital em 19/03/2022"

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1103288-45.2017.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Fabio Coimbra Junqueira, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **ADILSON CARLOS GREGHI,** CPF 064.746.628-75, que Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio Libanês, ajuizou-lhe uma ação de Cobrança pelo Procedimento Comum Cível, tendo como corré Mônica Martins Rodrigues, objetivando condenar os réus ao pagamento de R$ 44.036,66 (30.09.2017), corrigidos e acrescido de encargos legais, referente ao débito da nota fiscal de serviço nº 01332916. Estando a parte requerida em lugar ignorado, expede-se **EDITAL** para que, no prazo de 15 dias úteis, após o prazo supra, **CONTESTE** a ação, sob pena de serem aceitos verdadeiros os fatos narrados pela autora, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de novembro de 2021. B - 18 e 19

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0031886-52.2016.8.26.0100. A MM. Juíza de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Central Cível. Estado de São Paulo. Dra. Gisele Valle Monteiro da Rocha, na forma da Lei, etc. ***FAZ SABER*** a **RODRIGO VINICIUS STEAVNEV**, CPF 292.868.738-67, que nos autos da ação Monitória, julgada improcedente e ora em fase de Cumprimento de Sentença, ajuizada por **PERALTA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EMPRESARIAIS LTDA**, em face de **M C I MONTAGENS E COBERTURAS INDUSTRIAIS LTDA**., foi deferido o processamento do incidente de desconsideração de personalidade jurídica em face do citando e de Sérgio Steavnev. Estando a parte requerida em lugar ignorado, expede-se EDITAL, para que, no prazo de 15 dias úteis, após o prazo supra, CONTESTE a ação, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos narrados pela autora, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 14 de dezembro de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIRO EVENTUALMENTE INTERESSADO RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expede o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 847.876 em 14 de janeiro de 2022 a requerimento de GILDA APARECIDA ORTEGA CHIMELLO, viúva, RG nº 14.113.853-1 e CPF nº 030.996.148-31; CAROLINA ORTEGA CHIMELLO, solteira, RG nº 32.939.432-0 e CPF nº 369.331.568-00 e ROBERTO ORTEGA CHIMELLO, solteiro, RG nº 32.939.433-2 e CPF nº 380.295.658-36, todos brasileiros, residentes e domiciliados na Rua Padre Paulo de Morais nº 581, Vila Moraes, FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que os autores acima qualificados, requerem a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL ORDINÁRIA, nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15 e provimento 65/2017 da CNJ, visando à declaração de domínio sobre o apartamento nº 23, localizado no 2º andar do bloco 3, integrante do Condomínio Residencial Marques de Lages, localizado na Rua Marques de Lages nº 1532, com área útil de 61,485m2, área comum de 30,788077m2, com a área total de 92,273077m2, correspondendo a fração ideal de 0,09615384615%, melhor descrito e caracterizado na matrícula nº 68.850, deste Registro, cuja titularidade de domínio encontra-se em nome de DISOLINDO STRAMARO, gerente geral, RG nº 4.457.572 e sua mulher LOURDES STRAMARO, do lar, RG nº 5.439.985 e CPF em comum nº 184.946.848-68, brasileiros, alegando e comprovando posse mansa e pacifica a mais de 27 anos, somando a posse de seus antecessores. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o feito, sob pena de presumirem-se aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos do artigo 16 do provimento 65/2017 da CNJ. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. São Paulo, 05 de março de 2022. 05 e 21/03

BANCO PAULISTA S.A.

Av. Brig. Faria Lima, 1.355 - 2º andar | CEP 01452-919 | São Paulo/SP
Tel/Fax: (11) 3299-2000 | Ouvidoria: 0800-772-6116
CNPJ nº 61.820.817/0001-09
www.bancopaulista.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Paulista relativas aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).
Resultado, Patrimônio Líquido, Ativos e Recursos Captados: O Banco Paulista encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com um lucro de R$ 6,0 milhões e Patrimônio Líquido R$ 184,9 milhões. Os ativos totalizaram R$ 1,5 bilhão e estavam formados por R$ 630,1 milhões de Operações de Crédito e R$ 499,4 milhões de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos. Os recursos Captados representam R$ 1,3 bilhão.
Governança, Gerenciamento de Riscos e Recursos Humanos: O Banco Paulista conta com uma estrutura de Governança baseada em Comitês decisórios, na especialização funcional das áreas e na segregação de funções.
Circular 3.068/01 – BACEN: O Banco Paulista declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R$ 166,5 milhões, representando 33,3% do total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.
O Banco Paulista tem adotado um conjunto de ações e medidas que visam à proteção da Instituição e que vem, continuamente, contribuindo para disseminação e promoção de medidas e boas práticas de gestão e de Governança para a manutenção de um ambiente corporativo íntegro, ético e transparente.
O compromisso da Administração do Banco Paulista visa, além de atender plenamente à legislação vigente, posicionar-se entre as empresas que possuem as melhores práticas de transparência, comprometendo-se a repassar ao mercado informações relevantes, tempestivas e fidedignas.
Agradecimentos: A Administração do Banco Paulista agradece aos clientes pela confiança e colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 18 de março de 2022. **A Administração**

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas explicativas	2021	2020
Circulante		**730.577**	**624.548**
Caixa e equivalente de caixa		**1.811**	**1.512**
Disponibilidades	4	1.811	1.512
Instrumentos financeiros		**723.461**	**622.677**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4/5a	119.998	123.696
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5b	3.013	3.017
Títulos e valores mobiliários	6	105.636	157.700
Instrumentos financeiros derivativos	7	910	–
Relações interfinanceiras	10	17.815	17.991
Operações de crédito - setor privado	8	260.693	244.866
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	8	211.303	74.705
Negociação e intermediação de valores		1.423	677
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito	9	2.670	25
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		**(4.013)**	**(4.593)**
(-) Operações de crédito	8	(3.022)	(3.846)
(-) Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	8	(965)	(747)
(-) Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito	9	(26)	–
Outros ativos		**9.318**	**4.952**
Despesas antecipadas		5	42
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	11	3.381	3.381
Diversos	12	5.932	1.529
Não circulante		**898.615**	**708.959**
Instrumentos financeiros		**817.385**	**619.513**
Títulos e valores mobiliários	6	393.733	291.720
Operações de crédito - setor privado	8	369.366	285.624
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	8	8.045	9.014
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito	9	46.241	33.155
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		**(4.764)**	**(4.908)**
(-) Operações de crédito	8	(4.280)	(4.486)
(-) Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	8	(37)	(90)
(-) Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito	9	(447)	(332)
Créditos Tributários	29b	**31.484**	**34.249**
Outros ativos		**48.532**	**50.253**
Diversos	12	48.532	50.253
Investimentos	13	**1.461**	**3.006**
Outros investimentos		1.713	3.258
(-) Provisões para perdas		(252)	(252)
Imobilizado de uso		**1.099**	**1.387**
Imóveis de uso		957	957
Outras imobilizações de uso		5.148	5.838
(-) Depreciações acumuladas		(5.006)	(5.408)
Intangível	14	**3.418**	**5.459**
Ativos intangíveis		7.831	9.281
(-) Amortizações acumuladas		(4.413)	(3.822)
Total do ativo		**1.629.192**	**1.333.507**

Passivo	Notas explicativas	2021	2020
Circulante		**667.682**	**648.152**
Depósitos e demais instrumentos financeiros		**653.102**	**632.880**
Depósitos	15	472.069	377.769
Captações no mercado aberto - carteira própria	16	55.045	89.131
Recursos de aceites e emissão de títulos	17	118.044	124.688
Obrigações por empréstimos e repasses	17	7.432	6.701
Instrumentos financeiros derivativos	7	–	1.961
Relações interdependências e interfinanceiras	10	512	576
Dívida subordinada	17	–	32.054
Provisões		**4.057**	**4.920**
Para pagamentos a efetuar		4.057	3.987
Para garantias financeiras prestadas	32	–	933
Outros passivos		**10.523**	**10.352**
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		485	5
Fiscais e previdenciárias	18a	8.620	10.148
Sociais e estatutárias		300	–
Diversas	18b	1.118	199
Não circulante		**775.925**	**502.095**
Depósitos e demais instrumentos financeiros		**757.278**	**479.630**
Depósitos	15	647.708	426.241
Recursos de aceites e emissão de títulos	17	109.570	53.389
Provisões		**4.909**	**2.765**
Para garantias financeiras prestadas	32	1.002	–
Para passivos contingentes	33b	3.907	2.765
Outros passivos		**13.738**	**19.700**
Fiscais e previdenciárias	18a	13.738	19.700
Patrimônio líquido	19	**185.585**	**183.260**
Capital Social - domiciliado no país		184.300	184.300
Reservas de lucros		2.790	–
Prejuízos acumulados		–	(1.213)
Ajuste ao Valor de Mercado - TVM e derivativos		(1.505)	173
Total do passivo		**1.629.192**	**1.333.507**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de lucros: Reserva Legal	Reservas de lucros: Reserva Estatutária	Ajuste ao Valor de Mercado	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**206.300**	**1.218**	**–**	**1.782**	**–**	**209.300**
Aumento de capital	38.000	–	–	–	–	38.000
Redução de capital	(60.000)	–	–	–	–	(60.000)
Prejuízo do Exercício	–	–	–	–	(2.431)	(2.431)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	–	–	–	(1.609)	–	(1.609)
Absorção de prejuízos com reservas	–	(1.218)	–	–	1.218	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**184.300**	**–**	**–**	**173**	**(1.213)**	**183.260**
Mutações no Exercício	**(22.000)**	**(1.218)**	**–**	**(1.609)**	**(1.213)**	**(26.040)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**184.300**	**–**	**–**	**173**	**(1.213)**	**183.260**
Lucro líquido do Exercício	–	–	–	–	6.003	6.003
Reserva legal	–	240	–	–	(240)	–
Reserva estatutária	–	–	2.550	–	(2.550)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(2.000)	(2.000)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	–	–	–	(1.678)	–	(1.678)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**184.300**	**240**	**2.550**	**(1.505)**	**–**	**185.585**
Mutações no Exercício	**–**	**240**	**2.550**	**(1.678)**	**1.213**	**2.325**
Saldos em 30 de junho de 2021	**184.300**	**4**	**63**	**496**	**–**	**184.863**
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	4.723	4.723
Reserva legal	–	236	–	–	(236)	–
Reserva estatutária	–	–	2.487	–	(2.487)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	(2.000)	(2.000)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	–	–	–	(2.001)	–	(2.001)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**184.300**	**240**	**2.550**	**(1.505)**	**–**	**185.585**
Mutações no semestre	**–**	**236**	**2.487**	**(2.001)**	**–**	**722**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Notas explicativas	2º semestre	2021	2020
Receitas de intermediação financeira		**74.334**	**115.913**	**83.447**
Operações de crédito	8h	42.905	71.276	44.152
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	5/6	30.954	45.424	34.068
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	360	(841)	(3.164)
Resultado com operações de câmbio		115	54	8.391
Despesas de intermediação financeira		**(47.652)**	**(71.295)**	**(47.988)**
Operações de captações	20	(46.628)	(70.319)	(41.187)
Operações de empréstimos e repasses		–	–	(4.327)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8e	(1.024)	(976)	(2.474)
Resultado bruto de intermediação financeira		**26.682**	**44.618**	**35.459**
Outras receitas (despesas) operacionais		**(22.439)**	**(39.117)**	**(37.221)**
Receitas de prestação de serviços	21	2.046	3.844	4.385
Rendas de tarifas bancárias	21	18.033	33.521	42.847
Despesas de pessoal	22	(22.146)	(41.347)	(42.479)
Despesas administrativas	23	(14.483)	(29.444)	(32.775)
Despesas tributárias	24	(4.759)	(8.871)	(9.348)
Despesas com provisões	25	(1.051)	(3.914)	(2.909)
Outras receitas operacionais	26	16.668	31.219	17.106
Outras despesas operacionais	27	(16.747)	(24.125)	(14.048)
Resultado operacional		**4.243**	**5.501**	**(1.762)**
Resultado não operacional	28	**4.965**	**5.317**	**(164)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**9.208**	**10.818**	**(1.926)**
Imposto de renda e contribuição social	29	**(3.960)**	**(4.148)**	**(141)**
Provisão para imposto de renda		859	8	220
Provisão para contribuição social		691	(18)	97
Ativo fiscal diferido		(5.510)	(4.138)	(458)
Participações estatutárias no lucro		**(525)**	**(667)**	**(364)**
Lucro líquido (Prejuízo) do semestre/exercícios		**4.723**	**6.003**	**(2.431)**
Lucro líquido (Prejuízo) por lote de mil ações - R$		**11,13**	**14,14**	**(5,73)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	2º semestre	2021	2020
Lucro líquido (Prejuízo) do semestre e exercícios	**4.723**	**6.003**	**(2.431)**
Outros resultados abrangentes	**(2.001)**	**(1.678)**	**(1.609)**
Investimentos financeiros disponíveis para venda	(3.638)	(3.052)	(2.654)
Imposto de renda e contribuição social	1.637	1.374	1.045
Lucro líquido (Prejuízo) abrangente do semestre e exercícios	**2.722**	**4.325**	**(4.040)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	2º semestre	2021	2020
Lucro líquido ajustado do semestre e exercícios	**69.647**	**93.245**	**2.598**
Lucro (Prejuízo) líquido do semestre e exercícios	4.723	6.003	(2.431)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido	**64.924**	**87.242**	**5.029**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8e)	1.024	976	2.474
Provisões para imposto de renda e contribuição social diferidos	5.510	4.138	458
Depreciações e amortizações (nota 27)	468	935	901
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	(96)	(123)	(70)
Reversão de provisão de riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	–	(117)	(1.643)
Reversões de depósitos judiciais	169	234	42
Provisões para contingências	598	1.943	1.245
Provisões para fianças	58	173	126
Provisões para auto de infração da Receita Federal (nota 18a)	395	1.798	1.496
Provisões para IR e CSLL	(1.550)	10	–
Despesas de captação	46.628	70.319	–
Despesas de consignação INSS	4.371	6.291	–
Ajuste MtM em títulos e valores mobiliários	7.349	665	–
Variação de ativos e passivos			
Redução (aumento) em aplicações em depósitos interfinanceiros	–	4	(1.209)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(51.070)	(52.292)	140.812
Redução (aumento) em relações interfinanceiras e interdependências	2.078	112	(27)
(Aumento) em operações de crédito	(51.033)	(101.575)	(42.240)
Redução (aumento) em outros ativos	8.146	(9.047)	(10.177)
(Aumento) em negociação e intermediação de valores	(889)	(746)	(58.393)
Redução (aumento) em instrumentos financeiros derivativos	(810)	(2.871)	5.208
(Aumento) em créditos tributários	(1.636)	(1.372)	(728)
(Aumento) em títulos e créditos a receber	(171.640)	(151.054)	(46.307)
Redução em carteira de câmbio	–	–	11.756
Aumento em depósitos	98.309	245.448	151.775
(Redução) de captações no mercado aberto	(30.304)	(34.086)	(777.989)
(Redução) aumento em outros passivos	(1.169)	1.399	(19.579)
(Redução) em obrigações fiscais e previdenciárias	(4.226)	(9.298)	(9.963)
(Redução) em sociais e estatutárias	300	300	–
Aumento (redução) em provisões	(526)	(718)	(2.318)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	**(134.823)**	**(22.551)**	**(656.781)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado de uso	(21)	(57)	(130)
Aplicações no intangível	(163)	(163)	(88)
Alienações no intangível	1.613	1.613	–
Alienações imobilizado	–	–	250
Aplicações em investimentos	1.773	1.545	3.329
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos	**3.202**	**2.938**	**3.361**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital (nota 19a)	–	–	38.000
Juros sobre o capital próprio	(2.000)	(2.000)	–
Aumento (redução) de obrigações por empréstimos e repasses	731	731	(517)
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	49.804	49.537	50.266
(Redução) aumento em dívida subordinada	(32.522)	(32.054)	991
Caixa líquido gerado das atividades de financiamentos	**16.013**	**16.214**	**88.740**
(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(115.608)**	**(3.399)**	**(564.680)**
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre e exercícios (nota 4)	237.417	125.208	689.888
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre e exercícios (nota 4)	121.809	121.809	125.208
	(115.608)	**(3.399)**	**(564.680)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Paulista S.A ("Banco") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlado pelo Sr. Alvaro Augusto Vidigal, constituído sob a forma de banco múltiplo, tendo como objetivo a atuação em operações de crédito para pessoas jurídicas de médio a grande porte, prestação de serviços e de estruturação de operações para venda e distribuição.
As operações até 2019, eram conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuavam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações tinham a coparticipação ou a intermediação de sua antiga controlada Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Singulare") (anteriormente denominada "SOCOPA – Sociedade Corretora Paulista S.A.) e demais empresas pertencentes aos controladores, sendo que a partir da reorganização societária envolvendo Banco e Singulare descrita abaixo, a Singulare deixou de fazer parte desse contexto de conjunto de instituições.
Em 06 de fevereiro de 2020, reuniram-se em Assembleia Extraordinária os acionistas do Banco para deliberar sobre a sua "reorganização societária", reduzindo o seu Capital Social, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco.
A finalidade da redução de capital social é tornar as estruturas societárias do Banco e da Singulare independentes, por meio da transferência da totalidade das ações de emissão da Singulare para os acionistas, deixando de ser subsidiária integral do Banco, observada a seguinte ordem cronológica:

- A Singulare reduziu seu Capital, no montante de R$ 3.783, sem o cancelamento de ações, com a restituição ao Banco de recursos em valor equivalente;
- O Banco, reduziu o Capital Social em R$ 60.000, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Singulare aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco;
- Foi deliberado o aumento de capital social do Banco, no montante de R$ 38.000, subscrito integralmente pelo acionista Alvaro Augusto Vidigal, e integralizado em moeda corrente nacional, sendo que R$ 19.000 foram integralizados no dia 13 de fevereiro de 2020 e o remanescente, equivalente a R$ 19.000, foi integralizado em 03 de julho de 2020, em moeda corrente nacional.

Estas deliberações foram aprovadas pelo Banco Central através do Ofício 12.778/2020–BCB/Deorf/GTSP1 em 03 de julho de 2020.

Efeito do Coronavírus nas demonstrações contábeis

O Banco, em atenção às orientações governamentais e principalmente órgãos de saúde, vem adotando as medidas necessárias para apoiar a prevenção do COVID-19.
Para isso, tem intensificado a comunicação para a conscientização de todos os colaboradores e adotado medidas administrativas como, por exemplo, flexibilização do horário de trabalho, sistema *home office* e reuniões não presenciais.
A Administração não identificou nenhuma alteração significativa no seu processo operacional, haja vista que continua operando normalmente.
Também não foi verificado até o momento, picos de inadimplência na sua carteira de crédito, bem como os níveis de captação junto ao mercado continuam evoluindo, o que proporciona um excelente nível de liquidez, o que foi possível ser verificado até a publicação destas demonstrações contábeis.
A administração segue gerenciando eventuais novos desdobramentos decorrentes de tal pandemia, atuando de forma tempestiva para mitigar os seus efeitos.

2. BASE PARA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Lei das Sociedades por Ações do Brasil.
As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, sendo estas revisadas periodicamente.
Com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações contábeis entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central do Brasil através da Resolução BCB nº 2/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As principais alterações implementadas foram as contas de balanço patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.
A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.
Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, na data de sua entrada em vigor.
As demonstrações foram aprovadas em 18 de março de 2022.
b) As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.
c) Para a conclusão das análises sobre as demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, faz-se necessário mencionar os seguintes fatos que, em sua maioria, já foram objeto de comentário quando da elaboração das demonstrações contábeis de 2020 e 2019:

- em 13 de abril de 2018 foi instaurado processo administrativo pelo Banco Central, em que foram apresentadas as manifestações e contestações do Banco. Em agosto de 2020 o Banco Central julgou o processo e decidiu pela aplicação de multa pecuniária (vide nota explicativa 33.d);
- Em 8 de fevereiro de 2018 teve início o processo de fiscalização da Receita Federal do Brasil (RFB) culminando com a autuação do Banco no final de 2018, referente a IRPJ, CSLL e IRRF, vinculados ao Processo Administrativo nº 16327-721.025/2018-35, lavrado em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente (vide notas explicativas 18.a e 33.c);
- Em 8 de maio de 2019, o Banco foi alvo da 61ª fase da "Operação Lava Jato", denominada "Disfarces de Mamom", na qual o Ministério Público Federal ("MPF") e a Polícia Federal investigam operações de lavagem de dinheiro, através de operações de câmbio, relacionadas com integrantes do "Setor de Operações Estruturadas" do Grupo Odebrecht, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede do Banco para apurar eventuais contratos de prestação de serviços irregulares. Até a conclusão destas demonstrações contábeis não houve novo posicionamento ou requerimento por parte daquele órgão;
- Em dezembro de 2019, conforme nota explicativa 33.c, foi encerrada a fiscalização da RFB. Apesar de encerrada a fiscalização, em julho de 2020, a administração tomou conhecimento de auto de infração complementar, em que a Receita Federal, por ter aplicado erroneamente a multa no auto original de dezembro de 2019, lavrou esse auto complementar, para o qual o Banco já tomou as providências de impugnação;
- Em julho de 2020 o BACEN aprovou reorganização societária envolvendo o Banco e a Singulare, conforme descrito na nota explicativa nº 1;
- Em setembro de 2020, o Banco foi novamente alvo da operação Lava Jato através da 74ª fase, onde houve busca e apreensão de dados relacionados com operações de câmbio realizadas com a Petrobrás, no período de 2008 a 2011, com a alegação de terem sido realizadas com sobretaxa, para as quais o Banco prontamente se colocou à disposição para prestar esclarecimentos e fornecer as informações necessárias, sendo que até o momento nada de concreto foi apurado e, por este motivo, não acionou seu corpo jurídico e não procedeu ao levantamento das operações e seus possíveis efeitos;
- Em outubro de 2020 o BACEN decidiu pelo arquivamento, por unanimidade, do processo administrativo sancionador PE 157096 que havia sido instaurado para verificar a legalidade das operações de câmbio de venda de moeda estrangeira realizadas pelo Banco no exterior em contrapartida a reais em espécie recebidas do exterior;
- Sobre o mesmo assunto, o MPF, em procedimento cível, encaminhou ofício solicitando esclarecimentos ao Banco que, no momento oportuno, apresentou manifestação. O Banco informou acerca do arquivamento, por unanimidade, do processo administrativo sancionador acima mencionado;
- Em maio/2021, vinculou nova notícia sobre a 74ª fase da operação Lava Jato, onde houve menção do nome do Banco Paulista. No entanto, não houve novas denúncias, nem contra o Banco nem contra seus executivos ou funcionários;
- A atual gestão do Banco desconhece as operações investigadas e reafirma que a Instituição sempre se pautou pela legalidade e segue todas as normas e diretrizes do Banco Central do Brasil.

Considerando os acontecimentos descritos, a Administração destituiu e demitiu do Banco diretores e funcionários envolvidos nas denúncias, decidiu por constituir um Comitê de Investigação, composto pelo escritório Felsberg Advogados e por membros do Banco e membros independentes, para supervisionar e conduzir um processo investigativo sobre as operações objeto da 61ª fase da "Operação Lava Jato", denominada "Disfarces de Mamom", zelando pelo sigilo de todas as informações, documentos e relatórios produzidos pela equipe de investigação. Esta investigação não abrangeu todas as operações realizadas pela área de câmbio, tão pouco as operações com a Petrobrás.
No dia 26 de março de 2020, o Escritório Felsberg Advogados emitiu um Relatório Final sobre o processo investigativo em que são apresentadas, de forma detalhada, todas as bases e dados coletados para a conclusão da investigação.
Em suma, o relatório apresenta os seguintes dados:

- o objetivo foi o levantamento de informações acerca de operações específicas, realizadas entre Banco e terceiros, considerando as empresas constantes dos processos instaurados pelo MPF, BACEN e RFB, e compreendidas entre janeiro de 2007 e maio de 2019;
- foram analisados os documentos pertinentes, incluindo mensagens eletrônicas, propostas financeiras, contratos, pareceres, relatórios, acesso pelas catracas ao Condomínio onde está localizada a sede do Banco, entre outros;
- foi realizada coleta Forense permitindo a recuperação e análise de quantidades substanciais de dados de diversas fontes de dados eletrônicos, incluindo computadores pessoais, servidores, telefones celulares, dentre outras, bem como a análise de delação em massa;
- foi realizada análise contábil e financeira com identificação dos montantes pagos às principais entidades envolvidas e comparação com as alegações do MPF;
- também foram realizadas entrevistas com funcionários-chave que faziam parte do quadro à época, de acordo com sua potencial participação nos casos analisados, além de considerados para fins de *background check* as Pessoas Jurídicas e Físicas relacionadas.

O relatório, ainda, retrata que durante o processo investigativo, foi possível constatar que uma série de medidas mitigativas foram adotadas pelo Banco, como por exemplo:

- revisão do sistema de Governança;
- criação de um Canal de Ética;
- contratação de consultorias independentes e de novos profissionais para reforçar os departamentos;
- sistema de monitoramento de transações; e
- novos procedimentos internos de obtenção e verificação de informação de clientes, fornecedores e parceiros.

Vale ressaltar que com a emissão do Relatório Final da investigação, abrangendo o rol de empresas denunciadas, não houve apontamento de novos casos, além daqueles que são de conhecimento público e que foram objeto do auto de infração mencionado na nota explicativa 18.a e da 74ª fase da operação Lava Jato, o que leva à conclusão de que o Banco se deparou com uma questão restrita ao departamento de câmbio.
A administração e sua assessoria jurídica entendem que não existem, até o momento da divulgação destas Demonstrações Contábeis, elementos, fatos ou circunstâncias que imputem ao Banco, em decorrência da importação de moedas e 74ª fase da operação Lava Jato, qualquer contingência que justifique o provisionamento de qualquer valor, haja vista que:

- o Banco não foi alvo de medidas coercitivas nos processos criminais em andamento;
- nesses processos, quando apontado eventual prejuízo nos autos, houve o bloqueio de bens das pessoas físicas citadas;
- para que seja cabível a propositura de ação civil pública por improbidade administrativa tendo por objeto a operação de importação de moeda estrangeira ou ainda aquelas envolvendo a PETROBRAS, seria necessário que fosse comprovada a existência de ato ilícito causador de prejuízo. Considerando o arquivamento, por unanimidade, do processo administrativo sancionador pelo BACEN, são consideradas remotas as chances de condenação de ação civil pública por improbidade;
- Em 07 de junho de 2021, o Ministério Público Federal, através do Inquérito Civil nº 1.34.001.007268/2019-47, encaminhado pela Força-Tarefa da Lava Jato em São Paulo, em razão de declínio de atribuições, visando investigar, no âmbito civil, eventual descumprimento de normas do Banco Central do Brasil (BACEN), pelo BANCO PAULISTA S.A., promoveu o arquivamento dos presentes autos, tendo em vista todos os elementos colhidos e por entender não haver razões para o prosseguimento, ressaltando-se que o próprio BANCO CENTRAL entendeu não haver irregularidades, conforme PE 157096.

O Banco reafirma seu comprometimento com a sociedade, clientes e autoridades e, para tanto, a nova Administração mantém seu foco na adoção de providências austeras, em especial medidas de fortalecimento da Governança e de *Compliance*, tais como gestão, controle, auditoria e transparência das informações.
Até o encerramento destas demonstrações contábeis, a administração informa não ter havido atualizações, ou novas informações, sobre este assunto.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado
As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência).
As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. Taxas e comissões decorrentes de operações com terceiros, tais como corretagens, são reconhecidas quando o serviço ou operação for realizada.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.
c) Instrumentos financeiros
Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.
As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:
Títulos para negociação: são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado desta valorização ou desvalorização computado ao resultado.
Títulos disponíveis para a venda: representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização.
Títulos mantidos até o vencimento: referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.
Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuro, operações a termo e operações de *swap* são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

- *Operações de futuros* - os valores dos ajustes a mercado são diariamente contabilizados em conta de ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- *Operações a termo* - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o valor de mercado do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço;
- *Operações de swap* - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado a valor de mercado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa *pro rata* até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting* são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de receita ou despesa, no resultado do período.
Operações de crédito e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa
As operações de crédito (empréstimos e financiamentos) e outros créditos (direitos creditórios sem coobrigação) são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso, observada a expectativa do recebimento.
As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em 9 níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda).
As rendas das operações de crédito com vencimento igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.
Para as operações com prazo superior a 36 meses o Banco e Securitizadora se utiliza da prerrogativa de contagem de prazo em dobro prevista na Resolução nº 2.682/99 para determinação do nível de risco. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99, conforme demonstrado na Nota 8.
Os direitos creditórios da Paulista Companhia Securitizadora S.A. referem-se a operações de crédito vencidas que foram adquiridas sem coobrigação e foram registrados com base em laudo de avaliação elaborado por empresa independente.
A Resolução CMN nº 4.803, posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 4.855 mencionada acima, permitiu às Instituições Financeiras reclassificar para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas entre 1º de março a 31 de dezembro de 2020 (redação dada pela Resolução nº 4.855), não incluindo aquelas operações com atraso igual ou superior a quinze dias em 29 de fevereiro de 2020 e que apresentem evidências de incapacidade de honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.
A Resolução CMN nº 4.855 de 24 de setembro de 2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, determina que, para os critérios de provisão de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia, nas quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, os percentuais definidos na Resolução nº 2.682, devem ser aplicados somente sobre a parcela do valor contábil da operação, cujo risco de crédito é detido pela instituição. Nos casos de transferência para prejuízo, o montante levado para contas de compensação deve ser de 100% do saldo da operação.
O Banco não aplicou os critérios permitidos nas Resoluções nº 4.803 e nº 4.855 durante o Exercício de 2021.
Negociação e intermediação de valores
Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.
d) Investimentos
Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.
e) Imobilizado e intangível
Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.
Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição.
A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens.
Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade.
São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.
f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*Impairment*)
O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08.
Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente.
g) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia sendo as de obrigações em moeda estrangeira atualizadas às taxas oficiais de câmbio, vigentes nas datas dos balanços.
As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.
h) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos
Correntes
As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício (R$ 120 no semestre).
A contribuição social, no Banco foi calculada pela alíquota de 15%, calculada até fevereiro de 2020. Com o advindo da Emenda Constitucional nº 103, Art. 32, a alíquota da CSLL a partir de março de 2020 passou a vigorar para os Bancos sob a alíquota de 20%.
Diferidos
Os tributos diferidos foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os tributos diferidos são calculados sobre adições, exclusões ou resultados temporários a serem realizados quando da utilização e/ou reversão das bases de constituição, sendo baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.
i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:
Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.
j) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes
São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações contábeis, calculados "*pro-rata*" dia e, quando aplicável, reduzidos por estimativas de perdas para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.
k) Lucro ou prejuízo por ação
O lucro líquido ou prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações, na data do balanço.
l) Resultados recorrentes e não recorrentes
A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.
A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 36.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	2021	2020
Disponibilidades - Em moeda nacional	1.186	937
Disponibilidades - Em moeda estrangeira	625	575
Aplicações no mercado aberto (nota 5a)	119.998	123.696
Caixa e equivalentes de caixa	**121.809**	**125.208**

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Aplicações no mercado aberto:

	2021: 1 a 30 dias	2021: Total	2020: Total
Aplicações no mercado aberto			
Posição bancada:	**119.998**	**119.998**	**123.696**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	30.001	30.001	123.696
Notas do Tesouro Nacional - NTN	89.997	89.997	–
Total	**119.998**	**119.998**	**123.696**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o resultado com operações compromissadas foi de R$ 6.067 (R$ 11.791 em 2020).

b) Aplicações em depósitos interfinanceiros:

	2021	2020
Vencimento até 90 dias	3.013	3.017
Total	**3.013**	**3.017**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a renda com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R$ 643 (R$ 29 em 2020).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação

	2021: Custo (i)	2021: Mercado (ii)	2020: Custo (i)	2020: Mercado (ii)
Títulos para negociação				
Carteira própria - livres	**52.222**	**51.966**	**48.911**	**48.857**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	402	402	129	129
Notas do Tesouro Nacional - NTN	41.076	40.839	489	601
Títulos da Dívida Agrária - TDA	2	2	4	2
Cotas de Fundos de Investimento - CFI (iii)	9.813	9.813	16.681	16.681
Cotas de Fundos de Direitos Creditórios - FIDC (iii)	–	–	3.511	3.511
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	–	–	27.023	26.777
Ações de Companhias Abertas	53	53	19	98
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	876	857	1.055	1.058
Total de títulos para negociação	**52.222**	**51.966**	**48.911**	**48.857**
Títulos disponíveis para venda				
Carteira própria - livres	**188.627**	**184.439**	**126.593**	**126.734**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	15.995	16.002	95.786	95.908
Notas do Tesouro Nacional - NTN	115.589	111.444	709	730
Títulos da Dívida Agrária - TDA	5	4	6	4
Cotas de Fundos de Investimento - CFI (iii)	40.742	40.742	30.092	30.092
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	16.296	16.247	–	–
Vinculados a operações compromissadas	**57.645**	**55.795**	**89.274**	**89.303**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.016	6.018	89.274	89.303
Notas do Tesouro Nacional - NTN	51.629	49.777	–	–
Vinculados à prestação de garantias (iv)	**40.722**	**40.713**	**39.725**	**39.698**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	28.303	28.294	29.702	29.675
Cotas de Fundos de Investimento - CFI (iii)	12.419	12.419	10.023	10.023
Total de títulos disponíveis para venda	**286.994**	**280.947**	**255.592**	**255.735**
Títulos mantidos até o vencimento				
Carteira própria - livres	**166.456**	**166.456**	**144.828**	**144.828**
Cotas de Fundos de Direitos Creditórios - FIDC (iii)	166.456	166.456	144.828	144.828
Total de títulos mantidos até o vencimento	**166.456**	**166.456**	**144.828**	**144.828**
Total	**505.672**	**499.369**	**449.331**	**449.420**

(i) Valor de custo
Nos casos de títulos de renda fixa, referem-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço; para as ações, considera-se o custo de aquisição. As cotas dos Fundos de Investimento e dos Fundos em Direitos Creditórios refere-se ao custo ajustado ao PU que é disponibilizado por seus respectivos administradores.
(ii) Valor de mercado
O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. As ações e as debêntures são avaliadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na Bolsa de Valores. Os títulos privados são registrados pelo seu valor de custo, acrescido diariamente dos rendimentos incorridos e ajustado ao valor de mercado. As cotas de Fundos são atualizadas pelo valor da cota divulgado pelo Administrador.

(iii) Aplicações em cotas de fundos de Investimento:

	FUNDOS	2021	2020
FIM	SINGULARE USA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR	–	5.392
FIP	INDUSTRIAL PARKS BRASIL FIP MULTIESTRATÉGIA (b)	3.044	8.416
FIDC	ESMERALDA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	3.246	2.873
FIDC	FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CREDZ	3.523	3.511
	Total de Fundos Investidos para negociação	**9.813**	**20.192**
FIC FIM	SUPRA MID FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO - CRÉDITO PRIVADO	16.761	25.361
FIC FIM	PAULISTA CONSIGNADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	17.546	–
FIC FIM	PAULISTA CONSIGNADO II FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO (a)	3.224	–
FIDC	ESMERALDA - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	2.229	2.049
FII	SINGULARE FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	971	2.653
FIM	FUNDO DE INVESTIMENTO LIQUIDEZ CAMARA	12.419	10.023
FIP	INDUSTRIAL PARKS BRASIL FIP MULTIESTRATÉGIA	11	29
	Total de Fundos Investidos Disponível para venda	**53.161**	**40.115**
FIDC	SILLER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - NÃO PADRONIZADOS	113.439	141.328
FIDC	STRUCTURE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	49.517	–
FIDC	FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS CREDZ	3.500	3.500
	Total de Fundos Investidos mantidos até o vencimento	**166.456**	**144.828**
	Total	**229.430**	**205.135**

BANCO PAULISTA S.A.

(a) O Banco mantém recursos investidos em cotas do “Paulista Consignado II - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado - Crédito Privado” (FIC FIM II), que detém cotas do “BPD Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios” (BPD FIDC).
O Fundo Consignado II, foi constituído em 01 de junho de 2021, sob a forma de condomínio fechado com prazo de indeterminado de duração. O Fundo é administrado e gerido pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
O Banco participava com 3.500.000 (três milhões e quinhentas mil) cotas subordinadas, no FIC FIM II.
Durante o mês de dezembro de 2021, o Banco resgatou as cotas subordinadas, emitidas originalmente pelo BPD FIDC.
Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio total do Fundo BPD FIDC era de R$ 46.943, representado, substancialmente, por empréstimos consignados, sendo que a participação do Banco no FIC FIM II é de R$ 3.224, representado por 2.300.000 cotas sêniores.
Durante o Exercício de 2021, o Banco cedeu para o fundo BPD FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSIGNADOS, crédito consignado”, pelo montante de R$ 49.215, cujos valores nominais totalizavam R$ 65.915. O lucro com esta Cessão foi de R$ 8.775, registrado na rubrica “Lucro de Cessão de Créditos”.
(b) O INDUSTRIAL PARKS FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA (Fundo), administrado pela Lions Trust Administradora de Recursos Ltda., foi constituído em 19.08.2008, sob a forma de condomínio fechado, de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 391, de 16.07.2003, revogada pela instrução CVM nº 578, de 30.08.2016, com prazo de duração até 19 de novembro de 2023.
O Fundo está em fase de desmobilização, tendo realizado a grande maioria de seus ativos no início de 2021.
(c) O SILLER FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS, iniciou suas atividades em 30.10.2020 sob a forma de condomínio fechado, administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com prazo de duração de 96 meses.
O investimento do Banco, no Fundo, está representado pela aquisição de cotas Sêniores.
(d) O STRUCTURE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, iniciou suas atividades em 29.11.2019, sob a forma de condomínio fechado, administrado pela Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com prazo de duração de 61 meses.
O investimento do Banco, no Fundo, está representado pela aquisição de cotas Subordinadas Mezanino.
(iv) Vinculados a prestação de garantias
Os títulos vinculados à prestação de garantias referem-se a títulos e valores mobiliários vinculados às operações realizadas na B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão, no montante de R$ 40.713 (R$ 39.698 em 31 de dezembro de 2020). Esses títulos podem ser substituídos por outros títulos caso haja a necessidade de venda.

b) Títulos e valores mobiliários - Composição por vencimento

	2021						2020
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Total
Títulos para negociação							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	–	–	135	267	402	129
Notas do Tesouro Nacional - NTN	–	–	–	–	40.839	40.839	601
Títulos da Dívida Agrária - TDA	–	2	–	–	–	2	2
Cotas de Fundo de Investimento - CFI	9.813	–	–	–	–	9.813	16.681
Cotas de Fundos de Direitos Creditórios - FIDC	–	–	–	–	–	–	3.511
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA	–	–	–	–	–	–	26.777
Ações de Companhias Abertas	53	–	–	–	–	53	98
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	–	–	–	857	–	857	1.058
Total de títulos para negociação (i)	**9.866**	**2**	–	**992**	**41.106**	**51.966**	**48.857**
Títulos disponíveis para venda							
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	–	505	–	33.184	16.625	50.314	214.886
Notas do Tesouro Nacional - NTN	–	–	–	–	161.221	161.221	730
Títulos da Dívida Agrária - TDA	–	4	–	–	–	4	4
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	–	–	–	–	16.247	16.247	–
Cotas de Fundo de Investimento - CFI	53.161	–	–	–	–	53.161	40.115
Total de títulos disponíveis para venda (i)	**53.161**	**509**	–	**33.184**	**194.093**	**280.947**	**255.735**
Títulos mantidos até o vencimento							
Cotas de Fundos de Direitos Creditórios - FIDC	–	–	–	–	166.456	166.456	144.828
Total de títulos mantidos até o vencimento	–	–	–	–	**166.456**	**166.456**	**144.828**
Total	**63.027**	**511**	–	**34.176**	**401.655**	**499.369**	**449.420**

(i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a renda com aplicações com títulos e valores mobiliários foi de R$ 38.714 (R$ 22.248 em 2020).
Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e os títulos privados e as cotas de Fundos, na B3.
Não houve reclassificação de categoria de títulos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam prioritariamente a administrar a sua exposição global de risco.
A comercialização de instrumentos financeiros derivativos com as contrapartes é precedida de uma avaliação dos riscos de crédito envolvidos.
Os valores registrados nas contas patrimoniais relativos aos instrumentos financeiros derivativos, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, incluído os ajustes ao valor de mercado, são demonstrados a seguir:

	2021				2020			
	Valor referencial	Ativo	Passivo	Líquido	Valor referencial	Ativo	Passivo	Líquido
Termos (NDF)	**39.537**	**910**	–	**910**	**36.788**	–	**(1.961)**	**(1.961)**
Total	**39.537**	**910**	–	**910**	**36.788**	–	**(1.961)**	**(1.961)**

a) Composição analítica das operações

	2021		2020	
Descrição	**Valor referencial (em reais)**	**Valor patrimonial a receber/ (a pagar)**	**Valor referencial (em reais)**	**Valor patrimonial a receber/ (a pagar)**
Termo				
Real x USD	39.537	910	36.788	(1.961)
Total	**39.537**	**910**	**36.788**	**(1.961)**

b) Os instrumentos financeiros derivativos possuem os seguintes vencimentos:

	2021		2020	
Descrição	**Até 3 meses**	**Total**	**Até 3 meses**	**Total**
Contratos a termo - NDF	910	**910**	(1.961)	**(1.961)**

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, são utilizadas técnicas de precificação.
O Banco possui operações de instrumentos financeiros derivativos efetuadas no mercado futuro - B3, tais operações são exclusivamente atreladas a índices futuros de moedas estrangeiras e possuem em 31 de dezembro de 2021 valor referencial de R$ 40.723 (R$ 91.967 em 2020), tendo sido apurado um ajuste a receber de R$ 841 (em 2020 a receber R$ 134).
Todas as operações com derivativos realizadas pelo Banco são registradas na B3. Os contratos futuros de DI e de moedas estrangeiras são utilizados, principalmente, como instrumentos para limitação de taxas de captação, em função de descasamentos de prazos, moedas, e/ou indexadores, com as operações ativas.
c) Margem de garantia
São dados como margem em garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos, os ativos apresentados a seguir:

	2021	2020
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.280	9.635
	7.280	**9.635**

d) Resultado com instrumentos financeiros derivativos
Os resultados obtidos com as operações com instrumentos financeiros derivativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão demonstrados a seguir:

	2021	2020
Futuros	(2.904)	(17.081)
Operações a termo - NDF	2.063	13.917
	(841)	**(3.164)**

8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as operações de crédito estão compostas como demonstrado a seguir:
a) Por tipo de operação

	2021	2020
Operações de crédito:		
Empréstimos e títulos descontados	479.975	430.526
Financiamentos - Cédulas de crédito à exportação	131.406	99.964
Financiamentos - Rurais a agroindustriais	18.678	–
	630.059	**530.490**
Outros créditos:		
Direitos creditórios sem coobrigação	219.348	83.719
	219.348	**83.719**
Total das operações de crédito	**849.407**	**614.209**
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(7.302)	(8.332)
Perdas estimadas com outros créditos de liquidação duvidosa	(1.002)	(837)
Total das perdas estimadas com créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	**(8.304)**	**(9.169)**
	841.103	**605.040**

b) Por setor de atividade

	2021	2020
Setor privado		
Indústria	83.460	79.085
Comércio	314.084	297.529
Serviços	250.172	215.480
Pessoas físicas	201.691	22.115
Total	**849.407**	**614.209**

c) Por faixa de vencimento

	2021	2020
Parcelas vencidas	4.404	2.279
Parcelas vincendas		
até 90 dias	255.560	137.286
de 91 dias a 180 dias	121.950	100.773
de 181 dias a 360 dias	90.082	79.233
acima de 360 dias	377.411	294.638
Total	**849.407**	**614.209**

d) Composição da carteira por nível de risco

	Saldos da carteira					
	2021				2020	
Nível	**Curso normal**	**Vencidas**	**Total**	**%**	**Total**	**%**
AA	119.147	–	119.147	14,03	–	–
A	62.724	240	62.964	7,41	975	0,16
B	636.609	2.051	638.660	75,19	582.017	94,76
C	23.233	1.105	24.338	2,86	25.328	4,12
D	2.793	270	3.063	0,36	3.232	0,53
E	495	404	899	0,11	565	0,09
F	–	71	71	0,01	–	–
G	–	14	14	–	–	–
H	2	249	251	0,03	2.092	0,34
	845.003	**4.404**	**849.407**	**100,00**	**614.209**	**100,00**

	Provisão						
	2021					2020	
Nível	**% de provisão**	**Curso normal**	**Vencidas**	**Total**	**%**	**Total**	**%**
A	**0,5**	314	1	315	3,79	5	0,05
B	**1,0**	6.366	20	6.386	76,91	5.820	63,47
C	**3,0**	697	33	730	8,79	760	8,29
D	**10,0**	279	27	306	3,69	322	3,52
E	**30,0**	149	121	270	3,25	170	1,85
F	**50,0**	–	36	36	0,43	–	–
G	**70,0**	–	10	10	0,12	–	–
H	**100,0**	2	249	251	3,02	2.092	22,82
		7.807	**497**	**8.304**	**100,00**	**9.169**	**100,00**

e) Movimentação da estimativa com perdas com créditos de liquidação duvidosa

	2021	2020
Saldo no início do exercício	9.169	24.912
Constituições líquidas	976	2.474
Baixas de créditos contra prejuízo	(1.841)	(18.217)
Saldo no final do exercício	**8.304**	**9.169**

f) Créditos renegociados e recuperados
Os créditos renegociados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, totalizam R$ 6.748 (R$ 8.073, em 2020). (*)
(*) Resolução nº 2.682 art. 8º § 1º/3º, não tendo sido aplicadas as resoluções citadas anteriormente na nota explicativa nº 3.c.
Os créditos recuperados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, totalizam R$ 1.512 (R$ 6.975, em 2020).
g) Cessões de crédito
O Banco celebrou em dezembro de 2020 um “Convênio para o Estabelecimento de Condições Gerais para a Cessão e Aquisição de Créditos sem Coobrigação”, com uma Instituição Financeira, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), de consignações decorrentes de empréstimos e de operações com cartão de crédito aos titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do regime geral de previdência social.
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco adquiriu créditos, conforme “Convênio”, pelo montante de R$ 94.113, cujos valores nominais totalizavam R$ 139.951, resultando em ganho, durante o exercício no valor de R$ 6.370, registrado na rubrica “Receitas de intermediação financeira Operações de Crédito”.
A taxa média da aquisição foi de 1,0475%, para cada uma das Cessões, registrado na rubrica de “Outros Ativos Diversos” (nota 12), pelo montante de R$ 4.347, que está sendo diferido ao longo do prazo dos contratos adquiridos e registrado na rubrica “Outras Despesas Operacionais - Diferimento consignado INSS”. (nota 27)
O Banco cedeu, durante o exercício de 2021, para o fundo BPD FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSIGNADOS, crédito consignado anteriormente adquirido conforme estabelecido no “Convênio”, pelo montante de R$ 49.215, cujos valores nominais totalizavam R$ 65.915. O lucro com esta Cessão foi de R$ 8.907, registrado na rubrica “Lucro de Cessão de Créditos”. (nota 26)
Conforme as condições estabelecidas pela Resolução nº 2.686/00 do Conselho Monetário Nacional, o Banco em 30 de junho de 2021, cessões de créditos já vencidos, sem coobrigações, oriundos de suas operações de empréstimos e financiamentos, pelo montante de R$ 900 (R$ 5.000 em dezembro de 2020), para a Paulista Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, entidade ligada, cujos valores nominais atualizados contabilmente totalizavam R$ 11.535 (R$ 34.277 em dezembro de 2020). (nota 30)
h) Rendas com operações de crédito

	2021	2020
Empréstimos e títulos descontados	58.946	31.090
Financiamentos	10.030	10.946
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.513	6.975
Adiantamentos a depositantes	100	174
Rendas de financiamentos rurais	687	–
Total das rendas com operações de crédito	**71.276**	**49.185**
(Prejuízo) com Cessões	–	**(5.033)**
Total do Resultado com operações de crédito	**71.276**	**44.152**

9. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER SEM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

	2021	2020
Circulante		
Precatórios Federais	2.670	–
Outros	–	25
Total Circulante	**2.670**	**25**
Não circulante		
Precatórios Municipais	948	226
Precatórios Estaduais	32.052	17.662
Precatórios Federais	13.241	15.267
Total não circulante	**46.241**	**33.155**
	48.911	**33.180**
(-) Provisão para perdas	**(473)**	**(332)**
Total (*)	**48.438**	**32.848**

(*) Saldo representado por precatórios, já emitidos, pela União, por um Estado ou por um Município em decorrência de ação judicial transitada em julgado, com prazos previstos entre 2021 e 2030.

10. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS

	2021	2020
Ativo - Circulante		
Bancos Oficiais - Depósitos Vinculados a convênios (i)	17.815	17.991
	17.815	**17.991**
Passivo - Circulante		
Bancos Correspondentes	512	532
Recursos em trânsito de terceiros	–	44
	512	**576**

(i) Referem-se a recursos depositados na Caixa Econômica Federal, oriundos do Ministério das Cidades e Órgãos Conveniados (Órgãos Públicos Estaduais, Municipais, Distrito Federal e Cooperativas de Habitação), no âmbito do Programa Nacional de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH.

11. ATIVOS NÃO FINANCEIROS MANTIDOS PARA VENDA - RECEBIDOS
Composto por bens não destinados ao uso (BNDU), retomados de operações de crédito não honradas:

	2021	2020
Circulante		
Veículos	502	502
Imóveis habitacionais (i)	2.879	2.879
	3.381	**3.381**

(i) (*) Valor atribuído conforme laudo de avaliação de *impairment* por empresa especializada.

12. OUTROS ATIVOS - DIVERSOS

	2021	2020
Circulante		
Tributos a compensar (i)	1.686	959
Devedores diversos no país	570	282
Comissões diferidas de captações	1.726	–
Prêmio ou desconto por transferência de ativos (ii)	1.082	–
Outros	868	288
	5.932	**1.529**
Não circulante		
Tributos a compensar (i)	34.008	36.264
Recursos antecipados de câmbio	673	881
Comissões diferidas de captações	3.045	3.700
Devedores diversos no país	725	914
Prêmio ou desconto por transferência de ativos (ii)	3.265	–
Devedores por depósito em garantia (nota 33b)	6.816	8.494
	48.532	**50.253**

(i) Antecipações de IR/CS de exercícios anteriores não compensados;
(ii) Valores referentes ao diferimento dos preços dos créditos adquiridos conforme descrito na nota 8g.

13. INVESTIMENTOS

	2021	2020
CERTA - Central de Registro de Títulos e Ativos S.A.	1.177	904
CIP - Câmara Interbancária de Pagamentos	1	1.819
Outros investimentos	535	535
(-) Provisão para perdas	(252)	(252)
	1.461	**3.006**

O Banco possuía 250.000 quotas da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP), no valor de R$ 1.819, sendo que em 21 de junho de 2021 a CIP comunicou às demais associada a intenção do Banco em vender 249.900 quotas.
Conforme regimento da CIP, as associadas tiveram o prazo de 30 dias para manifestar o interesse na aquisição.
Decorrido esse prazo, 13 (treze) associadas manifestaram a opção de compra, processo esse que, também conforme regulamento da CIP, se encerrou em 23 de agosto de 2021, momento em que o Banco remanesceu com as 100 quotas representativas do capital da CIP.
O Valor total da alienação foi de R$ 8.029, gerando um lucro de R$ 6.011, registrado na rubrica “Lucro na alienação de investimento”.

14. ATIVOS INTANGÍVEIS

	Taxa de amortização	Custo	Amortização	2021	2020
Software	**20%**	5.444	(4.413)	1.031	1.459
Outros intangíveis (*)	–	2.387	–	2.387	4.000
	–	**7.831**	**(4.413)**	**3.418**	**5.459**

Em atendimento ao CPC 01, visando averiguar a existência de ativos registrados contabilmente por valor que exceda seus valores de recuperação, o Banco realizou estudo de *Impairment* dos componentes do seu ativo intangível em 31/12/2021, em função dos efeitos adversos causados pela pandemia COVID-19 sobre a economia. O Banco constatou que a licença de uso da marca “Reserva Metais”, apresentou valor contábil superior ao seu valor recuperável, resultando na baixa sobre esse ativo no valor de R$ 1.613, registrado na rubrica “Outras despesas não operacionais” (nota 28).
(*) Referente à compra de marcas, domínio e endereços eletrônicos, manuais e procedimentos, incluindo todos os direitos autorais para a exploração de novo produto.

15. DEPÓSITOS
a) Por prazo de vencimento:

	2021					2020
	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
A vista - Moeda nacional	105.036	–	–	–	105.036	161.883
A vista - Moeda estrangeira	3	–	–	–	3	3
Interfinanceiros	–	–	–	–	–	30.000
A prazo	–	146.293	220.737	647.708	1.014.738	612.124
	105.039	**146.293**	**220.737**	**647.708**	**1.119.777**	**804.010**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas com “Depósitos” foram de R$ 55.813 (R$ 20.957 em 2020) e as despesas com o “Fundo Garantidor de Crédito” foram de R$ 1.545 (R$ 971 em 2020). (nota 20)
b) Taxa média praticada:

	2021		2020	
	Pré	Pós	Pré	Pós
Interfinanceiros	**n/a**	**99,00**	**n/a**	**99,01**
A prazo	**9,01**	**118,75**	**5,65**	**120,33**

As taxas praticadas para as captações de CDB Pós-fixados foram de 100% do IPCA (100% do IPCA em 2020) e entre 100% a 150% do (96% a 150% do CDI em 2020).
Para as captações de DI foi de 99,00% do CDI (99,01% do CDI em 2020).

16. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	2021		2020
	De 1 a 30 dias	Total	Total
Carteira própria	**55.045**	**55.045**	**89.131**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.993	5.993	89.131
Notas do Tesouro Nacional - NTN	49.052	49.052	–
Total	**55.045**	**55.045**	**89.131**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas com “Captações no Mercado aberto” foram de R$ 2.465 (R$ 14.371 em 2020). (nota 20).

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES; RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS E DÍVIDAS SUBORDINADAS

	2021						2020
	Sem vencimento	1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Obrigações por repasses	**7.432**	–	–	–	–	**7.432**	**6.701**
Repasses do país - Instituições Oficiais (i)	7.432	–	–	–	–	7.432	6.701
Recursos de aceites e emissão de títulos	–	**9.431**	**7.028**	**101.585**	**109.570**	**227.614**	**178.077**
Obrigações por emissões de Letras de Créditos do Agronegócio - LCA (ii)	–	2.818	7.028	97.123	84.242	191.211	149.473
Obrigações por emissões de Letras de Créditos Imobiliários - LCI (iii)	–	6.613	–	4.462	25.328	36.403	27.491
Obrigações por emissões de Letras Financeiras (iv)	–	–	–	–	–	–	1.113
Dívidas subordinadas	–	–	–	–	–	–	**32.054**
Dívidas subordinadas elegíveis à capital (v) (nota 30)	–	–	–	–	–	–	32.054
	7.432	**9.431**	**7.028**	**101.585**	**109.570**	**235.046**	**216.832**

(i) Repasses do país referem-se a recursos oriundos do Ministério das Cidades e Órgãos Conveniados (Órgãos Públicos Estaduais, Municipais, Distrito Federal e Cooperativas de Habitação), no âmbito do Programa Nacional de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH;
(ii) Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). A taxa praticada foi entre 100% a 126% do CDI (95% a 122% do CDI em 2020);
(iii) Referem-se as Letras de Créditos Imobiliários com o acionista majoritário do Banco (nota 30);
(iv) Referem-se as Letras Financeiras (LF) (nota 30);
(v) Referem-se a Letras Financeiras, com cláusulas de subordinação, correspondente aos instrumentos elegíveis ao Nível II autorizados em conformidade com a Resolução nº 4.192/13.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas com “Recursos de Aceites e emissão de Títulos” foram de R$ 9.700 (R$ 3.862 em 2020). (nota 20 e 30); e as despesas com “Dívidas Subordinadas” foram de R$ 796 (R$ 1.026 em 2020). (nota 20).

18. OUTROS PASSIVOS
a) Fiscais e previdenciárias

	2021	2020
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher (i)	8.620	10.148
	8.620	**10.148**
Não circulante		
Impostos e contribuições a recolher (i)	13.738	19.700
	13.738	**19.700**

(i) Referem-se, substancialmente, a autos de infração de IRPJ, CSLL e IRRF, no valor de R$ 19.771 (R$ 27.599 em 2020), vinculados ao Processo Administrativo nº 16327-721.025/2018-35, lavrados em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento em 60 meses formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente.

b) Diversas

	2021	2020
Circulante		
Títulos de cobrança em trânsito	86	–
Encargos sobre recursos recebidos - PSH	9	9
Outros valores a pagar	1.023	190
	1.118	**199**

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital Social
Em Assembleia Geral Extraordinária de 06 de fevereiro de 2020 foi deliberado a redução do Capital Social em R$ 60.000, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Singulare aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco e o aumento de Capital Social em R$ 38.000, mediante a emissão de 126.426.456 (cento e vinte e seis milhões quatrocentas e vinte e seis mil quatrocentas e cinquenta e seis) novas ações, sendo 63.213.228 (sessenta e três milhões duzentas e treze mil duzentas e vinte e oito) ações ordinárias e 63.213.228 (sessenta e três milhões duzentas e treze mil duzentas e vinte e oito) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de R$ 0,300570 (trezentos mil e quinhentos e setenta milionésimos de centavos de real) por ação, subscrito integralmente pelo acionista Alvaro Augusto Vidigal, e integralizado em moeda corrente nacional, sendo que R$ 19.000 foram integralizados no dia 13 de fevereiro de 2020 e o saldo remanescente, equivalente a R$ 19.000, pago no dia útil seguinte à aprovação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil, em moeda corrente nacional, o que ocorreu em 03 de julho de 2020.
Em 31 de dezembro de 2021 o capital social totalmente subscrito e integralizado de R$ 184.300 (R$ 184.300 em 2020), é representado por 424.458.216 ações nominativas (424.458.216 em 2020), sem valor nominal, divididas em 212.229.108 (212.229.108 em 2020) ações ordinárias e 212.229.108 (212.229.108 em 2020) ações preferenciais.
b) Dividendos e juros sobre capital próprio
O Estatuto Social estabelece dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, calculado nos termos da legislação societária. No exercício de 2021, com base no Patrimônio Líquido de novembro de 2021, foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R$ 2.000 (não houve pagamento em 2020) e não foram pagos dividendos nos exercícios de 2021 e 2020.
c) Reserva legal
O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado.
d) Reserva estatutária
O Banco deve destinar 10% (dez por cento) do lucro líquido para constituição de reserva estatutária, destinada a assegurar adequada margem operacional à Sociedade, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social.
O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições previstas no Estatuto do Banco, terá a destinação proposta pela Diretoria e homologada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva Estatutária de Lucros.
e) Ajuste ao Valor de Mercado de TVM disponíveis para venda
O saldo de ajuste de avaliação patrimonial é negativo de R$ 1.505 (R$ 173 em 2020) e corresponde aos títulos públicos federais disponíveis para venda e cotas de fundos, que são marcados a mercado (nota 6).
f) Reservas de lucros e prejuízos acumulados
Conforme Resolução nº 3.605/08, o lucro apurado e não distribuído no exercício, após a destinação da reserva legal, foi destinado à conta de reserva estatutária de lucros. Em 31 de dezembro de 2021 o lucro auferido no exercício foi de R$ 6.003 (prejuízo de R$ 2.431 em 2020).

20. DESPESAS DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

	2021	2020
Depósitos a prazo (nota 15)	55.805	19.146
Captações no mercado aberto (nota 16)	2.465	14.371
Contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC (nota 15)	1.545	971
Depósitos interfinanceiros (nota 15)	8	1.808
Letras financeiras (nota 17 e 30)	796	1.026
Letras de Créditos do Agronegócio - LCA (nota 17 e 30)	8.198	3.062
Letras de Créditos Imobiliários - LCI (nota 17 e 30)	1.502	800
Variações cambiais de depósitos em moedas estrangeiras (nota 15)	–	3
	70.319	**41.187**

21. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS
a) Receitas com prestação de serviços

	2021	2020
Serviços de custódia	1.178	1.168
Tarifa de estruturação de operação	798	2.465
Outros serviços	1.868	752
	3.844	**4.385**

b) Rendas de tarifas bancárias

	2021	2020
Tarifas de transferências de recursos	1.126	3.037
Rendas de tarifas bancárias	32.348	39.687
Outras tarifas	47	123
	33.521	**42.847**

22. DESPESAS DE PESSOAL

	2021	2020
Proventos	19.773	21.029
Encargos sociais	9.022	9.829
Benefícios	5.243	5.226
Honorários	7.229	6.260
Treinamentos	49	104
Remuneração de estagiários	31	31
	41.347	**42.479**

23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2021	2020
Transportes de numerários	84	162
Serviços técnicos especializados	8.544	10.924
Processamento de dados	11.840	10.664
Aluguéis	2.659	2.463
Sistema financeiro	1.507	2.275
Comunicações	699	888
Serviços de terceiros	771	766
Emolumentos cartorários	946	1.183
Serviços de vigilância e segurança	165	176
Materiais	36	75
Propaganda e publicidade	13	69
Outras	2.180	3.130
	29.444	**32.775**

24. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2021	2020
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	1.892	2.413
Contribuição à COFINS	3.638	3.755
Contribuição ao PIS	591	610
Outras	2.750	2.570
	8.871	**9.348**

25. DESPESAS COM PROVISÕES

	2021	2020
Atualizações monetárias de impostos e contribuições (nota 33)	27	15
Contingências - Judiciais e legais (nota 33)	791	134
Provisões para contingências trabalhistas (nota 33)	1.038	940
Reversões de depósitos judiciais	–	42
Despesas do auto de infração da Receita Federal (nota 18a)	1.798	1.496
Honorários de contingências	87	156
Provisão sobre fianças prestadas	173	126
	3.914	**2.909**

26. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Recuperação de encargos e despesas	725	754
Rendas de garantias prestadas	467	1.024
Variações monetárias ativas	1.925	1.270
Juros sobre precatórios do tesouro nacional	15.324	2.792
Reversão de provisões para comissões	148	–
Reversão de provisões para riscos trabalhistas	–	1.429
Reversão de provisões para riscos cíveis	117	170
Reversão de provisões para riscos fiscais	–	44
Reversão de provisão indedutível	–	313
Reversão de provisões de fianças	105	6
Variações monetárias sobre depósitos judiciais	123	70
Lucro de cessão de consignados	8.907	–
Variações cambiais de depósitos em moeda estrangeiras	1	16
Reversão de provisão de processos RFB - Juros	2.392	2.159
Cessão de precatórios	–	6.399
Outras	985	660
	31.219	**17.106**

27. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Consultorias para operações de crédito	5.637	3.668
Despesas com operações de ouro	–	21
Despesas com recuperações de contratos de CDC	1.373	1.343
Diferimento consignado INSS	6.291	–
Cartão pré-pago	–	49
Amortizações e depreciações	935	901
Tarifas interbancárias	51	102
Despesas financeiras - PSH	513	419
Despesas jurídicas	742	2.115
Despesas de descontos concedidos em renegociações	–	2.969
Perdas com tarifas	552	1.106
Comissão de correspondente	1.359	–
Baixa de depósito	3.700	48
Outras	2.972	1.307
	24.125	**14.048**

28. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2021	2020
Lucro alienação de intangível (*)	4.598	300
Aluguel da marca Reserva metais	240	180
Prejuízo alienação BNDU	–	(340)
Baixa Imobilizado	(2)	(232)
Outros	481	(72)
	5.317	**(164)**

(*) No exercício de 2021, composto, substancialmente, pelo lucro na alienação das cotas da “Câmera Interbancária de Pagamentos - CIP”, no valor de R$ 6.211 (nota 13), e pelo prejuízo na baixa do intangível, no valor de R$ 1.613 (nota 14).

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
a) Conciliação das despesas das provisões do Imposto de Renda e da Contribuição Social

	2021	2020
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	10.818	(1.926)
(-) Participações nos lucros	(667)	(364)
Resultado antes da tributação e depois das participações	**10.151**	**(2.290)**
Adições e exclusões temporárias	**(9.599)**	**(23.384)**
Ajuste ao mercado de títulos e valores mobiliários	115	3.231
Perdas associadas ao risco de crédito	(10.559)	(25.119)
Provisão para riscos fiscais	27	(652)
Provisões de processo RFB - Juros	(593)	(664)
Provisões para passivos contingentes	1.142	(180)
Outras adições e exclusões temporárias	269	–
Adições e exclusões permanentes	**(485)**	**3.309**
Outras adições e exclusões permanentes	(485)	3.309
Base de cálculo	**67**	**(22.365)**
Imposto de renda/Contribuição social	10	–
Deduções - Incentivos fiscais	–	(317)
Imposto de renda e contribuição social	**10**	**(317)**
Ativo fiscal diferido	4.138	458
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	**4.148**	**141**

b) Créditos tributários
As bases de constituição do crédito tributário estão demonstradas abaixo:

	2021	2020
Provisão perdas associadas ao risco de crédito e créditos baixados como prejuízo	22.209	33.866
Provisão para contingências	3.907	2.764
Provisão de processo RFB - Juros	5.300	5.893
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação	3.485	3.370
Prejuízo fiscal / Base negativa	31.369	29.898
Demais passivos contingentes	958	634
Total dos Créditos Tributários	**67.228**	**76.425**
Ajuste de valor de mercado TVM - Disponível para venda (i)	2.737	(316)
Total dos Créditos Tributários após ajuste de valor de mercado TVM Disponível para venda	**69.965**	**76.109**

(i) Adição de refere-se ao ajuste de valor de mercado dos títulos de valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda, para o qual a valorização ou desvalorização são registrados em conta destacada no patrimônio líquido do Banco, conforme Circular BACEN nº 3.068, de 08 de novembro de 2001.
Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	31/12/2019	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2020
Perdas esperadas com operações de crédito	26.544	–	(11.303)	15.241
Provisão para riscos fiscais e contingências	4.854	1.309	(1.983)	4.180
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação/Disponível para venda	(809)	3.044	(861)	1.374
Prejuízo fiscal / Base negativa	3.390	10.064	–	13.454
Total dos Créditos Tributários	**33.979**	**14.417**	**(14.147)**	**34.249**

	31/12/2020	Constituição	Realização/ Reversão	31/12/2021
Perdas esperadas com operações de crédito	15.241	–	(5.246)	9.995
Provisão para riscos fiscais e contingências	4.180	393	–	4.573
Ajuste de valor a mercado TVM - Negociação	1.516	52	–	1.568
Prejuízo fiscal / Base negativa	13.454	662	–	14.116
Total dos Créditos Tributários	**34.391**	**1.107**	**(5.246)**	**30.252**
Ajuste de valor de mercado TVM - Disponível para venda	(142)	1.374	–	1.232
Total dos Créditos Tributários após ajuste de valor de mercado TVM Disponível para venda	**34.249**	**2.481**	**(5.246)**	**31.484**

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355/06. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis.
Não existem outros créditos tributários a serem reconhecidos.
O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 19.244 tendo sido utilizadas as taxas do CDI/B3 apuradas para os respectivos períodos. Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.
A Administração, com base nas suas projeções de resultados, que contemplam os desenvolvimentos do plano de negócios, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações contábeis. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações contábeis.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Total
Perdas esperadas com operações de crédito	200	1.000	1.049	1.102	1.157	1.215	1.276	1.339	1.657	–	9.995
Provisão para riscos fiscais e para contingências	–	–	1.143	1.143	1.143	1.144	–	–	–	–	4.573
Ajuste a valor a mercado TVM - Negociação	78	84	88	92	97	102	107	112	118	690	1.568
Ajuste a valor a mercado TVM - Disponível para venda	61	66	69	73	76	80	84	88	93	542	1.232
Prejuízo fiscal/Base negativa	1.494	1.608	1.694	1.784	1.879	1.978	2.083	1.596	–	–	14.116
Total	**1.833**	**2.758**	**4.043**	**4.194**	**4.352**	**4.519**	**3.550**	**3.135**	**1.868**	**1.232**	**31.484**
Valor Presente	**1.645**	**2.246**	**3.003**	**2.829**	**2.650**	**2.493**	**1.764**	**1.404**	**758**	**452**	**19.244**

30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições de mercado, no tocante a encargos e prazos, e são compostas por:

	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
	2021	2020	2021	2020
Depósitos à vista	**(13.271)**	–	–	–
Depósitos a prazo	**(96.715)**	(54.538)	**(4.807)**	(2.173)
Depósitos interfinanceiros	–	–	–	(1.189)
Captações no mercado aberto	–	–	–	(1.082)
Devedores - Conta liquidações pendentes	**840**	–	–	–
Letra financeira - Dívida subordinada (nota 17)	–	(32.054)	**(753)**	(991)
Letra de Crédito Imobiliário - LCI (nota 17 e 20)	**(11.075)**	(27.492)	**(1.502)**	(531)
Letra de Créditos Agronegócio - LCA (nota 17 e 20)	**(41.943)**	(26.209)	**(4.699)**	(1.980)
Direitos creditórios sem coobrigação (*) (nota 8g)	**5.703**	–	**5.632**	5.000
Cessões com precatórios (**)	–	–	–	6.826

(*) Referem-se a operações efetuadas com a Paulista Cia. Securitizadora de Créditos S.A.;
(**) Cessão de precatórios com os acionistas do Banco (nota 26).
a) Remuneração do pessoal-chave da Administração
Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco. O Banco incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos Administradores:

	2021	2020
Remuneração fixa	7.229	6.260
Encargos sociais	1.626	1.409
Total	**8.855**	**7.669**

O Banco não oferece benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

31. GERENCIAMENTO DE RISCOS
Apetite de Risco
A Diretoria é a responsável pela aprovação das diretrizes e limites do apetite de risco, desempenhando suas responsabilidades com o apoio do Comitê de Riscos e Controles e do *Chief Risk Officer* (CRO).
Os limites de apetite de risco são monitorados frequentemente e reportados ao Comitê de Riscos e Controles e a Diretoria que orientaram a tomada de medidas preventivas de forma a garantir que as exposições estejam alinhadas à estratégia do Banco.
Há uma estrutura de gestão e controle dos riscos centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar os riscos.
O Banco utiliza três componentes para a organização das atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos: contexto operacional e de negócio; estrutura de Governança; e organograma funcional das áreas.
· Contexto operacional e de negócio, com o objetivo de identificar, analisar, avaliar, tratar, comunicar e monitorar riscos;
· Estrutura de Governança, composta por comitês e fóruns colegiados, especializados e com agenda periódica, com formalização das decisões relevantes; e
· Estrutura organizacional, que tem por base a definição de atribuições específicas, que asseguram segregação e independência de funções.
O Banco adota um gerenciamento integrado de riscos, das necessidades mínimas de capital e da capacidade financeira da instituição. Os riscos são decompostos segundo sua natureza: de liquidez; de crédito; de mercado; operacional; e gestão de capital.
Tipos de Riscos:
a) Risco de Liquidez
O risco de liquidez tem origem da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Para fazer frente a este risco, o Banco avalia periodicamente suas exposições e define o volume de ‘colchão’ de segurança, ou liquidez mínima, que deve ser constituído e mantido pela Instituição.
O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo o provimento de *funding* e a gestão das aplicações e captações nos horizontes de curto e de longo prazos. No horizonte de curto prazo, é priorizada a diversificação de fontes de captação. No horizonte de longo prazo, é priorizado o casamento temporal entre captações e aplicações. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.557/17 do CMN.
b) Risco de Crédito
O risco de crédito tem origem na perda do não cumprimento pelo tomador, emissor ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados. Para fazer frente a este risco, o Banco avalia periodicamente suas exposições e o *rating* de crédito de seus clientes e contrapartes, estabelecendo limites e constituindo garantias para fazer frente e permitir a cobertura das eventuais perdas potenciais pela Instituição.
O gerenciamento do risco de crédito tem por objetivo a prévia avaliação do grau de risco, o acompanhamento da diversificação e a constituição suficiente de garantias, que possibilitem a minimização de perdas financeiras incorridas pela Instituição. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.557/17 do CMN.
c) Risco de Mercado
O risco de mercado tem origem na possibilidade de perdas resultantes de flutuações nos valores de mercado das posições detidas pela Instituição financeira. Essas perdas podem ser sujeitas à paridades cambiais, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias *(commodities)*.
O gerenciamento de riscos busca balancear seus objetivos de negócio, na carteira *Banking* e *Trading*, considerando, dentre outros: conjuntura política, econômica e de mercado, perfil da carteira e a capacidade de atuar em mercados específicos. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.557/17 do CMN.
d) Risco Operacional
O risco operacional tem origem em fraudes, internas ou externas, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição, situações que acarretem a interrupção das atividades da Instituição e as falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação. Para fazer frente a este risco, o Banco compila e categoriza periodicamente estes eventos, monitorando a eficácia dos planos de melhoria adotados para minimizar a sua recorrência.
O gerenciamento do risco operacional tem por objetivo a captura organizada de informações sobre as fragilidades nos processos operacionais e a avaliação e a adoção de planos de melhoria correspondentes. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.557/17 do CMN.
e) Gestão de Capital
O gerenciamento de capital conta com processo prospectivo para o monitoramento e o controle do capital da Instituição, incluindo o planejamento e a projeção de metas de necessidade de capital, consistentemente com o plano orçamentário e as metas e estratégias comerciais e de negócio, para a cobertura dos riscos decorrentes.
Por capital deve-se entender o conjunto de recursos de longo prazo, próprios e de terceiros, subdividindo-se em Nível I (Capital Principal e Capital Complementar) e Nível II (Instrumentos Híbridos), e que foram enquadrados e autorizados pelo BACEN especificamente para este fim, e que possibilitem a absorção dos riscos e a apuração e a observância dos índices e limites de alavancagem exigidos. As práticas adotadas estão aderentes à Resolução nº 4.557/17 do CMN.
f) Análise de sensibilidade
O Banco Paulista realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes, acompanhando os resultados obtidos na apuração de riscos da carteira Bancária.
Como o cálculo é feito de forma seguindo metodologia padronizada pelo Banco Central através do Sistema de Gestão de Riscos Financeiros, não consideram, portanto, a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras de riscos, minimizando ao menos parcialmente perdas significativas. Este estudo tem fins exclusivos de gestão de riscos, sendo dissociado das práticas contábeis adotadas.

32. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS CONCEDIDAS A TERCEIROS
A responsabilidade por avais, fianças e garantias prestadas a terceiros, incluindo as coobrigações sobre créditos cedidos, em 31 de dezembro de 2021, correspondiam a R$ 32.292 (R$ 31.891 em 2020), com provisão constituída para possíveis perdas, no montante de R$ 1.002 (R$ 933 em 2020).

33. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
a) Ativos contingentes
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não existem ativos contingentes contabilizados.
b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais
b.1) Provisões trabalhistas
São compostas, principalmente, por demandas movidas por ex-funcionários com pedidos de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas com pedido de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises individuais do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.
b.2) Provisões cíveis
São compostas, principalmente, por processos cíveis relacionados às operações de CDC sendo danos morais e patrimoniais e outros processos com pedidos condenatórios. Para os processos relacionados a operações de CDC, cujos valores não são individualmente relevantes, o provisionamento é efetuado com base na média histórica de perdas relativas aos processos encerrados. A média histórica de perdas é revisada a cada seis meses. Para os demais processos cíveis, são efetuadas análises individuais do valor potencial de perda considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer dos consultores jurídicos externos.
b.3) Provisões fiscais e previdenciárias
As provisões para processos fiscais e previdenciários são representadas por processos judiciais e administrativos, substancialmente, representado pela Emenda Constitucional 10/96, que visa assegurar (i) o direito ao recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) calculada à mesma alíquota aplicável às demais empresas não pertencentes ao seguimento financeiro; e (ii) afastar a exigência da CSLL sobre os lucros calculada à alíquota de 30% no período compreendido entre 01/01/1996 e 07/06/1996, durante o qual a empresa calculou e recolheu a CSLL à alíquota de 18% com base na Lei nº 9.249/95.
As movimentações das provisões para contingências e obrigações legais, ocorridas nos exercícios, estão a seguir apresentadas:

	Provisões para contingências				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2021	2020
Saldo no início do exercício	315	1.233	1.217	2.765	3.417
Constituições	1.038	791	–	1.829	1.074
Realizações	–	(387)	–	(387)	(254)
Atualizações	–	–	27	27	15
Reversões	(297)	(117)	–	(414)	(1.643)
Honorários	–	87	–	87	156
Saldo no final do exercício	**1.056**	**1.607**	**1.244**	**3.907**	**2.765**

	Depósitos judiciais					
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outros	2021	2020
Saldo no início do exercício	1.078	2.469	4.349	598	8.494	5.993
Atualizações	26	–	97	–	123	70
Constituições	1.610	454	–	175	2.239	2.518
Reversões	–	(187)	–	(47)	(234)	(56)
Levantamentos	(1.647)	(1.433)	–	(726)	(3.806)	(31)
Saldo no final do exercício	**1.067**	**1.303**	**4.446**	–	**6.816**	**8.494**

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
Em 31 de dezembro de 2021 as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 137 processos (22 processos em 2020) de natureza cível que somam R$ 7.958 (R$ 4.161 em 2020), 28 processos (30 processos em 2020) de natureza trabalhista que somam R$ 4.506 (R$ 6.357 em 2020) e 3 processos (3 processos em 2020) de natureza fiscal que somam R$ 479 (R$ 479 em 2020), todos com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes (que não representam, necessariamente, o valor de uma possível perda) e estão representados, substancialmente, pelos seguintes processos:
- Ações revisionais de cláusulas de contratos de empréstimos e financiamentos;
- Ações indenizatórias, decorrentes da realização de operações financeiras;
- Ações trabalhistas.

BANCO PAULISTA S.A.

Além dos processos citados acima, em dezembro de 2019, a Receita Federal lavrou Auto de Infração relativo à glosa de despesas administrativas na apuração de IRPJ, CSLL e IRRF no montante de R$ 32.761, as quais foram avaliadas com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco.
No mesmo Auto, a fiscalização também glosou despesas no montante R$ 62.413, para as quais a avaliação de probabilidade de perda é remota, amparada por dois pareceres de assessores jurídicos, bem como pelo resultado da investigação independente descrita na nota explicativa 2.c, que não identificou irregularidades para estas despesas. Para ambos os casos, houve ingresso com processo de impugnação pelo Banco.

d) Órgãos reguladores

O processo administrativo, aberto em 13 de abril de 2018, foi julgado em 03 de agosto de 2020, sendo que o Banco Central após o encerramento desse processo decidiu pela aplicação de multa no valor total de R$ 9.753, tendo o Banco ingressado com recurso, cuja avaliação da probabilidade de perda dada pelos advogados que patrocinam a causa é possível, mas não sendo possível determinar se uma provisão seria requerida.

34. LIMITES OPERACIONAIS

O Patrimônio de Referência Exigido - PRE, obtido de acordo com os normativos em vigor, está demonstrado, a seguir:

RWA e Índice Basiléia	2021	2020
PR	**169.707**	**158.444**
PR nível I	169.707	158.444
Capital Principal	169.707	158.444
PR nível II	–	–
RWA Cpad - Crédito	1.097.496	848.080
RWA Cam - Câmbio	456	17.235
RWA *Trading - Juros, Commodities, Ações*	115.328	12.063
RWA Opad - Operacional	495.803	592.465
RWA - Total	**1.709.083**	**1.469.843**
PR Mínimo	**136.727**	**117.587**
Índice de Basiléia (PR / RWA Total)	**9,93%**	**10,78%**
Índice Nível I (PR nível I / RWA Total)	**9,93%**	**10,78%**
Índice Capital Principal (CP / RWA Total)	**9,93%**	**10,78%**

O índice da Basiléia, para a data-base de 31 de dezembro de 2021, apurado de acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, é de 9,93% para o Conglomerado Financeiro.
O Banco encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

35. PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

O Banco, em atendimento à Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional (CMN), não contratou serviços da Grant Thornton Auditores Independentes relacionados ao Banco, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

36. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados não recorrentes	2021	2020
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	**6.003**	**(2.431)**
(-) Resultado não recorrente		
Alienação de investimentos CIP	6.211	–
Desligamentos (reestruturação do Banco)	(63)	(2.246)
Processo investigativo	(121)	(1.126)
Advogados	(3.561)	(3.540)
Efeitos tributários	(1.110)	3.110
Total resultado não recorrente	**1.356**	**(3.802)**
Lucro Líquido Recorrente	**4.647**	**1.371**

b) Alterações estatutárias
Não houve alteração societária durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

37. OUTROS ASSUNTOS

Durante o exercício de 2021 o Banco efetuou o pagamento parcial da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2021, para os seus funcionários, no valor de R$ 212 constituída conforme Convenção Coletiva da categoria.
O pagamento final, no valor de R$ 854, foi pago em 28/02/2022.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de dezembro de 2021 até a data da aprovação destas demonstrações contábeis, não ocorreram eventos que necessitam de divulgação.

Marcelo de Toledo Guimarães - Diretor Presidente
Marcelo Chacon Ruiz - Diretor
Ana Cristina Alves Afonso - Contadora - CRC 1SP234300/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do
Banco Paulista S.A.
São Paulo - SP

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis do Banco Paulista S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis do Banco Paulista S.A.. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião" não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Base para abstenção de opinião

Investigações em curso

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 2.c, em 8 de maio de 2019, o Banco foi alvo da 61ª fase da "Operação Lava Jato", denominada "Disfarces de Mamom", na qual o Ministério Público Federal ("MPF") e a Polícia Federal investigam operações de lavagem de dinheiro, através de operações de câmbio, relacionadas com integrantes do "Setor de Operações Estruturadas" do Grupo Odebrecht, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede do Banco para apurar eventuais contratos de prestação de serviços irregulares. Esse assunto também fora razão do processo administrativo do Banco Central do Brasil (BACEN) em 2018.
Em virtude disso a atual Administração do Banco realizou investigação independente sobre os prestadores de serviços apontados nos processos instaurados pelo BACEN e MPF com o propósito de apurar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus ex-administradores e ex-prestadores de serviços relacionados a essa Operação.
A investigação contou com um comitê interno independente que, por sua vez, contou com o apoio de uma assessoria jurídica e de uma empresa especializada em riscos, cujos resultados estão divulgados na Nota Explicativa nº 2.c. A investigação abrangeu os prestadores de serviços constantes nas investigações conduzidas por autoridades públicas federais, tendo apontado que determinadas despesas de prestação de serviços decorrentes de comissionamento sobre operações de câmbio realizadas pelo Banco não apresentavam evidências apropriadas e suficientes para corroborar as efetivas prestações de serviços, assim como foram identificadas despesas sem a devida formalização em contratos, pagamentos de despesas cujos contratos não estipulavam o racional de remuneração ou percentuais de comissões e ausência de solicitações de compras ou cotações com outros fornecedores, o que resultou em auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil "RFB" no montante de R$ 55.586 mil, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 corresponde a R$ 24.230 mil, conforme nota explicativa nº 16.a.
A RFB concluiu sua fiscalização em 3 de dezembro 2019, lavrando novo auto de infração em decorrência da finalização da fiscalização, tendo como base a glosa da dedutibilidade para fins de imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido e imposto de renda retido na fonte. Para esse auto, o Banco ingressou com processo de impugnação amparado por sua assessoria jurídica, que avaliou estas glosas com probabilidade de perda remota e possível, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 30.c, e na investigação realizada, que não identificou irregularidades para estas despesas. Conforme nota explicativa nº 2.c, em 10 de julho de 2020 a RFB emitiu novo auto de infração, complementar ao segundo, ajustando o auto de infração decorrente da fiscalização concluída em 3 de dezembro de 2019 em função do percentual da multa aplicada, para o qual a assessoria jurídica avalia a probabilidade de perda da mesma forma ao auto original.
Em 10 de setembro de 2020 foi deflagrada a 74ª fase da operação Lava Jato cujos alvos foram operações realizadas com a Petróleo Brasileiro S.A. e a Petrobras Biocombustível S.A.(denominadas em conjunto "Grupo Petrobras") entre o período de 12 de setembro de 2008 a 18 de março de 2011, realizadas pelo Banco, cujo objeto foi o aprofundamento das investigações sobre possíveis ilícitos praticados em contratos que teriam sido celebrados entre as partes, levando a supostas sobretaxas das mesmas, tendo havido bloqueio de recursos dos executivos envolvidos nestas operações. A Administração e sua assessoria jurídica entendem que o bloqueio realizado é suficiente para suportar eventuais cobranças decorrentes de sobretaxas praticadas, caso estas venham a ser comprovadas, sendo desnecessário provisionamento de eventuais contingências. Contudo, não houve posicionamento a respeito de eventuais ressarcimentos que possam ser requeridos pelas empresas envolvidas, do Grupo Petrobras, e se poderia haver eventuais passivos a serem constituídos, não sendo possível fazê-los por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Ressaltamos que as investigações independentes realizadas anteriormente pelo Banco não abrangeram a totalidade dos prestadores de serviços e, principalmente, as operações realizadas com as empresas do Grupo Petrobras, não tendo sido efetuada nova investigação sobre estes assuntos ou eventuais valores envolvidos. Nesse sentido, não nos foi possível concluir quanto a possível instauração de ação de improbidade administrativa contra o Banco e com a consequente ação de indenização, o que poderia ensejar eventuais contingências não reconhecidas nas demonstrações contábeis do Banco de 31 de dezembro de 2021.
Como consequência, não nos foi possível mensurar eventuais efeitos destas operações apontadas por esta fase da operação Lava Jato, incluindo a adequada divulgação das notas explicativas, podendo ainda requerer ou depender de que outros procedimentos investigativos, ainda não considerados, sejam exigidos como parte de todo o processo de investigação deflagrados. Adicionalmente, neste momento, ainda não é possível estimar os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas federais, nem os eventuais efeitos sobre as suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Diferimento de aquisição de Cessão de Operação de Crédito

Conforme Nota Explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2021, o Banco possuía registrado na rubrica "Outros Ativos - Diversos", o montante de R$ 4.347 mil referentes à Diferimento de Aquisição de Cessão de Operações de Crédito, tendo apropriado R$ 4.371 mil como despesa no resultado do semestre findo em 31 de dezembro de 2021. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 27, da despesa total reconhecida em 31 de dezembro de 2021, R$ 1.900 mil, referem-se ao semestre findo em 30 de junho de 2021. Consequentemente, o resultado do semestre findo em 31 de dezembro de 2021, está subavaliado no referido valor.

Créditos tributários

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 29.b às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2021 o Banco possuía registrado créditos tributários no montante de R$ 31.484 mil, dos quais, não foram apresentadas evidências suficientes e apropriadas para a constituição de R$1.949 mil. Consequentemente não foi possível determinar os efeitos de eventuais ajustes, se houver, nas demonstrações contábeis do Banco 31 de dezembro de 2021.

Ajuste de avaliação patrimonial

Conforme Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, em 31 de dezembro de 2021 o Banco possuía registrado no patrimônio líquido o montante de R$ 1.505 mil referente ao ajuste negativo do valor justo de Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria "Disponíveis para Venda", os quais, de acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN), devem registrar sua valorização e/ou desvalorização em conta destacada no patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 identificamos que foi realizado ajuste de R$1.450mil, com efeito no resultado. Consequentemente, o resultado do exercício está subavaliado nesse montante

Incerteza quanto à continuidade operacional

Com base nas questões mencionadas no item "Investigações em curso" da base para abstenção de opinião e nos demais aspectos divulgados na nota explicativa nº 2.c) , como consequência das ações e processos de investigação em curso e seus possíveis desdobramentos ainda incertos, somados aos assuntos reportados relativos a procedimentos contábeis adotados pela Administração realizados em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e que também foram objeto dos itens que compõe a base para abstenção de opinião, é necessário que a Administração continue adotando medidas no sentido de salvaguardar sua continuidade operacional.

Ênfases

Arquivamento de Inquérito Civil

Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 2, para o fato que em 20 de setembro de 2021, o Ministério Público Federal (MPF), promoveu o arquivamento do inquérito civil nº 1.34.001.007268/2019-47, que previa realizar sua própria investigação para averiguar a legalidade das operações de câmbio de venda de moeda estrangeira realizadas pelo Banco no exterior em contrapartida a reais em espécie. Vale ressaltar que processo de mesma natureza já havia sido objeto de arquivamento pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Operação com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 30, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco reconheceu resultado com cessões de operações de crédito sem coobrigação no montante de R$ 5.632 mil, equivalente a 3,03% do seu Patrimônio Líquido. Por se tratar de operação com parte relacionada, os resultados destas operações poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas com terceiros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2020

As demonstrações contábeis do Banco relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria foi emitido em 12 de abril de 2021 com abstenção de opinião relacionada aos seguintes assuntos: (i) Investigações do Ministério Público Federal e Secretaria da Receita Federal do Brasil; (ii) Inquérito Civil; (iii) Circularização (confirmações externas) e conciliação de instituições financeiras no exterior; (iv) Investimentos em controladas e coligadas; (v) Circularizações de operações de crédito; (vi) Apuração de créditos tributários; (vii) Custódia de ativos e passivos; (viii) Perdas associadas ao risco de crédito;(ix) Ajuste de avaliação patrimonial; (x) Diferimento de comissões de captação; (xi) Processo administrativo; parágrafo incerteza quanto à continuidade operacional, ênfases acerca de operações com partes relacionadas e investimento em cotas de fundos de participações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis do Banco de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria.
Contudo, devido aos assuntos descritos na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.
Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 18 de março de 2022

Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
CT CRC 1SP-260.164/O-4
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O1

Cartonifício Valinhos S.A.

CNPJ 45.992.476/0001-94

Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 (Valores Expressos em milhares de Reais - R$)

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 2021. Valinhos, Março/2022. **A Administração.**

Balanço Patrimonial	2021	2020
Ativo/Circulante	**92.614**	**63.363**
Caixa e Equivalentes de Caixa	42.843	21.026
Contas a Receber - Clientes	33.954	34.310
Impostos a Recuperar	202	153
Estoques	15.106	7.554
Outros Valores	510	320
Não Circulante	**46.751**	**26.920**
Realizável a Longo Prazo	**1.191**	**396**
Impostos a Recuperar	1.130	335
Empréstimos Compulsórios	61	61
Imobilizado	**45.555**	**26.511**
Imobilizado Técnico	84.224	61.797
Depreciações	(38.669)	(35.285)
Intangível	**5**	**13**
Intangível - Outras	208	208
Amortizações	(202)	(194)
Total do Ativo	**139.365**	**90.284**

Balanço Patrimonial	2021	2020
Passivo/Circulante	**42.508**	**34.060**
Fornecedores	18.781	13.110
Empréstimos e Financiamentos	5.915	8.648
Salários e Encargos Sociais	1.061	734
Impostos e Contribuições	5.426	6.089
Provisão p/ IRPJ e CSSL	8.656	3.069
Impostos Parcelados	737	863
Adiantamento de Clientes	688	672
Provisão para contingencia	478	–
Outras Contas a Pagar e Provisões	766	875
Não Circulante		
Empréstimos e Financiamentos	8.155	10.361
Impostos Parcelados	2.224	2.961
Total do Exigível a Longo Prazo	**10.379**	**13.321**
Patrimônio Líquido	**86.478**	**42.902**
Capital Social	50.000	5.000
Reservas de Capital	2.303	1.203
Reservas de Lucros	34.175	36.699
Total do Passivo	**139.365**	**90.284**

Demonstração do Resultado	2021	2020
Vendas Mercado Interno	368.843	200.597
Receita Operacional Bruta	**368.843**	**200.597**
Impostos s/Vendas e Devoluções	(114.139)	(59.338)
Deduções Receita	**(114.139)**	**(59.338)**
Receita Operacional Líquida	**254.703**	**141.259**
Custo dos Produtos Vendidos	(143.569)	(100.071)
Custo dos Produtos	**(143.569)**	**(100.701)**
Lucro Bruto	**111.134**	**40.557**
Despesas com Vendas	(2.844)	(1.387)
Despesas Gerais Administrativas	(13.010)	(3.585)
Total Despesas Operacionais	**(15.854)**	**(4.972)**
Resultado das Operações (E.B.I.T.)	**95.280**	**35.586**
Efeitos Financeiros:		
Receitas Financeiras	6.167	519
Despesas Financeiras	(2.055)	(2.077)
Variações Monetárias/Cambiais Líquidas	(652)	(982)
Resultado Financeiro Líquido	**3.460**	**(2.540)**
Lucro (Prejuízo) Operacional	**98.740**	**33.046**
Outras Receitas	6.871	225
Outras Receitas	**6.871**	**225**
Lucro (Prejuízo) antes IRPJ/CSSL	**105.610**	**33.271**
Impostos de Renda/CSLL	(34.834)	(11.271)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	**70.776**	**22.000**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Mutações	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Reserva de Lucros	Total
Saldos em 31/Dezembro/2019:	**5.000**	**586**	**–**	**–**	**17.169**	**22.755**
Lucro/(Prejuízo) Líquido Exercício	–	–	–	–	22.000	22.000
Dividendos Distribuídos	–	–	–	–	(1.853)	(1.853)
Reserva Legal	–	618	–	–	(618)	–
Saldos em 31/Dezembro/2020:	**5.000**	**1.203**	**–**	**–**	**36.699**	**42.902**
Integralização de Capital	45.000	–	–	–	(45.000)	–
Lucro/(Prejuízo) Líquido Exercício	–	–	–	–	70.776	70.776
Dividendos Distribuídos	–	–	–	–	(27.200)	(27.200)
Reserva Legal	–	1.100	–	–	(1.100)	–
Saldos em 31/Dezembro/2021:	**50.000**	**2.303**	**–**	**–**	**34.175**	**86.478**

Demonstração de Fluxo de Caixa

	2021	2020
1 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
a - Resultado Líquido Ajustado		
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	70.776	22.000
Depreciações/Amortizações	3.392	3.533
Lucro Líquido Ajustado	**74.167**	**25.534**
b - (Acréscimo)/Decréscimo do Ativo:		
Duplicatas a Receber	357	(13.702)
Impostos a Recuperar	(844)	(93)
Estoques	(7.552)	(2.130)
Outros Recebíveis	(189)	523
Total (Acréscimo)/ Decréscimo do Ativo	**(8.228)**	**(15.402)**
c - Acréscimo/(Decréscimo) do Passivo:		
Fornecedores	5.670	7.141
Salários e Encargos	327	360
Impostos e Contribuições	(1.527)	2.971
IRPJ e CSLL a Pagar	5.587	3.069
Outras Contas a Pagar e Provisão de Férias	386	394
Total Acréscimo/ (Decréscimo) do Passivo	**10.443**	**13.934**
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	**76.382**	**24.065**
2 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Venda/Aquisição de Novos Imobilizados	(22.427)	(10.463)
Total das Atividades de Investimentos:	**(22.427)**	**(10.463)**
3 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Pagamentos/Obtenções Relativos a Arrendamento Mercantil de Financiamento	(4.938)	1.698
Dividendos Pagos	(27.200)	(1.853)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Financeiras	**(32.138)**	**(154)**
4 - Aumento/(Redução) Líquido (A) de Caixa e Equivalente	**21.817**	**13.448**
Caixa e Equivalente a Caixa no Início do Exercício	21.026	7.578
Caixa e Equivalente a Caixa no final do Exercício	42.843	21.026

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1 - Contexto Operacional: A Companhia foi constituída em outubro de 1944, tendo como objeto social específico (AGE 19/Outubro/1977): a exploração da indústria, comércio, importação e exportação, de celulose, papel, papelão, e cartão de qualquer qualidade, de seus artefatos, artigos similares e conexos, exploração agropecuária, podendo ainda participar de outras sociedades como quotista ou acionista. **2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras e Adoção Inicial das Leis nº 11.638/07 - nº 11.941/08 e nº 12.973/14:** As demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições na Lei das Sociedades por Ações, alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/08 e a companhia não optou pela adoção em 2014 da Lei 12.973/14. Em 2021 e 2020 as demonstrações foram elaboradas de acordo com a Lei 12.973/14. Não foi registrado nenhum ajuste de valor significativo, para adequação aos novos pronunciamentos técnicos contábeis e financeiros do CPC, bem como alterações da Lei das S.A., uma vez que a sociedade procura atender estritamente seu objeto social sem possuir operações financeiras mais complexas e já estava seguindo as principais práticas contábeis adotadas no Brasil. **3 - Sumário das Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas, considerando-se as principais praticas contábeis adotadas: a) Ativo Circulante e Não Circulante/Realizável a Longo Prazo - estão demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos proporcionais, as variações monetárias ou cambiais, auferidas até a data de encerramento do exercício social. b) Não Circulante/Imobilizado - Está demonstrado ao custo de aquisição e está sendo depreciado de acordo com a legislação em vigor a partir do início das operações da companhia. c) Passivo Circulante e Não Circulante/Exigível a Longo Prazo - Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ou cambiais, incorridas até a data de encerramento do exercício social. d) Apuração do Resultado - As receitas e despesas são apropriadas ao resultado do exercício, de acordo com o regime de competência. e) Imposto de Renda e Contribuição Social - A empresa adota o regime tributário de lucro real, para apuração do imposto de renda e da contribuição social, que são registrados em livros próprios e calculados com base em resultados fiscais, apurados de acordo com a legislação em vigor. **4 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** O valor significativo está assim representado.

Disponível	2021	2020
Caixa	–	1
Cheques dev. a serem reapresentados	26	52
Bancos Conta Movimento	21.475	7.473
Aplicações Financeiras	21.342	13.500
Total	**42.843**	**21.026**

5 - Duplicatas a Receber - Clientes: As contas a receber correspondem aos valores originados pela venda de mercadorias no mercado interno e externo no decurso normal das atividades da Companhia.

Clientes	2021	2020
Mercado Interno	32.867	34.310
Mercado Externo	1.087	–
Total	**33.954**	**34.310**

6 - Outros Valores: Os valores de outros valores correspondem a adiantamento a funcionários, adiantamento a fornecedores e despesas antecipadas, conforme detalhes abaixo:

Adiantamentos - (Outros Valores)	2021	2020
Adiantamentos a Funcionários	63	17
Adiantamentos a Fornecedores	388	261
Despesas Antecipadas	59	42
Total	**510**	**320**

7 - Estoques: Os estoques de matéria-prima estão avaliados pelo custo médio de aquisição, excluídos os impostos recuperáveis. O produto acabado ou em elaboração são avaliados pelo custo médio ponderado de produção sendo agregado o GGF do período.

Ítens	2021	2020
Matéria-Prima	6.533	4.319
Produtos Acabados	8.573	3.235
Total dos Estoques	**15.106**	**7.554**

8 - Imobilizado e Intangível: Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando a vida útil-econômica, conforme tabela permitida como despesas pela RFB.

Ítem	Taxa Anual de Depreciação	2021	2020
Terrenos		970	1.375
Imóveis	5%	4.730	4.524
Máquinas e Equipamentos	10%	55.896	50.193
Veículos	10%	730	854
Móveis e Utensílios	10%	527	457
Equipamentos de Informática e Software	20%	760	652
Poços Artesianos - Est. de Trat. de Efluente	5%	3.682	3.682
Outros Imobilizados	10%	16.928	60
Total Custo		84.223	61.796
(–) Depreciação Acumulada		(38.669)	(35.285)
Total do Imobilizado		**45.555**	**26.511**

8.1. - Intangível: Os bens do intangível são registrados ao custo e amortizados pelo método línear, considerando a vida útil-econômica, conforme tabela permitida como despesas pela RFB.

Ítem	Taxa Anual de Depreciação	2021	2020
Intangível	5%	208	208
Total Custo		208	208
(–) Amortizações Acumulada		(202)	(194)
Total do Intangível		5	13

9 - Contas a Pagar - Fornecedores: As contas a pagar correspondem aos valores originados pela compra de mercadorias, matérias-primas e serviços no mercado interno e externo conforme a necessidade e demanda decorrentes para o exercício de suas atividades.

Fornecedores	2021	2020
Mercado Interno	16.728	10.495
Mercado Externo	2.053	2.615
Total	**18.781**	**13.110**

10 - Empréstimos e Financiamentos:

Natureza	OBS	2021 Curto Prazo	2021 Longo Prazo	2020 Curto Prazo	2020 Longo Prazo
Itaú Unibanco S.A.	(a)	1.389	2.262	2.300	1.814
Bradesco S.A.	(b)	1.198	3.468	287	2.912
Banco do Brasil S.A.	(c)	895	101	2.056	996
Santander S.A.	(d)	2.233	824	3.205	2.939
Banco Safra	(e)	200	–	800	200
Mútuo a Pagar		–	1.500	–	1.500
Total		**5.915**	**8.155**	**8.648**	**10.361**

(a) possui encargos financeiros corrigidos pela taxa média de 0,87% a.m.. (b) possui encargos financeiros corrigidos pela taxa de 0,71% a.m.. (c) possui encargos financeiros corrigidos pela taxa média de 4,67% a.a. (FINIMP) e Capital Giro à média 5,00% a.a.. (d) possui encargos financeiros corrigidos pela taxa média de 10% a.a.. Capital de Giro. (e) possui encargos financeiros corrigidos pela taxa média de 12% a.a.. Capital de Giro Os referidos empréstimos e financiamentos encontram-se garantidos por notas promissórias (aval), caução de recebíveis, hipoteca imobiliária, de acordo com contratos específicos. **11 - Impostos Parcelados:** Os impostos parcelados correspondem aos parcelamentos do ICMS e ao parcelamento do PERT.

Impostos Parcelados	2021 Curto Prazo	2020 Curto Prazo
Parcelamento ICMS	518	645
Parcelamento PERT	219	218
Total	**737**	**863**

Impostos Parcelados	Longo Prazo	Longo Prazo
Parcelamento ICMS	678	1.197
Parcelamento PERT	1.546	1.764
Total	**2.224**	**2.961**

Parcelamento ICMS: Existem três parcelamentos de ICMS: O primeiro é de 120x (cento e vinte vezes) contendo em curto prazo 12 parcelas e em longo prazo 17 parcelas. O segundo é de 60x (sessenta vezes) contendo em curto prazo 7 parcelas. O terceiro é de 60x (sessenta vezes) contendo em curto prazo 12 parcelas e em longo prazo 23 parcelas, sendo este um reparcelamento. Parcelamento PERT: O PERT foi parcelado em 145x (cento e quarenta e cinco vezes) contendo em curto prazo 12 parcelas e em longo prazo 85 parcelas. **12 - Patrimônio Líquido: 12.1 - Capital Social:** No capital social ocorreu uma integração de R$ 45.000 no ano de 2021, e passou para R$ 50.000 (cinquenta milhões de reais) encontra-se totalmente subscrito e integralizado, sendo representado por 5.000 (cinco milhões) de ações com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, composto como segue:

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Totais Qtd.	%
Pessoas Jurídica	41.600	41.600	83,2%
Pessoas Físicas	8.400	8.400	16,8%
Total	**50.000**	**50.000**	**100**

13 - Receita Operacional Bruta: 13.1. Receita Operacional Bruta: A receita bruta e as deduções estão compostas como segue:

Receita Operacional Líquida	2021	2020
Vendas	368.843	200.597
(–) Imposto s/Vendas e Devoluções	(114.139)	(59.338)
Total	**254.703**	**141.259**

Diretoria
Fernando Antônio Segismundo Caffarena Celani - Diretor-Presidente

Contador
Victor Marcos Pinto Alves - CRC - 1SP-226988/O-2

A íntegra das Demonstrações Financeiras encontra-se no link www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

SODRUGESTVO AGRONEGÓCIOS S.A.

CNPJ (MF) nº 23.150.901/0001-65

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 30 de Junho de 2021 e 2020 - Em milhares de reais

Balanço Patrimonial em 30 de Junho de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

Ativos	30/6/2021	30/6/2020
Ativo Circulante	**6.557**	**408**
Caixa e equivalentes de caixa	5.991	86
Impostos a recuperar	493	316
Outros ativos	73	6
Ativo não circulante	**791**	**661**
Impostos Diferidos	702	556
Outros ativos	13	13
Imobilizado	76	92
Total dos ativos	**7.348**	**1.069**

Passivo	30/6/2021	30/6/2020
Passivo Circulante	**7.732**	**1.970**
Fornecedores	12	4
Partes Relacionadas	7.599	1.888
Impostos a recolher	121	78
Patrimônio Líquido	**(384)**	**(901)**
Capital Social	1.000	200
Prejuízos Acumulados	(1.384)	(1.101)
Total do passivo e patrimônio líquido	**7.348**	**1.069**

Demonstração do resultado em 30/6/2021 e 2020 (MR$)

	30/6/2021	30/6/2020
Receita líquida	-	-
Custos produtos vendidos e serviços prestados	-	-
Lucro bruto	-	-
Despesas com vendas	-	-
Despesas gerais e administrativas	(415)	(445)
Outras receitas e despesas	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**(415)**	**(445)**
Receitas financeiras	3	15
Despesas financeiras	(17)	(14)
	(14)	**1**
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	**(429)**	**(444)**
I.R. e contribuição social	146	151
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(283)**	**(293)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 30/6/2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 30/6/2019	**200**	**(808)**	**(608)**
Prejuízo do exercício	-	(293)	(293)
Saldo em 30/6/2020	**200**	**(1.101)**	**(901)**
Aumento de capital	800	-	800
Prejuízo do exercício	-	(283)	(283)
Saldo em 30/6/2021	**1.000**	**(1.384)**	**(384)**

RODRIGO DO NASCIMENTO TOTOLI - Diretor
JOSÉ FERNANDO DA SILVA
CONTADOR - CRC/SP 151233/O-1

Estas Demonstrações Contábeis foram publicadas na **EDIÇÃO DIGITAL** deste jornal conforme Lei nº 13.818/2019, e encontram-se à disposição dos Acionistas na sede social da empresa.

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - FORO REGIONAL III JABAQUARA – SÃO PAULO/SP - 1º OFÍCIO CÍVEL

UNILEILÕES - LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE UNIFICADOS

Edital de 1º e 2º. Leilões de bem imóvel e para intimação do requerido: **José Osmar Costa- CPF: 135.577.558-27 e Denise Barbosa Teixeira de Souza Costa – CPF: 278.366.848-30**, expedido nos autos de **Cumprimento de Sentença - Juizado Especial Cível – Proc. 0015695-69.2018.8.26.0161**, promovida por **Maria Laura Di Pardi da Cunha – CPF: 051.624.768-97**. O EXMO. **DR MARCOS BLANK GONÇALVES**, MM. JUIZ DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO - FORO REGIONAL III – JABAQUARA, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABER a quantos o presente virem, ou dele tiverem conhecimento que, com fulcro no artigo 879 inciso II combinado com artigo 882 do Novo CPC/2015, e regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, através do sítio homologado pelo Tribunal de Justiça, www.unileiloes.com.br, sob a gestão da Leiloeira Oficial Fabiana Cusato, Jucesp nº 619, foi designado para o 1º. Leilão, o dia **21/03/2022** às 10:00 hs, encerrando-se em **23/03/2022** às 10:00 hs, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo que, em não havendo licitantes, abrir-se-á o 2º Leilão no dia **23/03/2022** às 10:01 hs e se encerrará no dia **11/04/2022** às 10:00 hs, ocasião em que o referido bem será entregue a quem mais der, não devendo ser aceito lance inferior a 50% da avaliação do bem abaixo descrito: **LOTE ÚNICO:** A Parte ideal correspondente a 50% do apartamento nº 52, localizado no 5º pavimento do Condomínio Residencial San Sebastian – Bloco 1, com área útil de 51,06 m2, a área comum de 27,21 m2 , área total de 78,27 m2, cabendo-lhe o direito ao uso de uma vaga na garagem coletiva do prédio, para guarda de veículo de passeio, situado na **Avenida Presidente Castelo Branco, nº 13.034 – Vila Caiçara, Praia Grande/SP.** Matrícula nº. 111.112 – Registro de Imóveis de Praia Grande/SP. A**valiação: R$ 77.500,00 (setenta e sete mil e quinhentos reais) em março/2019. (Valor da ação: R$ 51.584,47 - atualizada em 16.02.2022).** CONDIÇÕES DE VENDA: DOS LANCES: O presente leilão será efetuado na modalidade "on-line", e quem pretende arrematar dito bem, deverá ofertar lanços pela Internet através do site www.unileiloes.com.br, mediante cadastramento prévio, no prazo de até 24 horas de antecedência da data do Leilão. DO PAGAMENTO: O arrematante deverá depositar, como sinal, o valor de 20% do lance vencedor, e o restante em 24 horas, sob pena, de perder o sinal ofertado em favor da execução, através da guia de depósito judicial (a ser obtida na agência do fórum ou através do site www.bb.com.br). DA COMISSAO: A comissão da Leiloeira será de 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante, no prazo de até 24 horas após o leilão, através de depósito bancário em dinheiro na conta a ser indicada pela Leiloeira no prazo de até 3 horas após o fechamento do Leilão. DO AUTO DE ARREMATAÇÃO: Após a efetiva liquidação dos pagamentos acima, o auto de arrematação será assinado pelo Juiz. IMISSÃO NA POSSE: O arrematante providenciará perante o Juízo competente a imissão na posse. DO ACORDO e outros: Em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo adjudicante ou pelo requerido conforme o caso, para cobertura de custos do Leilão. Esse valor deverá ser depositado diretamente na conta da Leiloeira (Banco do Brasil – Agência nº 48526 – Conta corrente nº 11.944-X) e encaminhado o comprovante de depósito para o e-mail: atendimento@unileiloes.com.br. Caso as partes, cônjuges e terceiros interessados não sejam encontrados, notificados ou cientificados, por qualquer motivo, das datas do Leilão Eletrônico, quando da expedição das respectivas notificações, valerá o presente Edital como notificação. INFORMAÇÕES: Dúvidas poderão ser dirimidas através do telefone: (11) 9.8944.6994, ou solicitadas através do e-mail: atendimento@unileiloes.com.br ou compulsando os Autos. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sendo que o arrematante arcará com os eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, inclusive os decorrentes de débitos fiscais e tributários, além da comissão do leiloeiro fixada em 5% sobre o valor do lance vencedor. Será o presente edital, publicado e afixado no local de costume. São Paulo, 08 de março de 2022.

Stylux Greentech Sistemas de Iluminação e Energia S.A

CNPJ (Em Constituição)

Ata da Assembleia Geral de Constituição

Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada em 12 de Janeiro de 2021, lavrada na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, § 1º da Lei 6.404/76. *1. Data, Local e Hora:* Na sede social da Companhia, na Rua Alvorada, nº 1289, conjunto 1101 - Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04550-004, aos 12 dias do mês de janeiro de 2021, às 18hrs. *2. Ordem do Dia:* a) constituição de uma sociedade anônima fechada, com a denominação de "**Stylux Greentech Sistemas de Iluminação e Energia S.A.**"; b) discussão e votação do projeto do Estatuto Social; c) leitura da lista de subscrição e conferência do recibo de depósito; d) outros assuntos de interesse social. *3. Presenças:* Presentes os subscritores representando 100% (cem por cento) do capital social, a saber: 1) **Antonino Ruggiero**, italiano, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RNE nº V462085-E-DPMAF-RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 060.170.797-43, residente e domiciliado na Rua Benedito Lapim, 81, apto. 82, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04532-000; 2) **André Branjão Bernardes**, brasileiro, caso sob o regime da comunhão universal de bens, administrador, portador da cédula de identidade RG nº M5791850 SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 824.684.276-53, residente e domiciliado na Rua Aleixo Garcia, 51, apto. 131, Via Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04545-010. **Presidente**: Antonino Ruggiero, **Secretária**: André Branjão Bernardes. *3. Deliberações tomadas pela unanimidade dos presentes:* a) Foi deliberado que o capital social subscrito será de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), dividido em 5.000 (cinco mil) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional, conforme constante do anexo Boletim de Subscrição (Anexo I) e do comprovante de depósito bancário junto ao Banco do Brasil (Anexo II), os quais passam a fazer parte integrante desta ata; b) O projeto do Estatuto Social foi discutido e aprovado, tendo o Presidente declarado **constituída a sociedade anônima fechada,** a ser regida pelo Estatuto Social, que integra a presente como Anexo III, e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. c) Foram eleitos os membros da Diretoria, com mandato de 03 (três) anos: **Diretor Presidente - Antonino Ruggiero**, já qualificado**; Diretor Vice-Presidente - André Branjão Bernardes**, já qualificado; sendo dispensada a instalação do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. d) Foi deliberado que as publicações previstas em lei serão feitas, preferencialmente, no "Diário Oficial do Estado" e "Jornal da Manhã". e) Foi deliberado que a sede social será inicialmente localizada na Rua Alvorada, nº 1289, conjunto 1101 - Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04550-004, sendo que, observado o disposto no Estatuto Social, sua eventual mudança, ficará a critério da diretoria. *4. Encerramento:* Nada mais tendo sido tratado, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, que após lida e achada conforme, foi assinada pelos acionistas presentes. São Paulo, 12 de janeiro de 2021. **Antonino Ruggiero -** Presidente, **André Branjão Bernardes -** Secretário. Visto do advogado: **Alexandre Del Rios Minatti** - OAB/SP n. 283.170. JUCESP NIRE 3530057683-7 em 14/09/2021.

O SEGREDO PARA IR NA CONTRAMÃO DA CRISE

Recupere impostos para os seus clientes e lucre com isso, entre em contato para saber mais:

Bruno Oliveira - (11) 98840-8473

TRIBUTARIE
INTELIGÊNCIA TRIBUTÁRIA, FINANCEIRA E GESTÃO FISCAL

Estudantes poderão escolher área avaliada no novo Enem

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) poderá ter questões subjetivas e provas voltadas para áreas específicas. As mudanças foram propostas em parecer aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), com o objetivo de orientar as mudanças que deverão ser feitas no exame para que ele seja adequado ao novo ensino médio. O novo Enem começa a ser aplicado em 2024.

Uma das sugestões é que o Enem passe a ser realizado em duas etapas. A primeira, tendo como referência a formação geral básica dos currículos do novo ensino médio, baseada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nessa etapa, deverá ser aplicada a prova de redação.

Na segunda etapa, a recomendação do CNE é que o estudante escolha as provas que fará de acordo com a área vinculada ao curso superior que pretende cursar. Os candidatos poderão escolher entre as áreas de linguagens, ciências humanas e sociais aplicadas; matemática, ciências da natureza e suas tecnologias; matemática, ciências humanas e sociais aplicadas; e ciências da natureza, ciências humanas e sociais aplicadas.

Segundo o parecer, é possível também que haja questões dissertativas. Atualmente, o Enem é composto apenas por questões objetivas. A única parte subjetiva é a redação.

Cabe, agora, ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) elaborar as novas matrizes de referência para mudar o atual Enem.

Novo ensino médio

As modificações no Enem são para poder avaliar os estudantes do novo ensino médio, que começou a ser implementado este ano. O novo ensino médio foi aprovado por lei em 2017, com o objetivo de tornar a etapa mais atrativa e evitar que os estudantes abandonem os estudos. Com o novo modelo, parte das aulas será comum a todos os estudantes do país, direcionada pela BNCC.

Na outra parte da formação, os próprios estudantes poderão escolher um itinerário para aprofundar o aprendizado. Entre as opções, está dar ênfase, por exemplo, às áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas ou ao ensino técnico. A oferta de itinerários vai depender da capacidade das redes de ensino e das escolas.

O cronograma definido pelo Ministério da Educação (MEC) estabelece que o novo ensino médio comece a ser implementado este ano, de forma progressiva, pelo 1º ano do ensino médio. Em 2023, a implementação segue, com o 1º e 2º anos e, em 2024, o ciclo de implementação termina, com os três anos do ensino médio.

O novo modelo de prova do Enem deverá começar a vigorar apenas após a total implementação do novo ensino médio, em 2024.

Revisão

O parecer do CNE, aprovado na segunda-feira, (14) no Conselho Pleno, passará ainda por ajustes decorrentes de sugestões acolhidas durante a sessão antes de ser divulgado.

Em nota, o MEC diz que o parecer do CNE antecipou discussões que ainda estão em andamento em um grupo de trabalho presidido pela Secretaria de Educação Básica da pasta. "A decisão sobre o novo Enem somente ocorrerá após a conclusão desse Grupo de Trabalho e será amplamente divulgada à sociedade. O parecer do CNE lançado ontem antecipou discussões ainda em andamento no GT, do qual o CNE também faz parte", diz a nota do MEC.

O MEC ressalta ainda que o novo Enem materializa as diretrizes legais da reforma do ensino médio, já em vigor, e da BNCC. "Sua atualização será fundamental para garantir aos entes federativos e as instituições privadas de ensino maior segurança na implementação do Novo Ensino Médio", diz a pasta.

Segundo o MEC, o grupo de trabalho realizou 12 reuniões para chegar a um modelo de consenso entre especialistas e representantes das redes estaduais, universidades e institutos e o próprio CNE.

O Enem é o maior exame de acesso ao ensino superior do país. Com as notas é possível concorrer a vagas em instituições públicas e privadas em todo o Brasil e também em instituições estrangeiras. (Agencia Brasil)

Latam suspende 21 voos nacionais devido ao aumento dos combustíveis

A Latam vai suspender, a partir de abril, temporariamente, 21 rotas nacionais por conta do aumento dos combustíveis. A maioria dos voos impactados vai ficar suspensa entre abril e junho, mas há uma programação específica para cada um.

Alguns voos afetados eram de rotas que ainda seriam inauguradas, como trajetos entre São Paulo e cidades como Montes Claros e Juiz de Fora, em Minas Gerais; Presidente Prudente, em São Paulo; Cascavel, no Paraná; e Sinop, em Mato Grosso. Outras rotas que estavam em operação também foram suspensas.

De acordo com a companhia aérea, quem já tinha voo comprado para esses destinos está sendo informado pela Latam e poderá remarcar o voo sem custo, solicitar o reembolso integral do valor pago ou optar por alguma rota alternativa com conexão. Todas essas alternativas são válidas até o vencimento do bilhete, 12 meses após a data da compra.

Em nota, a Latam explicou que está atenta à vulnerabilidade externa em função da guerra na Ucrânia, o que impacta diretamente no preço do petróleo e, consequentemente, nos valores do querosene da aviação. A companhia destaca, ainda, que diante da imprevisibilidade da crise, esse cenário também impacta em aumento de preços das passagens e serviços adicionais em até 30%. (Agencia Brasil)

Incra titula 326 mil assentados em três anos

O governo federal entregou na sexta-feira (18), em Rio Branco, uma nova leva de títulos de terra para famílias de agricultores que vivem em assentamentos da reforma agrária no estado do Acre. O evento contou com a presença do presidente Jair Bolsonaro, de políticos e autoridades locais.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), desde 2019, mais de 320 mil famílias que vivem em assentamentos tiveram seus lotes titulados.

O número agora é de 326 mil famílias regularizadas com títulos em todo o território brasileiro, e isso em três anos, disse o presidente da autarquia, Geraldo Melo Filho.

Ao todo, existem cerca de 1 milhão de famílias instaladas em mais de 9 mil assentamentos no país.

"Mais que um pedaço de papel, é a garantia de que esse pedaço de terra é de vocês", afirmou o presidente Bolsonaro durante o evento. (Agencia Brasil)

PR lança programa para acolher cientistas ucranianas em universidades paranaenses

O Governo do Paraná, por meio da Fundação Araucária e da Superintendência Geral da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), deu início na sexta-feira (18) ao Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianas. O objetivo desta iniciativa é acolher e integrar as cientistas do país europeu na comunidade paranaense, além de manter em alta o papel da ciência e da inovação mesmo em tempos de guerra.

"O Paraná é a casa dos ucranianos no Brasil, tem uma conexão muito forte com essa cultura. Nesse momento é importante estarmos abertos para receber os refugiados. Com o Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianas procuramos demonstrar isto também pela vertente da ciência e da Academia", ressaltou o governador Carlos Massa Ratinho Junior.

O principal objetivo do programa é o recrutamento de cientistas das universidades ucranianas para desenvolverem suas pesquisas nas universidades sediadas no Paraná por um período de até dois anos, em um primeiro momento. O Estado espera receber até 50 pesquisadoras que possuam titulação de Doutorado e que estejam ou estavam atuando nas universidades sediadas na Ucrânia para o desenvolvimento de projetos de pesquisa.

Segundo a Fundação Araucária, o Programa de Acolhida a Cientistas Ucranianas terá fluxo contínuo. Ele atende apenas mulheres porque os homens estão proibidos de deixar o País.

As informações sobre o programa chegarão até as cientistas ucranianas por meio da Fundação Araucária, da Seti, Embaixada da Ucrânia no Brasil, Ministério de Relações Exteriores (Divisão de Temas Educacionais), Humanitas, universidades paranaenses, universidades parceiras das Instituições de Ensino Superior (especialmente as de países que fazem fronteira com a Ucrânia), Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI), Ministério de Ciência e Educação da Ucrânia e Cáritas.

As candidatas interessadas deverão encaminhar as suas propostas em até duas laudas, em ucraniano, português ou inglês, contendo a sua intenção de projeto. As propostas deverão explicitar a área, metas e objetivos.

Além disso, deverão encaminhar um vídeo de até três minutos explicitando o que gostariam de desenvolver. O vídeo pode ser gravado com o próprio celular, na horizontal, do busto para cima.

A seleção será realizada pelos representantes indicados das Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação das universidades sediadas no Paraná que estejam aptas a receber as pesquisadoras. A Fundação Araucária e a Seti assegurarão a política de acolhimento.

As pesquisadoras receberão uma bolsa de R$ 10.000,00, na categoria Professor - Visitante Especial (PVE). Além disso, complemento no valor de R$ 1.000,00 para cada dependente abaixo de 18 anos e/ou ascendente acima de 60 anos tendo, como limite máximo três complementos de R$ 1.000,00 a cada pesquisadora selecionada.

Além da bolsa de PVE, a Fundação Araucária contemplará a selecionada e seus dependentes, quando houver, com as passagens aéreas de vinda ao Brasil e retorno à Ucrânia. Como apoio à comunicação linguística para interação com o Estado, o programa Paraná Fala Idiomas oferecerá, gratuitamente, cursos de Português como Língua Adicional a fim de auxiliar na inserção linguística e cultural das pesquisadoras e respectivos dependentes. (AENPR)

Bolsa fecha no maior nível em seis meses com melhoria externa

Em um dia de alívio no mercado internacional, a bolsa de valores voltou a ter forte alta e alcançou o maior nível em seis meses. O dólar voltou a aproximar-se de R$ 5, chegando a operar em R$ 4,99 por diversas vezes ao longo do dia, com a entrada de fluxos externos.

O índice Ibovespa, da B3, encerrou a sexta-feira (18) aos 115.311 pontos, com alta de 1,98%. O indicador está no maior nível desde 14 de setembro do ano passado. Com valorização de 3,22% na semana, a bolsa teve o melhor desempenho semanal desde janeiro.

As ações da Petrobras, as mais negociadas, recuperaram-se da queda de quinta-feira (17) e ajudaram a sustentar o índice. Os papéis ordinários (com direito a voto em assembleia de acionista) subiram 1,22%. As ações preferenciais (com preferência na distribuição de dividendos) valorizaram-se 2,13%. Nos últimos dias, os papéis da Petrobras têm experimentado volatilidade por causa de discussões em torno de uma eventual mudança na política de preços para os combustíveis.

O mercado de câmbio também teve um dia de otimismo. O dólar comercial fechou o dia vendido a R$ 5,016, com recuo de 0,37% e no menor nível desde o último dia 9. Pela manhã, a cotação teve um início tenso, chegando a operar em R$ 5,07, mas caiu durante a tarde com o ingresso de divisas externas.

Essa foi a terceira queda seguida da moeda norte-americana, que caiu R$ 0,15 desde que fechou próxima a R$ 5,16, na última terça-feira (15). A divisa encerrou a semana com queda de 0,76% e acumula recuo de 2,72% em março e de 9,98% em 2022.

Uma combinação de fatores externos garantiu o arrefecimento no mercado internacional. Primeiramente, a conversa telefônica entre os presidentes da China, Xi Jingping, e dos Estados Unidos, Joe Biden, trouxe alívio, após o líder chinês afirmar que trabalha para evitar o agravamento do conflito a qualquer custo. Em segundo lugar, a cotação internacional do petróleo, estabilizou-se na sexta-feira, depois de aumentar 7% .

No plano monetário, o mercado ainda repercute o aumento gradual de 0,25 ponto percentual nos juros norte-americanos e o aumento de 1 ponto percentual na taxa Selic (juros básicos da economia) no Brasil. Os juros altos brasileiros estão atraindo capitais estrangeiros, em busca de maior apetite por risco. (Agencia Brasil)

Juiz revoga decisão que afastava presidente da Itapemirim do cargo

O juiz João de Oliveira Filha, da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), revogou a decisão que afastava Sidnei Piva Rodrigues da condução do grupo Itapemirim, que está em recuperação judicial.

O magistrado aponta que houve extrapolação de competência da primeira instância e que o afastamento do empresário da presidência ia na contramão de como o tribunal superior se posiciona nesses casos.

A decisão inicial atendeu a uma representação criminal de Camilo Cola Filho, herdeiro da empresa. Ele alegou que Piva cometeu condutas ilícitas que lesaram consumidores, fornecedores, colaboradores e credores, por meio da operação da Itapemirim Transportes Aéreos (ITA).

No dia 17 de dezembro de 2021, a empresa suspendeu todas as operações da ITA, deixando passageiros sem voos em todo o país. Na ocasião, o grupo informou que a paralisação era temporária, motivada por uma reestruturação interna.

Após os problemas no transporte aéreo, a Itapemirim anunciou também, no final de dezembro, que iria retirar linhas de ônibus e reduzir a quantidade de cidades atendidas em suas rotas rodoviárias. O conglomerado está em recuperação judicial desde 2016.

Em janeiro, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) proibiu que a Itapemirim retomasse a comercialização de passagens aéreas. (Agencia Brasil)

Justiça absolve monitor do Ninho do Urubu em processo de incêndio

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) decidiu absolver Marcus Vinícius Medeiros, monitor do futebol de base do Flamengo, no processo que apura responsabilidades pelo incêndio que atingiu o Ninho do Urubu, em 2019. A decisão da segunda instância manteve a sentença proferida pelo juízo da 37ª Vara Criminal.

O incêndio em um dos dormitórios do centro de treinamento do Flamengo deixou dez mortos e três feridos. Contra Marcus Vinícius pesava a acusação de que ele teria se afastado de seu posto de trabalho e, por isso, teria deixado os jovens desamparados.

A Justiça considerou que Marcus Vinícius era um trabalhador e apenas obedecia a ordens superiores. A relatora Suimei Meira Cavalieri destacou que ele não tinha possibilidade de imaginar os riscos na madrugada do acidente.

Além disso, a Justiça aceitou a alegação da defesa de que Marcus Vinícius não contribuiu para o acidente e ainda se colocou em risco ao salvar três vítimas.

Os demais réus continuarão a responder pelo crime de incêndio culposo qualificado pelos resultados de morte e lesão grave em outro processo, após desmembramento no dia 10 de novembro do ano passado. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Concessionária de Rodovias Galvão BR-153 SPE S.A.

CNPJ/MF nº 20.541.127/0001-25

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais

Ativo	Nota Explicativa	2021	2020
Circulante			
Contas a Receber e Outros Recebíveis	7	2.736	2.741
Crédito tributário	8	114	114
Total do ativo circulante		**2.850**	**2.855**
Não circulante			
Depositos trabalhistas		10	-
Imobilizado	9	9	12
Intangível	10	153.775	153.777
Total do ativo não circulante		**153.794**	**153.789**
Total do ativo		**156.644**	**156.644**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	11	53.394	53.409
Obrigações fiscais	1	1	
Outras Contas a Pagar	13	19.639	19.639
Total do passivo circulante		**73.034**	**73.049**
Não circulante			
Partes Relacionadas	12	22.876	22.503
Provisões para contingências	14	25.808	19.733
Total do passivo não circulante		**48.684**	**42.236**
Patrimônio líquido			
Capital Subscrito	15	221.000	221.000
Capital a Integralizar		(66.000)	(66.000)
Prejuizo Acumulado		(120.074)	(113.641)
Total do patrimônio líquido		**34.926**	**41.359**
Total do passivo e patrimônio líquido		**156.644**	**156.644**

Demonstrações dos resultados em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais

	Nota Explicativa	2021	2020
Receita Operacional Líquida		50	(27)
Resultado Bruto	16	50	(27)
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas / Receitas Administrativas	17	(6.482)	262
Outras Receitas Operacionais		-	(1.046)
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		(6.432)	(811)
Receitas Financeiras	18	-	2
Despesas Financeiras	18	(1)	(5)
Receitas e Despesas Financeiras Líquidas		(1)	(3)
Resultado do Exercício		(6.433)	(814)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais

	Capital Subscrito	Capital A integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019	221.000	(66.000)	(112.827)	42.173
Resultado do exercício	(814)	(814)		
Em 31 de dezembro de 2020	221.000	(66.000)	(113.641)	41.359
Resultado do exercício	(6.433)	(6.433)		
Em 31 de dezembro de 2021	221.000	(66.000)	(120.074)	34.926

Demonstrações dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Em milhares de reais

	2021	2020
Resultado do exercício	(6.433)	(814)
Outros Resultados Abrangentes		
Resultado do exercício	(6.433)	(814)

Demonstrações do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020
Em milhares de reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2021	2020
Resultado do Exercício	(6.433)	(814)
Resultado na venda de imobilizado e intangível	-	1.362
Provisão para Contingências	6.075	(687)
Depreciação e Amortização	-	6
	(358)	(133)
Aumento (Redução) dos ativos operacionais		
Clientes	(5)	(5)
Outros Créditos	10	(111)
	5	(116)
Aumento (Redução) dos passivos operacionais		
Fornecedores	(15)	21
Obrigações Trabalhistas	-	(43)
Obrigações Fiscais	-	(1)
Outras Contas a Pagar	-	865
	(15)	842
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(368)	593
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado	(3)	(113)
Intangível	(2)	(1.249)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	(373)	(769)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes Relacionadas	373	769
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	373	769
Aumento/Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		
Variação das contas caixa/bancos e equivalentes de caixa		

Composição da Diretoria

Diretor Presidente Paulo Tessari Coutinho
Diretor de Operações Eduardo de Queiroz Galvão
Contador Claudio Berloffa Junior - CRC/SP nº 1SP216.997/O-8

*As Demonstrações Financeiras na íntegra e Parecer dos Auditores Independentes da **Approach Auditores Independentes S/S**, encontram-se disponíveis na sede da Companhia e estão sendo publicadas na versão Digital do Jornal O Dia/SP em 19/03/2022."*

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

I. Mensagem da Administração

Vivemos, atualmente, em um cenário de incertezas e em um mundo com desafios políticos, sociais e econômicos. Isso torna ainda mais importante o entendimento do nosso papel nesse contexto e aumenta a nossa responsabilidade, como empresa e como indivíduos, de mobilizar nossos profissionais e parceiros para reduzir os impactos dessas questões nas regiões onde atuamos, seja por meio de nossas boas práticas ou construindo relações sólidas.

Focados em nosso negócio e inseridos nesse contexto, temos desafios que nos propomos a superar: ter uma operação sustentável, promover a transformação digital em todas as áreas da Companhia, ser uma empresa mais inclusiva e de gestão horizontal, e ter resultados mais crescentes e sólidos.

Para ter uma operação mais sustentável, institucionalizamos a nossa jornada ESG de forma transversal, tendo a equipe de sustentabilidade como guardiã, pois acreditamos que a temática deva permear toda a Companhia, ou seja, trata-se de uma construção de todas as áreas, feita por meio da integração entre elas, criando um ecossistema que gera resultados muito mais significativos. Desse modo, aderimos aos Compromissos 2030 das empresas que compõem o portfólio da InterCement Participações, que estão totalmente em linha com a agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), mas também associados aos nossos temas materiais e aos nossos princípios, conferindo mais foco e transparência à nossa operação.

A resposta ao desafio de promover a transformação digital em todas as áreas da Companhia segue o mesmo princípio de integração, horizontalidade e transversalidade, aliando processos, pessoas e sistemas em prol de soluções que tragam mais eficiência. Em todas as áreas, temos iniciativas significativas de transformação digital acontecendo, muitas delas já com impactos relevantes em 2021, como o conceito de indústria 4.0, fortalecendo a performance e a sustentabilidade, e a implantação do CRM Sales Force e SAP Ariba - novos sistemas de planejamento, e diversas automações, integrando sistemas e permitindo abordagens mais assertivas e preditivas.

Já em resposta ao desafio de sermos uma empresa mais inclusiva e de gestão horizontal, criamos a DIDA (Diversidade, Inclusão, Desenvolvimento e Aprendizagem) e a GISA (Gestão Integrada de Saúde e Apoio às Pessoas). Além disso, implantamos um modelo de escuta ativa que culminou na redefinição da nossa cultura organizacional - recriada com e a partir das pessoas. Como resultado, convergimos em um novo propósito: "vontade e talento para construir e entregar o bem a cada dia, para que todos tenham vidas melhores".

As pessoas, aliás, são a base de qualquer estratégia. Além de estruturarmos nossas premissas com base em nossos colaboradores, reunimos a Diretoria de Pessoas com todas as diretorias para criar várias iniciativas. Como parte do reconhecimento do nosso trabalho e estímulo para seguirmos confiantes nesse processo, figuramos entre os Top 5 do Prêmio Valor Carreira, na categoria empresas com 1,5 mil a 3 mil colaboradores. O olhar voltado para a forma como nos relacionamos com as pessoas também se estende às comunidades onde estamos inseridos. Por meio do Instituto InterCement Brasil atuamos diretamente nas comunidades em que estamos presentes, como gestor do investimento social, gerando metodologias e apoiando as fábricas na elaboração e implementação dos seus próprios planos de ação, de forma a respeitar as peculiaridades e potenciais de cada região, emponderando-as por meio de um modelo estruturado.

Também foi um catalisador de consolidação em 2021 o grande avanço que tivemos no nível da nossa governança. Criamos a área de Relação com Investidores (RI), os Comitês de Assessoramento ao Conselho, como o Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças e Estratégia, e Comitê de Governança, Pessoas e Sustentabilidade, além da Comissão de Ética e Compliance e uma área de Controle Internos dedicada às operações no Brasil. Ainda no que tange à governança, vale destacar que expandimos e renovamos nosso Conselho de Administração, adicionando membros externos e independentes, e também a elaboração de uma série de políticas e regimentos internos para regular as atividades, conforme o mais alto nível de governança (Novo Mercado, da B3).

Fizemos, ainda, uma revisão em nossas Demonstrações Financeiras de forma estruturada e consistente dentro dos mais altos padrões, revisamos nossos processos e controles, montamos uma equipe de sustentabilidade, fortalecemos a área de comunicação e renovamos o nosso time Jurídico. Sem dúvidas, hoje somos uma empresa muito mais robusta em termos de governança.

A mesma lógica se estende aos nossos fornecedores, que passam pelo nosso rígido processo de homologação e, adicionalmente, têm suas boas práticas de Gestão de Pessoas, Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSMA), Inovação e Programas Sociais incentivadas e reconhecidas pelo programa Partner. Assim, agregamos valor a toda nossa cadeia, como consta na própria definição do nosso negócio.

Além de todas essas frentes, chegamos ao quarto desafio: termos resultados mais crescentes e sólidos. Nossos indicadores de desempenho financeiro, que apontam 31% de aumento na receita líquida e margem EBITDA de 29%, mostram que também progredimos de forma relevante nessa dimensão.

No nível institucional, atuamos em conjunto com entidades setoriais, como o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC), a fim de desenvolver novas tecnologias, aditivos e melhores práticas no consumo de energia e coprocessamento para que todo o setor seja capaz de reduzir as emissões de CO², um dos Gases de Efeito Estufa (GEE).

Todas essas iniciativas foram realizadas porque para nós, o resultado é fundamental, mas o meio, ou seja, a forma como fazemos as coisas, é ainda mais importante. Com esse olhar, podemos não só potencializar os nossos resultados, mas também ter um desenvolvimento sustentável, enquanto empresa e enquanto cidadãos. Então, focamos na maneira como as coisas são feitas e os resultados estão aí para mostrar que estamos no caminho: em 2021 todos os nossos objetivos foram alcançados e, não fossem as condições adversas que marcaram o ano, seriam até superados.

É, portanto, com muita satisfação que compartilhamos um pouco dessa jornada nesse relato. O termo "jornada" não foi escolhido por acaso. Ele representa de forma fidedigna como entendemos nossa maneira de gerir, ou seja, um caminhar contínuo e progressivo, e traz o foco justamente para o processo, em como as coisas são feitas. A publicação do nosso primeiro Relatório Integrado, de ano base 2020, foi um importante instrumento para olharmos para esse processo e nossas iniciativas, com grande contribuição para o trabalho de autoconhecimento e revisitação que está em curso nesses últimos anos. A publicação desse material pelo segundo ano consecutivo no formato de Relatório Integrado, com certeza nos dá ainda mais informação e conhecimento para continuarmos nossa jornada, cientes de nossas responsabilidades, de quem somos e aonde queremos chegar, reconhecendo nossos avanços, mas cada vez mais conscientes acerca do que temos a melhorar.

Lívio Kuze, CEO da InterCement Brasil

II. Contexto Operacional

A Companhia é uma das líderes em produção de cimento no mercado brasileiro, com capacidade instalada de 17,2 milhões de toneladas, sendo 12,2 milhões ativas e 5,0 milhões hibernadas. De acordo com informações disponibilizadas pelo Sindicato Nacional da Indústria do Cimento ("SNIC"), a Companhia está posicionada como a segunda maior empresa de cimento do país, sendo uma das duas únicas que registram vendas em todas as regiões do Brasil, segundo o SNIC.

As operações da Companhia incluem 15 unidades produtivas de cimento, 6 usinas de concreto e 02 unidades de agregados. Com unidades produtivas localizadas em quatro das cinco regiões do Brasil (quais sejam, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste), a Companhia cobre uma área equivalente a cerca de 90% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. De forma que as vendas da Companhia estão relativamente alinhadas à distribuição do PIB por região. Sua base de clientes é altamente diversificada, sem que um único cliente represente uma parcela significativa da receita líquida consolidada total da Companhia.

III. Principais Indicadores Consolidados

INDICADORES	4º trimestre			Acumulado		
(R$ milhões)	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
Receita líquida	**794**	715	11%	**3.153**	2.403	31%
Custo das vendas e dos serviços	**(631)**	(665)	-5%	**(2.368)**	(2.104)	13%
Lucro bruto	**163**	50	225%	**784**	299	163%
EBITDA	**232**	122	90%	**1.016**	566	80%
EBITDA ajustado	**193**	260	-26%	**928**	686	35%
Resultado financeiro	**(43)**	(58)	-26%	**(126)**	(198)	-37%
Lucro líquido do exercício	**931**	(34)	-2855%	**1.314**	(24)	-5540%
Fluxo de caixa operacional	**333**	210	58%	**605**	555	9%
Margem %	**4T21**	**4T20**	**Var. %**	**2021**	**2020**	**Var. %**
Bruta	**20,5%**	7,0%	13,5 pp	**24,9%**	12,4	12,5 pp
EBITDA	**29,2%**	17,1%	12,2 pp	**32,2%**	23,6%	8,7 pp
EBITDA ajustado	**24,3%**	36,3%	-12,0 pp	**29,4%**	28,6%	0,9 pp
Líquida	**117,3%**	-4,7%	122,0 pp	**41,7%**	-1,0%	42,7 pp

IV. Comentário de Desempenho

1. Receita Líquida

A receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 atingiu R$3.153 milhões comparativamente a R$2.403 milhões no mesmo período de 2020, um aumento de R$750 milhões ou 31,2%, impulsionado principalmente pela expansão do nível de preços. Esta evolução foi resultado principalmente de um comportamento positivo dos preços, suportado pela necessidade de repasse dos custos, e também por uma contribuição positiva do volume de vendas, +156 mil toneladas em 2021. Em adição a isso, a revisão de nossa estratégia comercial tem alavancado a busca por canais e clientes mais rentáveis, impulsionando uma maior pulverização da base de clientes. Como resultado nosso preço médio no exercício registrou alta de 31%.

2. Custo das vendas e serviços

O saldo de custos das vendas e dos serviços no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 totalizou R$2.368 milhões comparado a R$2.104 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$264 milhões ou 12,6%. Este aumento foi resultado principalmente do incremento nos custos com energia térmica ao longo do ano, em função do comportamento dos preços de combustíveis, pressionado pela inflação global. O preço do coque, principal matriz de combustível utilizado em nossas unidades produtivas, registrou incremento superior a 90% entre dezembro de 2020 e dezembro de 2021.

3. Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$784 milhões comparativamente a R$299 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$486 milhões ou 162,7%. A margem bruta alcançou 24,9% frente a 12,4% nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento pode ser atribuído, basicamente, ao efeito positivo da alavancagem operacional, na qual a expansão de receita em uma estrutura de custos eficiente impulsionou os ganhos de escala.

4. EBITDA e EBITDA Ajustado

No exercício social de 2021, o efeito positivo da alavancagem operacional no 1º semestre do ano ocorreu em função de expansão da receita líquida e consequente diluição dos custos. Enquanto que na 2ª parte do ano, o efeito da alavancagem operacional foi menos favorável devido à desaceleração do crescimento da receita aliada ao incremento dos custos totais. Ainda assim, como resultado, o EBITDA Ajustado alcançou R$928 milhões no exercício de 2021, uma expansão de 35% em comparação a 2020, apresentando uma margem de 29,4%, superior a 2020 em 12,5 p.p..

Como impactos não recorrentes em 2021, a Companhia registrou reversão do *impairment* do imobilizado de unidades hibernadas no valor de R$39 milhões, impacto dos créditos de impostos no valor de R$66 milhões e despesas decorrentes da pandemia da COVID-19, de caráter não recorrente, no valor de R$16 milhões.

RECONCILIAÇÃO DOS ITENS EBITDA AJUSTADO	4º trimestre			Acumulado		
(R$ milhões)	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
Lucro líquido (prejuízo) do Exercício	**931**	**(34)**	2.855%	**1.314**	**(24)**	5540%
Impostos	**(838)**	1	n.a	**(787)**	12	-6702%
Resultado Financeiro	**43**	58	-26%	**126**	198	-37%
Depreciação/Amortização	**96**	**97**	**-1%**	**363**	**380**	-4%
EBITDA	**232**	**122**	**90%**	**1.016**	566	80%
Itens reconciliados para EBITDA Ajustado	**(39)**	**138**	**(1)**	**(88)**	**120**	**(2)**
(–) Créditos de Impostos/direitos creditórios	**3**	**(18)**	119%	**(66)**	(18)	-272%
(+) Impairment do Imobilizado (unidades hibernadas)	**(46)**	**33**	-239%	**(39)**	5	-803%
(+) Provisão para realização dos estoques	–	**110**	-100%	–	110	-100%
(+) Transição BPO	–	**7**	-100%	–	7	-100%
(+) Efeitos COVID	3	**5**	-37%	**16**	13	19%
(+)Outras provisões	0	**1**	-96%	**1**	3	-76%
EBITDA Ajustado	**193**	**260**	**-26%**	**928**	**686**	**35%**

5. Resultado financeiro líquido

Resultado financeiro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de uma despesa financeira em R$126 milhões comparativamente a R$198 milhões no mesmo período de 2020, refletindo uma melhora de 36,7%, ou R$73 milhões.

6. Lucro (prejuízo) líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R$1.314 milhões, uma melhora de R$1.338 milhões em relação ao prejuízo líquido de R$24 milhões em 2020. Esta variação é resultado basicamente de: (i) melhora do resultado operacional em R$450 milhões, (ii) reconhecimento de ativo fiscal diferido no montante de R$778 milhões, resultante da reavaliação da recuperação de impostos diferidos.

7. Geração de Caixa

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o fluxo de caixa operacional foi de R$ 605 milhões, em comparação aos R$ 555 milhões no exercício de 2020. Esta variação foi basicamente resultado de uma melhora do desempenho operacional, que impulsionou o EBITDA a um patamar superior.

Os impostos pagos em 2021 foram superiores a 2020, consequência de uma operação mais rentável, situação que foi mitigada no 4Q21 a partir de emissão de nova dívida, o que aprimorou a otimização da estrutura de capital. Em setembro de 2021, a Companhia emitiu uma nova dívida de R$1.000 milhão, na qual os recursos foram enviados à sua *holding* controladora através de um mútuo entre as partes. E a *holding* utilizou a totalidade dos recursos para amortização parcial de sua dívida relacionadas às operações.

8. Investimentos

Os desembolsos com Capex atingiram R$250 milhões, um crescimento de 25% quando comparado ao ano de 2020, em linha com a estimativa da Companhia para os investimentos totais do período. Vale lembrar que no ano de 2020 muitos investimentos não prioritários foram postergados para 2021 com o objetivo de priorizar caixa, dado o contexto da pandemia da COVID-19.

V. Governança Corporativa

Nossa estrutura de governança é composta por um Conselho de Administração, presidido pelo Diretor Geral da *holding* controladora InterCement Participações S.A., e por uma Diretoria Estatuária, que reporta as estratégias e resultados ao Conselho, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação e regulamentação aplicáveis, bem como pelo Estatuto Social da Companhia.

Em 2021, essa estrutura ganhou mais robustez com a nomeação de três novos conselheiros, dentre eles dois membros independentes, o que eleva o patamar de Governança para o mais alto padrão, conforme diretrizes do Novo Mercado da B3. São eles: Ana Caltabiano (independente), Marise Barroso (independente) e Sergio Faifman. Profissionais experientes, com competências em campos diversos e complementares, advindos de mercados e áreas distintas, que estão contribuindo com a ampliação do nosso campo de visão.

Tivemos também a criação de três comitês e uma comissão de assessoramento, vinculados ao Conselho, sendo: (i) Comitê de Auditoria, 100% composto por membros independentes, (ii) Comitê de Finanças e Estratégia, (iii) Comitê de Governança, Pessoas e Sustentabilidade, e (iv) a Comissão de Ética e *Compliance*.

Ainda em 2021 a InterCement Brasil tomou a iniciativa de internalizar áreas que anteriormente possuíam relacionamento direito com a *holding* controladora InterCement Participações e/ou criar áreas necessárias para a melhor estruturação da governança, aproximando assim a estrutura da operação, fortalecendo o trabalho até então realizado e garantindo a autonomia necessária para o melhor atendimento dos interesses da InterCement Brasil e seus *stakeholders*. Dessa forma, estabelecendo uma governança específica com Auditoria Interna, Riscos e Compliance, tendo reporte direto ao Conselho de Administração. Além disso, foram internalizadas e/ou criadas as áreas de Relações com Investidores e TI (alocadas na Diretoria Financeira), e Direito Societário (alocado na Diretoria Jurídica).

Reestruturamos também políticas internas, visando o aprimoramento da política de *compliance* da Companhia, como a Norma de Integridade e *Compliance*, Norma Corporativa Anticorrupção, dentre outros. E também implementamos novas políticas, se adequando à estrutura de governança do Novo Mercado, mais alto padrão de governança da B3, como a Política de Transações com Partes Relacionadas, Política de Remuneração, Regimento Interno do Conselho de Administração, dentre outros.

Auditores independentes - Instrução CVM 381/03

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que a sua política de contratação de prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Tais princípios se baseiam no fato de que o auditor independente não deve auditar seu próprio trabalho, não pode exercer funções gerenciais, não deve advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo desta forma a independência nos trabalhos realizados. A Companhia informa, também, que seus auditores, Ernst & Young Auditores Independentes S.S, não prestaram serviços relevantes que podem comprometer a independência conforme descrito na referida norma.

VI. Desenvolvimento Sustentável

A holding InterCement lançou em 2021 a 'Jornada ESG', com metas e compromissos 2030 alinhados aos 'Objetivos de Desenvolvimento Sustentável' da ONU, impulsionando a criação formal de uma área ESG na Companhia. O mais importante é que a nova estrutura de ESG foi pensada para que atue de forma transversal, permeando diferentes áreas e hierarquias da Companhia, posicionando assim a temática ESG no pilar central da Companhia.

a. Meio Ambiente

A Companhia trata o tema meio ambiente como prioridade, garantindo o processo de produção de cimento aderente aos requisitos e as condicionantes ambientais. Em 2021 aprimoramos ainda mais nosso foco no meio ambiente, a partir da criação do Fórum Multidisciplinar de Emissões para acompanhamento sistemático e diferenciado das emissões em todas as nossas fábricas. Adicionalmente, reforçamos e reestruturamos a equipe de meio ambiente e licenciamento, bem como a área de direito ambiental e minerário, fortalecendo a gestão do tema junto à operação.

Alcançamos em 2021 uma reciclagem equivalente a 22% de todas as nossas embalagens de cimento comercializadas em 2021. Além da redução de 15% das emissões específicas de material particulado em comparação a 2020, diminuindo nosso impacto na qualidade do ar. E preservamos 3 mil hectares de área protegida ou restauradas, o que equivale a mais de 4 mil campos de futebol. Avaliação por entidade externa de 100% dos requisitos relacionadas às nossas licenças ambientais, proporcionando maior confiabilidade ao compliance ambiental.

O uso de combustíveis alternativos é um dos grandes pilares de nossa estratégia de redução de emissões de CO2, fazendo uso de pneus, biomassa e resíduos urbanos como substituição térmica ao combustível fóssil, i.e. coque de petróleo. Em 2021, combustíveis alternativos responderam por 25% da utilização de combustíveis em nosso processo produtivo. Em nossos compromissos ambientais da Jornada ESG nos comprometemos a aumentar em 85% o uso de combustíveis alternativos até 2030.

b. Segurança do Trabalho

Em 2021, conquistamos a certificação ISO 45001:2018 para 100% das fábricas em operação e o escritório central - uma norma internacional focada na melhoria do desempenho em Saúde e Segurança do Trabalho (SST). Adicionalmente, realizamos o processo de Transformação Digital de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, com implantação do BI ('*Business Intelligence*') e Observação de Comportamento Seguro Digital, que conferem mais eficiência e eficácia na análise de resultados. Além disso, foi realizado o Diagnóstico de Cultura de Segurança do Trabalho em 100% das fábricas e operações de concreto, trazendo uma visão detalhada do perfil dos times em relação aos temas de segurança. Foi ampliado o time de segurança nas fábricas integradas, ampliando a presença técnica nas atividades.

Como resultado, tivemos 50% de redução nas taxas de acidentes em comparação a 2020, além de recordes históricos em menor taxa de gravidade e de frequência.

c. Social

A Companhia tem convicção de que seu papel junto às comunidades onde está presente vai muito além da geração de valor na economia local: é contribuir para a transformação cultural, social e econômica do cotidiano dessas áreas, gerando resultados positivos para a comunidade e para os negócios.

Como referência vale destacar o trabalho da Companhia no fomento da produção de biomassa pelas comunidades locais, onde mais de duas mil toneladas de Babaçu e Licuri foram produzidas nos últimos dois anos, beneficiando a economia circular, tanto em emprego como renda, mas também a cultura produtiva da região.

A criação do Impulso Social Integrado (ISI), que traduz a nossa visão estratégica de responsabilidade social e o papel do Instituto InterCement Brasil na construção de comunidades mais justas e sustentáveis, impulsiona exemplos como estes, com uma abordagem integrada, transversal, à temática ESG.

Adicionalmente, tivemos aumento de 47% no número de fornecedores ativos que utilizam a plataforma de antecipação de recebíveis (Monkey), por meio da qual pequenos e médios fornecedores têm acesso ao recurso financeiro com taxas mais atrativas que as oferecidas no mercado, possibilitando melhora do fluxo de caixa deles. E também o aumento de 55% no índice de competitividade dos pequenos negócios, alcançado a partir do último ciclo do Programa Encadeamento Produtivo, realizado em parceria com o Sebrae.

VII. Recursos Humanos

A Companhia acredita no engajamento e prosperidade das pessoas como única forma de potencializar a geração de valor e, em razão disso, vem reforçando desde 2019 a escuta ativa, aprimorando assim a direção da gestão e indo ao encontro das necessidades individuais de cada colaborador. Fortalecer as relações humanas vem resultando em uma vontade e esforços cada vez maiores pela Companhia para gerar o bem aos seus colaboradores, suas famílias, aos trabalhadores indiretos e à sociedade em geral, para que tenham vidas melhores. Disseminando também essa cultura entre os colaboradores para que todos tenham esse olhar, fazendo o bem a si, aos colegas e à sociedade.

Como resultado, em 2021 a Companhia alcançou uma grande conquista no que tange à gestão de pessoas. Figuramos entre as cinco melhores empresas pelo prêmio Valor Carreira, dentre as melhores práticas na gestão de pessoas, na categoria de empresas com 1.501 a 3.000 colaboradores.

Nossa avaliação interna de satisfação dos colaboradores também reflete que estamos no caminho certo na gestão de pessoas, atingindo um índice de 75% de satisfação, considerado extremamente alto, segundo a metodologia Net Promoter Score (NPS) e superior à nossa meta de 70%. E em relação à marca empregadora, por meio da nova área de Atração de Talentos, atingimos índice superior a 85 pontos na pesquisa de satisfação feita com candidatos a vagas, considerado padrão de excelência pela metodologia NPS.

Outro grande avanço da Companhia tem sido a mudança gradual de sua cultura de diversidade e inclusão. Em 2020 estruturamos a DIDA, área responsável por Diversidade, Inclusão, Desenvolvimento e Aprendizagem, a qual impulsiona a sensibilização da Companhia para estes temas. Em 2021 seguimos aprimorando, com campanhas, ações e ferramentas, que devem ser constantes, pois acreditamos que essa mudança é um processo contínuo e definitivo. Como resultado, em 2021, aumentamos em 2,5 p.p. a participação feminina em nosso quadro de colaboradores, passando a representar 17% do total e figurando entre os melhores balanços da indústria. Um avanço significativo que nos motiva a buscar patamares ainda melhores, pois, ainda estamos longe da divisão que consideramos ideal, reflexo também de uma indústria historicamente masculina. Em cargos de liderança a proporção de mulheres é mais alta, alcançando 1 mulher para cada 4,5 homens.

No campo do treinamento as horas investidas em treinamento e desenvolvimento por pessoa aumentaram ao equivalente a três vezes o investido em 2020. Além da adesão à Plataforma de Educação Edupass para funcionários e suas famílias, incentivando a educação ao disponibilizar mais de 150 mil cursos a preços acessíveis.

Em 2021 tivemos reconhecimento financeiro dado a 45% das pessoas, em dois ciclos de meritocracia realizados por meio da metodologia própria Key PePo, que analisa pessoas e posições-chaves.

VIII. Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações.

Em 2021, foram distribuídos de forma antecipada ao acionista controlador R$990 milhões em dividendos, além de R$39 milhões em juros sobre capital próprio, relativos ao resultado do exercício social de 2021.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	**361.745**	357.687	**459.813**	425.096
Contas a receber de clientes	8	**171.972**	155.878	**172.848**	156.420
Partes relacionadas	22	**150.950**	–	**150.754**	–
Estoques	9	**361.616**	347.444	**355.935**	341.249
Impostos a recuperar	10	**68.706**	39.347	**69.952**	40.265
Outros ativos		**27.924**	37.702	**28.180**	37.680
Total do ativo circulante		**1.142.913**	938.058	**1.237.482**	1.000.710
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	7	**5.401**	5.349	**6.156**	6.298
Contas a receber de clientes	8	**2.076**	3.635	**2.076**	3.635
Partes relacionadas	22	**32.564**	25.100	**32.664**	25.200
Estoques	9	**28.989**	–	**28.989**	–
Impostos a recuperar	10	**125.449**	48.970	**125.449**	48.970
Depósitos judiciais	19	**69.687**	67.608	**69.703**	67.623
Instrumentos financeiros derivativos	5 (b)	**7.272**	24.705	**7.272**	24.705
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	**640.564**	–	**640.564**	–
Outros ativos		**57.624**	30.278	**58.886**	31.430
Propriedade para Investimentos		**–**	2.561	**–**	2.561
Investimentos:					
Em controladas	11	**273.373**	259.075	**–**	–
Outros		**–**	–	**82**	8
Imobilizado	12	**1.747.128**	1.747.282	**1.994.860**	2.010.050
Direito de uso em arrendamentos	14 (a)	**131.200**	224.663	**136.904**	224.727
Intangível:					
Ágio	13	**301.312**	301.312	**301.312**	301.312
Outros intangíveis	13	**95.792**	115.942	**174.297**	142.556
Total do ativo não circulante		**3.518.431**	2.856.480	**3.579.214**	2.889.075
Total do ativo		**4.661.344**	3.794.538	**4.816.696**	3.889.785

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores	15	**596.475**	407.544	**585.102**	394.216
Empréstimos e financiamentos	16	**23.457**	13.667	**23.457**	13.667
Juros a pagar	16 e 17	**22.667**	6.108	**22.667**	6.108
Impostos e obrigações a pagar	18	**103.333**	160.442	**107.226**	164.084
Salários e encargos sociais		**66.407**	71.581	**66.642**	71.755
Dividendos a pagar	23 (e)	**–**	–	**–**	6.845
Adiantamentos de clientes		**8.655**	7.060	**9.140**	7.086
Partes relacionadas	22	**–**	67.877	**–**	67.877
Passivos de arrendamento	14 (b)	**93.502**	110.882	**99.864**	110.908
Outras obrigações		**20.141**	45.225	**26.665**	45.240
Total do passivo circulante		**934.637**	890.386	**940.763**	887.786
Passivo não circulante					
Debêntures	17	**2.691.542**	1.700.161	**2.691.542**	1.700.161
Empréstimos e financiamentos	16	**18.713**	40.918	18.713	40.918
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	**26.716**	66.168	**27.842**	66.898
Provisão para reconstituição ambiental e descomissionamento de ativos	20	**28.110**	23.677	**28.110**	23.677
Impostos e obrigações a pagar	18	**41.685**	62.789	**41.685**	62.789
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	**–**	159.956	**8.024**	159.956
Passivos de arrendamento	14 (b)	**55.258**	131.777	**55.283**	131.815
Outras obrigações		**78.340**	81.302	**122.926**	118.649
Total do passivo não circulante		**2.940.364**	2.266.748	**2.994.125**	2.304.863
Patrimônio líquido					
Capital social	23 (a)	**592.274**	2.865.528	**592.274**	2.865.528
Reserva legal	23 (b)	**61.206**	–	**61.206**	–
Reservas de lucros	23 (b)	**2.624**	–	**2.624**	–
Reservas de incentivos fiscais	23 (c)	**130.147**	117.619	**130.147**	117.619
Ajustes de avaliação patrimonial		**92**	92	**92**	92
Lucro (Prejuízos) acumulados		**–**	(2.345.835)	**–**	(2.345.835)
Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora		**786.343**	637.404	**786.343**	637.404
Participação não controladores		**–**	–	**95.465**	59.732
Total do patrimônio líquido		**786.343**	637.404	**881.808**	697.136
Total do passivo e patrimônio líquido		**4.661.344**	3.794.538	**4.816.696**	3.889.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Participação não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.865.528	–	–	117.619	92	(2.245.402)	737.837	57.822	795.659
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	(98.790)	(98.790)	74.629	(24.161)
Dividendos pagos e propostos		–	–	–	–	–	–	–	(74.828)	(74.828)
Aumento de capital		–	–	–	–	–	–	–	466	466
Perdas com participação em controlada		–	–	–	–	–	(1.643)	(1.643)	1.643	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.865.528	–	–	117.619	92	(2.345.835)	637.404	59.732	697.136
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	**1.224.115**	**1.224.115**	**90.156**	**1.314.271**
Redução de capital para absorção do prejuízo	23 (a)	**(2.228.216)**	–	–	–	–	**2.228.216**	–	–	–
Redução de capital em decorrência da cisão parcial de acervo líquido	23 (a)	**(45.038)**	–	–	–	–	–	**(45.038)**	–	**(45.038)**
Redução da reserva de incentivo para absorção do prejuízo	23 (a)	–	–	–	**(117.619)**	–	**117.619**	–	–	–
Dividendos antecipados	23 (d)	–	–	–	–	–	**(990.101)**	**(990.101)**	**(54.550)**	**(1.044.651)**
Juros sobre o capital próprio antecipados	23 (d)	–	–	–	–	–	**(39.910)**	**(39.910)**	–	**(39.910)**
Destinação:										
Constituição de reserva legal	23(b)	–	**61.206**	–	–	–	**(61.206)**	–	–	–
Constituição de reserva de incentivos fiscais	23 (c)	–	–	–	**130.147**	–	**(130.147)**	–	–	–
Constituição de reserva de retenção de lucros	23 (b)	–	–	**2.624**	–	–	**(2.624)**	–	–	–
Perdas com participação em controlada	23 (d)	–	–	–	–	–	**(127)**	**(127)**	**127**	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**592.274**	**61.206**	**2.624**	**130.147**	**92**	**–**	**786.343**	**95.465**	**881.808**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais - R$, exceto o prejuízo por ação, em reais)

	Nota explicativa	Controladora 2021	Controladora 2020 (reapresentado)	Consolidado 2021	Consolidado 2020 (reapresentado)
Receita líquida	25	**3.159.687**	2.413.713	**3.152.677**	2.402.608
Custo das vendas e dos serviços	26	**(2.516.727)**	(2.224.459)	**(2.368.312)**	(2.104.071)
Lucro bruto		**642.960**	189.254	**784.365**	298.537
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas e comerciais	26	**(261.321)**	(211.168)	**(269.000)**	(217.699)
Equivalência patrimonial	11	**21.549**	15.119	**74**	–
Outras receitas operacionais, líquidas	26	**137.459**	105.428	**138.000**	105.336
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**540.647**	98.633	**653.439**	186.174
Resultado financeiro					
Variação cambial	27	**(4.795)**	(23.159)	**(4.795)**	(23.154)
Receitas financeiras	27	**135.127**	43.816	**139.192**	45.092
Despesas financeiras	27	**(248.149)**	(211.849)	**(260.085)**	(220.359)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**422.830**	(92.559)	**527.751**	(12.247)
Imposto de renda e contribuição social	24	**801.285**	(6.231)	**786.520**	(11.914)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**1.224.115**	(98.790)	**1.314.271**	(24.161)
Lucro líquido (prejuízo) atribuído a					
Controladora		**1.224.115**	(98.790)	**1.224.115**	(98.790)
Não controladores		**–**	–	**90.156**	74.629
Lucro (Prejuízo) Básico/diluído por ação ON - R$	29	**2,97**	(0,24)	**2,97**	(0,24)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**1.224.115**	(98.790)	**1.314.271**	(24.161)
Outros resultados abrangentes	**–**	–	**–**	–
Resultado abrangente total do período	**1.224.115**	(98.790)	**1.314.271**	(24.161)
Resultado abrangente atribuível a				
Participação controladora	**1.224.115**	(98.790)	**1.224.115**	(98.790)
Participação não controladores	**–**	–	**90.156**	74.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**4.148.429**	3.200.590	**4.152.043**	3.201.418
Outras receitas	**131.859**	70.297	**133.160**	70.323
Provisão para perdas de crédito esperada	**(919)**	1.413	**(919)**	1.413
	4.279.369	3.272.300	**4.284.284**	3.273.154
Insumos adquiridos de terceiros				
Produtos, mercadorias e serviços adquiridos	**(2.218.491)**	(1.818.388)	**(2.206.558)**	(1.815.316)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(452.772)**	(411.137)	**(292.056)**	(275.670)
Perda e recuperação de valores ativos	**28.352**	81.876	**28352**	81.876
	(2.642.911)	(2.147.649)	**(2.470.262)**	(2.009.110)
Valor adicionado bruto	**1.636.458**	1.124.651	**1.814.022**	1.264.044
Depreciação, amortização e exaustão	**(331.321)**	(355.891)	**(362.783)**	(379.832)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**1.305.137**	768.760	**1.451.239**	884.212
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	**21.549**	15.119	**74**	–
Receitas financeiras	**140.884**	40.804	**144.948**	42.080
	162.433	55.923	**145.022**	42.080
Valor adicionado total a distribuir	**1.467.570**	824.683	**1.596.261**	926.292
Distribuição do valor adicionado	**1.467.570**	824.683	**1.596.261**	926.292
Pessoal e encargos	**302.884**	262.734	**303.836**	263.313
Impostos, taxas e contribuições	**(324.233)**	422.991	**(298.600)**	440.846
Juros, aluguéis e outras despesas operacionais	**264.804**	237.748	**276.754**	246.294
Remuneração de capitais próprios:				
Juros sobre o Capital Próprio	**39.910**	–	**39.910**	–
Dividendos	**990.101**	–	**990.101**	–
Lucro (prejuízos) retidos	**194.104**	(98.790)	**194.104**	(98.790)
Participação dos não controladores nos lucros retidos	**–**	–	**90.156**	74.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

continua→☆

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

—☆ continuação

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e (Em milhares de reais - R$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**422.830**	(92.559)	**527.751**	(12.247)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação, amortização e exaustão	26	**224.426**	247.548	**249.389**	271.469
Amortização direito de uso em arrendamentos	26	**106.895**	108.343	**113.394**	108.363
Resultado de equivalência patrimonial	11	**(21.549)**	(15.119)	**(74)**	–
Reversão de provisões para perdas eventuais, líquidas		**16.651**	40.875	**17.047**	42.084
Recuperação de impostos	26 e 27	**(110.854)**	(50.999)	**(110.854)**	(50.999)
Provisão para perdas estoques	9	**23.746**	124.052	**23.746**	124.052
Repactuação do risco hidrológico		**–**	–	**(43.100)**	–
Juros, encargos provisionados e variações cambiais		**165.356**	160.008	**167.023**	160.980
Ganho na venda de ativo imobilizado	26	**(41.304)**	(22.548)	**(41.304)**	(22.548)
Baixa de ativo imobilizado	26	**23.967**	22.628	**24.216**	22.635
Ajuste ao valor recuperável	26	**(28.352)**	(81.876)	**(28.352)**	(81.876)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Partes relacionadas		**22.058**	(100.385)	**22.098**	(61.474)
Contas a receber de clientes		**(15.715)**	(106.260)	**(15.805)**	(106.953)
Estoques		**(73.992)**	(90.088)	**(74.560)**	(89.405)
Impostos a recuperar		**8.471**	190.887	**8.143**	190.864
Outros ativos		**(41.725)**	15.697	**(42.107)**	14.499
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Partes relacionadas		**(574)**	62.969	**(2.655)**	52.409
Fornecedores		**186.469**	143.678	**190.469**	144.030
Salários e férias a pagar		**(5.174)**	25.655	**(5.113)**	25.704
Outras obrigações e contas a pagar		**(21.949)**	5.598	**(7.705)**	(19.341)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	19	**(32.791)**	(5.536)	**(32.792)**	(5.536)
Impostos e obrigações a pagar		**(47.818)**	51.636	**(48.145)**	54.465
		759.072	634.204	**890.710**	761.175

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social pagos		**(44.181)**	–	**(50.432)**	(6.429)
Juros pagos		**(154.226)**	(120.188)	**(154.226)**	(120.188)
Recebimento de dividendos		**16.624**	17.987	**–**	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**577.289**	532.003	**686.052**	634.558
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações em títulos e valores mobiliários, líquidas		**(52)**	202	**142**	456
Aquisição de imobilizado		**(249.181)**	(199.699)	**(249.708)**	(200.426)
Adições ao intangível		**(10.025)**	(5.166)	**(28.417)**	(12.691)
Aumento do investimento	11	**(9.500)**	(2.500)	–	–
Recebimento pela venda de ativo imobilizado		**42.234**	12.586	42.234	12.586
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		**(992.622)**	–	(992.622)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(1.219.146)**	(194.577)	**(1.228.371)**	(200.075)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Integralização de capital (minoritários)		**–**	–	**–**	466
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures		**(13.854)**	(1.875.498)	**(13.854)**	(1.875.498)
Captação de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	17	**1.000.000**	1.700.161	**1.000.000**	1.700.161
Gastos com emissões de debêntures		**(9.223)**	(22.536)	**(9.223)**	(22.536)
Partes relacionadas	22	**(67.255)**	–	**(67.255)**	–
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos		**(141.593)**	–	**(202.988)**	(67.984)
Contraprestação de arrendamentos	14 (b)	**(122.160)**	(123.877)	**(129.644)**	(123.877)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento		**645.915**	(321.750)	**577.036**	(389.268)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**4.058**	15.676	**34.717**	45.215
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**357.687**	342.011	**425.096**	379.881
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**361.745**	357.687	**459.813**	425.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional: A InterCement Brasil S.A. ("Companhia" ou "Grupo InterCement Brasil") está domiciliada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 13º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia tem como controladora final a InterCement Participações S.A., através da Intercement Trading e Inversiones S.A.. O Grupo InterCement Brasil possui 15 fábricas de cimento, 6 usinas de concreto e 02 unidades de agregados, todas localizadas no Brasil. Adicionalmente, a Companhia possui participações societárias em geradoras de energia elétrica na modalidade de autoprodutor. **1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2021:** a) Registro de Companhia aberta na CVM: Em 14 de julho de 2021, a Companhia concluiu o registro de Companhia aberta na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), porém, não seguiu com a Oferta Pública de Ações na B3 S.A., devido a condições adversas do mercado naquele momento. Essa foi uma oportunidade para a Companhia aprimorar o nível de governança em linha com as melhores práticas de mercado. Dentre as principais medidas destacamos: tornou o Conselho de Administração mais robusto com a nomeação de três novos conselheiros, dentre eles dois membros independentes; criou três comitês de assessoramento, vinculados ao Conselho, sendo: (i) Comitê de Auditoria, 100% composto por membros independentes, (ii) Comitê de Finanças e Estratégia, e (iii) Comitê de Governança, Pessoas e Sustentabilidade; e criou as áreas de Relação com Investidores (RI) e Controle Internos. b) Cisão parcial: Em 28 de setembro de 2021, a controladora InterCement Brasil S.A. aprovou a cisão parcial de bens, direitos e obrigações da Companhia, ao valor contábil, com base no balanço patrimonial de 30 de junho de 2021, com versão do acervo líquido cindido para a companhia InterCement Participações Investimentos S.A.. O acervo líquido cindido no montante de R$45.038, que resultou na correspondente redução do capital social da Companhia, sem o cancelamento de ações, está representado pelos itens a seguir:

	Valor contábil	Provisão para realização	Valor líquido
Ativo não circulante:			
Propriedades para investimento	**2.158**	**(148)**	**2.010**
Terrenos (Nota 12)	**58.189**	**(15.775)**	**42.414**
Edifícios (Nota 12)	**702**	**–**	**702**
Máquinas e equipamentos (Nota 12)	**1.966**	**(1.786)**	**180**
Direitos de exploração de minas (Nota 13)	**40.287**	**(40.287)**	**–**
Ativo disponível para venda (outros ativos)	**3.156**	**(320)**	**2.836**
Passivo não circulante:			
Provisões ambientais (outras obrigações)	**(3.104)**	**–**	**(3.104)**
Acervo líquido cindido	**103.354**	**(58.316)**	**45.038**

1.2. Efeitos da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19): Em 10 de março de 2020 e em 16 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários emitiu Ofício Circular nº 02/2020 e nº 03/2020 ("OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020 e nº 03/2020"), respectivamente, sobre eventuais efeitos que o Coronavírus poderia trazer para os negócios das Companhias e seus respectivos reflexos nas demonstrações financeiras, no qual destaca a importância das Companhias Abertas e seus Auditores Independentes considerarem cuidadosamente os impactos da Covid-19 em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais estão expostas. Referidas orientações foram reforçadas pela CVM nos Ofícios Circulares nº 01/2021 e 01/2022, emitidos respectivamente em 29 de janeiro de 2021 e 1º de fevereiro de 2022, que tratam de aspectos relevantes a serem observados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Neste sentido, a Companhia esclarece que, considerando as atuais informações e dados a respeito dos potenciais impactos da Pandemia da Covid-19 em suas atividades, entende não existir, neste momento, efeitos relevantes que impactem as demonstrações financeiras anuais, a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis. Não obstante, a administração segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e seu efeitos nas principais estimativas e julgamentos contábeis críticos. Dentre os diversos riscos aos quais a Companhia pode ter exposição, destacam-se o risco relacionado à recuperabilidade de ativos financeiros, do ativo imobilizado e intangível, dos tributos diferidos e as obrigações contidas nos contratos de dívida (covenants). Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros: A Companhia avaliou sua carteira de recebíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e não identificou evidências que pudessem impactar as estimativas de reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperadas. A Companhia permanece acompanhando o cenário e avaliando eventuais impactos que poderiam causar reflexo na mensuração do valor recuperável dos ativos financeiros. Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado e intangível e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia avaliou a recuperabilidade de seus ativos, avaliando seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual impactado pela COVID-19 e não identificou a necessidade de provisão para perda nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021. Cumprimento de obrigações contidas nos contratos de dívida (covenants): Conforme nota explicativa nº 16, de acordo com os contratos vigentes, a Companhia avaliou os índices financeiros e concluiu que em 31 de dezembro de 2021 as cláusulas restritivas estavam adimplentes.

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas: 2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: i) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na Legislação Societária Brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). ii) Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. iii) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais (R$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia e suas controladas, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reavaliados pelas taxas vigentes. As variações cambiais são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas, exceto variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos, com juros dos referidos empréstimos. **2.2. Bases de consolidação:** i) Entidades controladas: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e operações em conjunto. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e operadas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. Quando necessário, são feitos ajustes contábeis nas demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis àquelas utilizadas pela Companhia. Todas as transações e saldos de ativos e passivos entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados integralmente. As participações em consórcios e operações em conjunto ("joint operation") são reconhecidas linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado da Companhia. A participação nessas sociedades está restrita ao percentual conforme contrato entre as partes, e consequentemente, à parcela da receita e de determinados custos e despesas, que a Companhia reconhece contabilmente, de forma proporcional à sua participação nessas operações. Consolidação: As informações consolidadas incluem as seguintes controladas e operações em conjunto:

	2021		2020	
	Participação - %		Participação - %	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Barra Grande Participações S.A. (a)	**80,07**	**–**	80,07	–
Comican - Companhia de Mineração Candiota (b)	**97,59**	**–**	96,51	–
Eco Processa Tratamento de Resíduos Ltda.	**100,00**	**–**	100,00	–
Estreito Participações S.A. (c)	**80,82**	**–**	80,82	–
Machadinho Participações S.A. (d)	**80,15**	**–**	80,15	–
Neogera Investimentos em Inovação Ltda.	**99,87**	**–**	99,87	–
Operação em conjunto				
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	**–**	**9,00**	–	9,00
Consórcios				
Consórcio Estreito Energia - CESTE	**–**	**4,44**	–	4,44
Consórcio Machadinho	**–**	**5,28**	–	5,28

(a) Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a controlada Barra Grande Participações possui, 64.129.456 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 51.348.455 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal e 12.781.001 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas. Os acionistas detentores das ações preferenciais, têm direito à dividendos prioritários equivalentes à 80% do lucro líquido auferido em cada exercício social, e não possuem direito de voto. (b) Em 28 de junho de 2020 e 14 de outubro de 2020, a Companhia aprovou o aumento de capital na controlada, Companhia de Mineração Candiota "Comican", de 17.850.000 ações e de 15.000.000 ações, respectivamente, integralizando o montante de R$17.850, mediante créditos detidos contra esta mesma controlada, e R$2.500 com aporte em caixa, e o restante a ser integralizado, no montante de R$12.500, até junho de 2022. Com referido aumento de capital, a controlada Comican" passou a ter 33.850.000 ações sendo 33.370.000 ações ordinárias e 480.000 ações preferenciais. Em 2021, a Companhia integralizou capital o montante de R$9.500 mediante aporte em caixa. Adicionalmente, houve o aumento de 1,08% no percentual de participação, visto que, o aporte de capital foi realizado apenas pela sócia InterCement Brasil S.A.. (c) Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a controlada Estreito Participações possui, 181.597.485 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 146.769.168 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal e 34.828.317 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas. Os acionistas detentores das ações preferenciais, têm direito à dividendos prioritários equivalentes à 75% do lucro líquido auferido em cada exercício social, e não possuem direito de voto. (d) Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a controlada Machadinho Participações possui, 31.795.658 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 25.484.220 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal e 6.311.438 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas. Os acionistas detentores das as ações preferenciais, têm direito à dividendos prioritários equivalentes à 80% do lucro líquido auferido em cada exercício social, e não possuem direito de voto. ii) Participações em operações em conjunto ("joint operation"): Uma operação em conjunto é um acordo através do qual as partes detêm controle conjunto dos direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado em relação as decisões sobre as atividades relevantes e requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Quando uma entidade realiza atividades de operações em conjunto, o operador em conjunto reconhece os ativos, passivos, receitas e despesas em relação a sua participação. Quando uma empresa realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida das participações da Companhia na controlada em conjunto. iii) Ágio: O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda ao valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a unidade geradora de caixa Interment Brasil S.A, uma vez que a Companhia apresenta único segmento de negócios (cimentos). A unidade geradora de caixa a qual o ágio foi alocado é submetida anualmente a testes de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação nesse sentido. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável do ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida em períodos subsequentes. Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na determinação do lucro ou prejuízo da alienação.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos: Na aplicação das práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas em dados históricos e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Principais julgamentos na aplicação das práticas contábeis: A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. i) *Redução ao valor recuperável do ágio:* Para determinar se o ágio apresenta redução a seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Os detalhes da análise de perda por redução ao valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 13. ii) *Uso de estimativas:* As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, amortização de intangíveis, provisão para perdas de bens paralisados, provisão para perda de crédito esperada, provisão para perdas e obsolescência dos estoques, provisão para reconstituição ambiental, descomissionamento de fábricas, imposto de renda e contribuição social diferidos e provisão para riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa as estimativas, premissas, determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e provisão para perda de estoques anualmente. iii) *Ativos imobilizados e intangíveis:* A estimativa de vida útil média adotada pela Companhia é conforme segue:

	Vida útil média
Edificações e outras construções	31 anos
Máquinas e equipamentos	17 anos
Veículos	17 anos
Móveis e utensílios	8 anos
Reservatório, barragens e adutoras	24 anos
Minas e jazidas	(*)
Bens vinculados à concessão	(**)
Gastos com desenvolvimento de projetos	5 anos
Direito de uso de software	5 anos

(*) A exaustão de minas e jazidas é feita: (a) com base na extração efetiva, em relação ao rendimento total esperado; ou (b) de forma linear, com base na vida útil definida para a mina (vida útil média 69 anos). (**) Os bens vinculados a concessão são amortizados linearmente pelo período de concessão que se encerra em março de 2041 para a Companhia Barra Grande Participações S.A., e fevereiro de 2043 para a Companhia Estreito Participação S.A..

4. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações: 4.1. Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas:

As seguintes alterações de normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021:

Normas	Data de início
IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e IAS 39 (CPC 38) - Impacto da adoção inicial da das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência	01 de janeiro de 2021
IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19	30 de junho de 2021

A Administração avaliou as respectivas alterações nos pronunciamentos e concluiu que não foram necessários ajustes nas demonstrações financeiras consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2021 em função das respectivas adoções. **4.2. Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas:** Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A avaliação dos potenciais impactos nas demonstrações financeiras ainda não foi iniciada, mas considerando as atuais operações não se esperam impactos relevantes.

Normas	Data de inicio
• IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros	01 de janeiro de 2023
• Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01 de janeiro de 2023
• Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual	01 de janeiro de 2022
• Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	01 de janeiro de 2022
• Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	01 de janeiro de 2022
• Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018-2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura	01 de janeiro de 2022
• Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis	01 de janeiro de 2023
• Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis	01 de janeiro de 2023
• Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction").	01 de janeiro de 2023

5. Instrumentos financeiros: Política contábil: A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras, não especulativas. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados conforme descritos a seguir: Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado (VJR): Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. No caso da Companhia esses ativos financeiros incluem saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, além de instrumentos financeiros derivativos. Ativos financeiros a custo amortizado (CA): Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No caso da Companhia esses ativos financeiros incluem as contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas. Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por outros resultados abrangentes se atender ambas as condições: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Atualmente a Companhia não apresenta instrumentos financeiros classificados nesta categoria. *Conceito geral no reconhecimento dos ativos financeiros:* No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. *Desreconhecimento de um ativo financeiro:* Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transfere nem retêm substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment"):* Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases: (a) Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço. (b) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Passivos financeiros ao custo amortizado (CA): Os passivos financeiros, incluindo empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos de arrendamentos, fornecedores, e outras contas a pagar, são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Referidos passivos financeiros estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR): Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. No caso da Companhia, esses passivos financeiros incluem os derivativos que sejam passivos, que devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo. *Desreconhecimento de um passivo financeiro:* Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo credor com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. Instrumentos financeiros derivativos: Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge". Considerações sobre riscos relacionados aos instrumentos financeiros: *Risco de crédito:* Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia e suas controladas mantêm contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração e somente efetuam transações de venda de produtos de acordo com os critérios de aprovação de crédito desenhados para minimizar os riscos de inadimplência. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não havia concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. *Risco de taxa de juros:* Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. As taxas de juros sobre empréstimos e financiamentos, mútuos e debêntures estão mencionadas nas Notas 16, 22 e 17, respectivamente. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 6. *Risco de liquidez:* A gestão do risco de liquidez significa manter um nível adequado de recursos de caixa e contratar limites de crédito que não só garantam a prossecução normal das atividades da Companhia, mas também atendam às necessidades de quaisquer operações extraordinárias. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando risco de liquidez para a Companhia e suas controladas. Os vencimentos dos instrumentos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e passivos de arrendamentos são conforme segue:

	Até 1 ano	1-2 anos	3-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	412.492	876.699	865.566	2.022.558	4.177.315
Fornecedores	585.102	–	–	–	585.102
Passivo de arrendamento	108.756	38.477	15.167	9.225	171.625
	1.106.350	915.176	880.733	2.031.783	4.934.042

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui instrumentos financeiros mensurados a valor justo, para os quais aplica-se a regra de hierarquia do valor justo, vide CPC 46/IFRS 9, para classificação nos três níveis de hierarquia a seguir: • Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. • Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros					
Custo amortizado:					
Contas a receber de clientes (nível 2)	08	**180.704**	204.643	**181.580**	205.185
Partes relacionadas (nível 2)	22	**183.514**	25.100	**183.418**	25.200
Valor justo por meio do resultado:					
Equivalentes de caixa (nível 2)	06	**361.745**	357.687	**459.813**	425.096
Títulos e valores mobiliários (nível 2)	07	**5.401**	5.349	**6.156**	6.298
Instrumentos financeiros derivativos (nível 3)	5 (b)	**7.272**	24.705	**7.272**	24.705
Passivos financeiros					
Custo amortizado:					
Debêntures (nível 2)	17	**2.722.761**	1.706.177	**2.722.761**	1.706.177
Empréstimos e financiamentos (nível 2)	16	**42.237**	54.677	**42.237**	54.677
Fornecedores (nível 2)	15	**596.475**	407.544	**585.102**	394.216
Passivos de arrendamento (nível 2)	14.2	**148.760**	242.659	**155.147**	242.723
Partes relacionadas (nível 2)	22	**–**	67.877	**–**	67.877

Valor justo dos instrumentos financeiros: i) *Cálculo do valor justo (nível 1 e 2):* Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem ter um efeito significativo nos valores justos estimados. Os seguintes métodos e premissas foram usados para estimar o valor justo para cada classe dos instrumentos financeiros para os quais a estimativa de valores é praticável: (a) Os valores de caixa e equivalentes de caixa, títulos mobiliários, contas a receber, demais recebíveis, fornecedores e demais passivos circulantes se aproximam de seu valor justo registrado nas demonstrações financeiras. (b) O valor justo de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas de juros de referência disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Os principais valores contábeis e justos dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021, os quais estão classificados nos Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de valor justo, estão demonstrados a seguir:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado:					
Contas a receber de clientes (nível 2) - (a)	08	180.704	180.704	181.580	181.580
Partes relacionadas (nível 2) - (a)	22	183.514	183.514	183.418	183.418
Valor justo por meio do resultado:					
Equivalentes de caixa (nível 2) - (a)	06	361.745	361.745	459.813	459.813
Títulos e valores mobiliários (nível 2) - (a)	07	5.401	5.401	6.156	6.156
Passivos financeiros					
Custo amortizado:					
Debêntures (nível 2) - (b)	17	2.722.761	2.776.866	2.722.761	2.776.866
Empréstimos e financiamentos (nível 2) - (b)	16	42.237	38.447	42.237	38.447
Fornecedores (nível 2) - (a)	15	596.475	596.475	585.102	585.102
Passivo de arrendamento (nível 2) - (b)	14.2	148.760	141.063	155.147	147.330

ii) *Cálculo do valor justo (nível 3)*

De acordo com a Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, as Companhias devem divulgar em nota explicativa específica informações sobre todos os seus instrumentos financeiros derivativos. A técnica de avaliação para determinar a mensuração do valor justo das demonstrações financeiras categorizadas no Nível 3 da hierarquia de valor justo, que compreende as opções de derivativos das operações "Baesa", "Machadinho" e "Estreito", foi o Black-Scholes. Os dados não observáveis significativos para a mensuração incluem: pagamentos de dividendos esperados com base em projeções de fluxos de caixa descontados; informações de benchmarking de volatilidade de entidades listadas comparativas, entre outros. Também usamos a técnica de avaliação de Monte Carlo para criar uma distribuição de probabilidade (ou avaliação de risco) na determinação do exercício das opções de venda, cujo pressuposto também foi utilizado na determinação do justo valor. Com relação às operações com derivativos, a perda ou o ganho registrado, considerando os valores contábeis e de mercado, está assim demonstrado:

	Controladora e Consolidado							
	2021				2020			
		Valor de mercado				Valor de mercado		
Operação	Valor nocional	Posição ativa	Posição passiva	Efeito Líquido	Valor nocional	Posição ativa	Posição passiva	Efeito Líquido
"Put options"(a)	**–**	**7.272**	**–**	**(17.432)**	–	24.705	–	8.093
Total	**–**	**7.272**	**–**	**(17.432)**	–	24.705	–	8.093

(a) Reconhecidos nas demonstrações do resultado nas linhas de receitas/despesas financeiras. Gestão do risco de capital: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um "rating" de crédito adequado perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas consiste na dívida líquida e patrimônio líquido. A "dívida líquida" compreende empréstimos e financiamentos e debêntures menos caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários circulantes e derivativos. Os juros a pagar, operações de risco sacado (quando existentes) e os passivos de arrendamento não estão incluídos na dívida líquida. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 descreve os riscos que podem gerar variações materiais no resultado da Companhia, a fim de apresentar 10%, 25% e 50% de apreciação/depreciação na variável de risco considerada. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros: (a) Aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures indexados ao CDI; (b) Contas a receber e contas a pagar em moeda estrangeira. Para a análise de sensibilidade do exercício de 31 de dezembro de 2021, a Companhia considerou a taxa de juros CDI projetado dos próximos 12 meses para sensibilidade de aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures a 11,59% (fonte BM&F Bovespa) e as cotações de mercado na data-base de 31 de dezembro de 2021 para sensibilidade do saldo em moeda estrangeira. Os cenários considerados foram: • Cenário I - Provável: apreciação/depreciação de 10% das variáveis de risco utilizadas para precificação. • Cenário II - Possível: apreciação/depreciação de 25% das variáveis de risco utilizadas para precificação. • Cenário III - Remoto: apreciação/depreciação de 50% das variáveis de risco utilizadas para precificação.

continua—☆

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021 as sensibilidades são como segue:

		Cenário Consolidado					
		3	2	1	1	2	3
Operação	**Risco**	**Alta 50%**	**Alta 25%**	**Alta 10%**	**Queda 10%**	**Queda 25%**	**Queda 50%**
Exposição ao risco cambial							
Ativo:							
Contas a receber de clientes	Alta/queda do Dólar	**859**	**429**	**172**	**(172)**	**(429)**	**(859)**
Contas a receber partes relacionadas	Alta/queda do Dólar	**2.994**	**1.497**	**599**	**(599)**	**(1.497)**	**(2.994)**
Passivo:							
Fornecedores no exterior	Alta/queda do Dólar	**(627)**	**(225)**	**(161)**	**161**	**225**	**627**
Exposição a índices variáveis							
Aplicações financeiras:							
CDI	Alta/Queda do CDI	**79.373**	**66.144**	**58.207**	**(58.207)**	**(66.144)**	**(79.373)**
Empréstimos, financiamentos e debêntures:	Alta/Queda do CDI	**(480.695)**	**(400.579)**	**(352.510)**	**352.510**	**400.579**	**480.695**

6. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, e são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Caixa e bancos	**6.996**	6.245	**9.408**	6.409
Aplicações financeiras	**354.749**	351.442	**450.405**	418.687
Total	**361.745**	357.687	**459.813**	425.096

As aplicações financeiras são representadas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	**287.419**	321.103	**383.018**	373.058
Operações compromissadas (b)	**67.313**	30.322	**67.370**	45.612
Outros	**17**	17	**17**	17
Total	**354.749**	351.442	**450.405**	418.687

(a) Em 31 de dezembro de 2021, os certificados de Depósito Bancário - CDBs, possuem rentabilidade entre 99% a 107% do CDI (96% a 125% em 31 de dezembro de 2020). (b) Em 31 de dezembro de 2021, as operações compromissadas possuem rentabilidade entre 70% a 93% do CDI (70% em 31 de dezembro de 2020).

7. Títulos e valores mobiliários: Política contábil: Os títulos e valores mobiliários incluem debêntures e depósitos em garantia (cauções), os quais são classificados a valor justo por meio de resultado.

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Debêntures (a)	**–**	–	**61**	257
Depósitos em garantia (b)	**5.401**	5.349	**6.095**	6.041
Total	**5.401**	5.349	**6.156**	6.298
Total - classificado no circulante	**–**	–	**–**	–
Total - classificado no não circulante	**5.401**	5.349	**6.156**	6.298

(a) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as debêntures, possuem remuneração de 4% a.a. (b) A Companhia efetua compulsoriamente depósitos a título de garantia, em decorrência da postergação parcial do saldo de Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços - ICMS para o Estado de Goiás. No consolidado, inclui também depósitos em garantia da operação em conjunto BAESA e da controlada Estreito, com finalidade de constituir reserva para obrigações com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e Fundação Nacional do Índio - FUNAI, respectivamente.

8. Contas a receber de clientes: Política contábil: Correspondem aos valores referentes à venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, líquidos da provisão para perda de crédito esperada. As contas a receber no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. O montante de provisão para perda de crédito esperada foi estimado com base na análise de risco dos créditos, que contempla histórico de perdas, percentual de inadimplência médio, situação individual dos clientes, situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber futuros.

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Clientes dos mercados interno e externo	**180.704**	204.643	**181.580**	205.185
Classificadas no não circulante	**2.076**	3.635	**2.076**	3.635
Classificadas no circulante	**178.628**	201.008	**179.504**	201.550
Provisão para perdas de crédito esperada	**(6.656)**	(45.130)	**(6.656)**	(45.130)
Total líquido no circulante	**171.972**	155.878	**172.848**	156.420

(b) Vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
A vencer	**167.157**	156.539	**168.033**	157.081
Vencidos:				
0 a 30 dias	**5.582**	2.588	**5.582**	2.588
31 a 60 dias	**946**	405	**946**	405
61 a 90 dias	**688**	136	**688**	136
91 a 180 dias	**1.248**	305	**1.248**	305
181 dias ou mais	**5.083**	44.670	**5.083**	44.670
Total	**180.704**	204.643	**181.580**	205.185

(c) Movimentação da provisão para perdas de crédito esperada

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Saldo no início período	**45.130**	48.252	**45.130**	48.252
Constituições/reversões, liquidas	**919**	(1.413)	**919**	(1.413)
Montantes baixados no período como incobráveis	**(39.393)**	(1.709)	**(39.393)**	(1.709)
Saldo no fim do período	**6.656**	45.130	**6.656**	45.130

9. Estoques: Política contábil: São apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método do custo médio de aquisição ou produção. Os custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). A perda estimada para redução ao valor realizável líquido considera a provisão para a realização dos itens de estoque cujo preço de venda estimado é abaixo do custo de produção, e também para aqueles itens de giro lento e que poderão se tornar obsoletos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. Para os itens de almoxarifado (peças de manutenção) são apresentados nos estoques de curto prazo (circulante) apenas a parcela realizável nos próximos 12 meses, tendo como premissa o consumo médio anual. Dessa forma, os itens que excederem o saldo do consumo médio são classificados como não circulante.

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Produtos acabados	**47.320**	41.763	**45.912**	39.793
Produtos em elaboração	**130.609**	86.270	**126.219**	81.935
Matéria-prima	**134.101**	133.946	**134.202**	134.010
Combustíveis	**126.458**	54.251	**126.458**	54.297
Almoxarifado	**87.954**	96.080	**87.970**	96.080
Adiantamento a fornecedores	**856**	58.956	**856**	58.956
Estoque em trânsito (a)	**–**	22.496	**–**	22.496
Embalagem e outros	**7.978**	5.756	**7.978**	5.756
Provisão para realização (b)	**(144.671)**	(152.074)	**(144.671)**	(152.074)
Total	**390.605**	347.444	**384.924**	341.249
Circulante	**361.616**	347.444	**355.935**	341.249
Não circulante (c)	**28.989**	–	**28.989**	–

(b) A movimentação da provisão para perdas de estoques

	2021	**2020**
Saldo no início do exercício	**152.074**	46.417
Constituições (d)	**23.746**	124.052
Baixas (e)	**(31.149)**	(18.395)
Saldo no fim do exercício	**144.671**	152.074

(a) Refere-se à transação de importação de matéria-prima com a parte relacionada Intercement Trading e Inversiones, com cláusula contratual "incoterm" CFR (cost and freight - custo e frete), onde a partir do momento em que a mercadoria cruza o navio, todos os benefícios e responsabilidades passam a ser do comprador. Em 31 de dezembro de 2021, todavia, não haviam estoques em trânsito desta ou qualquer outra natureza. (b) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as provisões para ajuste ao valor de realização referem-se essencialmente a estoques de matéria-prima, peças de manutenção (almoxarifado) e estoques de fábricas paralisadas temporariamente. (c) Em 31 de dezembro de 2021 referem-se a estoques de almoxarifado que possuem previsão de consumo médio superior a doze meses. Devido a limitação da aplicação da política de almoxarifado, implementada em 2021, de forma retrospectiva, a Companhia adotou essa prática seguindo a abordagem prospectiva. (d) Em 31 de dezembro de 2021, as adições referem-se essencialmente a estoques de almoxarifado com baixo giro. Em relação a 31 de dezembro de 2020, as adições referem-se essencialmente a estoques de matéria-prima, pois a Companhia possuía até 1° de janeiro de 2021 contrato com cláusula "take or pay" para aquisição de escória bruta, sendo que após o encerramento do contrato, as condições de mercado tornaram o produto menos atrativo no mercado, fato que levou a Companhia a reavaliar os estoques e constituir a provisão no montante de R$109.615, com a contrapartida no grupo do CPV (custo do produto vendido). (e) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as baixas referem-se às contabilizações das perdas efetivas de estoques descartados, bem como, venda de peças de manutenção para terceiros que estavam provisionadas.

10. Impostos a recuperar: Política contábil: Correspondem aos impostos a recuperar decorrentes de créditos tributários obtidos nas compras de insumos, serviços e ativo imobilizado, pelos quais serão objeto de futura recuperação, assim como antecipações e/ou retenções de impostos e contribuições que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais. Os impostos a recuperar mantidos no curto prazo estão previstos para serem compensados nos próximos 12 meses, de acordo com o plano orçamentário aprovado pela administração.

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	**10.917**	8.944	**11.152**	9.229
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	**25.118**	27.419	**25.118**	27.419
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar (a)	**117.733**	30.632	**117.988**	30.922
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras	**3.842**	1.127	**4.590**	1.462
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	**23.481**	6.874	**23.482**	6.874
Contribuição Previdenciária sobre Verbas Indenizatórias	**12.605**	13.161	**12.609**	13.161
Impostos antecipados e outros	**459**	160	**462**	168
Total	**194.155**	88.317	**195.401**	89.235
Classificados no circulante	**68.706**	39.347	**69.952**	40.265
Classificados no não circulante	**125.449**	48.970	**125.449**	48.970

(a) Em 2018, a Companhia registrou PIS e COFINS a recuperar no montante de R$254.421, sendo R$134.642 de principal e R$119.780 de atualização monetária, reconhecido em sua demonstração de resultados, respectivamente, nas rubricas de Outras receitas operacionais e Receitas financeiras, em decorrência do trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, pagos pela Cimpor Cimentos do Brasil (incorporada pela Companhia em dezembro de 2013) nos períodos de junho de 2005 a fevereiro de 2013. Em 2019, a Receita Federal do Brasil publicou a Instrução Normativa 1.911/2019 ("IN"), que limita aos contribuintes o aproveitamento do crédito de PIS e COFINS, criando uma expectativa de que a Receita Federal do Brasil somente homologaria a parte calculada de acordo com essa IN (incontroversa) do crédito. Diante deste fato, em dezembro de 2019, a Companhia alienou parte dos créditos a um fundo de investimento, referente à parcela incontroversa, na forma de precatórios e com deságio de aproximadamente 70%, pelo montante de R$54.091, tendo provisionado a totalidade dos créditos remanescentes (parte controversa). Em julho de 2020, a Companhia alienou esses créditos a um fundo de investimento, pelo montante de R$131.000, gerando um ganho de R$40.760, sendo R$26.164 de principal e R$14.596 de atualização monetária, reconhecido em sua demonstração de resultados, respectivamente, nas linhas de outras receitas operacionais e de receitas financeiras. Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria, em julgamento com repercussão geral, que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. O estabelecido nessa decisão também esclareceu que a tese trata do ICMS destacado em nota fiscal. Diante dessa decisão, a perspectiva de realização mudou, e, portanto, a Companhia registrou durante o segundo trimestre de 2021 a parte que era controversa do crédito de PIS e da COFINS no montante de R$96.867, sendo R$47.580 de principal e R$49.287 de atualização monetária, reconhecido em sua demonstração de resultados, respectivamente, nas linhas de outras receitas operacionais e de receitas financeiras.

11. Investimentos: Política contábil: Os investimentos em participações societárias são registrados pelo método de equivalência patrimonial na controladora. No consolidado, as participações em consórcios e operações em conjunto ("joint operation") são reconhecidas linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado da Companhia de forma proporcional ao percentual de participação.

(a) Composição

	Participação no capital social - %		Ações/cotas possuídas		Patrimônio líquido		Resultado Do exercício		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo dos Investimentos	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Controladas:												
Barra Grande Participações S.A.	**80,07**	80,07	**51.348.455**	51.348.455	**89.253**	70.998	**36.730**	36.041	**8.482**	7.231	**60.231**	55.619
Companhia de Mineração Candiota (a)	**97,23**	96,51	**29.636.946**	20.605.360	**14.181**	13.187	**(8.506)**	(5.925)	**(8.262)**	(5.160)	**13.838**	12.727
Estreito Participações S.A.	**80,82**	80,82	**146.769.168**	146.769.168	**225.333**	200.001	**42.313**	21.478	**11.807**	5.323	**166.812**	160.107
Eco Processa Tratamento de Resíduos Ltda.	**100,00**	100,00	**700.000**	700.000	**234**	268	**(34)**	(34)	**(34)**	(34)	**233**	268
Machadinho Participações S.A.	**80,15**	80,15	**25.484.220**	25.484.220	**45.168**	39.976	**40.911**	39.416	**9.602**	7.776	**31.623**	29.672
Neogera Investimentos em Inovação Ltda.	**99,87**	99,87	**779.000**	779.000	**636**	682	**(46)**	(16)	**(46)**	(17)	**636**	682
									21.549	15.119	**273.373**	259.075
Operações em conjunto:												
CCEscom Cement (b)	**50,10**	50,10	**–**	9.018	**–**	–	**–**	–	**–**	–	**–**	–
									–	–	**–**	–
Total									**21.549**	15.119	**273.373**	259.075
										Classificados no ativo	**273.373**	259.075

(a) Em 2020, a Companhia aprovou o aumento de capital na controlada, Companhia de Mineração Candiota "Comican conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.2 (i) letra "b". (b) Em 30 de abril de 2016, a Companhia constituiu provisão para perda da totalidade de sua participação na controlada em conjunto CCEscom Cement, no montante de R$8.205. Em 23 de junho de 2021, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Intercement Participações S.A., para venda das ações da CCEscom Cement B.V., à Intercement Participações S.A. O valor da transação é de R$1,00, não gerando perda ou ganho na transação. As informações sobre as principais controladas e operações em conjunto em 31 de dezembro de 2021 são como segue: Barra Grande Participações S.A.: Companhia brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2021, possui a participação na Companhia BAESA, que tem como objetivo principal explorar o potencial de energia hidráulica, construir e manter a propriedade da usina hidrelétrica Barra Grande ("UHE Barra Grande") e comercializar ou utilizar a energia elétrica produzida pelo prazo de concessão. A controlada Barra Grande adota o método de equivalência patrimonial para a contabilização desta operação em conjunto, com base na existência de acordo de acionistas. Companhia de Mineração Candiota: sociedade brasileira constituída em 07 de janeiro de 2008, com o objetivo de extração e comercialização de minerais não metálicos. Neogera Investimentos em Inovação Ltda.: sociedade brasileira constituída em 16 de outubro de 2014, com o objetivo de conduzir e investir em projetos de inovação. Machadinho Participações S.A.: sociedade brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2021, possui a participação no Consórcio Machadinho. Estreito Participações S.A.: sociedade brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2021, possui a participação no Consórcio CESTE.

(b) Movimentação

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2019	243.236
Aumento de capital (a)	20.350
Equivalência patrimonial	15.119
Dividendos recebidos (c)	(17.987)
Outras transações de capital (b)	(1.643)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	259.075
Aumento de capital (a)	**9.500**
Equivalência patrimonial	**21.549**
Dividendos recebidos (c)	**(16.624)**
Outras transações de capital (b)	**(127)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**273.373**

(a) Refere-se a aumento de capital na controlada Companhia de Mineração Candiota, mediante créditos retidos no ano de 2020 e aporte em caixa em 2021. (b) Perda na variação de participação referente a controlada Companhia de Mineração Candiota. (c) Refere-se a dividendos recebidos das controladas Barra Grande, Estreito Participações e Machadinho Participações, durante o ano de 2021, e das controladoras Barra Grande e Machadinho Participações, durante o ano de 2020.

12. Imobilizado: Política contábil: O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O imobilizado em andamento representa ativos tangíveis em fase de construção/produção, registrados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas. Esses ativos são depreciados a partir do momento em que estão em condições de serem utilizados para os fins pretendidos. Avaliação do valor recuperável (exceto ágio, classificado como intangível): No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados posteriormente para a análise de uma possível reversão do impairment, na data do balanço. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

(a) Composição

Controladora	2021				2020			
	Custo	**Depreciação**	**Ajuste ao valor de realização**	**Valor líquido**	**Custo**	**Depreciação**	**Ajuste ao valor de realização**	**Valor líquido**
Terrenos (d)	**70.612**	**–**	**–**	**70.612**	150.046	–	(27.310)	122.736
Edifícios	**1.464.826**	**(855.457)**	**(65.276)**	**544.093**	1.465.175	(847.225)	(59.866)	558.084
Máquinas e equipamentos (a)	**3.073.500**	**(2.281.049)**	**(90.292)**	**702.159**	2.965.802	(2.212.994)	(73.512)	679.296
Veículos (a)	**40.499**	**(37.655)**	**–**	**2.844**	52.724	(46.263)	–	6.461
Móveis e utensílios	**18.562**	**(17.323)**	**(60)**	**1.179**	20.034	(18.857)	(76)	1.101
Peças de reposição	**39.641**	**(7.526)**	**(2.268)**	**29.847**	41.663	(6.561)	(1.504)	33.598
Adiantamentos a fornecedores (e)	**80.429**	**–**	**(31.707)**	**48.722**	80.427	–	(31.705)	48.722
Imobilizado em andamento (b)	**807.198**	**–**	**(465.675)**	**341.523**	790.709	–	(499.985)	290.724
Outros	**19.332**	**(13.183)**	**–**	**6.149**	18.741	(12.155)	(26)	6.560
Total	**5.614.599**	**(3.212.193)**	**(655.278)**	**1.747.128**	5.585.321	(3.144.055)	(693.984)	1.747.282

Consolidado	2021				2020			
	Custo	**Depreciação**	**Ajuste ao valor de realização**	**Valor líquido**	**Custo**	**Depreciação**	**Ajuste ao valor de realização**	**Valor líquido**
Terrenos (d)	**85.989**	**(5.560)**	**–**	**80.429**	165.424	(5.075)	(27.310)	133.039
Edifícios	**1.479.362**	**(862.973)**	**(65.276)**	**551.113**	1.480.202	(854.237)	(59.866)	566.099
Máquinas e equipamentos (a)	**3.202.729**	**(2.342.576)**	**(90.292)**	**769.861**	3.094.720	(2.269.919)	(73.512)	751.289
Veículos (a)	**40.573**	**(37.725)**	**–**	**2.848**	52.799	(46.332)	–	6.467
Móveis e utensílios	**18.715**	**(17.448)**	**(60)**	**1.207**	20.227	(18.977)	(76)	1.174
Reservatório, barragens e adutoras	**280.818**	**(119.134)**	**–**	**161.684**	280.795	(109.678)	–	171.117
Peças de reposição	**39.641**	**(7.526)**	**(2.268)**	**29.847**	41.663	(6.561)	(1.504)	33.598
Adiantamentos a fornecedores (e)	**80.429**	**–**	**(31.707)**	**48.722**	80.427	–	(31.705)	48.722
Imobilizado em andamento (b)	**808.675**	**–**	**(465.675)**	**343.000**	791.970	–	(499.985)	291.985
Outros	**19.358**	**(13.209)**	**–**	**6.149**	18.768	(12.182)	(26)	6.560
Total	**6.056.289**	**(3.406.151)**	**(655.278)**	**1.994.860**	6.026.995	(3.322.961)	(693.984)	2.010.050

(b) Movimentação

Controladora - Movimentação 2021	Saldo 31/12/2020	Adições	Baixas (g)	Depreciações	Transferências (f)	Ajuste ao valor de realização (c)	Saldo 31/12/2021
Terrenos	122.736	**–**	**(79.435)**	**–**	**–**	**27.311**	**70.612**
Edifícios	558.084	**17.097**	**(1.403)**	**(34.421)**	**10.058**	**(5.322)**	**544.093**
Máquinas e Equipamentos	679.296	**109.329**	**(2.423)**	**(152.826)**	**85.564**	**(16.781)**	**702.159**
Veículos	6.461	**–**	**(133)**	**(4.270)**	**786**	**–**	**2.844**
Móveis e utensílios	1.101	**75**	**(24)**	**(397)**	**407**	**17**	**1.179**
Peças de reposição	33.598	**5.343**	**(445)**	**(1.108)**	**(6.688)**	**(853)**	**29.847**
Adiantamentos a fornecedores	48.722	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**48.722**
Imobilizado em andamento	290.724	**114.441**	**(180)**	**–**	**(97.770)**	**34.308**	**341.523**
Outros	6.560	**–**	**(40)**	**(398)**	**–**	**27**	**6.149**
Total	1.747.282	**246.285**	**(84.083)**	**(193.420)**	**(7.643)**	**38.707**	**1.747.128**

Controladora - Movimentação 2020	Saldo 31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências (f)	Ajuste ao valor de realização (c)	Saldo 31/12/2020
Terrenos	125.375	–	(3.268)	–	851	(222)	122.736
Edifícios	517.407	14.764	(7.141)	(41.645)	36.555	38.144	558.084
Máquinas e Equipamentos	664.978	82.259	(10.210)	(157.852)	71.822	28.299	679.296
Veículos	9.210	37	–	(4.542)	1.177	579	6.461
Móveis e utensílios	1.110	255	–	(576)	246	66	1.101
Peças de reposição	28.855	9.582	–	(412)	(4.893)	466	33.598
Adiantamentos a fornecedores	48.654	–	(623)	–	–	691	48.722
Imobilizado em andamento	251.314	96.264	–	–	(133.125)	76.271	290.724
Outros	18.525	–	1.865	(1.002)	(12.854)	26	6.560
Total	1.665.428	203.161	(19.377)	(206.029)	(40.221)	144.320	1.747.282

Consolidado - Movimentação 2021	Saldo 31/12/2020	Adições	Baixas (g)	Depreciações	Transferências (f)	Ajuste ao valor de realização (c)	Saldo 31/12/2021
Terrenos	133.039	**–**	**(79.435)**	**(485)**	**–**	**27.310**	**80.429**
Edifícios	566.099	**17.196**	**(1.403)**	**(34.926)**	**9.469**	**(5.322)**	**551.113**
Máquinas e Equipamentos	751.289	**110.010**	**(2.668)**	**(157.704)**	**85.715**	**(16.781)**	**769.861**
Veículos	6.467	**–**	**(133)**	**(4.272)**	**786**	**–**	**2.848**
Móveis e utensílios	1.174	**79**	**(29)**	**(399)**	**365**	**17**	**1.207**
Reservatórios, barragens e adutoras	171.117	**12**	**–**	**(9.457)**	**12**	**–**	**161.684**
Peças de reposição	33.598	**5.343**	**(445)**	**(1.108)**	**(6.688)**	**(853)**	**29.847**
Adiantamentos a fornecedores	48.722	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**48.722**
Imobilizado em andamento	291.985	**114.195**	**(180)**	**–**	**(97.308)**	**34.308**	**343.000**
Outros	6.560	**(26)**	**(41)**	**(371)**	**–**	**27**	**6.149**
Total	2.010.050	**246.809**	**(84.334)**	**(208.722)**	**(7.649)**	**38.706**	**1.994.860**

Consolidado - Movimentação 2020	Saldo 31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências (f)	Ajuste ao valor de realização (c)	Saldo 31/12/2020
Terrenos	136.234	–	(3.268)	(556)	851	(222)	133.039
Edifícios	525.843	14.764	(7.142)	(42.165)	36.655	38.144	566.099
Máquinas e Equipamentos	741.122	82.258	(10.209)	(162.649)	72.468	28.299	751.289
Veículos	9.225	37	(1)	(4.551)	1.178	579	6.467
Móveis e utensílios	1.188	256	(5)	(580)	249	66	1.174
Reservatórios, barragens e adutoras	181.559	–	–	(10.460)	18	–	171.117
Peças de reposição	28.855	9.583	–	(414)	(4.892)	466	33.598
Adiantamentos a fornecedores	48.655	–	(624)	–	–	691	48.722
Imobilizado em andamento	252.617	96.989	–	–	(133.892)	76.271	291.985
Outros	18.526	–	1.866	(1.002)	(12.856)	26	6.560
Total	1.943.824	203.887	(19.383)	(222.377)	(40.221)	144.320	2.010.050

(a) Nas rubricas "Máquinas e equipamentos" e "Veículos" existem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bens que foram adquiridos para as unidades de produção de concreto, por meio de contratos de financiamento (FINAME), que são garantidos pelos próprios bens financiados. O financiamento original corresponde a 90% do valor total dos bens e, em 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 16, o saldo a pagar (FINAME) é de R$2.816 (R$4.966 em 31 de dezembro de 2020). (b) Os saldos referem-se substancialmente a projetos para expansão de unidades e melhorias no processo produtivo, sendo que alguns desses projetos foram paralisados temporariamente e ajustados ao valor recuperável, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12 (b) - letra (c). (c) Na controladora, os saldos de provisão em 31 de dezembro de 2021 e 2020 referem-se principalmente a projetos e unidades paralisadas temporariamente, devido ao cenário econômico e ao momento do mercado de cimento no Brasil. Quando da recuperação do mercado, poderão retomar tais operações e investimentos, reavaliando a provisão determinada. As provisões compreendem principalmente saldos de imobilizado em andamento e adiantamentos a fornecedores. As reversões incorridas no período referem-se substancialmente à venda de alguns destes ativos, cisão parcial de determinados ativos não operacionais com a empresa do grupo InterCement Participações Investimentos S.A., reavaliação do laudo das unidades paralisadas e a depreciação do período. (d) De acordo com o Contrato de Concessão, os terrenos vinculados às UHEs Barra Grande e Estreito, são depreciados linearmente pelo prazo de concessão, e passarão ao final da concessão a integrar o patrimônio da União. (e) Referem-se essencialmente a expansão das fábricas de Caxitu e Cezarina. (f) Refere-se à transferência dos ativos em andamento para as classes do imobilizado e/ou intangível. (g) As baixas do período incluem a cisão parcial de determinados ativos não operacionais com a empresa do grupo InterCement Participações Investimentos S.A., conforme mencionado na nota 1.1 (b).

13. Intangível: Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente: São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados periodicamente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis gerados internamente: Resultam de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) e são reconhecidos se demonstradas todas as seguintes condições: • A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda. • A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo. • A habilidade de usar ou vender o ativo intangível. • Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros. • A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo. • A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente. Ágio: O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições em combinação de negócio é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras. O ágio é submetido anualmente a testes de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação nesse sentido. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Direito de exploração de minas: Os custos relacionados a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados usando-se o método de exaustão de minas. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na extração e utilização, respectivamente, considerando-se as vidas úteis estimadas. Os gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas, incluindo, entre outros, a retirada e a disposição do material denominado estéril e a construção de taludes e rotas, são contabilizadas agregando-se o valor das minas e amortizados com base no percentual de exploração em relação ao rendimento total esperado durante a vida útil. Softwares, desenvolvimento de projetos e outros: Os custos associados à aquisição de softwares, desenvolvimento de projetos e outros intangíveis são amortizados durante sua vida útil. Bens vinculados à concessão: Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hidrelétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro contábil é feito no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros). A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo índice contratual estabelecido e pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.

(a) Composição

Controladora	2021				2020			
	Custo	**Amortização e exaustão**	**Ajuste ao valor de realização (d)**	**Valor líquido**	**Custo**	**Amortização e exaustão**	**Ajuste ao valor de realização (d)**	**Valor líquido**
Direitos de exploração de minas (a)	**273.879**	**(187.878)**	**(17.921)**	**68.080**	304.668	(153.619)	(67.534)	83.515
Direitos de uso de software	**84.008**	**(72.199)**	**(117)**	**11.692**	75.355	(66.654)	(92)	8.609
Gastos com desenvolvimento de projetos	**155.226**	**(150.797)**	**(153)**	**4.276**	166.349	(153.670)	(108)	12.571
Marcas e patentes e outros	**30.679**	**(16.354)**	**(2.581)**	**11.744**	27.609	(15.096)	(1.266)	11.247
	543.792	**(427.228)**	**(20.772)**	**95.792**	573.981	(389.039)	(69.000)	115.942

Controladora	2021				2020			
Ágio:	**Custo**	**Amortização e exaustão**	**Ajuste ao valor de realização (d)**	**Valor líquido**	**Custo**	**Amortização e exaustão**	**Ajuste ao valor de realização (d)**	**Valor líquido**
CBC - Companhia Brasileira de Concreto (b)	**102.633**	**–**	**–**	**102.633**	102.633	–	–	102.633
RA Participações de Investimentos Ltda. (b)	**14.882**	**–**	**–**	**14.882**	14.882	–	–	14.882
Cia. Industrial e Mercantil de Cimentos S.A. (b)	**75.801**	**–**	**–**	**75.801**	75.801	–	–	75.801
Incorporação da Goiás (c)	**16.361**	**–**	**–**	**16.361**	16.361	–	–	16.361
Incorporação da Cimento Brumado (c)	**59.983**	**–**	**–**	**59.983**	59.983	–	–	59.983
Aquisição de centrais de concreto (c)	**8.794**	**–**	**–**	**8.794**	8.794	–	–	8.794
Outros	**22.858**	**–**	**–**	**22.858**	22.858	–	–	22.858
	301.312	**–**	**–**	**301.312**	301.312	–	–	301.312
Total intangível Controladora	**845.104**	**(427.228)**	**(20.772)**	**397.104**	875.293	(389.039)	(69.000)	417.254

continua

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

—☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado							
	2021				2020			
	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização (d)	Valor líquido	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização (d)	Valor líquido
Direitos de exploração de minas (a)	323.630	(221.722)	(17.921)	83.987	344.511	(178.872)	(67.534)	98.105
Bens vinculados à concessão	72.628	(10.160)	–	62.468	21.044	(9.154)	–	11.890
Direitos de uso de software	84.129	(72.310)	(117)	11.702	75.472	(66.811)	(92)	8.569
Gastos com desenvolvimento de projetos	172.503	(168.073)	(153)	4.277	183.626	(170.945)	(108)	12.573
Marcas e patentes e outros	31.030	(16.586)	(2.581)	11.863	27.961	(15.276)	(1.266)	11.419
	683.920	(488.851)	(20.772)	174.297	652.614	(441.058)	(69.000)	142.556

	Consolidado							
	2021				2020			
Ágio:	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido
CBC - Companhia Brasileira de Concreto (b)	102.633	–	–	102.633	102.633	–	–	102.633
RA Participações de Investimentos Ltda. (b)	14.882	–	–	14.882	14.882	–	–	14.882
Cia. Industrial e Mercantil de Cimentos S.A. (b)	75.801	–	–	75.801	75.801	–	–	75.801
Incorporação da Goiás (c)	16.361	–	–	16.361	16.361	–	–	16.361
Incorporação da Cimento Brumado (c)	59.983	–	–	59.983	59.983	–	–	59.983
Aquisição de centrais de concreto (c)	8.794	–	–	8.794	8.794	–	–	8.794
Outros	22.858	–	–	22.858	22.858	–	–	22.858
	301.312	–	–	301.312	301.312	–	–	301.312
Total intangível Consolidado	985.232	(488.851)	(20.772)	475.609	953.926	(441.058)	(69.000)	443.868

(b) Movimentação

	Controladora – Movimentação 2021						
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas (e)	Amortizações e exaustões	Transferência	Ajuste ao valor de realização (d)	Saldo em 31/12/2020
Ágio	301.312	–	–	–	–	–	301.312
Direitos de uso de software	8.609	2.857	(1)	(5.937)	6.189	(25)	11.692
Direitos de exploração de minas	83.515	5.469	(40.287)	(34.734)	4.504	49.613	68.080
Gastos com desenvolvimento de projetos	12.571	–	–	(3.780)	(4.470)	(45)	4.276
Marcas e patentes e outros	11.247	1.699	–	(1.303)	1.420	(1.319)	11.744
	417.254	10.025	(40.288)	(45.754)	7.643	48.224	397.104

	Controladora – Movimentação 2020						
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Amortizações e exaustões	Transferência	Ajuste ao valor de realização (d)	Saldo em 31/12/2020
Ágio	301.312	–	–	–	–	–	301.312
Direitos de uso de software	2.073	5.088	–	(6.848)	8.245	51	8.609
Direitos de exploração de minas	143.412	–	(121)	(25.771)	22.571	(56.576)	83.515
Gastos com desenvolvimento de projetos	12.720	–	–	(5.256)	5.191	(84)	12.571
Marcas e patentes e outros	9.467	78	(76)	(1.216)	4.214	(1.220)	11.247
	468.984	5.166	(197)	(39.091)	40.221	(57.829)	417.254

	Consolidado – Movimentação 2021						
	Saldo em 31/12/2020	Adições (f)	Baixas (e)	Amortizações e exaustões	Transferência	Ajuste ao valor de realização (d)	Saldo em 31/12/2021
Ágio	301.312	–	–	–	–	–	301.312
Direitos de uso de software	8.568	2.857	(1)	(5.891)	6.194	(25)	11.702
Direitos de exploração de minas	98.105	15.377	(40.287)	(43.325)	4.504	49.613	83.987
Gastos com desenvolvimento de projetos	12.573	–	–	(3.781)	(4.470)	(45)	4.277
Marcas e patentes e outros	11.420	1.699	–	(1.358)	1.421	(1.319)	11.863
Bens vinculados à concessão	11.890	51.584	–	(1.006)	–	–	62.468
	443.868	71.517	(40.288)	(55.361)	7.649	48.224	475.609

	Consolidado – Movimentação 2020						
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Amortizações e exaustões	Transferência	Ajuste ao valor de realização (d)	Saldo em 31/12/2020
Ágio	301.312	–	–	–	–	–	301.312
Direitos de uso de software	2.037	5.088	–	(6.852)	8.244	51	8.568
Direitos de exploração de minas	157.708	7.117	(121)	(28.981)	18.958	(56.576)	98.105
Gastos com desenvolvimento de projetos	12.719	–	–	(5.253)	5.191	(84)	12.573
Marcas e patentes e outros	9.651	78	(76)	(1.227)	4.214	(1.220)	11.420
Bens vinculados à concessão	12.213	408	–	(4.345)	3.614	–	11.890
	495.640	12.691	(197)	(46.658)	40.221	(57.829)	443.868

(a) Referem-se essencialmente a gastos com direitos minerários, licenciamentos e gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas. A vida útil foi divulgada na Nota Explicativa nº 3 (iii). (b) Referem-se a ágios pagos na aquisição dessas entidades, que já foram incorporadas pela Companhia. Os ágios foram amortizados pela taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização, conforme Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". (c) Referem-se à parcela de ágio decorrente da incorporação da Cimpor Cimentos Brasil S.A.. Os ágios foram pagos na aquisição dessas entidades pela Cimpor Cimentos do Brasil S.A. e tais entidades foram incorporadas pela Companhia. Os ágios foram amortizados pela taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização, conforme Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". (d) Em 2020, a Administração revisou seu portfólio de ativos relacionados à concessão e o uso esperado de tais ativos no plano de negócios da época, tendo considerado que tais ativos não seriam mais recuperáveis no futuro, com consequente registro de perda por redução ao valor recuperável de R$57.829 naquele exercício. Em 2021, a reversão refere-se essencialmente a cisão parcial de determinados ativos não operacionais, então provisionados, com a empresa do grupo InterCement Participações Investimentos S.A., conforme mencionado na nota 1.1 (b). (e) Referem-se essencialmente a cisão parcial de determinados ativos não operacionais com a empresa do grupo InterCement Participações Investimentos S.A., conforme mencionado na nota 1.1 (b). (f) Em 2021 as adições incluem a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, por meio da extensão do prazo de concessão do Uso do Bem Público (UBP) dos consórcios em 5 anos de Baesa, no montante de R$24.400, e Estreito Participações, no montante de R$18.700. (c) Perdas por redução ao valor recuperável do ágio: A Companhia anualmente ou quando há indicadores de redução ao valor recuperável revisa as premissas subjacentes para determinação do valor recuperável dos ativos líquidos, considerando a estimativa do fluxo de caixa futuro para os próximos 10 anos (ciclo do negócio) que refletem, entre outros, um conjunto de estimativas relacionadas ao crescimento de mercado, participação de mercado, investimentos e custos. Na preparação das projeções de fluxo de caixa, a Administração considerou as melhores premissas disponíveis à partir de 31 de dezembro de 2021. A taxa de desconto utilizada foi calculada antes dos impostos e reflete riscos específicos relacionados com a UGC. Ao avaliar essas melhores premissas, a Administração não encontrou necessidade de registrar provisões adicionais para perdas por redução ao valor recuperável.

	2021			2020		
Unidade geradora de caixa (UGC)	Ágio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento real	Ágio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento real
Cimentos (vide nota 31)	301.312	13,53%	0,0%	301.312	11,08%	0,0%

Análise de sensibilidade: Considerando o fluxo de caixa descontado de 31 de dezembro de 2021, a Companhia calculou o eventual impacto das alterações na taxa de desconto e na margem EBITDA em relação a todas as projeções de negócio, considerando os cenários dos impactos entre os ranges de 0,50% a 3,50% de redução/aumento no valor recuperável do ativo. A conclusão da Administração é que não há uma perda por redução ao valor recuperável.

14. Arrendamentos: Política contábil: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, que não são pagos na data de início, sem considerar a inflação futura projetada, descontados aplicando-se a taxa incremental nominal de captação (taxa de desconto). De acordo com alguns contratos de arrendamentos, os fluxos de pagamentos futuros são indexados por índices inflacionários; entretanto, para fins contábeis de apuração do passivo de arrendamento a Companhia não considera a inflação futura projetada ou outro tipo de reajuste de preço futuro. A Companhia utiliza a taxa incremental nominal de captação pois as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros não podem ser prontamente determinadas. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem os pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos fixos em essência). O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial. O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que o prazo de arrendamento for alterado ou o preço é reajustado (por exemplo: reajuste anual com base em índice inflacionário ou outro índice de reajuste).

(a) Composição - Direito de Uso

Controladora 2021						
Categoria	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Provisão para Perdas (c)	Saldo final
Imóveis	7.903	6.426	–	(2.498)	(479)	11.352
Equipamentos de informática	451	1.653	–	(762)	–	1.342
Máquinas e equipamentos	207.255	8.572	(2.931)	(101.808)	243	111.331
Veículos	9.054	(72)	–	(1.807)	–	7.175
Total	224.663	16.579	(2.931)	(106.875)	(236)	131.200

Controladora 2020						
Categoria	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Provisão para Perdas (c)	Saldo final
Imóveis	11.225	–	–	(1.783)	(1.539)	7.903
Equipamentos de informática	460	600	–	(609)	–	451
Máquinas e equipamentos	222.924	91.512	–	(104.106)	(3.075)	207.255
Veículos	11.340	–	(421)	(1.865)	–	9.054
Total	245.949	92.112	(421)	(108.363)	(4.614)	224.663

Consolidado 2021						
Categoria	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Provisão para Perdas (c)	Saldo final
Imóveis	7.923	6.426	–	(2.498)	(479)	11.372
Equipamentos de informática	451	1.653	–	(762)	–	1.342
Máquinas e equipamentos	207.255	20.731	(2.931)	(108.327)	243	116.971
Veículos	9.098	(72)	–	(1.807)	–	7.219
Total	224.727	28.738	(2.931)	(113.394)	(236)	136.904

Consolidado 2020						
Categoria	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Provisão para Perdas (c)	Saldo final
Imóveis	11.245	–	–	(1.783)	(1.539)	7.923
Equipamentos de informática	460	600	–	(609)	–	451
Máquinas e equipamentos	222.924	91.512	–	(104.106)	(3.075)	207.255
Veículos	11.411	–	(448)	(1.865)	–	9.098
Total	246.040	92.112	(448)	(108.363)	(4.614)	224.727

(b) Composição - Passivo de arrendamento

Controladora 2021						
Categoria	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	Juros	Saldo final
Imóveis	10.193	6.426	–	(3.641)	1.395	14.373
Equipamentos de informática	456	1.653	–	(802)	48	1.355
Máquinas e equipamentos	222.206	8.572	(2.931)	(115.306)	12.400	124.941
Veículos	9.804	(72)	–	(2.411)	770	8.091
Total	242.659	16.579	(2.931)	(122.160)	14.613	148.760
					Classificado no circulante	93.502
					Classificado no não circulante	55.258

Controladora 2020						
Categoria	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	Juros	Saldo final
Imóveis	11.648	–	–	(2.395)	940	10.193
Equipamentos de informática	477	600	–	(653)	32	456
Máquinas e equipamentos	231.621	91.512	–	(118.339)	17.412	222.206
Veículos	11.792	–	(421)	(2.490)	923	9.804
Total	255.538	92.112	(421)	(123.877)	19.307	242.659
					Classificado no circulante	110.882
					Classificado no não circulante	131.777

Consolidado 2021						
Categoria	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	Juros	Saldo final
Imóveis	10.222	6.426	–	(3.641)	1.395	14.402
Equipamentos de informática	457	1.653	–	(802)	48	1.356
Máquinas e equipamentos	222.180	20.731	(2.931)	(122.790)	14.048	131.238
Veículos	9.864	(72)	–	(2.411)	770	8.151
Total	242.723	28.738	(2.931)	(129.644)	16.261	155.147
					Classificado no circulante	99.864
					Classificado no não circulante	55.283

Consolidado 2020						
Categoria	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	Juros	Saldo final
Imóveis	11.677	–	–	(2.395)	940	10.222
Equipamentos de informática	478	600	–	(653)	32	457
Máquinas e equipamentos	231.621	91.512	–	(118.365)	17.412	222.180
Veículos	11.853	–	(448)	(2.464)	923	9.864
Total	255.629	92.112	(448)	(123.877)	19.307	242.723
					Classificado no circulante	110.908
					Classificado no não circulante	131.815

(a) Incluem adições de novos contratos. As atualizações de índices devidos sobre os passivos de arrendamento são registradas de acordo com cada contrato, ocasionando impactos de ajuste a valor presente de passivos de arrendamento e direitos de uso em arrendamentos. Adicionalmente, nas datas de aniversário dos contratos, inclui a remensuração de ativos e passivos dos pagamentos variáveis considerados como pagamentos fixos em essência. Estas atualizações, quando ocorrem, não impactam o resultado, apenas as rubricas patrimoniais. (b) Contratos encerrados antecipadamente. (c) Referem-se a provisões de contratos de ativos arrendados relacionados a armazenagem e movimentação de matéria-prima (escória bruta). Considerando que tais ativos não geram benefício econômico futuro, conforme citado na Nota Explicativa nº 9.d, a Companhia avaliou e constituiu provisão para realização dos direitos de uso relacionados ao arrendamento do imóvel e dos equipamentos. Durante o ano de 2021, as adições referem-se substancialmente ao efeito de reajustes contratuais e as reversões ao efeito da amortização destes ativos. (c) Cronograma de vencimento dos passivos de arrendamento: Em 31 de dezembro de 2021, o cronograma de vencimento dos passivos de arrendamento no consolidado reconhecidos no passivo não circulante é conforme segue:

Ano	Fluxo Bruto	Juros embutidos	Passivo de Arrendamento
2023	38.501	(3.371)	35.130
2024	9.224	(1.520)	7.704
2025	5.944	(1.018)	4.926
2026>	9.225	(1.702)	7.523
Total	62.894	(7.611)	55.283

(d) Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar: A Companhia possui o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto, em 31 de dezembro de 2021, de R$15.875 na Controladora e no Consolidado (R$24.750 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020). (e) Informações referentes aos passivos sem inflação, efetivamente contabilizados e, estimativa dos saldos inflacionados.

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo real	171.675	267.573	164.585	267.509
Passivo de arrendamento	(16.528)	(24.850)	(15.825)	(24.850)
Juros embutidos	155.147	242.723	148.760	242.659

	Consolidado		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo inflacionado	183.445	286.053	175.869	285.985
Passivo de arrendamento	(19.252)	(27.601)	(18.434)	(27.601)
Juros embutidos	164.193	258.452	157.435	258.384

15. Fornecedores: Política contábil: O saldo de fornecedores refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados no passivo circulante em função dos pagamentos vencerem em até 12 meses. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos e trazidas ao valor presente quando aplicável na data das transações, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia. As operações de risco sacado com fornecedores são negociações junto a instituições financeiras que possibilitam aos fornecedores a antecipação dos recebíveis decorrente de vendas de mercadorias. A efetiva antecipação dos recebíveis depende do aceite por parte de seus fornecedores, tendo em vista que a participação não é obrigatória.

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Nacionais	334.053	253.277	322.680	239.948
Nacionais - Risco sacado (a)	260.804	108.430	260.804	108.430
Estrangeiros	1.618	45.837	1.618	45.838
	596.475	407.544	585.102	394.216

(a) As taxas de juros praticadas pelos bancos juntos aos fornecedores estão entre 0,66% a 1,21% a.m. em 2021 (0,60% a 0,89% a.m. em 2020).

16. Empréstimos e financiamentos: Política contábil: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos do custo de transação e posteriormente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período superior a três meses para ficarem prontos para uso, são acrescidos ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou para a venda. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos. (a) Composição: Os saldos demonstrados referem-se a controladora e consolidado.

Modalidade/Instituição financeira	Encargos	Vencimento até	2021	2020
Moeda nacional:				
Banco do Brasil S.A. (a)	2.94% a.a.	Dezembro de 2024	26.580	35.440
FINAME (b)	2,50% a 10% a.a.	Novembro de 2023	2.816	4.966
Itaú BBA - Fomentar (c)	Parcela fixa	Dezembro de 2022	12.841	14.271
Total			42.237	54.677
Classificados no circulante - juros (apresentados como "Juros a pagar")			67	92
Classificados no circulante - principal			23.457	13.667
Classificados no não circulante - principal			18.713	40.918

(a) Linha de crédito para ampliação de fábrica na cidade de Cezarina, Estado de Goiás. Esse empréstimo exige que a Companhia mantenha o saldo de contas a receber de clientes equivalente a no mínimo 20% do valor da dívida atualizada. (b) Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados, conforme nota explicativa 12 (a). Em 28 de dezembro de 2006, conforme instrumento de cessão de crédito assinado entre a Companhia e o Banco Itaú BBA S.A., foi transferido o título dos créditos relativos à aquisição do incentivo fiscal Fomentar da Cimpor Brasil Participações Ltda., por R$18.000, para o Banco Itaú BBA S.A., cuja dívida nominal e prefixada correspondia a R$57.772, com desconto de R$39.772, o qual será liquidado pela Companhia sem correção. A dívida da Companhia foi descontada a valor presente de acordo com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, considerando a taxa de oportunidade de 15,34% ao ano, a ser liquidada em parcelas anuais e sucessivas até 2022.

(b) Movimentação	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	268.487
Pagamentos	(221.843)
Juros	8.033
Saldo em 31 de dezembro de 2020	54.677
Pagamentos	(14.898)
Juros	2.458
Saldo em 31 de dezembro de 2021	42.237

(c) Cronograma de vencimento: Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas classificadas no passivo não circulante (principal) têm o cronograma de vencimento conforme segue:

Exercício	Controladora e Consolidado
2023	9.874
2024	8.839
Total	18.713

17. Debêntures: Política contábil: As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquidas do custo de transação e posteriormente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos.

(a) Composição

	Controladora e Consolidado			
	Encargos anuais	Vencimento final	2021	2020
Debêntures (a) e (b)	100% da taxa DI +3,75% a.a.	Junho de 2027	2.722.761	1.706.177
Custos a apropriar (b)		Junho de 2027	(8.619)	–
Total			2.714.142	1.706.177
Classificados no circulante - juros (apresentados como "Juros a pagar")			22.600	6.016
Classificados no não circulante - principal			2.700.161	1.700.161
Classificados no não circulante - custos a apropriar			(8.619)	–

(a) Em 8 de junho de 2020, a Companhia emitiu 1.700.161 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em nove séries, no valor unitário de R$1.000,00. As debêntures são remuneradas a 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,75% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente sem carência, e o principal em parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento em junho de 2023 e o último na data de vencimento em junho de 2027. Os recursos provenientes dessa emissão foram convertidos integralmente para liquidação de debêntures antigas (primeira e segunda emissão), e para pagamento de outros empréstimos e financiamentos que possuíam prazos de vencimento inferiores à nova captação. Os custos com a emissão da dívida no montante de R$22.536 foram reconhecidos diretamente no resultado do período. O reconhecimento como despesa foi realizado de acordo com o CPC 48 que determina que quando um instrumento de dívida é contabilizado como uma extinção da dívida original, as taxas incorridas devem ser imediatamente reconhecidas como parte do ganho ou perda na extinção. (b) Em 30 de setembro de 2021, a Companhia emitiu 1.000.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em nove séries, no valor unitário de R$1.000,00. As debêntures são remuneradas a 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,75% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente sem carência, e o principal em parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento em junho de 2023 e o último na data de vencimento em junho de 2027. Os custos incorridos com as emissões das debêntures da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R$9.223 e são apropriados ao resultado durante o período da dívida. (b) Condições restritivas: Os contratos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, em que os índices financeiros são calculados com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da InterCement Participações S.A., sempre em 31 de dezembro de cada ano, e a captação está garantida por aval. Para as debêntures emitidas em 2020, a Companhia firmou, juntamente com a holding do grupo InterCement Participações S.A., acordo com os detentores das debêntures para o cumprimento de um limite de dívida bruta de €1.800.000 mil, medido em 31 de dezembro de 2020 segundo as demonstrações financeiras consolidadas da holding, que foi atendido. Nos anos seguintes, o *covenant* financeiro muda do limite de dívida bruta para a alavancagem líquida, a ser medida através da relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado seguindo também as demonstrações financeiras consolidadas da holding. Em 2021, o limite é 5,85X; passando a 5,35X em 2022; 4,85X em 2023; 3,85X em 2024 e 3,35X de 2025 até 2027. Adicionalmente, as debêntures emitidas em 30 de setembro de 2021, possuem cláusulas restritivas: ("*covenants* financeiros ICB"), que são medidas segundo as demonstrações financeiras da própria Companhia e em conjunto com as cláusulas restritivas citadas acima. Os índices financeiros são calculados com base nas demonstrações financeiras anuais da InterCement Brasil S.A. (ICB), sempre em 31 de dezembro de cada ano. O *covenant* financeiro é calculado com base na alavancagem líquida, a ser medida através da relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado. Em 2021, o limite é 3,25X; passando a 3,00X em 2022; 2,75X em 2023; 2,50X em 2024 e 2,00X de 2025 até 2027. Para efeito de determinação do EBITDA ajustado a Companhia utiliza as seguintes métricas: resultado líquido do exercício acrescidos de (i) receitas (despesas) financeiras, (ii) impostos sobre o lucro e custos e despesas com depreciação e amortização (iii) mais ou menos perda e reversão por redução ao valor recuperável, mais ou menos despesas não recorrentes. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as cláusulas restritivas das debêntures estavam adimplentes. (c) Movimentação: A movimentação das debêntures na controladora e consolidado é demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.691.032
Novas debêntures	1.700.161
Pagamentos	(1.773.843)
Juros	88.827
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.706.177
Novas debêntures	1.000.000
Custos de emissão	(9.223)
Custo amortizado	605
Pagamentos	(149.134)
Juros	165.717
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.714.142

(d) Cronograma de vencimento: Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas classificadas no passivo não circulante (principal) têm o cronograma de vencimento conforme segue :

Exercício	Controladora e Consolidado
2023	479.999
2024	550.675
2025	667.794
2026	667.794
2027	333.899
Total	2.700.161

18. Impostos e obrigações a pagar: A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam despesas para a Companhia, além de parcelamentos fiscais e outras obrigações legais. Os impostos a recolher mantidos no circulante estão previstos para serem pagos nos próximos 12 meses, de acordo com o vencimento destas obrigações.

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
ICMS	30.156	30.434	30.413	30.916
PIS/COFINS	3.386	1.367	4.561	2.599
IR retido	3.605	2.517	3.613	2.518
IRPJ/CSLL	–	–	2.075	–
ISS	1.430	1.486	1.525	1.562
Impostos parcelados (a)	78.297	104.103	78.297	104.103
Obrigação legal (b)	20.330	78.371	20.330	78.371
Outros	7.814	4.953	8.097	6.804
	145.018	223.231	148.911	226.873
Classificados como circulante	103.333	160.442	107.226	164.084
Classificados como não circulante	41.685	62.789	41.685	62.789

(a) Durante o início da pandemia, a Companhia adotou medidas preventivas de postergação de pagamentos de tributos estaduais sobre a receita, referentes ao período de março a dezembro de 2020. Esses parcelamentos referem-se a impostos estaduais (ICMS) firmado em conjunto com vários estados, em até 60 parcelas mensais com término em novembro de 2025 cujo montante de R$58.285 encontra-se em aberto em 31 de dezembro de 2021 (R$77.416 em 2020). A Companhia também apresenta parcelamentos de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) firmados em conjunto com a Receita Federal do Brasil - RFB de anos anteriores, cuja parcela final tem previsão término em novembro de 2024 no montante de R$20.012 em 31 de dezembro de 2021 (R$26.687 em 2020). (b) Refere-se substancialmente a obrigação legal dos impostos federais (IRPJ e CSLL) na qual a Companhia possui uma Liminar Judicial nº 0012852-21.2010.403.6100, que assegura o não recolhimento do IRPJ e CSLL sobre os juros moratórios, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas com terceiros, sobre receitas decorrentes da atualização monetária sobre a restituição de tributos pagos indevidamente ou a maior, e aos valores depositados judicialmente ou administrativamente. Em 2021, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou inconstitucional a incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic em razão de repetição de indébito tributário, e, portanto, a Companhia registrou uma reversão de R$72.482 a título de obrigação legal (sendo R$63.223 a título de IRPJ e CSLL corrente e R$9.259 a título de atualização monetária). Adicionalmente, a provisão será mantida para a matéria que assegura o não recolhimento do IRPJ e CSLL sobre os juros moratórios, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas com terceiros, haja vista que esse tema não foi abordado na decisão do SFT, e apresenta incertezas sobre o tratamento fiscal destes impostos (interpretação ICPC 22/IFRIC 23).

19. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: Política contábil: Reconhecida quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente, resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança. A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários, tributários e outros. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de riscos conhecidos, avalia as chances de perdas prováveis e ajusta as provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis no fim de cada exercício. Com relação as incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro (ICPC22/IFRIC23), as provisões são constituídas quando é mais provável ("more likely than not") que os tratamentos fiscais não sejam aceitos pelas autoridades fiscais, sendo as demais incertezas sobre o lucro divulgadas. (a) Composição: A provisão para riscos é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Trabalhistas e previdenciários (a)	25.307	36.519	25.405	36.612
Tributários (b)	5.004	26.029	5.010	26.029
Cíveis e outros (c)	7.268	13.489	8.290	14.126
	37.579	76.037	38.705	76.767
Depósitos judiciais (d)	(10.863)	(9.869)	(10.863)	(9.869)
Total	26.716	66.168	27.842	66.898

(a) Referem-se a processos que tratam principalmente de ações indenizatórias diversas, decorrentes de rescisão de contrato de trabalho. (b) Em 2021 referem-se, substancialmente, a processos judiciais e administrativos relacionados a: (i) CFEM: Ausência de recolhimento; (ii) IRPJ/CSLL: Descumprimento de obrigação acessória; (iii) PIS/COFINS: Frete entre indústria e distribuidor. Em 2020 referem-se, substancialmente, a processos judiciais e administrativos relacionados i) ICMS - ausência de recolhimento e tomada de crédito indevido em operações diversas; (ii) ICMS - Importação por conta e ordem de terceiro, realizadas através de Trading; (iii) Contribuição Previdenciária - ausência de recolhimento de adicional da contribuição em decorrência da exposição dos trabalhadores a agentes nocivos; (iv) IRPJ/CSLL, PIS/COFINS - compensações não homologadas de créditos recolhidos a maior; (v) ISS - ausência de recolhimento em prestações de serviços diversos; (vi) IPTU - majoração da base de cálculo, e (vii) honorários sucumbenciais devidos à Fazenda Nacional sobre o insucesso em demandas ativas. A principal redução no ano refere-se ao encerramento de uma disputa judicial no valor de R$18.822 referente a ausência no recolhimento de ICMS e créditos indevidos tomados em diversas operações, incluindo importações de mercadorias e ativos fixos. A companhia encerrou essa disputa com o pagamento no valor de R$14.897, gerando um ganho (reversão do excesso de provisão) de R$3.925 reconhecido no exercício. (c) Referem-se a processos que tratam principalmente de ações indenizatórias diversas, decorrentes de rescisão contratual, acidentes de trânsito, acidentes de trabalho, instituição de servidão de passagem de teleférico e compensação ambiental. (d) A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais atrelados à provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Trabalhistas e previdenciários	5.373	5.223
Tributários	4.255	3.537
Cíveis e outras	1.235	1.109
Total	10.863	9.869

continua—☆

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

Depósitos não atrelados à provisão para riscos	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Depósitos trabalhistas e previdenciários	**12.898**	17.478	**12.900**	17.479
Depósitos tributários	**56.612**	48.730	**56.612**	48.730
Depósitos cíveis	**177**	1.400	**191**	1.414
Total	**69.687**	67.608	**69.703**	67.623

(b) Processos com probabilidade de perda consideradas possíveis e divulgações complementares relacionadas a incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem exposição de R$5.989.545 (R$6.052.042 em 31 de dezembro de 2020), sendo R$75.163 de contingências trabalhistas (R$65.165 em 31 de dezembro de 2020), R$4.871.430 de contingências tributárias, incluindo as incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro de acordo com a avaliação do ICPC22/IFRIC 23 (R$5.014.355 em 31 de dezembro de 2020), R$1.042.374 de contingências cíveis (R$972.079 em 31 de dezembro de 2020) e R$578 de processos administrativos de outras naturezas (R$443 em 31 de dezembro de 2020), conforme opinião dos assessores jurídicos. Os principais processos classificados como probabilidade de perda possível, são conforme segue: *Tributárias:* Referem-se, substancialmente, a processos administrativos e judiciais relacionados a (i) PIS/COFINS - ausência de oferecimento à tributação de receita de juros sobre capital próprio; (ii) PIS/COFINS - crédito indevido decorrente de despesa com frete nas transferências de mercadorias entre estabelecimento industrial e distribuidor; (iii) PIS/COFINS - compensação não homologada em decorrência de créditos insuficientes de CSLL por dedução indevida da base de cálculo (iv) ICMS - ausência de recolhimento em operações diversas; (v) ICMS - discussão sobre aplicabilidade de pauta fiscal; (vi) ICMS - transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte; (vii) ICMS - crédito indevido de materiais intermediários; (viii) ICMS - crédito indevido em operações com bens do ativo fixo considerados para uso e consumo; (ix) ICMS - diferencial de alíquota; (x) ICMS - Energia elétrica; (xi) ICMS - Não recolhimento; (xii) ICMS - Importação; (xiii) ITBI - cobrança do imposto em razão da incorporação da CIMPOR pela ICB; (xiv) IPTU - redução da base de cálculo; (xv) ISS - retenção na fonte; (xvi) ISS - redução da base de cálculo; (xvii) ISS - não recolhimento; (xviii) CFEM - ausência de recolhimento; (xix) CFEM - diferença de recolhimento; (xx) Contribuição Previdenciária - Aproveitamento indevido do crédito. As contingências tributárias que os assessores jurídicos da Companhia consideram o risco de êxito mais provável do que o risco de perda ("more likely than not"), avaliadas com base no ICPC22/IFRIC 23, são: (i) glosa de créditos por suposta dedução indevida da base de cálculo, a título de amortização de ágio decorrente da aquisição de outras empresas; (ii) IRPJ/CSLL - cobrança dos tributos sobre lucros apurados no exterior por empresas controladas e coligadas; (iii) IRPJ/CSLL - ausência de oferecimento à tributação de receita de juros sobre capital próprio; (iv) IRPJ - compensação não homologada de crédito decorrente de aplicação indevida de incentivo fiscal concedido pela SUDENE; e (v) IRPJ/CSLL - compensação não homologada de crédito decorrente de apuração a menor de saldo negativo do imposto. *Cível:* As principais causas cíveis têm por objeto a (i) reparação de danos em decorrência de descumprimento contratual; (ii) pagamento de indenização por trafegar com excesso de peso; (iii) indenização por acidentes de trabalho e de trânsito na esfera cível e por cobrança indevida; (iv) descumprimento de condicionantes de licenças de operação e suposta falta de licenciamento; (v) poluição atmosférica e do solo e (vi) infração contra a ordem econômica, conforme descrição abaixo: A Companhia e outras empresas do setor foram partes em processos administrativos relativos a aspectos de defesa da concorrência, que tramitaram perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em julho de 2015, o Tribunal do CADE julgou o recurso administrativo apresentado pela Companhia no processo iniciado pelas autoridades de concorrência em 2007 (bem como para as demais empresas envolvidas), mantendo a decisão de condenação pela formação de cartel e aplicação de multa pecuniária, além de outras penalidades acessórias. A multa aplicada à Companhia corresponde, em 31 de dezembro de 2021, a R$845.163 (considerando InterCement e Cimpor), ficando a Companhia obrigada a alienar 20% da sua capacidade instalada dos ativos de concreto nos mercados relevantes brasileiros em que atua, entre outras penalidades acessórias. Tendo-se tornado definitiva no âmbito administrativo do CADE a referida decisão, a Companhia recorreu judicialmente, tendo obtido, em 22 de outubro de 2015, mediante a apresentação de garantias reais (duas fábricas no Brasil), a concessão de tutela antecipada requerida, para suspender todas as penalidades impostas pelo CADE até o julgamento do mérito da causa. Contra tal decisão, o CADE apresentou recurso de Agravo de Instrumento, cujo pedido de tutela antecipada recursal formulado foi indeferido. O processo encontra-se em fase de instrução probatória, com apresentação do laudo pericial pelo perito judicial nomeado, atualmente em fase de impugnação pelas partes. Considerando a opinião dos seus assessores jurídicos, de que a probabilidade de perda na esfera judicial é classificada como possível, não foi constituída provisão para este passivo contingente em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(c) Movimentação

Controladora	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	19.980	9.249	2.062	(11.446)	19.845
Adições/baixas	20.594	16.882	11.440	(5.373)	43.543
Pagamento	(4.055)	(102)	(13)	6.950	2.780
Saldo em 31 de dezembro de 2020	36.519	26.029	13.489	(9.869)	66.168
Adições/baixas	**1.702**	**(5.758)**	**(1.611)**	**(10.003)**	**(15.670)**
Pagamento	**(12.914)**	**(15.267)**	**(4.610)**	**9.009**	**(23.782)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**25.307**	**5.004**	**7.268**	**(10.863)**	**26.716**

Consolidado	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	20.024	9.249	2.652	(11.446)	20.479
Adição/baixas	20.643	16.882	11.487	(5.373)	43.639
Pagamento	(4.055)	(102)	(13)	6.950	2.780
Saldo em 31 de dezembro de 2020	36.612	26.029	14.126	(9.869)	66.898
Adição/baixas	**1.707**	**(5.751)**	**(1.226)**	**(10.003)**	**(15.273)**
Pagamento	**(12.914)**	**(15.268)**	**(4.610)**	**9.009**	**(23.783)**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**25.405**	**5.010**	**8.290**	**(10.863)**	**27.842**

20. Provisão para reconstituição ambiental e descomissionamento de ativo: Política contábil: Em face das disposições legais e das práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de minas e pedreiras são sujeitos à reconstituição ambiental. Adicionalmente, existem custos que serão exigidos para o descomissionamento de fábricas. Nesse contexto, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados para a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração e o descomissionamento de fábricas. Essas provisões são registradas de forma simultânea com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística e gastos futuros com descomissionamento de fábricas, sendo reconhecidos em resultados à medida que os ativos são depreciados/amortizados.

Essas provisões estão reconhecidas como "Provisão para reconstituição ambiental e descomissionamento de ativos" no passivo. A provisão para reconstituição ambiental tem como contrapartida em seu registro inicial a rubrica de "Direitos de exploração de minas" no intangível, e a provisão para descomissionamento de ativos tem como contrapartida a rubrica de "Imobilizado - Outros". Aumentos ou diminuições nas provisões, que sejam decorrentes de mudanças nas estimativas, resultam em uma alteração correspondente no valor contábil do ativo relacionado. O aumento nas provisões é dado periodicamente pela atualização monetária, de modo a refletir a avaliação do dinheiro no tempo. A Companhia e suas controladas têm como prática proceder à remediação ambiental progressiva dos espaços liberados pelas pedreiras, utilizando as provisões então constituídas. (a) Movimentação: Em 31 de dezembro de 2021, é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a desativação de ativos e recuperação ambiental de áreas em processo de exploração de responsabilidade da Companhia. A movimentação da provisão é como segue:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	22.288
Constituição	1.160
Utilização	(1.365)
Atualização	1.594
Saldo em 31 de dezembro de 2020	23.677
Constituição	**3.964**
Utilização	**(1.990)**
Atualização	**2.459**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**28.110**

21. Benefícios a empregados: Política contábil: Os custos dos benefícios a empregados são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos. **21.1.** Previdência privada: A Companhia proporciona aos empregados plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e os empregados contribuem na mesma paridade de valores até o limite de 4% do salário nominal. Para contribuições acima do limite estabelecido, não há contribuição por parte da Companhia. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contribuiu com o montante de R$1.119 (R$909 em 31 de dezembro de 2020). **21.2.** Outros benefícios a empregados. São concedidos, ainda, outros benefícios aos empregados, tais como auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte, treinamentos e outros. O montante referente a tais benefícios em 31 de dezembro de 2021 é de R$50.418 na controladora e no consolidado (R$45.379 em 31 de dezembro de 2020).

22. Partes relacionadas: Política contábil: As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia conforme termos acordados entre as partes, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores a receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida. As partes relacionadas da Companhia são essencialmente subsidiárias, joint ventures, coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia. (a) Composição - balanço patrimonial: As transações com partes relacionadas referem-se a adiantamentos, contratos de mútuo, vendas e compras de produtos e serviços. Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são os seguintes:

Controladora 2021	Ativo circulante: Outras contas a receber (partes relacionadas)	Ativo não circulante: Outras contas a receber (partes relacionadas)	Passivo circulante: Fornecedores	Passivo não circulante: Adiantamento de clientes e outras obrigações	Passivo não circulante: Outras obrigações
Entidades sob controle comum do Grupo:					
Loma Negra (a)	**–**	**5.384**	**–**	**–**	**–**
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	**1.000**	**1.300**	**979**	**26**	**–**
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (g)	**9.072**	**–**	**–**	**4**	**–**
HM Engenharia e Construção S.A. (c)	**–**	**25.880**	**–**	**–**	**–**
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	**–**	**–**	**–**	**38**	**–**
Controladas:					
Barra Grande Participações S.A. (e)	**5**	**–**	**6.100**	**–**	**–**
Companhia de Mineração Candiota (d)	**196**	**–**	**1.575**	**10**	**–**
Estreito Participações S.A. (e)	**5**	**–**	**7.662**	**–**	**4.090**
Machadinho Participações S.A. (e)	**5**	**–**	**4.585**	**–**	**798**
Controladora:					
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b), (f) e (h)	**139.896**	**–**	**67**	**–**	**–**
InterCement Participações S.A. (a)	**771**	**–**	**–**	**3.102**	**–**
Outras	**–**	**–**	**595**	**54**	**–**
Total em 31 de dezembro de 2021	**150.950**	**32.564**	**21.563**	**3.234**	**4.888**

Controladora 2020	Ativo circulante: Contas a receber	Ativo circulante: Adiantamentos a fornecedores	Ativo circulante: Outros créditos	Ativo não circulante: Outras contas a receber (partes relacionadas)	Passivo circulante: Fornecedores	Passivo circulante: Empréstimos (partes relacionadas)	Passivo circulante: Adiantamento de clientes e outras obrigações
Entidades sob controle comum do Grupo:							
Loma Negra (a)	–	–	5.433	–	–	–	–
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	17	518	1.000	2.300	522	–	26
HM Engenharia e Construção S.A. (c)	–	–	–	22.800	–	–	–
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	–	–	–	–	–	–	38
Controladas:							
Barra Grande Participações S.A. (e)	–	–	–	–	5.843	–	–
Companhia de Mineração Candiota (d)	–	–	–	–	685	–	–
Estreito Participações S.A. (e)	–	–	–	–	6.958	–	4.090
Machadinho Participações S.A. (e)	244	–	–	–	4.392	–	799
Controladora:							
Mover Participações S.A. (a)	–	–	–	–	–	–	4
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b) e (f)	–	23.974	–	–	349	67.877	4.973
InterCement Participações S.A. (a)	–	–	1.011	–	–	–	1.580
Total em 31 de dezembro de 2020	261	24.492	7.444	25.100	18.749	67.877	11.510

Consolidado 2021	Ativo circulante: Outras contas a receber (partes relacionadas)	Ativo não circulante: Outras contas a receber (partes relacionadas)	Passivo circulante: Fornecedores	Passivo circulante: Adiantamento de clientes e outras obrigações
Entidades sob controle comum do grupo:				
Loma Negra (a)	**–**	**5.384**	**–**	**–**
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	**1.000**	**1.300**	**979**	**26**
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A (g)	**9.072**	**–**	**–**	**4**
HM Engenharia e Construção S.A. (c)	**–**	**25.880**	**–**	**–**
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	**–**	**–**	**–**	**38**
Controladora:				
Mover Participações S.A. (b)	**–**	**–**	**–**	**–**
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b), (f) e (h)	**139.896**	**–**	**67**	**–**
InterCement Participações S.A. (a)	**771**	**–**	**–**	**3.102**
Outras	**15**	**100**	**595**	**54**
Total em 31 de dezembro de 2021	**150.754**	**32.664**	**1.641**	**3.224**

Consolidado 2020	Ativo circulante: Contas a receber	Ativo circulante: Adiantamentos a fornecedores	Ativo circulante: Outros créditos	Ativo não circulante: Outras contas a receber (partes relacionadas)	Passivo circulante: Fornecedores	Passivo circulante: Empréstimos (partes relacionadas)	Passivo circulante: Adiantamento de clientes e outras obrigações
Entidades sob controle comum do grupo:							
Loma Negra (a)	–	–	5.433	–	–	–	–
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	17	518	1.000	2.300	522	–	52
HM Engenharia e Construção S.A. (c)	–	–	–	22.800	–	–	–
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	–	–	–	–	–	–	38
Controladora:							
Mover Participações S.A. (a)	–	–	–	–	–	–	4
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b) e (f)	–	23.974	–	–	350	67.877	4.974
InterCement Participações S.A. (a)	–	–	1.011	–	–	–	1.580
Outras	–	–	–	100	–	–	–
Total em 31 de dezembro de 2020	17	24.492	7.444	25.200	872	67.877	6.648

(a) Contas a receber pela venda de ativo imobilizado e prestação de serviços de backoffice. Refere-se essencialmente a venda de imóvel à Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A, com vencimentos até dezembro de 2023 e valores de prestação de serviços compartilhados com a Loma Negra e Intercement Participações. (b) Compra e venda de mercadorias. Refere-se essencialmente a adiantamentos para compra de combustíveis com a controladora Intercement Trading e Inversiones S.A., de acordo com as transações definidas em cada pedido de compra (transação spot). (c) Venda de imóvel da InterCement Brasil para a HM Engenharia e Construção S.A., com vencimentos até 2024, corrigidos mensalmente pelo IPCA. (d) Aquisição de matéria-prima utilizada na fabricação do cimento (calcário) da unidade de Candiota. O valor da transação é definido de acordo com as condições estabelecidas em cada pedido de compra (transação spot). (e) Contratos de compra e venda de energia com as controladas, Barra Grande Participações S.A., Estreito Participações S.A. e Machadinho Participações S.A., com vigência até março de 2041, fevereiro de 2043 e julho de 2032 respectivamente, com atualização anual da tarifa com base no IPCA. (f) Empréstimo de mútuo no montante de €10 milhões de euros, equivalente a R$67.877 milhões de reais, sujeito a Euribor mais juros de 3,22% ao ano, com vencimento do principal e juros em 17 de fevereiro de 2022. Em fevereiro de 2021, a Companhia realizou a liquidação antecipada do mútuo. (g) Venda de imóvel da InterCement Brasil para a Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A., que serão pagos após o registro da escritura do imóvel, com vencimentos previstos para o segundo semestre de 2022 e sem incidências de juros. (h) Contrato de mútuo no montante de R$1.000.000 realizado em 30 de setembro de 2021, com juros de 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,85% ao ano. Em dezembro de 2021, parte substancial do mútuo foi liquidado no montante de R$ 884.547 (principal e juros), restando um saldo residual de R$139.292 com vencimento em 3 de março de 2022. Referida transação não envolveu saída de caixa conforme mencionado na nota explicativa 23 (d). (b) Composição - resultado: As transações efetuadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

Controladora 2021	Vendas	Custos de vendas e serviços	Despesas/Receitas administrativas e comerciais	Outras receitas operacionais	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum do Grupo:					
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	**4**	**–**	**(2.616)**	**–**	**–**
Vexia Administradora LTDA.(a)	**–**	**–**	**(7.696)**	**–**	**(59)**
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A (e)	**–**	**–**	**–**	**12.960**	–
HM Engenharia e Construção S.A.(g)	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.080**
Intercement Participações S.A. (a)	**–**	**–**	**(4.894)**	**–**	**–**
Loma Negra	**–**	**–**	**–**	**–**	**(48)**
Controlada:					
Barra Grande Participações S.A. (c)	**–**	**(75.597)**	**41**	**–**	**–**
Companhia de Mineração Candiota (b)	**–**	**(17.447)**	**164**	**–**	**–**
Estreito Participações S.A. (c)	**–**	**(44.005)**	**43**	**–**	**–**
Machadinho Participações S.A. (c)	**–**	**(53.943)**	**42**	**–**	**–**
Controladora:					
Mover Participações S.A. (a)	–	–	**(90)**	–	–
Intercement Trading e Inversiones S.A. (a) e (d)	**–**	**(155.556)**	**6.266**	**–**	**20.700**
Outras	**–**	**(230)**	**(2.055)**	**–**	**–**
Total em 31 de dezembro de 2021	**4**	**(346.778)**	**(10.795)**	**12.960**	**23.673**

Controladora 2020	Vendas	Custos de vendas e serviços	Despesas administrativas e comerciais	Outras receitas (despesas) operacionais	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum do Grupo:					
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	516	–	(8.194)	–	186
Intercement Portugal S.A.	–	–	(974)	–	(2.132)
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	77	–	–	–	–
Loma Negra	–	–	–	7	1.573
Controlada:					
Barra Grande Participações S.A. (c)	–	(72.618)	–	–	–
Companhia de Mineração Candiota (b)	–	(15.719)	–	–	–
Estreito Participações S.A. (c)	–	(45.040)	–	–	–
Machadinho Participações S.A. (c)	–	(51.817)	–	–	–
				–	–
Controladora:					
Mover Participações S.A. (a)	–	–	(165)	–	–
Intercement Trading e Inversiones S.A. (a) e (d)	–	(66.731)	–	–	(22.752)
Outras	–	–	(2.279)	–	–
Total em 31 de dezembro de 2020	593	(251.925)	(11.612)	7	(23.125)

Consolidado 2021	Vendas	Custos de vendas e serviços	Despesas administrativas e comerciais	Outras receitas (despesas) operacionais	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum do Grupo:					
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	**4**	**–**	**(2.616)**	**–**	**–**
Vexia Administradora LTDA.(a)	**–**	**–**	**(7.696)**	**–**	**(59)**
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (e)	**–**	**–**	**–**	**12.960**	**–**
HM Engenharia e Construção S.A.(g)	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.080**
Intercement Participações S.A. (a)	**–**	**–**	**(4.894)**	**–**	**–**
Loma Negra	**–**	**–**	**–**	**–**	**(48)**
Controladora:					
Mover Participações S.A. (a)	–	–	**(90)**	–	–
Intercement Trading e Inversiones S.A. (a) e (d)	**–**	**(155.556)**	**6.266**	**–**	**20.700**
Outras	**–**	**(230)**	**(2.055)**	**–**	**–**
Total em 31 de dezembro de 2020	**4**	**(155.786)**	**(11.085)**	**12.960**	**23.673**

Consolidado 2020	Vendas	Custos de vendas e serviços	Despesas administrativas e comerciais	Outras receitas (despesas) operacionais	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum do Grupo:					
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	516	–	(8.194)	–	186
Intercement Portugal S.A.	–	–	(974)	–	(2.132)
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	77	–	–	–	–
Loma Negra	–	–	–	7	1.573
Controladora:					
Mover Participações S.A. (a)	–	–	(165)	–	–
Intercement Trading e Inversiones S.A. (a), (d) e (f)	–	(66.731)	–	–	(22.752)
Outras	–	–	(2.279)	–	–
Total em 31 de dezembro de 2020	593	(66.731)	(11.612)	7	(23.125)

(a) Refere-se essencialmente à compra de combustíveis e rateio de certas despesas com a controladora Intercement Trading e Inversiones S.A. e contratação de serviços de *backoffice* da Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A, Vexia Administradora Ltda. Mover Participações S.A. e Intercement Participações. (b) Aquisição de matéria-prima utilizada na fabricação do cimento (calcário) da unidade de Candiota. O valor da transação é definido de acordo com as condições estabelecidas em cada pedido de compra (transação spot). (c) Contratos de compra e venda de energia com as controladas, Barra Grande Participações S.A., Estreito Participações S.A. e Machadinho Participações S.A, com vigência até março de 2041, fevereiro de 2043 e julho de 2032 respectivamente, com atualização anual da tarifa com base no IPCA. (d) Empréstimo de mútuo no montante de €10 milhões de euros, equivalente a R$67.877 milhões de reais, sujeito a Euribor mais juros de 3,22% ao ano, com vencimento do principal e juros em 17 de fevereiro de 2022. Em fevereiro de 2021, a Companhia realizou a liquidação antecipada do mútuo. (e) Venda de imóvel da InterCement Brasil para a Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A., que serão pagos após o registro da escritura do imóvel, com vencimentos previstos para o segundo semestre de 2022 e sem incidências de juros. (f) Contrato de mútuo no montante de R$1.000.000 realizado em 30 de setembro de 2021, com juros de 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,85% ao ano. Em dezembro de 2021, parte substancial do mútuo foi liquidado no montante de R$ 884.547 (principal e juros), restando um saldo residual de R$139.292 com vencimento em 3 de março de 2022. Referida transação não envolveu saída de caixa conforme mencionado na nota explicativa 23 (d). (g) Atualização monetária referente a Venda de imóvel da InterCement Brasil para a HM Engenharia e Construção S.A., com vencimentos até 2024. (c) Remuneração dos administradores: *Controladora:* Os montantes referentes à despesa com remuneração do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstrados a seguir:

Remuneração dos administradores

Controladora e consolidado	2021	2020
Curto prazo:		
Salários, remuneração fixa e outros benefícios	**7.595**	4.019
Incentivo de Longo prazo (a)	**1.185**	–
Previdência privada	**177**	190
Total da remuneração (sem encargos sociais)	**8.957**	4.209
Encargos sociais	**1.401**	1.543
Total da remuneração (com encargos sociais)	**10.358**	5.752

(a) Em 2021, foi aprovado um plano de incentivo de longo prazo para a alta Administração da Companhia. Este plano possui carência de 4 anos (2021 a 2024) e o benefício é determinado principalmente com base em indicadores de desempenho financeiro e operacional, e na retenção da alta Administração. Em 31 de dezembro de 2021 o valor do plano e as despesas incorridas no período é de R$1.185 (R$0 em 2020).

23. Patrimônio líquido: Política contábil: Capital social: É representado exclusivamente por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido. Distribuição de dividendos: A proposta de distribuição de dividendos é efetuada pela Administração da Companhia, e a parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, 25% do lucro do exercício deduzido de reserva legal, é registrada como passivo circulante, na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Reserva legal e reserva de retenção de lucros: A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia. Reserva para incentivos fiscais: Não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas, desde que atendidas as condições da IAS 20 em consonância com o pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. A Companhia goza de subvenções atreladas aos incentivos de ICMS concedidos pelos governos estaduais nas suas principais fábricas, recentemente convalidados nos moldes da Lei Complementar nº 160/17, regulamentada pelo Convênio ICMS nº 190/17 com alterações posteriores. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para investimento foram registradas no resultado do exercício na rubrica "Receita líquida de vendas", para o patrimônio líquido no final do exercício, quando houver lucro líquido, na rubrica "Reserva de incentivos fiscais". (a) Capital Social: O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R$592.274 (R$2.865.528 em 2020 antes do grupamento de ações ocorrido em 2021 e explicado adiante), representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A composição acionária em está detalhada a seguir:

Acionistas	2021 Ações ordinárias	2021 %	2020 Ações ordinárias	2020 %
Intercement Trading e Inversiones	**411.597.545**	**100,00**	2.469.585.273	100,00
	411.597.545	**100,00**	2.469.585.273	100,00

Transações com acionistas: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 22 de junho de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram (i) a redução das Reservas de Incentivos fiscais pela absorção de prejuízos acumulados registrados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 no montante de R$117.619; (ii) redução do capital social da Companhia, para absorção dos prejuízos acumulados registrados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 no montante de R$2.228.216; (iii) o grupamento das ações da Companhia, à razão de 6:1, de forma que cada 6 (seis) ações ordinárias da Companhia passaram a corresponder a 1 (uma) ação ordinária da Companhia, e passando o número de ações em que se divide o capital social de 2.469.585.273 (dois bilhões, quatrocentos e sessenta e nove milhões, quinhentas e oitenta e cinco mil, duzentas e setenta e três) para 411.597.545 (quatrocentos e onze mil, quinhentos e noventa e sete mil, quinhentos e quarenta e cinco) ações ordinárias, as quais foram distribuídas entre os acionistas na mesma proporção. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de setembro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram a cisão parcial de ativos não operacionais para a empresa do grupo InterCement Participações Investimentos S.A., conforme mencionado na nota 1.1 (b). Em decorrência da cisão parcial, ora aprovada, o capital social da Companhia foi reduzido em R$45.038, sem o cancelamento de ações de emissão, ou seja, sendo mantidas as mesmas 411.597.545 (quatrocentas e onze milhões, quinhentas e noventa e sete mil, quinhentas e quarenta e cinco) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. (b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros: Em 31 de dezembro de 2021 o saldo das reservas legal e de retenção de lucros é de R$61.206 e R$ 2.624, respectivamente (R$0 em 2020). (c) Reserva de incentivos fiscais: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 22 de junho de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram (i) a redução das Reservas de Incentivos fiscais pela absorção de prejuízos acumulados registrados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 no montante de R$117.619, referente as reservas de incentivos fiscais constituídas até o ano de 2014. Subsequentemente, em 31 de dezembro de 2021, foi destinado à reserva de incentivos fiscais o montante de R$130.147, correspondente aos exercícios de 2015 a 2020, não constituídos anteriormente devido a apuração de prejuízo no período, mais o montante da reserva de incentivos fiscais referentes ao exercício de 2021. (d) Dividendos e juros sobre o capital próprio: O Estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Apresentamos a seguir a destinação do lucro para 2021:

		Controladora 2021
Lucro do exercício		1.224.115
Perdas com participação em controlada		(127)
Reserva Legal	5%	(61.206)
Lucro para destinação		1.162.782
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	290.696
Proposta da Administração		
Dividendos pagos referente à antecipação de resultados de 2021		990.101
Juros sobre o capital próprio pagos referentes à antecipação do resultado de 2021		39.910
Constituição de reservas de retenção de lucros e incentivos fiscais		132.771

Em 22 de junho de 2021 e 30 de setembro de 2021 e 15 de dezembro de 2021, o conselho de administração deliberou a distribuição de dividendos antecipados, referente ao ano de 2021, no montante de R$990.088 sendo R$119.638 pagos durante o ano de 2021 e R$870.450 utilizados para liquidação parcial do mútuo com a sua acionista InterCement Trading e Inversiones. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram deliberados juros sobre o capital próprio referente ao período de janeiro a novembro de 2021 no montante de R$39.910, sendo R$25.814 pagos durante o ano de 2021 e R$14.096 utilizados para liquidação parcial do mútuo com a sua acionista InterCement Trading e Inversiones. Em 31 de dezembro de 2021, foi registrada perda na variação de participação, sem alteração de controle da controlada Companhia de Mineração Candiota, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11 de acordo com o ICPC 09 (R2) e a IFRS 10/CPC 36. Esse efeito foi reconhecido como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no patrimônio líquido no montante de R$127. (e) Transações com acionistas não controladores: Instrumento patrimonial - ações preferenciais sobre sociedades de propósito específico: As ações preferenciais das controladas Barra Grande Participações, Machadinho Participações e da Estreito Participações, possuem determinadas características específicas, nomeadamente, em termos de: • Direito a dividendos prioritários sobre lucros e/ou reservas distribuídas em cada exercício. • Ausência de direito de voto (exceto quanto a matérias específicas estabelecidas nos correspondentes estatutos). • Prioridade relativamente às ações ordinárias em caso de liquidação. • Podem ser convertidas em ações ordinárias (direito de conversão) nos termos dos estatutos. • Não participação em futuros aumentos de capital. Os termos dos contratos celebrados estabelecem ainda um conjunto de premissas que regulam os termos de um eventual desinvestimento por parte do comprador, incluindo mecanismos tendentes a assegurar uma rentabilidade mínima, bem como direitos de conversão das ações preferenciais em ações ordinárias. Considerando todas essas características, atendendo ao disposto na IAS 32, os referidos instrumentos (quer da Barra Grande, Machadinho ou Estreito) adquirem características de instrumento patrimonial e instrumento financeiro, na medida em que os mesmos incorporam simultaneamente componentes enquadráveis como instrumento de capital e instrumento financeiro (ativo ou passivo financeiro). Assim, esses componentes foram mensurados e reconhecidos separadamente nas demonstrações financeiras conforme segue: • A contribuição inicial recebida em contrapartida da venda das ações preferenciais foi classificada como instrumento patrimonial, uma vez que, nos termos estabelecidos, não existe obrigação de recompra dessas ações (obrigação de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro), bem como são estabelecidas igualmente cláusulas de conversibilidade em ações ordinárias (por opção dos detentores dessas ações) e seus respectivos dividendos; • Existem também cláusulas contratuais referentes a opções de retorno de rentabilidade mínima e eventual cobertura de uma desvalorização significativa dos investimentos nas entidades que emitiram esses instrumentos em um período de até sete anos ou pela opção de saída por parte dos detentores das ações preferenciais, nas condições estabelecidas nos contratos. Essas opções geram valores de perda ou ganho para a Companhia e foram classificados como instrumentos financeiros derivativos e mensurados pelo seu justo valor na data de cada demonstração financeira. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram pagos dividendos aos minoritários relacionado a essas transações no montante de R$61.395 (destes R$54.550 deliberados em 2021 e R$6.845 propostos ainda em 2020). Em 31 de dezembro de 2020 os dividendos deliberados montaram R$74.828, sendo R$67.984 pagos naquele exercício.

24. Imposto de renda e contribuição social: Política contábil: Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por empresa com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício e em disposições legais e tributárias específicas dos países onde estejam sediadas. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se espera recuperar. Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda: A interpretação ICPC 22/IFRIC 23 esclarece como aplicar os

continua

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando mencionado de outra forma)

requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Ao avaliar se o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável, a Companhia assume que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas. Se a Companhia concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a Companhia reflete o efeito da incerteza na determinação do respectivo lucro tributável considerando o valor mais provável. O reconhecimento do efeito da incerteza para tratamentos fiscais incertos, são reconhecidas como obrigações legais na rubrica de impostos e contribuições a recolher no passivo não circulante e a contrapartida na rubrica de imposto de renda e contribuição social correntes. (nota explicativa nº 18). (a) Reconciliação da despesa de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**422.830**	(92.559)	**527.751**	(12.247)
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social)	**34%**	34%	**34%**	34%
(Despesa) Crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	**(143.762)**	31.470	**(179.435)**	4.164
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:				
Equivalência patrimonial	**7.327**	5.140	**25**	–
Juros sobre o capital próprio	**13.569**	–	**13.569**	–
Incentivos Fiscais (FAI/Prodesin/Desenvolve)	**13.359**	8.256	**13.359**	8.256
Liminar Selic (b)	**40.679**	(7.382)	**40.679**	(7.382)
Imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos no exercício (líquidos de utilizações) (c)	**878.990**	(46.117)	**878.990**	(44.828)
Diferença de alíquota (a)	–	–	**30.832**	25.934
Outras Exclusões (adições) permanentes, líquidas	**(8.877)**	2.402	**(11.499)**	1.942
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	**801.285**	(6.231)	**786.520**	(11.914)
Correntes	**765**	(7.381)	**(5.976)**	(13.064)
Diferidos	**800.520**	1.150	**792.496**	1.150

(a) Refere-se a imposto de renda e contribuição social apurados pelo regime de lucro presumido das controladas Barra Grande, Machadinho e Estreito.
(b) Refere-se liminar judicial nº 0012852-21.2010.403.6100, que assegura a Companhia a não recolher o IRPJ e CSLL sobre os juros moratórios, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas com terceiros, sobre receitas decorrentes da atualização monetária sobre a restituição de tributos pagos indevidamente ou a maior, e aos valores depositados judicialmente ou administrativamente. Em 2021, o STF julgou inconstitucional a incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic em razão de repetição de indébito tributário, e, portanto, a companhia registrou uma exclusão no montante de R$40.679 referente ao valor constituído em exercícios anteriores. (c) Refere-se ao reconhecimento, em 2021, de impostos diferidos ativos não reconhecidos em anos anteriores, após análise de realização pela Companhia em 31 de dezembro de 2021. (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dos livros fiscais e societários, até o limite considerado passível de realização.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
No ativo:				
Provisão para perdas de crédito esperada	**2.530**	**15.562**	**2.530**	**15.562**
Provisão para participação nos resultados	**10.799**	**15.040**	**10.799**	**15.040**
Provisão para realização (Estoques)	**48.727**	**51.328**	**48.727**	**51.328**
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	**12.777**	**30.087**	**12.777**	**30.087**
Provisão para descomissionamento de fábricas	**24.374**	**27.431**	**24.374**	**27.431**
Ajuste ao valor de realização (Imobilizado, intangível e direito de uso)	**231.977**	**261.053**	**231.977**	**261.053**
Demais diferenças temporárias ativas	**46.647**	**57.449**	**46.647**	**57.449**
Prejuízo fiscal e base negativa	**468.646**	**501.936**	**468.646**	**501.936**
Impostos diferidos não constituídos	**–**	**(891.334)**	**–**	**(891.334)**
Total - ativo	**846.477**	68.552	**846.477**	68.552
No passivo:				
Amortização de ágio (rentabilidade futura)	**(107.458)**	(107.458)	**(107.458)**	(107.458)
Avaliação da vida útil do imobilizado (a)	**(84.248)**	(98.097)	**(84.248)**	(98.097)
Ajuste a valor presente - dívida Banco Itaú - Fomentar	**(663)**	(1.371)	**(663)**	(1.371)
Capitalização de juros	**(7.833)**	(9.929)	**(7.833)**	(9.929)
Demais diferenças temporárias passivas	**(5.711)**	(11.653)	**(13.735)**	(11.653)
Total - passivo	**(205.913)**	(228.508)	**(213.937)**	(228.508)
Total líquido classificado no ativo não circulante	**640.564**	–	**640.564**	–
Total líquido classificado no passivo não circulante	**–**	(159.956)	**(8.024)**	(159.956)

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, a Companhia revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível, gerando disparidade entre a taxa de depreciação contábil e a fiscal. Para fins fiscais, as referidas taxas continuarão seguindo o disposto na legislação fiscal. Remensuração do ativo fiscal diferido anteriormente não reconhecido: A Companhia avalia a realização dos ativos fiscais diferidos não reconhecidos ao final de cada período de apresentação das informações financeiras, e registra impostos diferidos ativos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros. Os lucros tributáveis futuros são derivados dos planos de negócios, devidamente aprovados pelos órgãos de administração da Companhia, realizados em bases nominais, observando o período máximo de 10 anos (que coincide com o ciclo de negócios), utilizando como premissas informações históricas e fontes de mercado, ajustados pela expectativa de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e considerando a estimativa de despesa com imposto de renda nos anos vindouros, às alíquotas vigentes, não considerando qualquer desconto ao valor presente. As projeções da Companhia estão diretamente relacionadas aos ciclos de mercado de construção civil, de infraestrutura e de incorporação imobiliária, que são ciclos de médio e longo prazos, e que apresentaram grande volatilidade em período recente em função da redução significativa desses negócios no Brasil nos últimos anos, diante de fatores macroeconômicos observados e também questões internas à Companhia a seguir explicados, mas com tendência de alta para os anos que se seguem, com início da curva ascendente dos resultados da InterCement desde o exercício de 2020. A probabilidade de materialização das projeções que suportam a realização dos impostos diferidos ativos (e também demais ativos da Companhia como o ágio), que foram reavaliadas em 31 de dezembro de 2021, também foi avaliada em função dos reflexos da pandemia da Covid-19, cujos efeitos ainda traziam certo grau de incerteza sobre as projeções nas avaliações mais recentes de realização dos impostos diferidos ativos efetuadas pela administração, de forma que, nas datas de encerramento das demonstrações financeiras anuais e trimestrais de 31 de dezembro de 2020, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021, a administração limitou o reconhecimento dos ativos fiscais diferidos até o montante cuja realização era provável, então considerando a reversão das diferenças temporárias tributárias que foram base para registro dos impostos diferidos passivos, sem a dependência da geração de lucros tributáveis futuros superiores aos lucros advindos dessas reversões. Na reavaliação dessas incertezas no trimestre findo em 31 de dezembro de 2021, considerando os resultados contábeis e tributáveis mais recentes de 2020/2021, e as projeções para os próximos 10 anos, a administração concluiu que a realização dos impostos diferidos ativos tornou-se provável, reconhecendo o montante de R$777.924 sendo R$468.646 sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, e R$309.278 sobre diferenças temporárias ativas (efeito de R$878.990 na conciliação da taxa efetiva considerando diferenças temporárias e prejuízos fiscais já utilizados no próprio exercício antes do reconhecimento efetivo no encerramento do exercício). A conclusão da Administração foi pautada nos seguintes principais fatores: (I) A Companhia ter superado os resultados contábil e fiscal orçados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Este nível de acerto nas projeções, analisado conjuntamente com os fatores seguintes, reforça o nível de assertividade e habilidade da Companhia em efetuar projeções de longo prazo; sendo que essas projeções indicam que a recuperação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social dar-se-ão em período inferior a 10 anos (que corresponde ao ciclo de negócios da Companhia); (II) A Companhia ter compensado, desde o mês de junho de 2021, saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social pelas próprias operações (sem que eventos não usuais fossem necessários), tendo compensado até 31 de dezembro de 2021 o montante de R$9.794, além de ter realizado montante significativo de diferenças temporárias anteriormente não reconhecidas no exercício; (III) Disponibilidade/contratação de estudos de analistas de mercado independentes que incluem expectativa de volume e preços do cimento para os próximos exercícios, que demonstram que as projeções da Companhia encontram-se alinhadas às expectativas para o mercado de cimento no Brasil; (IV) Avaliação qualitativa dos fatores positivos e negativos (internos à Companhia e externos de mercado) que foram fatorados, ponderados e comparados pela administração de forma trimestral, desde a última avaliação anual em 31 de dezembro de 2020 até o reconhecimento complementar dos impostos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2021. Foram considerados nesta avaliação, dentre outros: i) histórico de lucro (prejuízo) da Companhia e segmento (comparáveis) em períodos recentes da economia e nos anos precedentes ao registro; ii) retomada dos resultados contábil e fiscal da Companhia; iii) impactos (positivos e negativos) decorrentes da pandemia da Covid-19 e de eventos macroeconômicos recentes (incluindo consolidação do segmento após M&As recentes, além de potenciais efeitos de incertezas em ano de pré-eleição presidencial); iv) redução da alavancagem financeira e das despesas de juros e variações cambiais passivas em período recente (fator importante na geração de prejuízos tributários pela Companhia desde 2014); v) outras reduções de custos e despesas decorrentes de ações já implementadas pela Companhia. (V) Realização de análises de sensibilidade sobre as projeções de lucro contábil e fiscal futuros efetuado pela Administração, que além de mostrar que é provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados serão utilizados, mostram que mesmo em cenários estressados, o período de recuperação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não supera o ciclo de negócio de 10 anos da Companhia, para os quais as projeções de realização são efetuadas. (VI) Com base na combinação dos fatores acima, a Administração concluiu que é provável a geração de lucro tributável futuro suficiente para registro do ativo fiscal diferido não reconhecido de períodos anteriores, incluindo as diferenças temporárias (cuja realização foi considerada nas projeções). A expectativa da Companhia é a realização da totalidade dos prejuízos ficais e base negativa até o final de 2029, sendo o seguinte cronograma considerado:

	31/12/2021
2022	**3%**
2023	**12%**
2024	**15%**
2025	**20%**
Acima de 5 anos	**50%**

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos é demonstrado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial Líquido	**(159.956)**	**(161.106)**	**(159.956)**	**(161.106)**
Efeitos no resultado	**800.520**	**1.150**	**792.496**	**1.150**
Saldo Final Líquido	**640.564**	**(159.956)**	**632.540**	**(159.956)**

25. Receita líquida: Política contábil: As receitas operacionais da Companhia são geradas através da produção e venda de cimentos, a prestação de serviços (que engloba a homogeneização das matérias-primas e serviço de bombeamento do concreto) e venda de energia. A receita é mensurada quando ou à medida que uma obrigação de desempenho (última etapa para reconhecimento da receita) for atendida, reconhecendo o seu preço de transação deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A Companhia considera os termos dos contratos e todos os fatos e circunstâncias relevantes, a receita na venda de produtos e/ou serviços é reconhecida quando os critérios estabelecidos em contrato são atendidos, os critérios definidos são: • Identificar o contrato de venda de bens ou prestação de serviço; • Identificar obrigações de desempenho definidas em contrato; • Determinar o preço da transação; • Alocar o preço da transação as obrigações de desempenho definidas em contrato; • Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende as obrigações de desempenho definidas em contrato.
(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Venda de produtos	**4.013.929**	3.068.812	**4.017.543**	3.069.640
Serviços prestados	**168.313**	148.971	**168.313**	148.971
Impostos sobre vendas (a)	**(988.742)**	(786.877)	**(999.366)**	(798.810)
Abatimentos/descontos	**(33.813)**	(17.193)	**(33.813)**	(17.193)
Total	**3.159.687**	2.413.713	**3.152.677**	2.402.608

(a) Na controladora e no consolidado, os impostos sobre vendas são compostos por impostos federais, estaduais e municipais, como Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Imposto Sobre Serviços - ISS.

26. Informações sobre a natureza de custos e despesas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Depreciação, amortização e exaustão	**(224.426)**	(247.548)	**(249.389)**	(271.469)
Amortização direito de uso em arrendamentos	**(106.895)**	(108.363)	**(113.394)**	(108.363)
Salários e benefícios a empregados	**(317.014)**	(272.752)	**(318.143)**	(273.414)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	**(581.136)**	(579.711)	**(557.164)**	(564.942)
Serviços de terceiros	**(165.373)**	(117.080)	**(178.426)**	(128.989)
Despesas com frete	**(310.529)**	(236.548)	**(310.575)**	(236.586)
Despesas com manutenção	**(122.847)**	(101.937)	**(123.604)**	(102.322)
Despesas com combustível	**(560.428)**	(339.924)	**(562.419)**	(342.460)
Despesas com eletricidade (a)	**(284.570)**	(248.795)	**(115.772)**	(107.082)
Reversão (constituição) de provisão para riscos	**(8.259)**	(28.371)	**(8.635)**	(28.371)
Ganho na venda de ativo imobilizado e intangível (b)	**17.337**	–	**17.088**	–
Baixa de ativo imobilizado	**–**	(83)	**–**	(83)
Ajuste ao valor recuperável (c)	**28.352**	81.876	**28.352**	81.876
Provisão para desmobilização/alienação de fábricas	**–**	(1.524)	**–**	(1.524)
Provisão para perdas de estoques (d)	**(23.746)**	(124.052)	**(23.746)**	(124.052)
ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (e) (Nota 10)	**47.580**	26.164	**47.580**	26.164
Recuperação de impostos	**13.987**	24.835	**13.987**	24.835
Provisão para perda de crédito esperada (Nota 8)	**(919)**	1.413	**(919)**	1.413
Outras receitas (despesas)	**(41.703)**	(57.799)	**(44.133)**	(61.065)
	(2.640.589)	(2.330.199)	**(2.499.312)**	(2.216.434)
Custo das vendas e dos serviços	**(2.516.727)**	(2.224.459)	**(2.368.312)**	(2.104.071)
Despesas administrativas e comerciais	**(261.321)**	(211.168)	**(269.000)**	(217.699)
Outras receitas (despesas) operacionais	**137.459**	105.428	**138.000**	105.336
Total	**(2.640.589)**	(2.330.199)	**(2.499.312)**	(2.216.434)

As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir:
(a) Na controladora, contempla aquisição de energia elétrica de suas controladas, Barra Grande Participações, Estreito Participações e Machadinho Participações. No consolidado, contempla os custos com eletricidade da InterCement Brasil (com eliminação da energia adquirida das controladas citadas anteriormente), da controlada Comican e da controlada em conjunto Baesa. (b) Em 2021 refere-se substancialmente ao ganho na venda de terrenos, que não estavam sendo utilizados na operação do negócio. (c) Refere-se ao ajuste ao valor de realização do imobilizado, intangível e direito de uso, conforme mencionado nas notas explicativas nº 12. (c) 13 (d) e 14 (c). (d) Refere-se a provisões para perdas de estoques, conforme mencionada na nota explicativa nº 9 (d). (e) Em 2021, refere-se a constituição do crédito tributário parte controversa relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições de PIS e COFINS descrito na Nota Explicativa nº 10.a. Adicionalmente, em 2020, a Companhia alienou os créditos reconhecidos em 2019 a um fundo de investimento, pelo montante de R$131.000, gerando um ganho de R$40.760, sendo R$26.164 de principal e R$14.596 de atualização monetária, reconhecido em sua demonstração de resultados, respectivamente, nas linhas de outras receitas operacionais e de receitas financeiras.

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Variação cambial:				
Receita com variação cambial (a)	**5.756**	3.808	**5.756**	3.808
Despesa com variação cambial (a)	**(10.551)**	(26.967)	**(10.551)**	(26.962)
	(4.795)	(23.159)	**(4.795)**	(23.154)
Receitas financeiras:				
Variação monetária (b)	**100.023**	19.189	**100.071**	19.244
Rendimento financeiro	**10.158**	5.581	**14.083**	7.039
Juros ativos (c)	**26.357**	2.524	**26.604**	2.528
Instrumentos financeiros derivativos (d)	**–**	8.093	**–**	8.093
Recompra debêntures	**–**	3.521	**–**	3.521
PIS e COFINS	**(4.768)**	(721)	**(4.924)**	(777)
Outras receitas	**3.357**	5.629	**3.358**	5.444
Total	**135.127**	43.816	**139.192**	45.092
Despesas financeiras:				
Variação monetária	**(17.805)**	(32.079)	**(27.853)**	(40.356)
Juros sobre passivos de arrendamentos (nota 14)	**(14.613)**	(19.308)	**(16.261)**	(19.308)
Despesa com juros e encargos (e)	**(174.732)**	(98.139)	**(174.734)**	(98.140)
Despesa de multas	**(10.495)**	(3.511)	**(10.548)**	(3.785)
Instrumentos financeiros derivativos (d)	**(17.432)**	–	**(17.432)**	–
Gasto com emissão de debêntures (f)	**–**	(22.536)	**–**	(22.536)
Despesas bancárias	**(3.109)**	(11.967)	**(3.194)**	(12.050)
Seguro garantia	**(7.225)**	(21.118)	**(7.225)**	(21.118)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	**(1.151)**	(450)	**(1.151)**	(450)
Outras despesas	**(1.587)**	(2.741)	**(1.687)**	(2.616)
Total	**(248.149)**	(211.849)	**(260.085)**	(220.359)

(a) Refere-se substancialmente às flutuações nas taxas de câmbio, dos empréstimos de mútuos atrelados à moeda estrangeira.
(b) Em 2021, a Companhia reconheceu variação monetária no montante de R$49.287 referente ao crédito tributário da parte controversa relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS descrito na Nota Explicativa nº 10 (a). Adicionalmente, a Companhia reconheceu o valor de R$12.740 a título de variação monetária (sendo o total de R$30.972 registrado na rubrica de outros ativos e o montante de principal no grupo de outras receitas), referente ao pagamento adicional previsto no contrato de cessão de crédito com um fundo de investimento realizado em julho de 2020 (mencionado na nota 10 (a)) após a superação de determinadas cláusulas em 2021. Em 2020, refere-se ao ganho proveniente da alienação dos créditos relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS constituído em 2019. (c) Em 2021, refere-se substancialmente a juros incorridos sobre o mútuo com a InterCement Trading no montante de R$ 23.903 (R$ 0 em 2020). (d) Ganhos e perdas reconhecidos sobre instrumentos financeiros derivativos mencionados na nota explicativa nº 5 (b). (e) Refere-se substancialmente a juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, nos montantes de R$168.780 (R$96.860 em 2020). (f) Refere-se a comissões bancárias relativas as debêntures emitidas em 2020 pela Companhia, conforme mencionada na Nota 17. O reconhecimento como despesa foi efetuado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, considerando que o novo instrumento de dívida foi determinado como uma extinção da dívida original, sendo as taxas incorridas imediatamente reconhecidas no resultado como parte do ganho ou perda da operação.

28. Compromissos: a) Contratos de compra: A Companhia possui contrato para aquisição de energia elétrica até 2024 e contratos "Take or Pay" para serviços de transporte ferroviário até 2023, serviços logísticos de armazenamento, transporte e manuseamento até 2029, venda de clínquer de acordo com o mínimo estipulado no contrato até 2022, aquisição de cimento com o mínimo estipulado no contrato até 2022, aquisição de calcário com o mínimo estipulado no contrato até 2023, aquisição de gesso com o mínimo estipulado no contrato até 2023 e aquisição de combustíveis com o mínimo estipulado no contrato até 2024 cujos desembolsos totais estimados, em valores nominais, são os seguintes:

	2021		
	Energia	Take or pay	Total
2021	–	–	–
2022	**138.249**	**279.819**	**418.068**
2023	**138.249**	**217.259**	**355.508**
2024	**85.601**	**24.035**	**109.636**
Após 2024	**–**	**29.158**	**29.158**
Total	**362.099**	**550.271**	**912.370**

29. Resultado por ação: Política contábil: É calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. (a) Composição: Em decorrência do referido grupamento de ações ocorrido em 2021 e mencionado na nota 23 (a), o lucro por ação apresentado originalmente nas informações financeiras de 31 de dezembro de 2020, aprovadas para sua emissão em 29 de abril de 2021, foi reapresentado nas informações comparativas de 31 de dezembro de 2021.

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020 (reapresentado)
Numerador básico e diluído-		
Alocação do lucro (prejuízo) do exercício para os acionistas	**1.224.115**	(98.791)
Denominador básico e diluído-		
Média ponderada de ações	**411.597.545**	411.597.545
Lucro (Prejuízo) básico/diluído por ação ON (em reais)	**2,97**	(0,24)

30. Seguros
A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros, de forma global, dos bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos de incêndio, roubos, danos materiais, obras civis e riscos de engenharia e lucros cessantes, de acordo com a avaliação da Administração. As principais coberturas de seguros são:

Modalidade	**2021**
Responsabilidade Civil	R$100.295
Responsabilidade Operacional - Danos Materiais	R$919.521
Responsabilidade Operacional - Lucros cessantes	R$35.513

31. Avais e Fianças: A Companhia é garantidora para os seguintes empréstimos captados por suas controladoras e controladas: • Ao Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch - IBBA em 26 de março de 2012, posteriormente cedido a terceiros, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Áustria (posteriormente incorporada a Intercement Trading e Inversiones S.A.) e o IBBA (posteriormente cedido a terceiros), cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de US$750 milhões, equivalentes a R$1.281.600. Em 31 de dezembro de 2021, o montante principal em dívida é de US$14 milhões, equivalentes a R$78.127. • A investidores, em 17 de julho de 2014, em decorrência da emissão de Senior Notes 2024 pela empresa do Grupo InterCement, InterCement Financial Operations BV, no montante de US$750 milhões, equivalentes a R$1.680.225, destinado ao pré-pagamento de dívidas e a usos corporativos gerais. Em 31 de dezembro de 2021, o montante principal em dívida é de US$551 milhões, equivalentes a R$3.075.905. • Ao Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. - BBVA, em 31 de outubro de 2018, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora InterCement Trading e Inversiones S.A. e o BBVA, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de €22 milhões, equivalentes a R$99.671, destinado a usos corporativos gerais. Em 31 de dezembro de 2021, o montante principal em dívida é de €16,5 milhões, equivalentes a R$104.297. • Aos Debenturistas, em 08 de junho de 2020, em decorrência da 1ª Emissão de Debêntures pela empresa controladora InterCement Participações S.A., no montante de R$2.976.666 destinado ao pré-pagamento de dívidas. Em 31 de setembro de 2021, o montante principal em dívida é de R$1.976.666. • Aos investidores, em 16 de março de 2021, em decorrência da 2ª Emissão da Notas Promissórias pela empresa controladora InterCement Participações S.A., no montante de R$100.000, destinado ao pagamento parcial da 1ª Emissão Notas Promissórias pela InterCement Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2021, o montante principal em dívida é de R$100.000.

32. Informações por segmentos: Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional denominado Cimento.

33. Informações adicionais aos fluxos de caixa: Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aquisição de imobilizado sem efeito caixa (reclassificação entre imobilizado e estoque)	**2.541**	3.461	**2.541**	3.461
Aquisição de imobilizado sem efeito caixa	**352**	–	**352**	–
Vendas de imobilizado que serão recebidas futuramente	**14.890**	12.506	**14.890**	12.506
Aumento investimento mediante créditos	**–**	17.850	**–**	–
Redução de capital mediante cisão de ativos	**45.038**	–	**45.038**	–
Distribuição de dividendos e JCP mediante compensação do mútuo com partes relacionadas	**884.611**	–	**884.611**	–

34. Eventos subsequentes: No dia 15 de março de 2022, a Companhia (cedente) assinou um contrato de mútuo com a sua controladora indireta InterCement Participações S.A. - "ICP" (tomador) na modalidade *"revolving"* com um limite de crédito de até R$100.000, podendo ser utilizado ao longo do tempo e reutilizado à medida que o saldo em dívida for reembolsado. O valor do crédito concedido nesta data foi de R$30.000. A taxa de juros é de 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,85% ao ano, com vencimento em 15 de março de 2023.

35. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Em 16 de março de 2022 a Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Flávio Aidar - Presidente
Luiz Klecz - Conselheiro
Paulo Diniz - Conselheiro
Ana Lúcia Caltabiano - Conselheira
Marise Barroso - Conselheira
Sérgio Faifman - Conselheiro

DIRETORIA

Livio Kuze - CEO
Ricardo Congro - VP Industrial
Armando Silva - CFO e Diretor de Relações com Investidores
José Caires - Diretor de RH
Alessandro Thompson - Diretor Comercial
Douglas Catan - Diretor de Suprimentos
Eduardo Carvalho - Diretor Jurídico
Fabrício Azevedo - Diretor de Sustentabilidade das Operações

CONTADOR

Leonardo Teixeira Vaz
CRC/SP 1SP 259003/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da **InterCement Brasil S.A.**
São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da InterCement Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da InterCement Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Análise de recuperabilidade do ágio: Em 31 de dezembro de 2021, conforme nota explicativa 13, a Companhia possui registrado ágio, gerado em combinações de negócios ocorridas em anos anteriores, no montante de R$301.312 mil, na controladora e no consolidado, representando respectivamente 6,5% e 6,3% do total do ativo, naquela data. Pelo menos uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste de redução ao valor recuperável com base em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento anual, adotadas pela administração. A metodologia e modelagem, utilizadas para a apuração do valor recuperável desses ativos, foram baseadas no fluxo de caixa descontado da Companhia, estimativa para a qual foram utilizadas pela administração premissas subjetivas, que envolvem razoável grau de julgamento, informações e condições econômicas e de mercado, taxas de desconto e risco país. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo e aos potenciais riscos ao resultado do exercício no caso de identificação de perdas ao valor recuperável desse ativo, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de recuperação, dada a utilização de informações de mercado e o elevado grau de julgamento exercido pela administração, na determinação das premissas de seu cálculo. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em avaliação para auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela administração, na avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável do referido ágio. Nossos procedimentos também incluíram a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo taxas de desconto, risco país e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela administração da Companhia, e analisamos ainda a exatidão dos cálculos aritméticos e matemáticos. Comparamos a assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia. Analisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas. Adicionalmente, comparamos o valor recuperável determinado pela administração da Companhia, com base no fluxo de caixa descontado, com o valor contábil do ágio e avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 13 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio, adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 13, são razoáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto. Cláusulas restritivas incidentes sobre debêntures - *"covenants"*: Em 31 de dezembro de 2021, conforme nota explicativa 17, a Companhia possui registrado saldo de debêntures a pagar no montante de R$2.691.542 mil, classificado no passivo não circulante, na controladora e no consolidado, representando, respectivamente, 57,7% e 55,9% do total do passivo e do patrimônio líquido naquela data. Essas debêntures estão sujeitas ao cumprimento de cláusulas restritivas anuais ("covenants"), as quais são calculadas por meio de índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidadas da própria Companhia e da holding do Grupo InterCement (InterCement Participações S.A.), que avaliza a transação. O descumprimento desses *"covenants"* poderia resultar na declaração de vencimento antecipado dessas debêntures e de outros empréstimos e financiamentos, por consequência, o que obrigaria a Companhia a pagar imediatamente os respectivos valores em aberto na data de eventual descumprimento, impactando de forma significativa sua posição patrimonial e financeira, motivo pelo qual consideramos o cumprimento dessas cláusulas restritivas como risco significativo para nossa auditoria. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre

continua

InterCement BRASIL

INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

outros: (i) leitura e entendimento das cláusulas restritivas anuais *("covenants")* dessas debêntures, incluindo aquelas da nova emissão realizada em 2021; (ii) análise e revisão do cálculo dos indicadores desses *"covenants"* efetuado pela administração, e; (iii) confirmação das cláusulas restritivas por meio de informações disponibilizadas pelo agente fiduciário dessas debêntures. Também avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 17 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas para a análise de cumprimento dos *"covenants"*, adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto. Valor recuperável dos impostos diferidos ativos: Em 31 de dezembro de 2021, conforme nota explicativa 23, a Companhia possui registrado impostos diferidos ativos nos montantes de R$846.477 mil, na controladora e no consolidado, representando, respectivamente, 18,2% e 17,6% do total do ativo naquela data, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado internamente pela administração, sobre a geração de lucros tributáveis futuros. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, bem como em relação aos efeitos no resultado do exercício, e grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do potencial impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer sobre o valor dos impostos diferidos ativos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases tributárias conforme legislação tributária vigente. Analisamos e avaliamos as premissas e metodologia usadas pela administração, nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução das vendas e custos, lucro tributável, alíquotas dos tributos, cálculos aritméticos e matemáticos, bem como comparamos certos dados das projeções, quando disponíveis, com outras fontes externas e alinhamento dessas premissas com os planos de negócio aprovados da Companhia e consistentes com aquelas utilizadas nas projeções de recuperabilidade do ágio. Comparamos a assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia, e analisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas utilizadas na determinação dos lucros tributáveis futuros. Adicionalmente, analisamos a adequação das divulgações efetuadas na nota explicativa 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade dos impostos diferidos ativos mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos impostos diferidos ativos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 24, são razoáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em seu conjunto.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado (DVA): As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2022

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Cezar Augusto Ansoain de Freitas
Contador - CRC-1SP246234/O-0

www.intercement.com

Fiocruz quer que suas vacinas contra covid-19 cheguem a outros países

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) trabalha em duas frentes para que vacinas contra covid-19 produzidas no Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos) possam chegar a outros países, disse na sexta-feira (18) em entrevista à Agência Brasil e à Rádio Nacional do Rio de Janeiro a presidente da fundação, Nísia Trindade Lima.

As baixas coberturas vacinais contra a doença em países pobres são motivo de preocupação de autoridades sanitárias internacionais e cientistas, já que a alta circulação do vírus entre populações não vacinadas pode continuar fazendo vítimas e produzindo novas variantes de preocupação.

A socióloga explicou que Fiocruz está em contato com a AstraZeneca e com a Organização Mundial da Saúde para que a vacina covid-19 recombinante, produzida em Bio-Manguinhos, possa ser utilizada em outros países. A produção da vacina no Brasil é resultado de uma parceria da fundação com a farmacêutica europeia, que se deu por meio de acordos de encomenda tecnológica e transferência de tecnologia.

"No curto prazo, há a possibilidade de a vacina covid-19 recombinante, que é fruto do acordo com a AstraZeneca, poder também ser utilizada do ponto de vista internacional, em outros países. Estamos em um processo para ter a licença de uso emergencial, e isso é necessário junto à Organização Mundial de Saúde. E também estamos em contato com a AstraZeneca para esse objetivo", disse Nísia.

A presidente da Fiocruz afirmou ainda que, no longo prazo, pesquisadores de Bio-Manguinhos trabalham no desenvolvimento de uma vacina própria de RNA mensageiro, a mesma plataforma tecnológica utilizada no imunizante da Pfizer. A pesquisa fez com que Bio-Manguinhos fosse escolhido, em setembro do ano passado, ao lado de um laboratório argentino, como hub da Organização Mundial da Saúde na América Latina para essa tecnologia.

"A vacina está em uma fase pré-clínica, e ainda não foram feitos testes com grupos populacionais, como é necessário fazer. Estamos procurando ao máximo acelerar esse processo e, em breve, esperamos ter um cronograma bem definido", disse Nísia. "É uma linha menos imediata, mas é igualmente importante, pensando em uma possibilidade de vacinação que venha a ser anual e no apoio aos países do mundo e do nosso continente."

O acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), que representa a OMS nas Américas, prevê que a vacina a ser desenvolvida passará por um processo de pré-qualificação da OMS, em que serão exigidos os mais elevados padrões internacionais para garantir sua qualidade, segurança e eficácia. Uma vez aprovado, o imunizante será oferecido aos estados-membros e territórios da Opas de forma equitativa, por meio de seu Fundo Rotatório.

Pesquisadores estiveram na África do Sul recentemente em encontro com seus pares do hub da OMS sobre o tema no continente africano. A troca de conhecimentos pode contribuir para acelerar esse processo, disse a presidente da Fiocruz, que acredita que a pandemia deixou como aprendizado a necessidade de descentralizar a produção das vacinas, para que os benefícios da ciência cheguem a mais pessoas.

"Dominar a tecnologia e ser autossuficiente, sendo a saúde também um fator econômico importante, é fundamental para os países. É isso que vai garantir o acesso, e esse aprendizado pode servir para outras emergências. Não se deve olhar só o imediato".

A Fiocruz já é autossuficiente na produção da vacina contra a covid-19 desde que passou a dominar a tecnologia de produção do ingrediente farmacêutico ativo (IFA) do imunizante, desenvolvido pela Universidade de Oxford e pela AstraZeneca. O IFA é o insumo mais importante na formulação da vacina, e sua produção depende de uma tecnologia inovadora chamada de vetor viral, em que um adenovírus (vírus de resfriado) é usado para transportar informações genéticas do SARS-CoV-2 que farão nosso sistema imunológico se preparar contra a covid-19.

A expectativa da presidente da fundação é que a capacidade produtiva possa chegar a 180 milhões de doses por ano, com capacidade máxima de cerca de 22 milhões de doses mensais. Para 2022, já estão contratadas pelo Ministério da Saúde 105 milhões de doses da vacina para o Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Nísia avalia que é possível que o país se torne autossuficiente na produção de doses de reforço, somando os esforços da fundação aos do Instituto Butantan. Para isso, porém, são necessárias mais pesquisas que envolvam todas as faixas etárias.

"É possível, mas temos sempre que olhar qual vai ser o resultado dos estudos nas várias faixas etárias. Todas essas afirmações têm que ir sendo ajustadas no tempo. O que a gente pode afirmar com segurança é a autossuficiência e uma capacidade de produção que vai chegar a cerca de 180 milhões de doses no ano. Então, com isso, podemos, sim, garantir a proteção à nossa sociedade e à nossa população, ainda mais considerando também a participação de outras vacinas".

A presidente da Fiocruz também lembrou a participação da fundação na vigilância genômica das variantes do SARS-CoV-2 que circulam no Brasil. O Laboratório de Vírus Respiratórios e Sarampo do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) é referência nacional nesse trabalho, que se dá em rede com outros laboratórios coordenados pelo Ministério da Saúde.

Sobre a variante que vem sendo chamada de Deltacron, por reunir características genéticas das variantes Ômicron e Delta, Nísia destacou que ela não foi classificada até o momento como variante de preocupação pela Organização Mundial da Saúde.

"Não há nenhuma razão para pânico. Há razão sempre para acompanhamento, cuidado e cautela", disse. "As indicações até agora, pelas características dessa variante, apontam que ela deve ter a mesma resposta da Ômicron em relação à vacina, portanto, as vacinas que temos protegem em relação aos casos graves. E, ao que tudo indica até o momento, o que se verifica é que sua disseminação não se dá na velocidade com que a variante Ômicron se deu".

Nísia esteve na sexta-feira (18) na sede da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) no Rio de Janeiro para conceder entrevista ao telejornal Repórter Brasil Tarde e, entre outros temas, comentou a aplicação da segunda dose de reforço, que já teve início entre alguns grupos mais vulneráveis à covid-19.

"A quarta dose tem que ser vista a partir das condições imunológicas como tem sido mostrado, para os casos em que se justifique e tudo em matéria de covid tem que ser observado", disse. "Neste momento a mensagem mais importante e prioritária é que as pessoas que não completaram o esquema de vacinação com a segunda dose e com a terceira dose, de reforço, façam. Essa é a mensagem mais importante, porque é isso que nos deu proteção contra hospitalizações, agravamento e até mesmo óbitos na onda da Ômicron". (Agencia Brasil)

Gria - Gestão de Recrutamento com Inteligência Artificial Ltda.

CNPJ/ME nº 40.545.334/0001-65 - NIRE 35232699177
(em fase de transformação)

Instrumento Particular de 3ª Alteração do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito: Bernardo Miragaya Matz, RG nº 132.227.07-5 IFP-RJ, CPF/ME nº 118.735.227-62, residente no Rio de Janeiro/RJ; Anderson Luis Amaral, RG nº 41.361.526-1 SSP-SP, e CPF/ME nº 306.543.778-39, residente em Osasco/SP; Joatinga Partners Empreendimentos Imobiliários Agropecuários Ltda, CNPJ/ME nº 09.110.668/0001-66, com sede na Av. Henrique Valadares, 23, Sala 401, Rio de Janeiro/RJ, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERJ/NIRE 33207978007, neste ato representada por seu administrador João Marcello Dantas Leite, RG nº 08.497.626-5 IFP/RJ e CPF/ME nº 013.849.777-08, residente e domiciliado no Rio de Janeiro/RJ; e Montagne Capital Consultoria e Participações Ltda, CNPJ/ME nº 12.648.463/0001-43, com sede na Av. Henrique Valadares, nº 23, Sala 404, Rio de Janeiro/RJ, com seus atos constitutivos devidamente registrados na JUCERJ/NIRE 33208767841, neste ato representada por Maria Lúcia Serapião, RG nº 05836643-6 IFP/RJ e CPF/ME nº 771.364.707-49, residente e domiciliada no Rio de Janeiro/RJ. Únicos sócios da Gria - Gestão de Recrutamento com Inteligência Artificial - Ltda, CNPJ/ME sob o nº 40.545.334/0001-65, com sede na Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, .939, 8º andar - Torre I - Barueri/SP ("**Sociedade**"), têm entre si, justo e acordado, de pleno e comum acordo alterar o contrato social da Sociedade, a fim de promover a transformação do tipo societário da Sociedade de sociedade empresária limitada para sociedade anônima de capital fechado, a qual será regida pelo Estatuto Social anexo (Anexo I) e pela Lei 6.404/76, conforme alterada, de acordo com o que segue: **I. Da Transformação da Sociedade Limitada em Sociedade Anônima de Capital Fechado:** Os sócios aprovam, por unanimidade a alteração contratual, a transformação do tipo societário da Sociedade de sociedade limitada para sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113 a 1.115 do Código Civil Brasileiro, do artigo 220 da Lei 6.404/76 e das demais disposições legais aplicáveis em vigor, atendidas as exigências fiscais e contábeis, sem acarretar a interrupção ou solução de continuidade da Sociedade, a qual permanecerá com os mesmos objetivos sociais. **II. Da Alteração da Denominação Social:** Os sócios aprovam, por unanimidade, a alteração do nome empresarial da Sociedade para "Gria Software e Serviços S/A". **III. Da Alteração da Sede Social:** Os sócios aprovam, por unanimidade, a alteração do endereço da sede social da Sociedade para Al. Rio Negro, 503, Sala 2020, Barueri/SP. **IV. Da Conversão das Quotas Sociais:** Os sócios aprovam, por unanimidade, a conversão de 800.000 quotas representativas do capital social da Sociedade em 800.000 de ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R$ 1,00 mantendo-se a titularidade e proporção de participação dos sócios, assim como a manutenção do valor do capital social, de R$ 800.000,00. Nos termos da legislação aplicável, consta como Anexo II, o Boletim de Subscrição, com relação completa dos acionistas e a indicação da quantidade de ações resultante da conversão das quotas. **V. Do Estatuto Social e da Abertura dos Livros da Companhia:** Os sócios aprovam, por unanimidade, o Estatuto Social da Companhia (Anexo I), bem como a abertura dos livros da Sociedade, sendo: (a) Livro de Registro de Ações Nominativas, (b) Livro de Transferência de Ações Nominativas, (c) Livro de Registro de Partes Beneficiárias Nominativas, (d) Livro de Transferência de Partes Beneficiárias Nominativas, (e) Livro das Atas das Assembleias Gerais, (f) Livro de Presença dos Acionistas, (g) Livro das Atas das Reuniões do Conselho de Administração, (h) Livro de Atas das Reuniões da Diretoria e (i) Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal. **VI. Da Composição da Diretoria:** Os sócios aprovam, por unanimidade, alterar a forma de administração da Sociedade, de modo que essa passa a ser realizada por uma Diretoria, a saber: para os cargos de Diretores, sem designação específica, Bernardo Miragaya Matz, já qualificado; Renato Diogo Marangoni Barbosa, RG nº 25982257 SSP/SP, e CPF/ME nº 361.704.158-27, residente domiciliado em São Paulo/SP e William Claudio Soares, RG nº 34.323.024-0 SSP/SP, e CPF/ME nº 314.197.908-11, residente domiciliado em São Bernardo do Campo/SP, podendo, conjunta ou isoladamente, representar a Sociedade, para um mandato pelo período de 3 anos. Os Diretores ora eleitos tomam posse nesta data em seus respectivos cargos e declaram sob as penas da lei, e em conformidade com o artigo 147, §1º, da Lei 6.404/76, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, mediante assinatura do Termo de Posse e Desimpedimento (Anexo III). Os sócios aprovam, por unanimidade, a renúncia dos membros da Diretoria ora eleitos à remuneração pela administração da Companhia, a título de pró-labore. **VII. Das Disposições Gerais:** Conforme acima indicado, a Companhia passa a ser regida pelo Estatuto Social nos termos e condições fixados no Anexo I. E assim, os acionistas e diretores assinam de forma digital para os devidos efeitos legais, mediante certificadora padronizada ICP-Brasil. Barueri/SP, 29/11/2021. **Acionistas:** Bernardo Miragaya Matz; Joatinga Partners - Empreendimentos Imobiliários e Agropecuários Ltda. Por João Marcello Dantas Leite; Anderson Luis Amaral - Montagne Capital Consultoria e Participações Ltda. Por Maria Lúcia Serapião. **Diretores eleitos:** Bernardo Miragaya Matz; William Claudio Soares; Renato Diogo Marangoni Barbosa. **Visto de Advogado:** Leonardo Theon de Moraes - OAB/SP 330.140. ***JUCESP*** nº 33.913/22-5, ***NIRE*** nº 3530058495-3 em 21/01/2022.

Petrobras diz que não pode antecipar decisão sobre preços

A Petrobras informou na sexta-feira (18) que não pode antecipar decisões sobre manutenção ou ajustes de preços de combustíveis, devido ao momento "desafiador e de alta volatilidade".

Em nota para esclarecer a população sobre os preços de gasolina, diesel e gás liquefeito de petróleo (GLP), a empresa afirmou que tem "sensibilidade quanto aos impactos dos preços na sociedade e mantém monitoramento diário do mercado".

Segundo a Petrobras, foi observada, nos últimos dias, redução dos níveis de preços internacionais de derivados, seguida de forte aumento de quinta-feira (17).

"Seguimos em ambiente de muita incerteza, com aumento na demanda por combustíveis no mundo, num momento em que os desdobramentos da guerra entre Rússia e Ucrânia impactam a oferta, gerando uma competição no mundo pelo fornecimento de produtos", diz a nota. De acordo com a empresa, esse cenário "reforça a importância de que os preços no Brasil permaneçam alinhados ao mercado global para assegurar a normalidade do abastecimento e mitigar riscos de falta de produto".

A Petrobras lembrou ainda que, nos últimos meses, o mercado internacional de petróleo veio enfrentando elevada volatilidade, devido à pandemia de covid-19. Essa volatilidade dos preços ganhou um componente adicional com a tensão geopolítica na Europa, que culminou com a invasão da Ucrânia pela Rússia no último dia 24 de fevereiro.

"Em um primeiro momento, apesar da disparada dos preços internacionais, a Petrobras, ao avaliar a conjuntura de mercado e preços conforme governança estabelecida, decidiu não repassar de imediato a volatilidade, realizando um monitoramento diário dos preços de petróleo. Somente no dia 11 de março, após serem observados preços em patamares consistentemente elevados, a Petrobras implementou ajustes nos seus preços de venda às distribuidoras de gasolina, diesel e GLP", relata a nota.

A empresa esclareceu que os valores aplicados naquele momento, embora tivessem sido significativos, refletiam somente "parte da elevação dos patamares internacionais de preços de petróleo, que foram fortemente impactados pela oferta limitada, frente à demanda mundial por energia".

De acordo com a empresa, esse movimento acompanhou o de outros fornecedores de combustíveis no Brasil que haviam promovido ajustes nos seus preços de venda antes da Petrobras. Analisou que a medida foi necessária para garantir o suprimento do mercado brasileiro, afastando riscos de desabastecimento, tanto por distribuidores, como importadores e outros produtores, além da Petrobras.

Na avaliação da companhia, esse posicionamento permitiu que os preços nas refinarias da Petrobras permanecessem estáveis por 152 dias para o GLP e por 57 dias para a gasolina e o diesel, "mesmo nesse quadro de ascensão do preço internacional". (Agencia Brasil)

Promulgada renegociação de dívidas do Simples Nacional

Uma semana após a derrubada do veto da renegociação de dívidas do Simples Nacional, o Diário Oficial da União publicou na sexta-feira (18) a promulgação da Lei Complementar 193. O programa prevê o parcelamento de dívidas com o Simples Nacional em mais de 15 anos, com desconto na multa, nos juros e nos encargos legais.

Aprovado em dezembro pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, o Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp) foi vetado pelo presidente Jair Bolsonaro no início deste ano. Na mensagem de veto, a Presidência da República tinha alegado que a renegociação especial seria inconstitucional e descumpriria a Lei de Responsabilidade Fiscal ao implicar renúncia de receita sem fonte de compensação.

O Relp foi criado para ajudar negócios de pequeno porte afetados pela pandemia de covid-19. Com o programa, as micro e pequenas empresas inscritas no Simples Nacional poderão parcelar a dívida em até 188 meses (15 anos e oito meses). Desse total, as empresas pagarão uma entrada parcelada em até oito vezes mais 180 prestações.

Cada parcela terá valor mínimo de R$ 300 para as micro e pequenas empresas e de R$ 50 para o microempreendedor individual. Haverá desconto de até 90% nas multas e nos juros de mora e de até 100% dos encargos legais.

Haverá várias modalidades de parcelamento, que variam conforme o impacto da pandemia sobre o faturamento das empresas. Por meio da comparação entre o volume financeiro de março a dezembro de 2020 em relação ao observado no mesmo período de 2019, os contribuintes inscritos no Simples Nacional poderão fazer a adesão com parcelas de entrada e descontos diferentes. Empresas que fecharam durante a pandemia também podem participar.

Caso a empresa não tenha sido afetada pela pandemia e não tenha tido queda no faturamento, poderá dar entrada de 12,5% do valor total da dívida, parcelada em oito meses, e dividir o restante em 180 prestações. Se o faturamento tiver caído 60%, o valor da entrada cai para 2,5% da dívida total.

Poderá ser parcela qualquer dívida do Simples Nacional vencida até fevereiro deste ano. Débitos com a Previdência Social poderão ser parcelados em até 60 meses (cinco anos). Dívidas com outros programas especiais de parcelamento, de 2016 e 2018, também poderão ser renegociadas. A única modalidade de débitos em que não haverá desconto será para parcelamentos de 36 meses previstos em plano de recuperação judicial.

O contribuinte será excluído do refinanciamento se não pagar três parcelas consecutivas ou seis alternadas, se não pagar a última parcela, se for constatada fraude no patrimônio para não cumprir o parcelamento ou se não pagar os tributos ou as contribuições para o FGTS que vencerão após a adesão ao Relp. Em troca da renegociação especial, o contribuinte deverá desistir de recursos administrativos e de ações na Justiça contra o governo, mas não precisará pagar os honorários advocatícios de sucumbência. (Agencia Brasil)

autojornal
o dia a dia motorizado

Edição: 565 19 a 25 de março de 2022

Nacionais

CAOA Chery Tiggo 5X agora é PRO

O Tiggo 5x, o SUV mais vendido da gama da CAOA Chery no Brasil, recebe nova atualização e passa a ser comercializado exclusivamente na versão PRO. Com isso, o utilitário ganha mais tecnologia, sofisticação e mudanças no design.

Entre as novidades do Tiggo 5x PRO está a transmissão CVT, que junto com uma nova versão do motor 1.5 Turbo Flex, trouxe ao veículo ganhos em desempenho e uma dirigibilidade ainda mais focada no conforto. No design, a identidade do Tiggo 5x segue presente com toques a mais de requinte e robustez. Já o interior foi amplamente renovado e passa a contar com novo pacote ergonômico, nova central multimídia de 10,25", painel digital colorido, e uma série de itens de conforto, tecnologia e segurança que transformam a experiência a bordo do Tiggo 5x PRO.

Produzido nacionalmente na fábrica da CAOA em Anápolis (GO), o modelo segue contanto com ótimo espaço interno e dimensões. São 4.338 mm de comprimento, 1.830 mm de largura e 1.645 mm de altura. A distância entre eixos é de 2.631 mm e o porta-malas tem 340 litros. Já os ângulos de entrada e saída melhoraram devido ao novo design: 23,4° e 31,5°, respectivamente.

O Tiggo 5x PRO ganhou ainda mais personalidade graças aos novos elementos de design. Na dianteira, a grade com desenhos no formato "Diamond", característica dos SUVs da linha PRO, da CAOA CHERY, tornou o visual mais imponente. As luzes DRL em LED também ganharam novo estilo e detalhes cromados, que se unem de forma harmoniosa com o para-choque totalmente renovado. Nas laterais, as rodas aro 18" com design exclusivo para o mercado brasileiro

agregam ainda sofisticação ao Tiggo 5x PRO.

Já a traseira, manteve a identidade das lanternas, marca registrada do modelo, e ganhou ângulos retos que tornaram o visual mais robusto. No interior, o SUV chama atenção pelo acabamento de alto nível, com materiais nobres, revestimentos premium e a preocupação com a qualidade e o design. Com visual inspirado na tecnologia, o interior conta com duas amplas telas digitais: central multimídia sensível ao toque de 10,25" com Android Auto e Apple Car Play, uma das maiores do segmento, e painel de instrumentos com 7". A atmosfera tecnológica se faz presente também nas luzes coloridas do painel e das portas, que podem ser configuradas com os modos de direção Eco/Sport ou com o ritmo da música, com sete opções de cores.

O pacote ergonômico é outro destaque. O painel do ar-condicionado touch é integrado ao console central elevado que possui comandos ergonomicamente instalados. Porta objetos, comando dos retrovisores, travamento das portas e diversos outros botões ficam confortavelmente acessíveis ao motorista. Os bancos, revestidos com tecido premium, possuem novas costuras na cor cinza claro e também são ergonômicos. O volante multifuncional tem regulagem de altura e de profundidade e o ar-condicionado é dual zone, digital, automático e com indicação de temperatura.

Há ainda Comando de Climatização à Distância (CCD); acionamento do motor pela chave à distância; teto panorâmico; três entradas USB; compartimento refrigerado no console central; retrovisores com ajuste elétrico, rebatimento automático e desembaçador; chave presencial com travamento e destravamento das portas por aproximação e botão de partida.

Desempenho e direção ágil

Sob o capô, o Tiggo 5x PRO traz uma nova versão do motor 1.5 Turbo Flex. O propulsor, já consolidado no mercado nacional, teve melhorias como novos sistemas de controle eletrônico do motor, de injeção e aquecimento de combustível 'Flex Fuel', turbina com controle eletrônico da válvula Wastegate e válvula termostática eletrônica. Além de ter passado por uma nova calibração realizada pela para atender a legislação do PROCONVE L7.

Para trabalhar com a nova versão do motor 1.5 Turbo Flex, chega o câmbio CVT de 9 velocidades simuladas, outra tecnologia já consolidada em modelos da CAOA Chery. A nova transmissão do Tiggo 5x PRO, por ser continuamente variável, não realiza trocas sucessivas de marcha o que, consequentemente, torna a direção mais confortável, ágil e prazerosa. Além disso, o modelo passa a contar com alavanca do tipo Joystick, mais tecnológica, sofisticada e que permite trocas manuais.

A nova calibração desse conjunto proporcionou números melhores de desempenho em aceleração e retomadas de até 5% ao Tiggo 5x PRO, sem qualquer prejuízo ao consumo em relação a versão anterior. A potência máxima segue sendo 150 cv com etanol e 147 cv com gasolina, assim como o torque máximo de 21, 4 kgfm, disponível de 1.750 rpm a 4.000 rpm.

A tecnologia é outro diferencial do Tiggo 5x PRO. O SUV conta com câmera 360 graus de alta resolução, que permite uma imagem mais clara para observar obstáculos ao redor do veículo. Ele também é equipado com piloto automático e limitador de velocidade com indicação de velocidade no painel de instrumentos.

No quesito segurança, mais tecnologia: o Tiggo 5x PRO ganhou sistema de controle de tração e estabilidade de última geração. Os freios são a disco nas quatro rodas e atuam em conjunto com o sistema EBD (distribuição eletrônica de frenagem).

Há ainda tecnologias como EBA, que habilita automaticamente o limite de desaceleração durante a frenagem de emergência; BOS (smart pedal), que identifica uma situação de emergência e desacelera o veículo quando os pedais do acelerador e freio são pressionados ao mesmo tempo; BAS, sistema de assistência à frenagem, que maximiza a atuação do ABS; e ESS, sistema de alerta de frenagem de emergência, que pisca as luzes de direção de ambos os lados (setas) para sinalizar aos motoristas que vêm atrás que está ocorrendo uma frenagem brusca.

O sistema de suspensão, independente nas quatro rodas, também passou por ajuste visando melhorar a dirigibilidade de acordo com as condições das vias brasileiras.

O novo Tiggo 5x PRO conta com freio de estacionamento eletrônico, Auto Hold, HDC (controle eletrônico de descida), HHC (assistente de saída em aclives) e seis airbags (dianteiros, laterais e de cortina).

Motos

O novo scooter Fluo ABS da Yamaha

O Fluo ABS é o novo scooter da Yamaha que chega para oferecer modernidade de um jeito simples. Foi desenvolvido para quem busca se locomover com agilidade e praticidade, mas que espera algo a mais em acabamento, espaço, economia, segurança e tecnologia. É o mais completo e tecnológico modelo 125cc dentre as opções de scooters e cub existentes nesta cilindrada.

Seu visual é moderno, com linhas fluidas e harmônicas. O destaque fica para o farol em LED que tem maior amplitude e potência de iluminação, tornando a condução noturna mais segura, além de oferecer maior durabilidade e menor consumo energético.

Peso e potência – A pilotagem ágil e divertida fica por conta do câmbio 100% automático associado ao baixo peso seco de 98 kg e motor monocilíndrico de quatro tempos com capacidade de 125cc, sistema de injeção eletrônica, potência máxima de 9,5cv a 8.000rpm e torque de 1,0 kgf.m a 5.500 rpm. Seu funcionamento é suave, com baixos níveis de vibração em todas as rotações.

Chassi - Construído em aço tubular, o chassi que equipa o Fluo ABS foi elaborado para oferecer resistência, leveza e baixo centro de gravidade, garantindo notável agilidade e estabilidade.

Para maior conforto, a balança da suspensão e motor trabalham integrados e são ligados ao chassi através de um link que, além de auxiliar no movimento do motor, também tem a função de minimizar as vibrações.

Suspensões – As suspensões do Fluo ABS possuem funcionamento progressivo capaz de garantir suavidade e estabilidade na pilotagem. Na dianteira, o garfo telescópico tem curso de 90 mm. Já na traseira, o sistema é composto por um amortecedor único, e seu curso é de 88 mm.

Tecnologia

O Fluo é um convite ao novo, transformando a mobilidade de usuários de motos de baixa cilindrada através de recursos tecnológicos inteligentes que facilitam a vida.

Stop & Start Inteligente – Um de seus destaques, é o sistema Stop & Start, que identifica quando o scooter para e automaticamente desliga o motor, reduzindo o consumo de combustível e emissão de poluentes. Para que o motor volte a funcionar, basta acelerar novamente.

O sistema Stop & Start da Yamaha é o mais inteligente da categoria. Ele identifica se o scooter trafega em condições normais ou em situações de tráfego intenso, modulando seu funcionamento. Em tráfego normal, o sistema desliga o motor após a parada do scooter no tempo de 1,5 segundos, e em tráfego intenso, em que as paradas são mais frequentes, isso ocorre após 5,0 segundos.

O Stop & Start ainda é capaz de proporcionar partidas mais rápidas sem alterar a vida útil da bateria. Isso acontece graças ao sistema Smart Motor Generation System, que minimiza o consumo de energia quando o Start & Stop entra em ação, desligando o motor, e fazendo com que o pistão seja automaticamente posicionado de forma a facilitar a nova partida.

Através de um botão no punho, o Stop & Start por ser ativado ou desativado de acordo com a vontade do condutor.

Função ECO - Para quem busca diminuir ainda mais os gastos com combustível, a Fluo ABS traz em seu painel a exclusiva função ECO. Ela indica o momento de pilotagem em que o consumo de combustível é menor, auxiliando em uma condução mais econômica.

Smart key - Para sair por aí curtindo o Yamaha Fluo não é preciso chave mecânica. Basta portar a Smart Key no bolso ou na mochila, por exemplo, para acionar a partida elétrica e ainda liberar, através do seletor junto à coluna de direção, o acesso ao porta objetos, tanque de combustível e bloqueio do guidão.

Com esse recurso, o condutor ganha não só em comodidade, como em segurança, já que ao se distanciar do Fluo com o Smart key, ele automaticamente garante que todas as funções do scooter sejam bloqueadas, impedindo seu funcionamento.

Tomada 12 volts – No novo Fluo, a vida é mais prática e confortável. Ele é equipado com tomada 12 volts, localizada junto à coluna de direção, e garante a praticidade de recarregar o celular em qualquer momento.

Freio ABS - Ele é o único scooter da categoria que conta com a tecnologia do freio ABS na roda dianteira, oferecendo maior controle em emergências, como piso escorregadio e outras condições de baixa aderência. Seu conjunto de freios é potente e progressivo, capaz de frenagens em curtos espaços. Na dianteira, conta com disco de 200 mm e pinça simples. Na traseira, o sistema é a tambor, com 130 de diâmetro.

Conforto

Conforto é fundamental em um bom scooter. O novo Fluo ABS traz uma ótima posição de pilotagem, boa acomodação para o garupa, amplo espaço sob o banco e outros detalhes que fazem a diferença.

Porta objetos - O ir e vir para o trabalho, escola ou passeios fica mais fácil quando você tem espaço para levar seus objetos com segurança e comodidade. No FLUO ABS, o espaço de armazenagem de 25 litros comporta um capacete fechado de tamanho grande e ainda sobra espaço para mais itens do dia a dia.

Para acessá-lo é fácil, um simples clique no botão junto a chave seletora localizado na coluna de direção. O compartimento se tranca automaticamente com o distanciamento da Smart Key, garantindo mais tranquilidade e segurança para o condutor que não precisa se preocupar em esquecê-lo destravado.

Gancho de transporte - O Fluo conta ainda com um prático gancho junto a coluna para o transporte de pequenas sacolas e bolsas, perfeito para aquelas compras de última hora.

Posição de pilotagem – No novo Fluo ABS, a acomodação para o condutor é levada a sério. A posição de pilotagem é confortável, com braços e pernas posicionados de maneira relaxada e pouco flexionados. O assento é amplo – com 845 mm de comprimento – e tem boa ergonomia, promovendo ótima acomodação. Sua altura em relação ao solo é de 780 mm, facilitando o apoio dos pés no chão, tornando o Fluo amigável até mesmo para condutores de menor estatura e menos experientes.

O Fluo ABS conta ainda com base plana para apoio dos pés que transmite mais comodidade e segurança, e o escudo em frente as pernas ainda oferece proteção contra sujeira e água. Muito bom para quem quer manter o calçado limpo e sem arranhões.

Para proporcionar mais conforto ao garupa, além do amplo espaço no banco, possui apoio para as mãos, em alumínio, e as pedaleiras ajustáveis em 25 mm. Tudo para privilegiar um posicionamento mais relaxado, tanto para os braços quanto para as pernas.

Rodas e pneus - As rodas com diâmetro de 12 polegadas contribuem para agilidade, tornando-o capaz de realizar mudanças bruscas de direção com facilidade e grande rapidez, comuns na condução urbana. Os pneus têm as medidas de 100/90 - R12 na dianteira, e 110/90 - R 12 na traseira. Eles são mais largos, garantindo maior área de contato com o piso, promovendo maior aderência, e por terem o perfil alto, contribuem para filtrarem irregularidades do pavimento, minimizando os solavancos.

Fácil acesso ao tanque de combustível - Com o Fluo ABS, abastecer nunca foi tão fácil. Nem é preciso levantar o banco. O acesso ao tanque, cuja capacidade é 4,2 litros, é super prático, fica à frente do condutor, assim como o botão que destrava a tampa, junto a coluna de direção.

Auto-Stop e Cavalete Central - Ele é equipado com sistema Auto-stop incorporado ao apoio lateral, que a desliga automaticamente quando acionado e ainda impede a saída do scooter com o apoio abaixado. Além do apoio lateral, o Fluo também conta com o Cavalete Central como item de série. Praticidade e segurança ao deixar sua moto parada.

Preço

O novo Fluo ABS vem com a maior garantia do mercado, são 4 anos de garantia, e participa do programa de Revisão Preço Fixo Yamaha. O cliente encontra o mesmo preço e padrão de serviço em todas as concessionárias participantes, podendo parcelar em até 6X no cartão de crédito. As duas primeiras revisões têm mão de obra gratuita.

A Yamaha também possui o primeiro lubrificante brasileiro exclusivo para scooters, o Yamalube Scooter que será sempre o óleo ideal para a Fluo ABS.

O Fluo ABS estará disponível no início de abril ao preço público sugerido de R$ 13.390 + frete (exceto Estado de São Paulo), e terá três opções de cores: Racing Blue (Azul Metálico), Midinight Black (Preto sólido) e Branco Cristal (Branco Sólido). Pode ser adquirido nas redes de concessionárias ou através do e-commerce da Yamaha, a BLU STORE (www.blustore.com.br).

Nova Triumph Tiger 1200

A nova Tiger 1200 é uma nova referência de manuseio no seu semento. Ela foi cuidadosamente e estrategicamente projetada para estabelecer uma nova referência para o manuseio adventure em estradas e no uso off-road, graças a uma grande redução no seu peso, que inclui seu motor e um chassi mais leves, especificações de equipamentos líderes da categoria e uma inédita ergonomia para o piloto.

Seguindo um extenso programa de otimização de massa em toda a moto, abrangendo todos os componentes, a nova geração é agora mais de 25 kg mais leve do que a Tiger anterior e até 17 kg mais leve do que o concorrente mais próximo na categoria de modelos com acionamento por eixo cardan, com base em especificações comparáveis das motocicletas.

A economia de peso também é resultado do novo tanque de combustível de alumínio e do braço oscilante tri-link inédito, 1,5 kg mais leve e mais resistente do que a configuração anterior unilateral, incorporando um eixo de acionamento e caixa do diferencial menores e mais leves.

A nova Tiger 1200 chega ao Brasil em breve, com três modelos: Tiger 1200 GT Explorer, Tiger 1200 Rally Pro e Tiger 1200 Rally Explorer.

Para maiores informações e pré-venda, o consumidor pode acessar o site www.eudetiger1200.com.br. Além da prévenda, ao se cadastrar no site, os inscritos terão acesso a todas as novidades da Nova Triumph Tiger 1200 e ainda poderão concorrer a cursos de pilotagem do TRX (Triumph Riding Experience).

autojornal
o dia a dia motorizado

Expediente

Diretor e Editor Executivo: J. A. Otazú - MTB: 071836/SP
Editor: Angelo "Guto" Oliveira - MTB: 0069016/SP
Email: autojornal@mastermidia.com.br / Fone: (11) 99681-3549